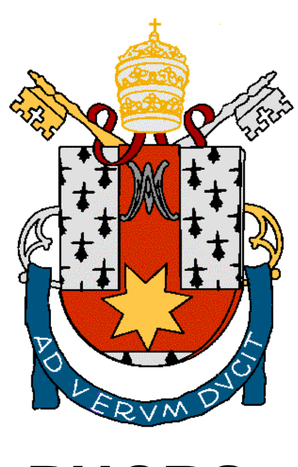
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMPUS URUGUAIANA



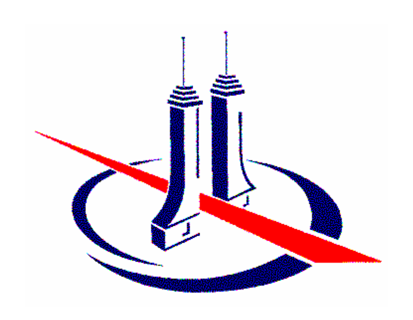
PUCRS

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DE URUGUAIANA

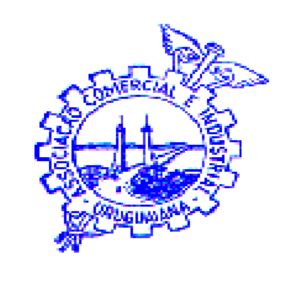
- Volume I -

Prof. Me. FRANCISCO CARLOS SILVEIRA DE BARROS COELHO
Coordenador

Prof. Dr. DUILIO DE AVILA BÊRNI
Coordenador Adjunto







Uruguaiana, abril de 2004.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E INFORMÁTICA (FACI)
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE URUGUAIANA – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA (FACE)
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO CENTRAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DE URUGUAIANA
- Volume I -

Prof. FRANCISCO CARLOS SILVEIRA DE BARROS COELHO
Coordenador

Prof. DUILIO DE AVILA BÊRNI
Coordenador Adjunto

Uruguaiana / Porto Alegre, abril de 2004.

FICHA CATALOGRÁFICA

D 536 Diagnóstico sócio-econômico de Uruguaiana / Coord. Francisco Carlos Silveira de Barros Coelho e Duilio de Ávila Bêrni.

- Uruguaiana: Câmpus Uruguaiana - PUCRS, 2004.

2 v.

1. Uruguaiana - Condições sócio-econômicas. 2. Uruguaiana - Aspectos sociais. 3. Uruguaiana - Aspectos econômicos. 4. Uruguaiana - Geografia. 5. Uruguaiana - Arqueologia. I. Barros Coelho, Francisco Carlos Silveira de. II. Bêrni, Duilio de Ávila.

CDD 330.98165

Bibliotecária Responsável

Márcia Regina Stasiak CRB-10/748

[...] Quanto mais o homem conhece a realidade e o mundo, tanto mais se conhece a si mesmo na sua unicidade, ao mesmo tempo que nele se torna cada vez mais premente a questão do sentido das coisas e da sua própria existência. O que chega a ser objeto do nosso conhecimento torna-se por isso mesmo parte da nossa vida. (Papa JOÃO PAULO II, 1999, p. 7)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas envolveram-se na realização deste Diagnóstico, gerando débitos impagáveis com qualquer gesto de agradecimento. Mesmo assim, manifestamos a elas nosso profundo reconhecimento.

À Professora Maria de Lourdes Souza Villela, Diretora do Câmpus Uruguaiana da PUCRS, pelo seu irrestrito apoio pessoal e institucional para a concretização deste trabalho.

À Prefeitura Municipal de Uruguaiana, à Associação Comercial e Industrial de Uruguaiana e à Agência local do Banrisul, pelo auxílio material e pela crença na realização deste Diagnóstico.

Aos coordenadores, diretores, colegas professores, funcionários e alunos do Câmpus Uruguaiana da PUCRS, pelo incentivo e pela colaboração.

Nossos corações guardam ainda outros nomes de pessoas e instituições sem as quais este trabalho não teria a presente forma. A elas, nosso agradecimento.

PARTICIPANTES

PROFESSORES

- **Aldamir Marquetti** (Ph.D) - Professor do PPGE da PUCRS, Câmpus Central.
- **Carlos Nelson dos Reis** (Doutor) - Professor do PPGE da PUCRS, Câmpus Central.
- **Celso Alberto de Souza Lemos** (Mestre) - Professor do Departamento de Agronomia do Câmpus Uruguaiana da PUCRS.
- **Duilio de Avila Bêrni** (Ph.D) - Professor do Departamento de Economia da PUCRS, Câmpus Central.
- **Edson Gonzague Brito da Silva** (Mestre) - Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Câmpus Uruguaiana da PUCRS.
- **Fernanda Sperotto** (Mestre) - Professora do Departamento de Economia da PUCRS, Câmpus Central.
- **Flamarion Freire da Fontoura Gomes** (Mestre) - Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Câmpus Uruguaiana da PUCRS.
- **Francisco Carlos Silveira de Barros Coelho** (Mestre) - Professor do Departamento de Economia do Câmpus Uruguaiana da PUCRS.
- **Hugo Pina Dias** (Mestre) - Professor do Departamento de Agronomia do Câmpus Uruguaiana da PUCRS.
- **João Sidnei Duarte Machado** (Doutor) - Professor .... Câmpus Uruguaiana da PUCRS.
- **Jorge Alberto Villwock** (Mestre) - Diretor do Instituto de Meio Ambiente e professor do Departamento de Geografia da PUCRS

- **Mauro Barcelos Sopeña** (Mestre) – Professor do Departamento de Economia do Câmpus Uruguaiana da PUCRS.

- **Regis Alexandre Lahn** (Mestre) – Doutorando em Engenharia de Recursos Hídricos e Professor do Departamento de Geografia e Departamento de Engenharia Civil da PUCRS, Câmpus Central.

- **Roberto Naime** (Doutor) – Professor do Departamento de Engenharia Civil da PUCRS, Câmpus Central.

- **Ronaldo Herrlein Jr.** (Doutor) – Professor do PPGE da PUCRS, Câmpus Central.

- **Roshangela Freitas Bastani** (Mestre) – Professora da FFCH da PUCRS, Câmpus Central.

ALUNOS

- **Luiz Antônio Vieira Queiróz Filho** – Acadêmico de Economia da FACE da PUCRS, Câmpus Central.

- **Joseani Lopes Farias** - Acadêmica de História da UFSM.

- **Valter Fernando Bassani Piuco** – Acadêmico de Administração da FACI da PUCRS, Câmpus Uruguaiana.

APRESENTAÇÃO

Demorou. Mas aqui está. Aqui, aqui. Não é metáfora. É aqui, sob a lapiseira, e aqui, em Uruguaiana, para Uruguaiana. Aquela que haveremos de construir com a decisão, com o elã, com a saúde, com o trabalho, com as informações, revelações, fatos e números, que temos e que antevemos.

O Diagnóstico Sócio-econômico de Uruguaiana é a primeira versão de um tesouro, que contém – não teria a petulância de dizer tudo, nem a ousadia de dizer muito, mas o equilíbrio de dizer – algumas das coisas que podiam ser recuperadas do passado; algumas das coisas que podem ser descritas do presente; algumas coisas que é possível sugerir para o futuro, de Uruguaiana, a nossa Uruguaiana.

Primeira versão, porque muito haveremos de acrescentar, de retificar, de substituir, de apagar. Porque tanto Uruguaiana quanto o diagnóstico são realidades perfectíveis.

É isso.

Maria de Lourdes Souza Villela

Diretora Geral do Câmpus Uruguaiana da PUCRS

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

1 INTRODUÇÃO

A universidade tem uma função educativa extraordinariamente ampla que extrapola o âmbito restrito da formação profissional.

Intimamente ligada à sua região, à sua gente, a universidade deve estar organizada formalmente para detectar na sociedade novas necessidades e anseios, assumindo, assim, seu papel de vanguarda e perceber que é possível repensar essa mesma sociedade.

Somente uma universidade aberta aos estímulos comunitários, apta para conhecer as reais carências sociais e consciente de que a função educativa se exerce também através da aplicação do conhecimento estará cumprindo, além do compromisso com o ensino, com as duas outras tarefas que lhe são inerentes: a pesquisa e a extensão.

Essa prática integrada do ensino, da pesquisa e da extensão articulada com a prática formal e informal de comunicação com a comunidade é ação bilateralmente enriquecedora, já que propicia a ampliação do conhecimento acadêmico, a reformulação dos currículos, o desenvolvimento de novas tecnologias ao mesmo tempo que produz o crescimento e o desenvolvimento do nível de consciência da população.

Coerente com essa proposta de fazer universidade e consciente do seu papel neste extremo oeste do Estado, o Câmpus Uruguaiana da PUCRS, juntamente com o Câmpus Central, entregam à comunidade este Diagnóstico Sócio-econômico de Uruguaiana.

O município - desmembrado de Alegrete e elevado à categoria de "Villa de Uruguayana" em 29 de maio de 1846 - apresenta um conjunto de singularidades que o tornam um interessante objeto de estudo. Situado na margem esquerda do Rio Uruguai, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, Uruguaiana possui uma localização privilegiada para dar escoamento às interconexões entre as economias constituintes do Mercosul. Examinado sob a perspectiva de sua evolução histórica, tem sua vocação econômica voltada à produção primária que, em 1998, representava quase o dobro da correspondente produção industrial. Sendo assim, apesar da predominância na geração de seu valor adicionado estar associada ao setor Terciário, é das atividades primárias que decorre o dinamismo econômico do município.

Na transição para o século XXI, o produto interno bruto *per capita* de Uruguaiana representou cerca de dois terços do correspondente produto estadual. Considerando que o próprio estado do Rio Grande do Sul vive problemas decorrentes do insuficiente desenvolvimento econômico, as oportunidades de gerar oferta para atender a uma enorme demanda latente fazem-se sentir com intensidade, tanto no Estado como em Uruguaiana. Há mais de duas décadas que o estado sulino vem-se caracterizando como dominado pelas atividades terciárias, mas a dinamização de sua economia tem emanado do setor industrial. Na verdade, o Rio Grande do Sul tem despontado no cenário (também insuficientemente desenvolvido) da economia brasileira como gerador de divisas cambiais, por intermédio tanto de sua produção agrícola quanto da industrial. Marca-se, assim, ligeiro contraste com Uruguaiana, o que – antes de constituir um problema *per si* – pode apontar para enormes possibilidades de integração regional e mesmo internacional pelo aproveitamento de suas vantagens comparativas.

Todavia, no mundo moderno, sabe-se que desenvolvimento econômico significa preponderância dos Serviços e da Indústria, de sorte que, mesmo crescendo aceleradamente, a Agricultura uruguaianense deve perder posição relativa na formação da renda local. Tal fato deve ocorrer em virtude do crescimento mais robusto das atividades econômicas urbanas. Na verdade, o grande desafio da presente geração de formuladores de política econômica (global ou local) consiste precisamente em articular uma forma de promover com suavidade esta transição. Em outras palavras, a Agricultura enfrenta desafios para oferecer maior dinamismo a

todo o aparato econômico local e os anteparos a ela apostos devem ser esmiuçados, apontando para sua superação. Por contraste, a arte da formulação da política econômica reside, precisamente, na definição de uma estratégia de crescimento sustentado que torne indolor a mudança que a primazia das atividades urbanas vai ocasionar em praticamente todas as esferas da vida local: mais urbanização e a conseqüente necessidade de mais infra-estrutura urbana, maiores contingentes populacionais à busca de emprego e maior exposição à concorrência externa.

Abrir-se a novas possibilidades, mantendo sua integridade, é o grande desafio anteposto às forças vivas constitutivas da sociedade local, caso esta se articule de modo a atender aos crescentes anseios de consumo da população. Localizar as possíveis fontes do crescimento é o desafio imposto aos tomadores de decisão, às elites locais e à representação política municipal. Apontar possibilidades de mudança, tangenciando inúmeros aspectos, inclusive as conexões financeiras, pode ser a contribuição oferecida pelos quadros de pessoal técnico sensibilizados com os desafios a serem enfrentados pelo município. Desenhar planos e executar projetos constitui-se na culminância de um processo, sem dúvida já iniciado há um bom tempo, que pode assumir novos contornos a partir da conclusão do presente Diagnóstico.

Observando a possibilidade de transformação da realidade de um município ou região sob o ponto de vista estratégico, uma série de etapas pode ser percorrida, tais como:

I. definição de diretrizes para a montagem de uma estratégia de desenvolvimento sócio-econômico;

II. delineamento de planos de ação municipal e a correspondente busca de apoio nas esferas do poder executivo estadual e federal;

III. realização de estudos de viabilidade de investimentos específicos;

IV. identificação de fontes de financiamento tanto para atividades características do setor público como para o investimento direto em atividades produtivas;

V. favorecimento e o aprofundamento do espírito de empreendedorismo de atuais e futuros empresários;

VI. geração de emprego e renda.

Entretanto, a etapa inicial da articulação deste tipo de trabalho passa, necessariamente, pela elaboração de um amplo diagnóstico da situação atual do município, pelo levantamento de seus recursos destinados ao apoio do processo de planejamento e, mais importante, pelo levantamento dos recursos passíveis de serem utilizados na trajetória a ser percorrida. Neste contexto, o presente Diagnóstico busca contribuir para o delineamento de ações que aprofundem o desenvolvimento sócio-econômico do município de Uruguaiana, através do estudo detalhado da sua realidade.

No Capítulo 1, partindo de um levantamento e sistematização da literatura sobre desenvolvimento sócio-econômico, procurou-se inventariar estilos de condução da modernização societária em diferentes tipos de contextos empíricos.

No capítulo 2, buscou-se fazer um levantamento exaustivo das informações disponíveis sobre a realidade do município, confrontando-a, particularmente, com as condições das regiões próximas, enfatizando o clima, a vegetação nativa, a hidrografia, a geomorfologia, a hidrogeologia, os tipos de solo e seus usos atuais e potenciais. Já no Capítulo 3, abordou-se a forma de ocupação humana.

No Capítulo 4, estudaram-se alguns aspectos da dinâmica do crescimento populacional, destacando os movimentos ocorridos, a cada vez, nos meios rural e urbano, e a estrutura populacional por faixa etária e gênero, o que define os contornos da população econonomicamente ativa municipal.

Em seguida, no Capítulo 5, a partir da montagem de um banco de dados específico, discutiu-se a evolução da estrutura e da infra-estrutura econômica do município, destacando a forma de inserção e os modos de articulação da economia uruguaianense na economia gaúcha. Também foram examinadas as peculiaridades e potencialidades da Indústria e dos Serviços.

Os Capítulos 6, 7 e 8 apresentam um inventário dos setores primário, secundário e terciário da economia do município.

O Capítulo 9 dedicou-se a elaborar um balanço da realidade social vigente, a partir de indicadores sociais, tais como os relativos à segurança pública, ao saneamento, à saúde, à educação e cultura, ao turismo e lazer, bem como aspectos da organização sócio-política municipal.

Por fim, consciente das limitações e perigos que os limites de tempo e conhecimento íntimo da realidade local podem trazer ao desenvolvimento de idéias ousadas, o Capítulo 10 procurou alinhar algumas considerações sobre os meios físico, biológico e sócio-econômico de Uruguaiana, especulando sobre alguns direcionamentos da ação presente, mas principalmente sobre os desdobramentos do esforço aqui empreendido e possibilidades de sua apropriação criativa pelas forças vivas da comunidade.

Uruguaiana, abril de 2004.

Duilio de Avila Bêrni

Francisco Carlos Silveira de Barros Coelho

2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Fernanda Sperotto

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As dinâmicas local e regional ocupam um lugar de destaque nas investigações e nos estudos de diversas áreas do conhecimento aplicado, sendo um campo importante para as análises econômica, social e geográfica. Abordando questões de suma relevância prática, estudam a diferenciação espacial do desenvolvimento e os diferenciados padrões de indução de desenvolvimento econômico. Kon (1998), analisando o desenvolvimento regional e o trabalho no Brasil, agrupa as teorias de desenvolvimentos regional e local em três correntes principais. A primeira delas reúne as Teorias de Equilíbrio Regional, que admitem que o desenvolvimento é atingido mediante a idéia de equilíbrio dos mercados. Neste contexto, o desenvolvimento é promovido pelo equilíbrio regional[1]. Para seus adeptos, a tendência do mercado de equilíbrio é sempre garantida, de forma que as diferenças regionais de preços, custos e rendas ocorrem apenas no curto prazo. À medida que esses fatores forem se equalizando regionalmente, através das próprias forças de mercado, atingir-se-à a estabilidade, e, por conseguinte, o desenvolvimento. As Teorias do Desenvolvimento Equilibrado analisam o desenvolvimento regional a partir da capacidade produtiva de cada espaço. Para isso, assumem duas hipóteses básicas: que os fatores de produção são perfeitamente substituíveis entre si e que seus preços são flexíveis. Assim, a taxa de crescimento da economia fica estabelecida pela acumulação do capital, pela expansão da oferta de trabalho e pelo progresso técnico. Em decorrência, a

---

[1] Entre as teorias neoclássicas de desenvolvimento regional mais conhecidas estão: Teoria da localização (Weber), Teoria da concentração industrial (Isard), Teoria das regiões econômicas (Löch) e a Teoria do lugar central (Christaller).

diferença na disponibilidade desses elementos é que explica as diferenças regionais de desenvolvimento. Outra noção adjacente é a das vantagens comparativas regionais, que refletem a disponibilidade de recursos da região no que tange à matéria-prima, à mão-de-obra e à infra-estrutura. Na opinião de Kon, as teorias de equilíbrio regional, por basearem-se em pressupostos rígidos e estáticos, desconsideram importantes fatores dinâmicos que também influenciam na escolha da localização.

A segunda corrente é representada pelas Teorias de Desenvolvimento Regional Desequilibrado. Conforme Kon (1998), o ponto de partida é a constatação de que existe um processo desequilibrado de ordenação da concentração das atividades econômicas, que se caracteriza pela formação de fenômenos como as economias de aglomeração e as economias/deseconomias internas e externas. A reunião desses fenômenos implica a polarização do crescimento. As teorias do desenvolvimento desigual consideram que as economias de aglomeração são a causa da heterogeneidade do sistema espacial. Kon ressalta que essas economias de aglomeração são motivadas, na maioria das vezes, pelos efeitos de escala ou indivisibilidade, os quais são, predominantemente, característicos de grandes centros urbanos[2].

A terceira corrente, de abordagem mais atual, caracteriza-se por considerar que o espaço é heterogêneo. Assim, a escolha do lugar onde será efetivada a produção se dará a partir da adaptação simultânea da técnica e da força de trabalho. Ademais, seu enfoque centra-se nas economias regionais individuais. Outra percepção associada a essa corrente é de que o avanço tecnológico e a reestruturação organizacional da empresa tornaram a esfera produtiva mais sofisticada e flexível. Em vista disso, os autores a ela associados concluem que o desenvolvimento regional é desigual, uma vez que as vantagens comparativas relativas ao desenvolvimento tecnológico são diferenciadas de região para região. Em outras palavras, o conhecimento acumulado e a interação das inovações (que atualmente são os principais alimentadores do desenvolvimento tecnológico) não

---

[2] As principais contribuições desta teoria compreendem os trabalhos sobre Pólos de Crescimento (Perroux), Aglomerações industriais (Hirschmann) e Desenvolvimento Regional em países desenvolvidos e subdesenvolvidos (Myrdal).

são encontrados em todas as regiões no nível que requerem as empresas[3].

De acordo com Castells e Hall (1994), vive-se um novo espaço industrial, definido pela utilização de novas tecnologias e pela localização de novos setores industriais. Uma conseqüência direta desse fenômeno é o enfraquecimento da capacidade dos governos nacionais para implantar e gerenciar políticas desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, nas cidades e nas regiões, observa-se, ao contrário, um fortalecimento de gerência desenvolvimentista, demonstrando maior flexibilidade e respondendo rapidamente às novas exigências de mercado e de tecnologia.

Conforme os autores envolvidos no debate, as cidades e regiões possuem uma capacidade maior de resposta para elaborar projetos de desenvolvimento concreto, para negociar com empresas multinacionais, para fomentar o crescimento de pequenas e médias empresas e para criar condições afinadas com as novas oportunidades econômicas. Nesse sentido, a elaboração de políticas locais orientadas para o desenvolvimento econômico é imprescindível para o crescimento sustentável das cidades e das regiões no novo cenário global. Assim, esse capítulo se propõe a examinar as contribuições das principais teorias de desenvolvimento regional, a capacidade de cada um dos setores econômicos (Agricultura, Indústria e Serviços) para a promoção do desenvolvimento e as implicações do fenômeno na globalização e na preservação do meio ambiente para a construção de um desenvolvimento local e regional sustentável.

2.2 TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A temática de desenvolvimento regional e urbano exige o conhecimento de um rol de conceitos e definições norteadores dos aspectos relevantes do dinamismo geoeconômico. Um dos primeiros estudiosos a dedicar-se à questão da localização foi Von Thünen. Seu trabalho ficou conhecido como a Teoria da Localização Agrícola (FERREIRA, 1977). Os elementos relacionados para explicar a distribuição locacional das atividades foram a produtividade física da terra, distância dos

---

[3] Conforme Kon (1998), as linhas de estudo dessa visão mais recente enfoca: teorias de polarização, reversão da polarização, reversão da reversão da polarização; teorias da aglomeração/descentralização; modelos de difusão e teorias de agrupamentos; e ciclos de vida de produto, dentre outras.

mercados e os custos de transportes[4].

Posteriormente, Alfred Weber, focalizando as razões da localização espacial deu outro passo importante para a formalização de modelos explicativos de concentração econômica. Sua idéia era que o lugar ideal para sediar a atividade econômica seria aquele que oferecesse o menor custo de transporte para a produção combinada total (RICHARDSON, 1973; FERREIRA, 1989). Esses efeitos, por sua vez, orientam três questões de suma importância para o estudo do desenvolvimento urbano e regional. São elas: por que dentro de uma região as atividades econômicas se conglomeram de preferência em poucos centros? Por que a produção e a população se aglomeram em certas regiões e qual a razão dessa formação ser auto-sustentável? Quais as conseqüências das escolhas das firmas quanto a sua localização?

Nesse mesmo campo, uma das contribuições mais pertinentes foi a de Hirschman (1977). O autor americano questionava como o crescimento poderia ser transmitido de uma região para outra ou de um país para outro. Para explicar essa questão, uma das primeiras coisas a se considerar é que, infelizmente ou não, o crescimento será sempre desequilibrado, privilegiando algumas regiões em detrimento de outras. Todavia, mesmo sendo um processo desequilibrado, toda vez que uma região se expande, demonstrando progresso econômico, surgem pressões para o crescimento de outros pontos.

Hirschman criticava a posição dos investidores que focalizavam apenas as oportunidades ao redor das regiões mais dinâmicas (conhecidas como centrais, nodais, polares). Para ele, o investimento, quando bem direcionado, possui a capacidade de disseminar o crescimento econômico para outras regiões menos “atraentes”, mas com potencial.

O autor identificou dois tipos de efeitos que poderiam ocorrer: efeito de fluência (efeitos favoráveis ao avanço do progresso econômico) e efeito de polarização (efeitos desfavoráveis ao avanço do progresso). Inicialmente, sua investigação baseou-se na identificação das regiões a partir desses efeitos. Seu

---

[4] O modelo de Von Thünen visava responder o que se deve produzir em um dado local. Indagação semelhante a da teoria da localização industrial. Seu modelo possibilitou a identificação de anéis que indicavam padrões de vantagens locacionais no uso da terra agrícola.

estudo empírico procurou identificar as características e os efeitos de troca comerciais entre duas macrorregiões antagônicas dos Estados Unidos, o norte (desenvolvido) e o sul (atrasado). A hipótese fundamental trabalhada por Hirschman era de que sempre haveria um saldo líquido positivo nas trocas entre uma região de fluência e outra de polarização, haja vista os efeitos de vazamento que a região mais atrasada absorveria daquela em melhor estágio de desenvolvimento[5].

Diante disso, um dos elementos mais importantes para viabilizar o potencial econômico de uma região será o nível de investimento. Mais especificamente, os investimentos públicos são a forma mais direta de se expandirem as taxas de crescimento das diversas regiões de um país. Tais investimentos poderão assumir três padrões de alocação: dispersão, concentração em áreas de crescimento e focalização em áreas estagnadas.

A evidência empírica indica que a maioria dos países opta por adotar um padrão mais dispersivo. Na opinião de Hirschman, "[...] o progresso econômico é concebido como uma força que deve atingir igualmente todos os membros e setores da comunidade" (HIRSCHMAN, 1977, p. 43). Ademais, a canalização de investimentos para áreas estagnadas é bastante arriscada, podendo se traduzir em investimentos mal-distribuídos. Desta forma, o caminho mais seguro é dotar as regiões mais atrasadas de um nível mínimo de infra-estrutura como um adequado sistema de transporte, uma boa oferta de energia e um montante suficiente de investimentos em capital social (educação, moradia e saúde), todos esses existentes em áreas mais desenvolvidas. Diante disso, abre-se a oportunidade de se discutir as oportunidades (ou potenciais) de modelos dinamizadores, capazes de disseminar um nível mínimo de bem-estar e desenvolvimento econômico. Em continuação, apresentar-se-ão as idéias centrais, bem como as características dos principais modelos de desenvolvimento regional, que, em ordem cronológica dos estudos de economia regional e urbana, são: Teoria dos Lugares Centrais, Teoria da Base Exportadora, Teoria dos Pólos de Crescimento e Teoria das Aglomerações Urbanas. Por fim, serão analisadas as contribuições mais recentes sobre o tema.

---

[5] Hirschman não descarta a possibilidade de ocorrerem obstáculos, os quais, ao invés de melhorar a situação da região mais atrasada, a piorariam. Por exemplo, analisando o estudo de caso do autor, o sucesso econômico da região sul estaria vinculado as suas trocas com o norte. Se o norte passasse a se abastecer em outro mercado, o sul perderia a oportunidade e, no limite, geraria (quando não ampliaria) uma estagnação econômica.

2.2.1 Teoria dos lugares centrais

A Teoria do Lugar Central foi apresentada na década de 30 por Christaller. A idéia principal da Teoria do lugar central é que o crescimento de uma cidade está relacionado ao seu nível de especialização em vários tipos de serviços urbanos. Nesse sentido, o ritmo de crescimento passa a ser resultante do atendimento da demanda desses serviços, fora e dentro dos seus limites espaciais.

Os dois conceitos fundamentais dessa abordagem, conforme Richardson (1975), são as noções de limite crítico de demanda e de alcance de um bem. O limite crítico da demanda expressa o nível mínimo de população e/ou renda capaz(es) de estimular a produção do bem (produto ou serviço), ou seja, sua oferta. A noção de alcance de um bem procura ressaltar a importância da distância econômica, colocando em segundo plano a distância geográfica, uma vez que as relações de troca inter-regionais serão, predominantemente, regidas pelos custos de frete e das demais despesas relativas ao transporte.

A hierarquia do lugar, a partir dessa abordagem, está relacionada com a hierarquia dos bens e serviços. Os lugares mais centrais corresponderão àqueles onde se encontra uma maior diversificação de bens e serviços. A hierarquia é definida através do tamanho e das funções dos centros, bem como das distâncias interurbanas.

Embora a Teoria do lugar central tenha sido alvo de várias críticas, para Richardson (1975) ela continua sendo um modelo de referência para estudos acerca de crescimento urbano. Entre as críticas mais pertinentes, destacam-se as dificuldades de aplicação empírica (dificuldade de distinguir os bens centrais dos dispersos em virtude das mudanças ao longo do tempo), a hipótese de que as grandes cidades especializam-se em bens com grandes áreas de mercado e o fato de subestimar a contribuição da migração à urbanização. Desta forma, conclui o autor que a Teoria do lugar central é insuficiente para um completo entendimento da dinâmica de crescimento urbano e da evolução da hierarquia espacial urbana. Porém, isso não invalida sua importância, apenas indica a necessidade de aprimorar e reforçar o conceito de lugar central.

A partir da idéia exposta pela Teoria do lugar central, foram criados modelos

capazes de mensurar o grau de centralidade (RICHARDSON, 1973; 1975). Os principais foram o modelo de classificação pelo tamanho, o modelo gravitacional e o modelo potencial. O primeiro deles, o Modelo de Classificação pelo Tamanho é utilizado para construção de Redes Funcionais. Tais redes são configuradas a partir de uma escala de lugares, possibilitando mapear tanto o grau de dependência de cada região como suas inter-relações[6]. A construção desse modelo deve pressupor a adoção de vários indicadores, que podem ser selecionados segundo enfoque específico que se deseja pesquisar.

O segundo, Modelo Gravitacional, fundamenta-se na noção expressa pela Lei da Gravitação, a qual mede a força de atração entre dois corpos. Sua aplicação na Teoria do Lugar Central mensurará a dinâmica relacional entre dois lugares, captando como indicadores a distância econômica (custos de produção e distribuição, no caso dos produtores, e custo de transporte – tempo de viagem e desconforto – no caso de consumidores) e o tamanho do lugar (dimensão geográfica).

Finalmente, o Modelo Potencial (uma derivação do Modelo Gravitacional) focalizará o potencial do lugar a partir apenas de seus fluxos de produção e consumo. À medida que os fluxos de um determinado lugar forem maiores em comparação a seu tamanho, maior será seu potencial. De modo semelhante à construção das Redes Funcionais, é possível adotar escalas geográficas diferenciadas, conforme o enfoque proposto para investigação.

Em síntese, a Teoria do Lugar Central baseia-se na discriminação de uma hierarquia de lugares, onde se observa uma centralização e uma rede de interdependência. Essa centralização está relacionada à capacidade de produção de bens e serviços (oferta de mercado), bem como seu atendimento (demanda de mercado), tanto internamente como para outras localidades. Diante disso, a dimensão geográfica fica subordinada à dimensão econômica. Isso porque o grau de centralidade do lugar será influenciado, no lado da oferta, pelos custos de produção e distribuição (frete, seguros, embalagem, armazenagem, tempo de deslocamento,

---

[6] A construção de Redes Funcionais é utilizada em diversas escalas geográficas. No caso de escalas menores é possível identificar os fluxos de serviços e comércio varejista do espaço urbano de uma cidade. Já em escalas maiores, identifica-se os fluxos de produção e comércio atacadista, por exemplo, entre dois municípios.

economias de escala) e no lado da demanda pelos custos de acesso. Portanto, fatores como a facilidade de acesso e uma boa infra-estrutura de comunicação tornam-se decisivos para a centralidade.

A Teoria do Lugar Central é um importante instrumental para construção de políticas públicas e avaliação de projetos empresariais, haja vista que ela possibilita conhecer a necessidade de uma nova via de transporte e a oportunidade de investimentos privados, os quais tendem a ser diferenciados segundo o potencial econômico de cada lugar.

2.2.2 Teoria da base exportadora

A Teoria da Base Exportadora avalia os efeitos do crescimento das exportações para o desenvolvimento econômico regional. O ponto de partida é que as exportações possuem a capacidade de gerar efeitos multiplicadores na economia da região, bem como estimular o mercado interno. A hipótese levantada pela teoria é a de que os mercados internos, por si só, não são capazes de manter continuamente altas taxas de crescimento econômico. Além disso, um estímulo às exportações tem a capacidade de promover uma tendência de redução de custos médios e expandir os lucros e os investimentos. A dinâmica do processo pressupõe que, com aumento das exportações, elevam-se os níveis de renda e de emprego, resultando, num momento seguinte, num maior consumo interno e, assim, maior crescimento econômico.

A Teoria da Base da Exportação considera que a taxa de crescimento regional é uma função do rendimento do setor exportador da região. Richardson (1973) apresenta essa relação:

$$Y_i = (E_i - M_i) + X_i,$$

onde Y_i é a renda da região i, $(E_i - M_i)$ são as despesas internas, X_i são as exportações regionais.

A partir desta relação encontra-se o efeito multiplicador das exportações na renda regional. Fazendo $E_i = e_iY_i$ e $M_i = m_iY_i$, tem-se:

$$Y_i = X_i/(1 - e_i - m_i),$$

em que o multiplicador é dado por $\partial Y_i/\partial X_i = 1//(1 - e_i - m_i)$.

Portanto, o crescimento de uma região dependerá do crescimento de suas indústrias de exportação, fazendo com que o incremento da demanda externa torne-se o principal fator de expansão econômica da região[7].

Um dos principais atributos dessa teoria, segundo Pires (2003), é que, a partir da base exportadora, desenvolvem-se centros nodais, que, posteriormente, darão origem a importantes centros comerciais. Suas implicações serão:

a) estímulo à entrada de importações;

b) aparecimento de indústrias complementares ao setor exportador;

c) surgimento de um dinâmico setor Serviços especialmente voltado para os setor(es) exportador(res).

Todavia, conforme ressalta Souza (2000), para que essa estratégia de crescimento seja efetiva, também é necessário que a região apresente as seguintes características: existência de capacidade ociosa, estoque de mão-de-obra, boa infra-estrutura logística, disponibilidade de capacitação empresarial e encadeamentos de insumo-produto do bem exportado com o mercado interno.

Segundo Tiebout (1977), a base da exportação é uma condição necessária e suficiente para o crescimento econômico regional. Fatores que estimulam o nível de competitividade de uma região em relação à outra implicarão a sua capacidade exportadora. Esses fatores, conforme o autor, seriam rede de transportes, tamanho e localização dos mercados e dotação de fatores de produção. Entretanto, Tiebout ressalta que a capacidade da base de exportação depende, também, dos custos dos insumos, de forma que as localidades com menores custos apresentarão vantagens econômicas maiores. Na avaliação do autor, o modelo de base de exportação ajusta-se muito bem em cidades satélites, nos limites suburbanos, nos quais os baixos custos de transportes e a proximidade dos mercados propiciam a exportação para áreas adjacentes.

---

[7] Um exemplo da aplicação da Teoria da Base Exportadora é o quociente locacional que mensura a concentração de um setor ou atividade i, de uma região j, numa área a qual a região j faça parte.

Nesse contexto, afirma Tiebout: a capacidade de desenvolver uma base de exportação é que possibilita o crescimento regional.

Para Richardson (1973; 1977), o enfoque dado apenas às exportações é demasiadamente forte para explicar o crescimento de dada região, pois existiriam outros elementos de relevância, que foram menosprezados pelos seguidores dessa teoria. Os principais deles seriam os efeitos das mudanças tecnológicas e o nível de investimento autônomo.

O autor ainda faz duas ressalvas. A primeira questiona a hipótese de as exportações serem exogenamente determinadas, uma vez que, nas trocas inter-regionais, o volume de exportações acaba sendo determinado pelas importações de outras regiões. A segunda refere-se ao tamanho da região, identificando que existe uma relação inversa entre o tamanho da região e a confiança do indicador da base de exportação. Em síntese, Richardson (1973) salienta que o modelo deve expandir-se nos seguintes pontos:

a) avaliar outras fontes importantes de crescimento regional (como as despesas do governo central na região, substituição de importações nas indústrias locais e maior eficiência das indústrias locais na oferta de bens e serviços);

b) abordar a necessidade de geração de excedentes de exportação;

c) discutir a convergência ou divergência das taxas de crescimento regional;

d) trabalhar com a hipótese de que não há garantia de atingir uma taxa de crescimento de equilíbrio.

Outros autores, como Pires (2003), Souza (2000) e Haddad e Schawartzmann (1972), embora verifiquem a capacidade das exportações no que tange aos aumentos da renda e do emprego, também apresentam alguns aspectos importantes. Os principais seriam: aumento da vulnerabilidade de choques externos recessivos, diminuição da competitividade frente à pressão de alguns custos (como transportes), exaustão de recursos naturais; custos crescentes de terra ou trabalho e mudanças tecnológicas modificadoras da composição relativa dos insumos.

Em suma, a Teoria da Base Exportadora se fundamenta nos efeitos gerados pelas vendas de produtos para outras regiões ou países, que desencadearão importantes movimentos econômicos. Entre estes, pode-se destacar o aparecimento de indústrias subsidiadas ao setor exportador, mudanças na distribuição da população e no padrão de industrialização, efeitos multiplicadores e estimuladores de investimentos, elevação da poupança local, criação de novos serviços/atividades etc. Porém, deve-se levar em conta o impacto de outros elementos dinamizadores para a economia local além das exportações, bem como o considerável grau de vulnerabilidade externa que esse modelo apresenta.

2.2.3 Teoria dos pólos de crescimento

A Teoria dos Pólos de Crescimento foi elaborada por François Perroux, inspirada no modelo de desenvolvimento Schumpeteriano. No modelo de Perroux, a figura do empresário empreendedor/inovador é enriquecida pelo conceito de unidade econômica motriz, ou indústria motriz. Os pressupostos iniciais são que o crescimento é localizado e não disseminado no espaço ou no aparelho produtivo, que o crescimento é forçosamente desequilibrado e a interdependência técnica é um fator a se destacar na transmissão do crescimento (PERROUX, 1977).

Além desses pressupostos, foram elaborados três conceitos principais: indústria motriz, indústria chave e pólo econômico. A indústria motriz é aquela que apresenta uma taxa de crescimento acima da média do produto industrial e do produto da economia nacional. Essa indústria tem a capacidade de aumentar as vendas das outras indústrias toda vez que eleva as suas. A indústria motriz se diferenciará das demais pela sua capacidade de modificar as estruturas econômicas espalhadas em todo mercado. Mais especificamente, a indústria motriz deverá apresentar as seguintes características: ter grande porte (segundo Perroux, sua participação na produção da região deve ser maior que 60%); ter sua taxa de crescimento superior à média regional; apresentar ampla inter-relação com outras indústrias (*linkages*). A indústria motriz torna-se também criadora de economias externas, ou seja, de forma indireta, passa a interferir favoravelmente em outras empresas ou na sociedade, promovendo benefícios diversos, como a diminuição de custos.

De acordo com Paelinck (1977), a indústria motriz exerce sua influência de duas formas na região. A primeira delas é através de uma ação sobre os fluxos (presentes e futuros). A segunda refere-se aos efeitos de novos processos técnicos sobre as rendas disponíveis na região, sobre as técnicas de fabricação e sobre os custos intermediários das empresas que consomem o produto da empresa principal.

O conceito de indústria chave identifica aquela indústria que tem a capacidade de elevar o volume de vendas das demais indústrias numa proporção maior que o aumento de suas próprias vendas, ou seja, aquela que cria um efeito multiplicador a partir do crescimento de suas vendas. A noção de pólo de crescimento implica a formação de um conjunto de unidades motrizes, que criam efeitos de encadeamento sobre outros conjuntos definidos no espaço econômico e geográfico. Desta forma, a formação de centros polarizadores ou pólos de crescimento ocorrerá a partir das irradiações econômicas de um conjunto de indústrias motrizes. Esse processo de polarização, induzido pelas indústrias motrizes, atrairá e concentrará ao seu entorno recursos humanos e materiais, promovendo, desta forma, o aumento e diversificação do consumo, melhorias sociais e de infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra e empreendedorismo.

Haddad e Schawartzmann (1972), citando Perrox, ressaltam que a polarização ocorre no espaço econômico abstrato, o que não significa necessariamente concentração geográfica. Isso porque a firma motriz localizada num dado espaço pode ter efeito de polarização sobre todo o mundo. Perroux (1977) cita outros dois elementos caracterizadores de um pólo de crescimento: a predominância de formas não concorrentes (formação de oligopólios) e a tendência à aglomeração territorial. Especificamente no caso dessa última, a aglomeração industrial-urbana reúne tipos de consumidores com padrões de consumo diversificados e progressivos, expandindo e interligando as necessidades coletivas (habitação, transporte, serviços públicos etc.).

Paelinck (1977) procurou aperfeiçoar alguns conceitos desenvolvidos por Perroux, aprimorando a Teoria de Pólos de Crescimento. Um deles foi identificar quatro tipos funcionais de polarização: polarização técnica (refere-se à integração técnica, constituindo-se no motor da diversificação regional e dos efeitos benéficos que dela aparecem); polarização pelas rendas (detém-se no efeito multiplicador das

rendas, sendo função de vários elementos como a estrutura demográfica, a capacitação técnica, a estrutura financeira, etc.); polarização psicológica (engloba os fenômenos de imitação, as técnicas de informação, o conhecimento exato do comportamento dos empresários e a existência de um programa detalhado de crescimento regional); polarização geográfica (volta-se para a questão da organização regional do espaço).

Além dessas conceituações, o autor também discrimina o que são pólo ativo/pólo potencial e pólo principal/pólo derivado/pólo lateral. Um pólo ativo é aquele que tem a capacidade de ampliar um setor industrial anexo a ele e promover crescente expansão do mesmo. Já um pólo potencial é aquele que possui o poder de produzir uma expansão num ritmo crescente, porém contando com certas condições (proximidade de mercado de insumos, meios de transporte, tamanho de mercado etc.).

As noções de pólo principal, pólo derivado e pólo lateral procuram classificar o conjunto de atividades desenvolvidas no pólo de crescimento. Assim, no pólo principal (pólo de crescimento efetivo), estão as indústrias que produzem o bem mais importante da região. No pólo derivado, produzem-se os bens intermediários, os quais atenderão às demandas diretas das indústrias do pólo principal. Finalmente, no pólo lateral estão as indústrias fornecedoras de bens para o pólo derivado[8].

Paelinck (1977) também trabalhou conceitos operacionais de região: regiões homogêneas, regiões polarizadas e regiões de programação. O conceito de região homogênea é utilizado para verificar se, a partir de alguns critérios - como densidade e estrutura da população, nível de renda, atividades econômicas e tipos de investimento - a dispersão é maior ou menor à medida que seus limites fronteiriços se alteram.

A região polarizada é identificada como sendo o lugar de trocas de bens e serviços, onde, no seu interior, observa-se uma intensidade maior do que aquela constatada nas trocas com outras regiões (a relação assimétrica é uma condição

[8] Exemplificando: um pólo têxtil terá como suporte um pólo derivado (formado pelas indústrias de máquinas de tecelagem) e um pólo lateral (reunindo as indústrias de mecânica e fundição).

para configuração de um pólo de crescimento).

Por fim, a região de programação envolve um conjunto de regiões homogêneas (ou parte delas), polarizadas em um nível tendencialmente elevado.

No tocante aos elementos condicionadores de crescimento regional, Paelinck (1977) ressalta dois: a intensidade dos fluxos das rendas pessoais e a intensidade das relações técnicas e comerciais entre as empresas localizadas na região. Entretanto, para ele o elemento de fato desencadeador de crescimento é o segundo:

> [...] o aumento do bem-estar de uma população regional pode apoiar-se sobre o desenvolvimento de suas atividades econômicas tradicionais. Porém, se o crescimento das atividades tradicionais vão se caracterizar por uma taxa de crescimento relativamente elevada, o vazamento das rendas para fora da região e a insuficiência das rendas derivadas de atividade intersetorial (secundária e terciária) constituirão um obstáculo ao desenvolvimento do bem-estar regional" (PAELINCK, 1977, p. 170)

Em linhas gerais, a Teoria dos Pólos de Crescimento trouxe à temática do desenvolvimento regional um importante elemento: a inovação tecnológica. A partir dos efeitos das inovações, que constituirão as indústrias motrizes e as indústrias-chave, explicam-se os motivos do processo de concentração na dinâmica do crescimento local ou regional.

2.2.4 Teoria das aglomerações urbanas

A Teoria das aglomerações urbanas baseia-se no fenômeno de concentração produtiva (produtos e serviços) dentro do perímetro urbano. Essa concentração estabelece-se a partir da ocorrência de economias de aglomeração. As economias de aglomeração compreendem (BENKO, 2002; ISARD, 1964; KON 2001) as economias de escala, as economias de urbanização e as economias de localização.

Richardson (1973) classifica essas economias a partir da noção de economia de escala. Segundo ele, as economias de escala são de três tipos: economias internas à firma, economias externas à firma (porém, internas à indústria) e economias externas à indústria. As primeiras (específicas da firma) indicam ganhos de produção (aumento da quantidade produzida) associados a uma redução

de custos. As economias externas à firma, que Isard (1964) denominou de economias de localização, envolvem ganhos indiretos de produção associados a custos menores, advindos de externalidades positivas geradas pela indústria. Finalmente, as economias externas à indústria, identificadas também como economias de urbanização, indicam ganhos originados do aumento do tamanho econômico em dados locais, extensivos a todas indústrias neles fixadas.

As economias de localização, também identificadas por Richardson como economias tecnológicas interindustriais, estão relacionadas aos conceitos trabalhados por François Perroux sobre pólos de crescimento ou, conforme o primeiro, pontos de crescimento. Nas economias de localização, as firmas de uma mesma indústria passam a desfrutar de facilidades de acesso às fontes de matérias-primas e de recursos não-transportáveis.

Já as economias de urbanização (ou economias de concentração urbana) envolverão as facilidades de acesso a mercados mais amplos, o desenvolvimento de um mercado de mão-de-obra maior e a formação de *pools* de talento administrativo, a presença de facilidades comerciais, bancárias e financeiras, as economias ligadas a serviços de transporte, as economias de comunicação, a disponibilidade de meios sociais, culturais e de lazer, influenciadores na decisão da localização e, por fim, as economias de escala de serviços públicos. Em síntese, são as vantagens dos ambientes urbanos que criam significativas economias externas para as empresas. Seu traço característico é que elas não podem ser observadas em ambientes menores.

Todavia, verificam-se, também, deseconomias pecuniárias nesses grandes centros, tais como: elevação do preço da terra, salários mais elevados e custos provenientes da maior dificuldade de deslocamento. Diante disso, muitas empresas preferem fixar-se em zonas suburbanas, onde se preservam facilidades dos grandes centros, sem seus inconvenientes.

Alonso (*apud* RICHARDSON, 1973) analisou os pontos positivos que levariam uma firma a escolher situar-se num centro urbano, relacionando, de um lado, o potencial de mercado e as vantagens de acessibilidade que esses centros oferecem, e de outro, o valor dos aluguéis. Esse impasse (vantagens e custos) foi

investigado a partir da noção de funções de oferta de aluguel. Essas funções foram expressas através de curvas de isolucro, que demonstraram como o aluguel deveria variar com a distância para que a firma obtivesse os mesmos lucros, independentemente de sua localização. O modelo de Alonso permite correlacionar o aluguel dos terrenos nos grandes centros à distribuição das atividades econômicas, conforme sua necessidade de acesso. Nesse sentido, os estabelecimentos que se concentrarão no núcleo serão aqueles que exercem certas atividades altamente influenciadas pelo rápido acesso ao mercado consumidor[9].

Klaasen (1977), analisando o potencial de atração de uma cidade, a partir do que ela oferece de atrativos para a produção, discorre sobre dois aspectos que implicam uma tendência natural à concentração urbana de certas atividades. O primeiro deles é que uma nova atividade tenderá a surgir numa cidade quando as necessidades da nova empresa forem satisfeitas pelos meios (insumos e nível de amenidades) disponíveis do local. O segundo diz respeito ao fato de que tanto a oscilação da oferta de insumos como o nível de amenidades são, concomitantemente, as necessidades da empresa e os resultados das novas atividades. De acordo com Klaasen (1977, p. 221):

> [...] um maior número de atividades gera uma produção maior e mais variada de insumos e alto nível de amenidades. Ambas, também, aumentam a atividade de uma cidade e induzem atividades em novos setores.

O autor também contempla a questão das deseconomias de aglomeração, que seriam efeitos desfavoráveis produzidos pela concentração excessiva, que produziriam custos sociais não verificados em cidades menores. A perspectiva de Klaasen ao abordar essas deseconomias é indicar a importância de um estudo quantitativo da renda líquida e dos custos de operação das cidades (das mais diversas dimensões), possibilitando a elaboração de uma política mais consistente, principalmente para homogeneizar distribuição das atividades (desconcentração do crescimento).

Outro importante elemento ressaltado por Richardson (1975) é que o processo de crescimento urbano é flexível. Isso significa que uma cidade poderá

---

[9] Para Richardson (1973), o modelo de Alonso é simplificado, uma vez que considera apenas a existência de um único núcleo, pois o que se observa empiricamente em muitas cidades - principalmente nas maiores – é a existência de mais de um núcleo.

expandir-se continuamente à medida que ela readapta sua estrutura espacial, a fim de atrair novas indústrias. Algumas das faces dessa readaptação seriam a suburbanização da indústria, a transferência de algumas das funções do núcleo central para os centros suburbanos, a revitalização de áreas centrais deterioradas, a extensão dos limites da cidade e a melhoria nas condições de habitação e de transportes.

O autor ainda identifica “certas forças básicas” que contribuiriam para a aglomeração das indústrias no mercado urbano. De acordo com ele, as indústrias de bens de consumo, por exemplo, tendem a situar-se conforme a distribuição da população. Entretanto, o foco da cidade como centro da localização industrial pode incidir numa visão unilateral do crescimento urbano. Normalmente, quando se admite essa relação, o papel da demanda do mercado é supervalorizado, negligenciando-se os efeitos da oferta, o que é um equívoco. Assim, o potencial de crescimento de uma cidade sujeita-se à sua capacidade de criar e atrair recursos produtivos, paralelamente à necessidade de produzir bens para atender à demanda regional e nacional. O poderio de expansão de uma cidade situa-se no conjunto formado através da taxa de crescimento populacional, da acumulação de capital e da propensão a aumentar a produtividade a partir das ações dos administradores e inovadores locais. Em outras palavras, as cidades devem ser capazes de atrair, conjuntamente, população, capital, capacidade empresarial e inovações.

Finalmente, o contexto de desenvolvimento a partir de aglomerações urbanas ganhou um novo enfoque nos últimos anos. Conforme foi exposto, inicialmente analisava-se o potencial de crescimento a partir da concentração industrial ao redor das cidades. Sendo assim, o poder das cidades em atrair novas indústrias, bem como manter aquelas já fixadas, era a meta principal para o desenvolvimento da região. Contudo, atualmente, um número cada vez mais expressivo de cidades tem o seu desenvolvimento orientado pelo dinamismo do seu setor de prestação de serviços. Parte disso é resultado da globalização dos mercados. Por um lado, no caso das indústrias, a melhor opção tem sido a busca por novos locais (tanto interna quanto externamente), implicando uma desconcentração dessas atividades. Por outro, no caso da prestação de serviços, quanto mais específicos e especializados esses forem, a tendência revela que a concentração nos grandes centros tem sido a melhor alternativa. Portanto, a

primazia do setor industrial como principal indutor de crescimento urbano deverá ser revista.

2.2.5 Novas tendências de modelos de desenvolvimento regional

Os reflexos da globalização dos mercados revelaram uma nova dinâmica da inter-relação entre atores e espaços econômicos. Novos conceitos e teorias surgiram então para reinterpretar a dinâmica econômica regional. Segundo George Benko (2002) durante as décadas de 70 e 80, a dinâmica do desenvolvimento regional passou por profundas alterações. Assistiu-se à emergência de novos setores, bem mais dinâmicos, em substituição àqueles tidos, até então, como referência de modelos de crescimento econômico: diferentes taxas de crescimento da produção e da produtividade, responsáveis por fortes alterações na estrutura de emprego, e competitividade diferenciada das regiões (diferenciais de crescimento), acompanhada por um aumento das desigualdades espaciais.

A junção desses elementos resultou num novo desenho econômico espacial, que se fundamenta através de duas tendências. A primeira delas é o surgimento de novos setores de crescimento, baseados nas áreas das tecnologias de telecomunicações e de informação e no conjunto de serviços altamente especializados (serviços financeiros, jurídicos, consultorias etc.), em suma, naquilo que se convencionou denominar de “nova economia”. A segunda reflete a maior competitividade de algumas áreas industriais a partir de três novas formações: regiões baseadas em atividades industriais revitalizadas, complexos de indústrias de ponta e metrópoles ofertantes de inúmeros serviços a empresas. Benko (2002) identifica que o entendimento desse novo cenário tem sido tratado por três eixos explicativos: a interferência dos fatores de localização, a visão da Teoria do Ciclo de Vida do Produto e o papel do meio inovador.

Quanto aos reflexos dos fatores de localização, os elementos principais de atração locacional são a força de trabalho (cujos aspectos seriam: capital humano, capacidade de atrair e conservar trabalhadores, taxa de salário e grau de sindicalização), a presença de universidades e institutos de pesquisas, atrativos de paisagem; infra-estrutura de transportes, serviços e clima da política e dos negócios e as economias de aglomeração (ligadas à grande urbanização e essenciais para as

atividades de P&D e para a formação do espírito empreendedor). Tais elementos representam um conjunto de condições necessárias e antecedentes à formação de complexos de alta tecnologia.

A visão da Teoria do ciclo de vida do produto fundamenta-se na observação de que cada ramo industrial percorre um ciclo formado por três etapas evolutivas: a primeira que compreenderia a fase do desenvolvimento (ou da inovação), a segunda que indicaria a fase da maturidade (ou do crescimento) e a terceira que se identifica como a fase da estandardização. Portanto, a evolução da produção expressa três fases respectivamente: a concepção do produto (início do movimento de aglomeração industrial e formação de P&D); o aperfeiçoamento (quando a comercialização atinge o seu máximo); a flexibilidade (quando sua produção não mais precisa situar-se no centro e move-se para as áreas periféricas, visando à redução dos custos). A Teoria do Ciclo de Vida do Produto alia a localização à organização da produção, onde as tendências iniciais de concentração e centralização locacional são gradualmente substituídas pela descentralização e dispersão. Benko (2002) apresenta algumas críticas a respeito da Teoria do Ciclo de Vida do Produto. Uma das principais é a constatação de que há uma tendência à descentralização das funções de P&D, ao contrário da concentração, conforme a Teoria do Ciclo de Vida do Produto advoga. Outra observação é a tendência ao surgimento de centros locais de ajuda à nova tecnologia. Ademais, para o autor, a Teoria do Ciclo de Vida do Produto superdimensiona o desenvolvimento espaço-temporal da produção ao considerar que todos os ramos seguirão o mesmo caminho.

O ideário do meio inovador parte do pressuposto de que a empresa inovadora é produzida pelos meios locais, sendo esses últimos os incubadores da inovação. Dessa forma, a noção de meio (*millieu*) passa a representar o potencial da oferta de um conjunto de aspectos (num dado local), que são pré-condicionantes para a empresa inovadora. Tais aspectos são: composição do tecido industrial, relações complexas entre as empresas, natureza da mão-de-obra, *know-how*, presença de infra-estrutura e contexto geográfico. Na visão de Benko (2002), a resposta do meio inovador para os problemas de localização é parcial, uma vez que omite os processos globais da evolução do sistema produtivo.

Suzigan *et al.* (2000) identificam pelo menos cinco correntes de análise de aglomeração industrial, cada uma associada a um autor em especial (Quadro 1). São elas: a nova geografia econômica (Paul KRUGMAN), a economia dos negócios (Michael PORTER), economia regional (A. SCOTT), economia da inovação (D. B. AUDRETSCH) e pequenas empresas e distritos industriais (H. SCHMITZ).

QUADRO 1 -NOVOS ENFOQUES TEÓRICOS ACERCA DAS AGLOMERAÇÕES

Nova Geografia Econômica	Elaborada a partir das contribuições pioneiras de A. Marshall. Aglomerações resultam de ação cumulativa induzida pela presença de economias externas locais. Economias externas são incidentais e a estrutura espacial da economia é determinada por processos de mão invisível, operando forças centrípetas e centrífugas. Pouco espaço para políticas públicas.
Economia dos negócios	Enfatiza a importância de economias externas geograficamente restritas (“concentrações de habilidades e conhecimentos altamente especializados, instituições, rivais, atividades correlatas e consumidores sofisticados”) na competição internacional. Estratégias locacionais são parte das estratégias dos negócios. Forças de mercado determinam o desempenho dos *clusters*. O governo deve prover educação, infra-estrutura física e regras de concorrência.
Economia Regional	Geografia econômica e desempenho industrial estão interligados. Existe uma tendência endêmica no capitalismo em direção a densos *clusters* localizados. “Esses *clusters* são constituídos como economias regionais intensivas em transação que, por sua vez, são enlaçadas por estruturas de interdependência que se espalham por todo o globo”. Coordenação extramercado e políticas públicas são essenciais na construção de vantagens competitivas localizadas
Economia da Inovação	A proximidade local facilita o fluxo de informação e os *spill-overs* de conhecimento. Atividades econômicas baseadas em novo conhecimento têm grande propensão a aglomerar-se dentro de uma região geográfica. “Isto tem desencadeado uma mudança fundamental na política pública voltada aos negócios, afastando-se de políticas que constrangem a liberdade de contratar das empresas e direcionando-se a um novo conjunto de políticas capacitantes, implementadas nos âmbitos regional e local.”
Pequenas empresas e distritos industriais	Além das economias externas locais incidentais ou espontâneas, “existe também uma força deliberada em ação, qual seja, aquela decorrente de cooperação conscientemente buscada entre agentes privados e do apoio do setor público”. O conceito de eficiência coletiva combina os efeitos espontâneos (ou não- planejados) e aqueles conscientemente buscados (ou planejados), e é definida como “a vantagem competitiva derivada das economias externas locais e da ação conjunta.”

Fonte: Suzigan *et al.* (2000).

Em suma, conforme ressalta Kon (1998), as recentes transformações

espaciais têm aberto a possibilidade para a discussão de novas idéias acerca da dinâmica espacial. Uma delas é resultante dos novos padrões da economia global, onde se constata a emergência de um forte setor Terciário, caracterizado por ser altamente concentrado e voltado para empresas em grandes aglomerações. De outro lado, verifica-se uma tendência cada vez mais clara de um processo de descentralização da produção, descrito pela migração das indústrias das áreas urbanas (resultante da elevação de custos locacionais e de salários), em contraponto ao deslocamento para áreas mistas, onde a firma manufatureira se torna rural, ainda que mantendo sua ligação com o meio urbano. Ou seja, identifica-se uma hierarquia múltipla orientada pela especialização flexível e pela terceirização de serviços pelas indústrias.

2.3 O PAPEL DOS SETORES NA INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.3.1 Agricultura e desenvolvimento econômico

Embora, para a grande maioria dos estudiosos, o centro indutor de crescimento seja Setor Industrial, os demais, Agricultura e Serviços, exercem funções de suma importância na engrenagem produtiva. Diante disso, torna-se relevante analisar o papel de cada um desses setores no que tange à promoção do desenvolvimento local e regional. A posição do setor agrícola no tocante à temática do desenvolvimento econômico transcorre sobre duas linhas. A primeira considera a Agricultura indutora do crescimento e do desenvolvimento econômico, ao passo que a segunda coloca este setor numa posição secundária, como fornecedora de insumos para os demais setores.

Na linha ativa de estímulo indutor, a Agricultura desempenha um papel determinante no produto total, além de ser responsável por importantes interligações com os setores Secundário e Terciário. Segundo Souza (1999), o crescimento agrícola tem o potencial de criar um efeito multiplicador, haja vista que sua expansão eleva mais do que proporcionalmente o crescimento total da economia. Esse efeito, por sua vez, causa uma mudança estrutural na economia, que ampliará gradativamente o diferencial entre a produtividade agrícola e a industrial. Uma das conseqüências dessa tendência é o fato de que a indução industrial está fortemente

atrelada ao desempenho do Setor Primário.

Johnston e Mellor (*apud* SOUZA 1999), analisando a interdependência entre os dois setores, identificam na Agricultura cinco funções básicas promotoras de crescimento econômico. A primeira delas corresponde à liberação da mão-de-obra do campo para o setor industrial, regulando o aumento dos salários e garantindo a manutenção do nível da taxa de lucro e da acumulação do capital. A segunda implica a posição de principal provedor de alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, estimulando, por conseguinte, o processo de urbanização. A terceira função é estimular as trocas comerciais, absorvendo recursos através das exportações de produtos primários, a fim de custear tanto as importações como a dívida externa. A quarta função abrange a transferência de recursos para a Indústria, bem como a melhoria da infra-estrutura sócio-econômica. Por fim, a quinta função diz respeito à formação de um mercado consumidor para os bens industriais. Souza (2000) ressalta ainda que a junção dessas cinco funções gera dois elementos importantes:

a) o processo de agroindustrialização crescente (através da indústria de beneficiamento de frutas, cereais, vegetais e matérias-primas diversas);

b) a entrada do capitalismo no campo (via utilização mais intensa de insumos e aplicação de descobertas tecno-científicas).

A segunda linha de inserção do Setor Agrícola na temática do desenvolvimento coloca seu desempenho como dependente do desenvolvimento urbano-industrial. Ela se firma no papel passivo da Agricultura, a partir dos efeitos desencadeadores que a Indústria promove. Os mais importantes seriam a formação de grandes projetos industriais e de novos centros urbanos, tanto capazes de criar empregos (diretos e indiretos) como de ampliar a oferta de bens primários, mediante o aumento das demandas por alimentos e matérias-primas.

A terceira função da Agricultura, tal como apontada por Johnson (MELLOR 1961), trabalha com o modelo vinculado às potencialidades de desenvolvimento, a partir do setor agrícola, focalizando as trocas de comércio internacional, mais precisamente, o papel das exportações dos produtos agrícolas enquanto meio de financiamento para importações (principalmente bens destinados ao setor industrial).

Diante disso, torna-se imprescindível para o desenvolvimento econômico a elaboração de uma política agrícola visando ao aumento da produtividade. Seguindo essa linha, Timmer (1992, apud Souza 2000) identifica, além das funções básicas, funções adicionais, que reforçam a relevância de políticas voltadas à Agricultura, uma vez que o poder público pode melhorar a otimização de bem-estar nas áreas em que o mercado é menos eficiente. As funções adicionais e complementares do Setor Primário no processo de desenvolvimento envolveriam: a manutenção da estabilidade de preços (buscando estimular o investimento no setor); a promoção de uma taxa de crescimento global que eleve a produtividade dos insumos (com o propósito de aumentar o excedente exportável e a estabilidade de preços); o fomento das economias externas através da maior participação governamental; a atenuação da pobreza via reforma agrária; por fim, a proteção do meio ambiente.

Especificamente quanto ao papel das exportações, é importante mencionar o dilema entre o abastecimento interno e a produção para exportação. Se, por um lado, as exportações de produtos primários são relevantes na formação de recursos para custear as importações, por outro, a provisão de matérias-primas e alimentos para o mercado interno também é de suma importância para o total da economia, e, principalmente, para o setor industrial. Conforme adverte Souza (2000), esse conflito entre os mercados interno e externo será observado quando a economia estiver produzindo no limite da fronteira de possibilidade de produção. Isso significará que qualquer aumento da produção, seja para atender o mercado interno, seja para exportar, incidirá no uso de terras menos produtivas, a não ser que se utilizem meios para elevar o rendimento. Entre estes, pode-se destacar a adoção de máquinas e equipamentos mais modernos, o uso de novas técnicas de irrigação e a intensificação o uso de fertizantes.

Diniz (1995), analisando a dinâmica regional da economia brasileira, identifica que tanto a Agricultura como a mineração fomentam uma série de atividades próximas a elas, como o processamento de insumos agrícolas e minerais e a provisão de insumos industriais e bens de capital. Estas atividades têm sua produção situada nas regiões fornecedoras de matérias-primas ou no mercado potencial. Conforme Diniz (1995:5-6), a proximidade com essas regiões específicas “tem ampliado o impacto de atividades baseadas em recursos naturais no processo de desconcentração regional”, pois:

> [...] a fronteira de recursos naturais continua tendo grande importância na economia brasileira, cujo potencial pode e deve ser explorado especialmente se considerar o atual estágio de desenvolvimento econômico e social do país. Poderá, além disso, contribuir para a expansão das exportações brasileiras, dada a competitividade potencial existente no país.

Paralelamente a essa tendência de concentração industrial, um movimento favorável para o Setor Primário é a sua interligação com o setor industrial, através da agroindústria e do *agribusiness*[10]. Todavia, Kuznets (1970), detendo-se nos elementos de crescimento econômico e fazendo a relação desse com a distribuição do produto, entende que a diminuição da Agricultura na ocupação da força de trabalho significa uma redução da importância relativa dos agricultores e trabalhadores do campo na sociedade. Também se observa a transferência de uma parte importante de seus descendentes para outras ocupações, resultando num diferencial de renda por trabalhador. Segundo ele, essa diminuição da participação da Agricultura na força de trabalho deu-se conjuntamente pelo alto e marcado aumento da produtividade do trabalho agrícola e a baixa elasticidade de longo prazo da demanda por produtos agrícolas.

2.3.2 Encadeamentos e indução de crescimento industrial

Na linha de encadeamentos e indução do crescimento via setor industrial, as estratégias mais conhecidas podem ser reunidas em dois grupos principais: desenvolvimento equilibrado e desenvolvimento desequilibrado. A maioria dos estudos nessa área de indução e encadeamento industrial concentra-se nas especificidades dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. O modelo de crescimento equilibrado baseia-se na promoção de um crescimento equilibrado entre oferta e demanda. Entre os trabalhos mais conhecidos, encontram-se os de Rosenstein-Rodan e Nurkse (SOUZA, 2000).

O primeiro deles foi apresentado com o propósito de motivar o crescimento econômico a partir de um conjunto de investimentos, que seriam alocados nos mais variados ramos industriais. O pressuposto teórico centra-se na conhecida Lei de Say. A idéia é de que quanto mais pulverizado for o investimento, maior será o

---

[10] Conforme Goldberg e Davis (apud Carvalho 2001), o agribusiness é o somatório das atividades de: produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção das unidades agrícolas; o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos por eles.

número de indústrias que constituirá, conjuntamente, a formação de um mercado coeso (de bens consumo e bens de produção), ampliando o nível de emprego e o consumo. De acordo com Souza (2000), a industrialização focando o consumo possibilita ganho de bem-estar e desenvolvimento industrial com elevado coeficiente de trabalho. Em vista disso, a proposta contemplava várias frentes como: a capacitação da mão-de-obra rural (posteriormente absorvida pelo setor industrial), a construção de moradias e a ampliação da infra-estrutura de transporte (inclusive transporte urbano). Ademais, salienta-se a importância do setor exportador. Esse setor seria responsável pela canalização de recursos externos para o mercado interno, em razão da dificuldade de gerar recursos próprios suficientes para motivar o investimento e, por conseguinte, o crescimento econômico.

A idéia principal de Nurkse (SOUZA, 2000), também focando uma estratégia de crescimento equilibrado movida pelo setor industrial, centra-se na distribuição do investimento entre as mais diversas indústrias. Essa distribuição ocorre, proporcionalmente, no que diz respeito à taxa de crescimento da demanda pelos diversos produtos. Nurkse se preocupou com os efeitos que o círculo vicioso da pobreza provocava nas economias em estágios mais atrasados de desenvolvimento. O autor analisou o potencial das economias menos desenvolvidas a partir da exploração das exportações como geradoras de crescimento econômico. Sua avaliação foi de os ganhos para a economia eram mitigados em decorrência de os produtos apresentarem baixa relação capital-trabalho. Por essa razão, o estímulo à expansão do mercado interno seria a melhor alternativa para promover um crescimento mais sustentável e romper com o círculo vicioso da pobreza. Foi justamente a constatação de uma dinâmica sócio-econômica que alimentava a formação de um círculo vicioso de pobreza que diferenciou sua análise daquela feita por Rosenstein-Rodan. De acordo com este, o círculo impedia a formação de níveis mais elevados de renda e poupança, além de induzir a baixos níveis de acumulação de capital e produtividade[11]. Especialmente no tocante à produtividade do trabalho, essa, quando observável em níveis elevados, possibilita uma tendência de aumento de renda, bem como sua desconcentração, criando subsídios importantíssimos para

---

[11] Essa noção de círculo vicioso da pobreza está, em boa parte, interligada aos desvios provocados por uma distribuição de renda concentrada. Altos níveis de renda não são suficientes para ampliar os níveis de investimento e de consumo. Para que haja um aumento nessas variáveis, é necessária a existência de um mercado interno significativo capaz de estimular uma produção diversificada.

a expansão do mercado interno.

Segundo Souza (2000), entre os pontos positivos apresentados nos dois modelos recém citados, enquanto propostas de desenvolvimento econômico, estão: o aumento do estoque de capital, a expansão do tamanho do mercado, a possibilidade de especialização e o aumento da eficiência técnica.

Por outro lado, uma das principais deficiências é superestimação na alocação de investimentos nos diversos setores, em contraponto à carência de recursos. Afora esta, a alocação pulverizada de recursos, muito provavelmente, necessitará de complementação de capital externo. Nesse ponto, ao se considerar que nem todas as economias em estágio mais atrasado de desenvolvimento apresentam as melhores oportunidades de retorno (ou seja, apresentam riscos maiores), a abrangência desses modelos torna-se mais limitada.

Diferentemente da concepção anterior, na análise de crescimento desequilibrado, o aspecto crucial para a promoção de desenvolvimento encontra-se na indução dos setores-chave, ou seja, daqueles que apresentam as maiores potencialidades de expansão de produção e de emprego. Um dos principais estudiosos dessa análise foi Albert Hirschmann. Para ele, todo o crescimento é necessariamente desequilibrado. Nesse sentido, a característica desequilibrada (instabilizadora) é a principal propagadora de inovações técnicas, de novos produtos e novos empreendimentos.

Para Hirschmann (1977), um projeto de desenvolvimento comandado pelo setor industrial deveria partir da seleção das atividades-chave, que têm como principal característica os altos encadeamentos para frente e para trás, ao longo da cadeia produtiva. Identificando a existência de três perfis de investimento, o autor americano classificou-os como dispersivo concentrado em áreas de crescimento e focalizado em áreas estagnadas. Em sua visão, o segundo seria o mais indicado, mesmo que o progresso econômico devesse atingir igualmente a todos os membros e setores da comunidade. Assim, para as regiões mais atrasadas, ou com dificuldades econômicas, seria mais indicado alocar investimentos no sistema de transportes, em usinas de energia elétrica e nas demais facilidades de capital social básico, como aquelas observáveis em regiões mais desenvolvidas. Vale frisar que,

para o autor, os investidores tendem a focalizar suas oportunidades ao redor dos pólos de crescimento, desconsiderando as que poderiam existir em outros lugares. Sua conclusão é de que "as economias externas possibilitadas pelos pólos, embora reais, são constantemente superestimadas pelos empresários" (HIRSCHMANN, 1977, p. 37).

Independentemente de as estratégias de indução de crescimento partirem de contextos equilibrados ou desequilibrados, a adoção de uma política industrial pode ser a chave para elevar o potencial não apenas da Indústria, mas, também, da economia como um todo. Justamente considerando o papel da política industrial como indutora de crescimento, Kosacoff e Ramos (1999) entendem que a implementação dessas ações, particularmente para os países em desenvolvimento, são fundamentais. Conforme os autores, a adoção de uma política industrial visando ao crescimento econômico justifica-se pelas vantagens comparativas criadas através de ajuda governamental, que, muitas vezes, são focalizadas para os setores mais dinâmicos da economia[12].

Os autores observam a coexistência de três visões no que tange ao papel e à elaboração da política industrial. A primeira delas é a visão neoclássica. De acordo com esta, todos os mercados são perfeitos e qualquer intervenção distorcerá a alocação dos recursos. Ou seja, apenas através do livre mercado é que ocorre a otimização no uso dos recursos, e, por conseguinte, a maximização do crescimento.

A segunda visão é conhecida como a visão "facilitadora" do funcionamento do mercado. Esta parte da hipótese que os países em desenvolvimento sofrem de falhas de mercado, que devem ser corrigidas através de intervenções funcionais e seletivas[13].

Em comparação com a primeira, a visão facilitadora admite a intervenção pública em campos como o da educação e na verificação de falhas de mercado que

[12] Entretanto, outra corrente considera que essa política não tem sentido, uma vez que a existência da "mão-invisível" assegura o uso eficiente de recursos, bem como seu direcionamento para os setores mais dinâmicos do mercado

[13] Todavia, os seguidores dessa corrente admitem que apenas as intervenções funcionais são factíveis, uma vez que as seletivas tornam-se muito mais custosas que as falhas existentes.

distorcem as decisões de investimento dentro da Indústria[14].

Finalmente, para a terceira visão, a estruturalista, tanto as intervenções funcionais como as seletivas, identificadas também pela visão facilitadora, são importantes para promover o desenvolvimento e o governo é plenamente capaz de executá-las. Esta abordagem contrasta com a visão facilitadora, que discriminava as ações funcionais das seletivas e considerava apenas as primeiras executáveis. Para os estruturalistas, a intervenção se justifica por duas razões: a promoção da capacitação tecnológica e a exposição em mercados internacionais. A base dos estruturalistas reside na idéia de que as falhas de mercado dos países em desenvolvimento não se apresentam de forma geral. Ao contrário, alegam que elas são específicas e influenciadas pelo grau de integração e pelo nível de competências tecnológicas e capacidades inovadoras endógenas que buscam.

Assim, para Kosacoff e Ramos (1999), as economias amadurecem e aprofundam seu processo de desenvolvimento - total ou parcial - de quatro formas: introduzindo melhorias tecnológicas nos processos e produtos industriais; ingressando em novas atividades mais complexas; incrementando conteúdo local; dominando áreas mais complexas dentro da Indústria. Cada uma dessas formas incidirá em custos específicos de aprendizagem.

Em resumo, para os autores, a promoção do desenvolvimento industrial pode necessitar de intervenções para superar as falhas de mercado na dotação de recursos entre atividades e dentro das firmas. Tais intervenções devem ser seletivas e engajadas com o processo de aprendizagem das firmas. Devem, também, estar integradas com as intervenções nos mercados de fatores, incluindo as medidas que afetam o modo de importar tecnologia. Ademais, precisam ser compensadas por estímulos a investir na formação de capacidades. Assim, a política industrial deverá auxiliar as trocas econômicas, fomentar a experimentação e preservar a diversidade.

2.3.3 Terceirização e pólos de prestação de serviços

Apesar de o setor Industrial ser freqüentemente considerado o de maior indução para o desenvolvimento econômico, nas últimas décadas o setor Serviços

[14] Os exemplos mais comuns seriam: ausência de informação, deficiências no mercado de bens de capital, economias de escala, e as externalidades na criação e no aprendizado de habilidades.

vem se destacando tanto no aumento de participação na produção total como na sua participação no total do emprego. Essa expansão foi em grande medida motivada pelas transformações verificadas no próprio setor industrial, que passou a ser um dos principais demandantes do setor Terciário.

Atualmente, o termo terceirização é utilizado para designar dois processos. O primeiro seria o aumento das atividades de Comércio e Serviços. O segundo compreenderia a troca de atividades executadas pela empresa por contratação de serviços de terceiros.

Um dos estudos mais difundidos a respeito da dinâmica de crescimento econômico foi apresentado por Simon Kuznets. Nele, o autor investiga o crescimento econômico moderno das principais economias mundiais. Especificamente no caso dos Serviços, Kuznets (1983) entende que esse setor abrange um grupo diversificado de atividades econômicas, com os mais diferenciados graus de especialização técnica. Todavia, nenhuma das atividades que fazem parte dos Serviços representam, de forma significativa, a produção de bens, uma vez que esse setor cria um produto intangível de difícil mensuração. O autor interpreta a dinâmica desse setor vinculada a questões como a concentração territorial da produção de bens e o aumento da escala das unidades produtivas, que focalizarão elementos como a localização da produção e a dispersão territorial dos consumidores. Portanto, ao setor Terciário caberá a tarefa de atenuar o hiato entre essas duas dimensões: centralização da produção e dispersão da demanda.

A colaboração de serviços financeiros e publicitários no crescimento da produção também é lembrada por Kuznets. Ademais, o crescente processo de urbanização exige uma gama cada vez maior e mais diversificada de serviços públicos (segurança, habitação, saneamento, saúde, educação, etc.), além de ações de regulação. Outro motivo que ratifica o crescimento do setor é o aumento da renda *per capita* que cria um foco para serviços de lazer, educação, saúde etc., fornecidos pelo setor privado. Por fim, até mesmo o uso extensivo de bens de consumo duráveis origina um mercado de prestadores de serviços para atividades de conserto e assistência técnica.

Para Melo *et al.* (1997), uma particularidade do setor Serviços é que ele

envolve atividades múltiplas e não homogêneas, o que o configura um setor amplamente heterogêneo. Na intenção de construir um arcabouço para uma política de serviços, os autores caracterizam o setor em quatro segmentos principais. São eles: serviços produtivos, serviços distributivos, serviços sociais e serviços pessoais. Os serviços produtivos abrangem as atividades intermediárias na produção, tais como os serviços financeiros, jurídicos, de informática, de engenharia, de auditoria, de seguros, de corretagem, de consultoria, de propaganda e de publicidade. Todos os serviços executados após a produção (armazenamento, comércio, transporte e comunicação) compreendem os serviços distributivos. As atividades voltadas à sociedade (administração pública, defesa e segurança nacional, associações de classe, saúde e educação) são identificadas como serviços sociais. Finalmente, os serviços pessoais respondem as demandas individuais (lazer, higiene pessoal, limpeza, bares e restaurantes, vigilância e reparação)[15]. Além dessa heterogeneidade estrutural, os autores apontam um outro aspecto importante na elaboração de uma política para o setor: as diferenças regionais.

Comumente se admite que, quanto maior a renda *per capita*, maior é a participação do setor Serviços no total da economia da região. No entanto, nem sempre a relação é essa. Uma significativa participação do setor Serviços no total da economia nem sempre revela que essa é desenvolvida; ao contrário, pode indicar uma economia pouco desenvolvida, com os dois demais setores atrasados.

Analisando o caso da economia paulista, Montagner, Bernardes e Matteo (1999) entendem que o crescimento do setor Serviços, naquele estado, deu-se em razão de dois movimentos: os recentes ciclos da economia brasileira (alternando fases de profunda crise e de intenso crescimento das atividades) e a transformação das relações inter e intra-setoriais decorrentes de crescente difusão das tecnologias de base microeletrônica. Em outras palavras, a resposta dos principais setores econômicos à crise econômica e à abertura comercial nos anos 90 foi a emergência de um processo de reorganização produtiva, atrelada à difusão de novas tecnologias.

[15] Os autores advertem que na elaboração de um política de serviços, cada um desses quatro segmentos deverá receber uma orientação específica dado o grau de heterogeneidade das respectivas atividades.

Outro aspecto ressaltado no estudo diz respeito às tendências internacionais no que tange ao movimento de reestruturação produtiva. Este movimento tem a capacidade de expandir a demanda pelos serviços já existentes e redefinir o papel das telecomunicações nas estratégias empresariais e na demanda por novos serviços. Conforme os autores, o processo de reestruturação produtiva e a conjuntura econômica dos anos 90, que resultaram na política de terceirização, alavancaram uma “nova” demanda de serviços[16]. Essa nova demanda de serviços, além de expandir o setor como um todo, especializou-se cada vez mais no atendimento a empresas.

Uma importante hipótese levantada no estudo para o desenvolvimento do setor é que quanto mais avançado é o processo de reestruturação industrial, maior é o leque de serviços demandados e maior a difusão do processo de terceirização das empresas produtivas, formando, com as empresas produtoras de serviços, redes articuladas e crescentemente integradas.

De acordo com Melo *et al.* (1997), a relevante participação do setor Serviços é comprovada, principalmente, pela crescente expansão de campos como o comércio internacional, as atividades financeiras e as comunicações, sendo todos esses influenciados e beneficiados pelo avanço da microeletrônica. O advento da Terceira Revolução Industrial e, conseqüentemente, o surgimento de novas tecnologias possibilitaram que alguns segmentos do setor Serviços (seguros, intermediação financeira, serviços técnico-profissionais, telecomunicações e transportes) se tornassem propagadores desses avanços.

Sassen (1998) julga que o motivo principal da expansão do setor Serviços, superando o dinamismo do setor industrial, reside na intensidade, cada vez maior, da terceirização. A autora também relaciona o papel crescente da Indústria da Informação como um dos principais elementos dinamizadores do crescimento do setor Serviços.

---

[16] No estudo em questão os autores trabalharam com a seguinte classificação de serviços: Serviços Gerais (assessoria jurídica, auditoria contábil e fiscal, serviços de contabilidade e cobrança); Serviços de Informática (manutenção de equipamentos, processamento de dados e desenvolvimento de programas e sistemas); Serviços de Marketing (televendas, propaganda, atendimento ao consumidor); Serviços de Projetos e Ensaios (específicos para o setor industrial); e Terceirização dos Serviços de Manutenção de Equipamentos.

Num contexto mais teórico, Baumol (*apud* MELO *et al.,* 1997) identificou que o fator explicativo do crescimento recente do setor Serviços estava na elevação de seus preços relativos. Como o setor é intensivo em trabalho, isso limita sua produtividade. Em conseqüência, verificou-se uma tendência de crescimento de salários reais, implicando, posteriormente, uma elevação dos preços dos serviços. Por sua vez, esse aumento dos preços dos serviços ocasionou dois efeitos:

a) a troca de alguns serviços pessoais por auto-serviços;

b) a expansão da demanda de empresas industriais por serviços intermediários. O resultado final desses dois movimentos foi à diminuição do peso dos serviços pessoais na geração de emprego, acompanhada pela maior participação dos serviços produtivos (serviços prestados às empresas).

Entretanto, Melo *et al.* (1997) enfatizam que alguns aspectos devem ser relativizados . O primeiro é que, atualmente, face a políticas macroeconômicas, observa-se uma tendência de queda de salário real (elemento contrário à hipótese de elevação). O segundo é a constatação de que a elevação da produtividade em alguns segmentos é decorrente da utilização de novas técnicas (o que diminuiria os custos). Finalmente, a exigência por mais competitividade em resposta à concorrência internacional.

Em síntese, a proposta de Melo *et al.* (1997) reúne os seguintes objetivos: elevar a competitividade no cenário internacional; acelerar avanços tecnológicos; expandir o atendimento nos setores industrial e agrícola; explorar redes de telecomunicações; apoiar micro, pequena e média empresas. Estes objetivos denotam a importância de elaborar uma política focalizada para o setor Serviços, haja vista a tendência de elevação de sua participação no produto total, bem como os desencadeamentos (inter-relações) econômicos que esse setor possibilita. Contudo, o alcance efetivo dessas metas dependerá de melhorias, tanto de capacitação de mão-de-obra (treinamento e qualificação), quanto de capacitação tecnológica.

Sassen (1998), analisando o papel das cidades na economia mundial,

observa uma forte interligação entre esses espaços e a oferta de serviços[17], especialmente, caso se admita a categoria voltada para a prestação de serviços a indústrias, onde se destacam: seguros, atividades bancárias, serviços financeiros, atividades imobiliárias, serviços legais, contabilidade e associações profissionais. Em vista disso, a autora ressalta que o setor de prestação de serviços tem sido o mais dinâmico e o que mais rapidamente se expandiu, sendo que parte desse crescimento deve-se ao avanço da terceirização no setor industrial.

Uma das causas dessa expansão está relacionada ao fenômeno do crescimento das Indústrias da Informação, situadas, principalmente, nas grandes cidades. Sassen (1998) identifica que a formação do complexo de prestação de serviços vincula-se a dois tipos de orientação: uma voltada aos mercados mundiais e à integração da economia global e outra, às demandas domésticas da região (da cidade).

Detendo-se no caso das grandes cidades, por ser ali que a aceleração do crescimento do setor é maior, Sassen questiona a idéia de que o crescimento do setor manufatureiro é condição determinante para o crescimento do setor Serviços num dado local. Aponta para a existência de controvérsias sobre quão direta é essa relação. Segundo ela, alguns pesquisadores vêem como imprescindível à presença de um forte setor industrial. Outros, por sua vez, entendem que não necessariamente o desenvolvimento de um complexo moderno de prestação de serviços está vinculado a uma cidade com uma alta concentração de indústrias ao seu redor. Isso porque, num cenário globalizado e fortemente informatizado, a questão do local passa a ser secundária. Para Sassen, uma variante dessas duas correntes é maneira mais indicada para explicar a relação entre os dois setores. Primeiro, porque o setor industrial somente implicará diretamente o crescimento da oferta de serviços, se ele estiver localizado na região ou no exterior, uma vez que um número cada vez maior de empresas prestadoras de serviços atua em nível global.

Assim, para as grandes corporações, a localização de suas prestadoras de

[17] Sassen considera que os serviços contemplam as seguintes atividades: financeiras, legais e de gerenciamento geral; inovação; desenvolvimento; projetos arquitetônicos; administração pessoal; tecnologia da produção; manutenção; transporte; comunicações; distribuição das vendas por atacado; publicidade; serviços de limpeza para empresas; segurança e armazenamento.

serviços, ou vice-versa, torna-se irrelevante, desde que não interfira no nível de qualidade das trocas. Segundo, a pulverização das fábricas no exterior, por si só, eleva a demanda por serviços, sendo esse movimento reflexo da própria globalização. Por fim, uma parcela significativa dos serviços ofertados correspondem a transações financeiras e comerciais não diretamente ligadas ao setor industrial[18].

Sassen também enfatiza o papel do fator tempo nas novas forças de aglomeração. Isso porque a urgência na prestação de alguns serviços, aliada aos benefícios da aglomeração, muito mais do que significar uma vantagem de custos, implicará um arranjo de suma importância. Nesse sentido, a autora contextualiza duas situações. A primeira diz respeito às empresas que ofertam serviços mais rotineiros e atuam em mercados regionais ou nacionais. A segunda reúne as empresas prestadoras de serviços altamente competitivos e inovadores, direcionados ao mercado mundial. A tendência de aglomeração seria identificada no segundo caso, mesmo considerando os custos de localização em grandes centros do comércio internacional.

Quanto à questão da interferência da proximidade geográfica entre as demandantes e as ofertantes de serviços, deve-se distinguir duas formas. Considerando as corporações (demandantes de serviços) e as prestadoras, proximidade geográfica é algo cada vez menos relevante, principalmente em decorrência dos avanços tecnológicos nas áreas de telecomunicação e de sistemas de informatização.

Entretanto, ao se considerarem as prestadoras de serviços entre si, dependendo do tipo de serviço, a localização em grandes centros passa a ser um fator determinante. Dessa forma, conclui Sassen, mesmo que a grande corporação multinacional seja um ator importante para a indução do desenvolvimento do setor de prestação de serviços e sua principal beneficiária, isso são significa que a concentração geográfica será ditada exclusivamente por ela.

Em outras palavras, mesmo que a internacionalização dos mercados indique uma dispersão cada vez maior da esfera manufatureira, o mesmo não

---

[18] Conforme exemplifica a autora, é o caso das cidades de Nova Iorque e Londres. Ambas sofreram com a migração de empresas manufatureiras, porém tornaram-se referências mundiais do mercado financeiro, haja vista a concentração de serviços localizados ali.

necessariamente acontece no setor, uma vez que os serviços por ele prestados tenderão a seguir uma dinâmica própria, relacionada com o tipo de serviço prestado. Estes ficarão mais concentrados geograficamente nas grandes cidades, no caso dos mais especializados, ou menos concentrados e mais descentralizados, no caso dos mais rotineiros.

2.4 O ESPAÇO NA ATUALIDADE

Segundo Castells e Hall (1994), tanto as regiões como as cidades estão passando por mudanças bastante significativas em suas estruturas. Atualmente, a dinâmica desses ambientes está sendo condicionada por três processos históricos inter-relacionados: a revolução tecnológica, baseada, predominantemente, nas tecnologias de informação; a formação de uma economia global, que implica uma nova estrutura dos processos econômicos no âmbito mundial; o surgimento de uma nova forma de produção e de gestão econômica informacional, onde prevalece a especialização flexível da produção. Entretanto, para muitos especialistas, esse novo paradigma econômico (incentivado pela concorrência ilimitada e pela busca incessante por aumentos de produtividade e competitividade) tem negligenciado a dimensão dos impactos no meio ambiente. Em vista disso, serão discutidas as principais implicações da inserção das economias locais nos mercados globais, seguindo-se do exame do viés provocado pelo crescimento econômico sobre o meio ambiente.

2.4.1 Espaço e globalização

O fenômeno da globalização mudou consideravelmente a dinâmica econômica local. Conforme Barquero (2001), a globalização caracteriza um ambiente marcado pela simultaneidade de elementos: desenvolvimento da economia local e dos mercados, internacionalização dos sistemas produtivos e dos mercados, redução do papel do Estado e liderança de empresas multinacionais.

Ferrer (*apud* Barquero, 2001) identifica que a globalização é um processo antigo, originário das trocas internacionais de bens e serviços e da internacionalização do capital e da produção. Porém, atualmente, ela agrega outra particularidade: a importância da informação e do uso de novas tecnologias, em contraponto a sua fase anterior, quando a orientação estava na exploração de novos

mercados ou de matérias-primas.

Para Barquero (2001), a globalização é um processo vinculado ao território., porquanto a determinação dos agentes econômicos sobre o nível investimento e sobre a localização passa a ser influenciada concomitantemente pelos fatores de atração que cada território venha a oferecer. Assim, a dinâmica econômica das cidades e regiões passa a ser ditada pelo conjunto desses fatores, que também interferirão no comportamento dos atores locais. Portanto, conclui o autor, observa-se uma maior competição entre cidades e regiões, o que leva a divisão internacional do trabalho a tornar-se um fenômeno urbano e regional.

Diante disso, a melhor opção para as cidades e regiões é criar as condições internas necessárias para a promoção de um desenvolvimento auto-sustentável. Essa estratégia perpassa por quatro pontos principais:

a) criação e difusão de inovações no sistema produtivo;

b) organização flexível da produção;

c) geração de economias de aglomeração e economias de diversidade nas cidades;

d) fortalecimento das instituições.

O argumento do primeiro ponto centra-se no papel das inovações, e, especialmente, na sua introdução como forma de aumentar a produtividade e a competitividade das economias locais. A organização flexível, por sua vez, possibilita que as empresas passem a usufruir de economias externas e internas, bem como as indivisibilidades ocultas do sistema produtivo. Já a criação de economias de aglomeração e economias de diversidade potencializa a adaptação das cidades às exigências atuais, ampliando tanto sua capacidade de desenvolvimento como a produção de externalidades. Por fim, o fortalecimento das instituições pressupõe a adequação dessas na provisão de bens públicos e em sua capacidade articuladora de motivar a cooperação entre os atores, principalmente no que tange à aprendizagem e à inovação.

Para Barquero (2001), atualmente as empresas não competem de forma

isolada, mas interligada ao entorno produtivo e institucional. Em conseqüência disso, verifica-se uma nova organização do sistema das cidades e regiões, delimitado a partir da nova divisão internacional do trabalho, onde predominam formas flexíveis de organização da produção e surgimento de novos espaços produtivos.

Por esse motivo, Barquero considera que os novos desafios da concorrência global fizeram aparecer uma nova política para o desenvolvimento local. As mudanças territoriais foram um dos elementos que motivaram essa nova política. Diferentemente das décadas de 50, 60 e 70, que analisavam o desenvolvimento regional segundo a concepção de disparidades regionais, nas décadas de 80 e 90 as políticas de desenvolvimento tiveram que admitir as tendências de desindustralização e descentralização produtiva e o crescimento das subcontratações e da terceirização. Diante disso, os fatores que passam a determinar a promoção e a sustentação do desenvolvimento são: taxa de inovação, a qualificação dos trabalhadores, a capacitação tecnológica e empresarial das empresas, a flexibilidade das organizações e instituições e a integração empresa-cidade-região para a constituição de redes competitivas e inovadoras.

A política de desenvolvimento também foi alterada pelas mudanças institucionais, que se deram principalmente no campo da regulamentação das relações econômicas e sociais. Um reflexo disso foi o fenômeno da descentralização das ações públicas, repassando às cidades e regiões mais atribuições e responsabilidades, quer para a provisão de serviços públicos, quer para as novas demandas da reestruturação do sistema produtivo internacional.

O resultado dessas transformações, nomeadamente a nova problemática regional e mudanças institucionais, levaram ao aparecimento de uma nova política regional. Surgiu, assim, a política de desenvolvimento endógeno, que acomoda os principais fatores condicionantes do crescimento econômico atual, a saber, a especialização flexível e a difusão das inovações. Para Barquero (2001, p. 216) o processo de globalização está relacionado à expansão concorrencial tanto das empresas como dos territórios:

> [...] As empresas não concorrem isoladamente, fazendo-o, isso sim, juntamente com o entorno produtivo e institucional, com o que se pode falar de concorrência entre cidades e regiões.

Outra observação do autor é que os sistemas urbano e regional estão cada vez mais policêntricos, em razão da intensificação das redes de empresas e cidades, resultante dos reflexos da globalização. Resumidamente, Barquero acredita que a globalização e o aumento da concorrência são elementos que constituirão o novo sistema regional e local. Isso significa que a capacidade de reestruturação produtiva e de crescimento regional passará, nesse novo sistema, pelo ganho de flexibilidade das organizações produtivas, pelo aumento da especialização e da diferenciação da produção *vis-à-vis* o recrudescimento da concorrência e pela dependência das vantagens comparativas de cidade e regiões. Ademais, para ele, a globalização é um processo inconcluso com impacto espacial diferenciado.

Llorens (2001) entende que a globalização exige cada vez mais a expansão externa dos diferentes sistemas produtivos locais. Isso significa que a esfera microeconômica da produção passa a ser determinante no que diz respeito à correção dos níveis de ineficiência produtiva. Segundo esse autor, a chave para acompanhar o processo de globalização – que transparece pela maior capacidade exportadora, resultante de eficiência produtiva e da competitividade empresarial – está no reconhecimento da importância das difusões tecnológicas e organizacionais no tecido produtivo e empresarial, tanto local como nacional. Portanto, adequar as regiões a esse novo cenário significa dotá-las de capacidade institucional para assegurar a introdução de inovações produtivas e organizacionais, uma vez que a simples inserção dessas nos segmentos mais dinâmicos não garante a difusão do progresso técnico de forma consistente. Em síntese, positivamente, Llorens considera que a globalização promoveu um redescobrimento da dimensão territorial, dado que a partir dela houve uma redistribuição geral da atividade do território[19], acompanhada por uma maior percepção, por parte das empresas, da relevância da eficiência produtiva para a competitividade.

Benko (2002), analisando a questão do espaço e a globalização, identifica duas abordagens de desenvolvimento regional. A primeira, abordagem tradicional, centra-se nas vantagens comparativas, nas trocas mercantis e nos fluxos espaciais

---

[19] Llorens diferencia a noção de espaço e de território. O espaço expressa a noção de homogeneidade, onde surgem como preocupações fundamentais à distância, os custos de transportes, as aglomerações de atividades ou a polarização do crescimento. O território, por sua vez, compreende a heterogeneidade e a complexidade, representadas a partir das características ambientais específicas, dos atores sociais e suas iniciativas e da existência e acesso aos recursos estratégicos para o desenvolvimento. Assim, diferentemente do espaço, o território é um ator para o objetivo do desenvolvimento.

conjuntos de capital e trabalho. A nova abordagem, por sua vez, parte da configuração da nova divisão espacial e internacional do trabalho, representada pela empresa multinacional (transnacional), onde as diferentes etapas do processo são distribuídas no espaço de forma específica, segundo suas características tecnológicas e nível de qualificação de mão-de-obra. Para o autor, ambas as correntes captam aspectos das realidades atuais, embora, também, possam ser criticadas em pontos importantes. Nesse sentido, a proposta de Benko é a formação de uma concepção dual do desenvolvimento regional econômico, inserido no contexto da atual economia global.

Conforme o autor, a economia global, por um lado, configura-se como um mosaico de sistemas de produção regionais especializados, onde se constata uma interdependência entre a rede articulada no interior da região e o funcionamento específico do mercado local de trabalho. Por outro lado, ela se torna o ambiente em que ocorrem as ligações interindustriais, os fluxos de investimentos e as migrações de população.

Préteceille (1997), abordando as questões de cidades globais e segmentação social, a partir da dinâmica da globalização, correlaciona a produção de um novo tipo de cidade, “a cidade global”, com o fenômeno da internacionalização-transnacionalização-mundialização-globalização, explicando o conceito da cidade global a partir do paradigma “pós-industrial”. O autor centra sua análise nas tendências atuais da produção industrial e da visão “pós-industrial”. Quanto à primeira tendência, a da produção industrial, o autor enfatiza a busca por novas formas de competitividade, a partir da crise do modelo fordista, onde suscitam novos modelos de reestruturação produtiva e de rentabilidade, através da automação, informatização, redefinição da divisão técnica e social do trabalho, flexibilização, formação de distritos industriais, etc. Na segunda disposição, a pós-industrial, o autor identifica o crescimento do setor Terciário.

O autor constata que nas grandes cidades, denominadas de globais, deflagram-se visíveis contrastes sociais. Nas cidades onde o fenômeno da globalização é mais avançado, verifica-se um quadro contraditório. Ao mesmo tempo em que elas concentram o máximo de riqueza e poder, produzem novas formas de pobreza, fundadas sobre a exclusão social e a marginalização. Ele indaga se esse

movimento, de “cidade de dupla velocidade” ou dualização urbana, se configura numa nova forma de polarização social urbana. Segundo ele, o paradigma pós-industrial contempla a interligação entre globalização e dualização. Tanto a estruturação do mercado de trabalho como a reestruturação econômica conduzem para a dualização urbana. No lado do mercado de trabalho, a dualização ocorre através do novo tipo de concentração de funções globais; no lado da reestruturação econômica, dá-se pelos mecanismos do mercado fundiário e imobiliário. Préteceille (1997, p. 77) avalia a globalização, sustentando que

> [...] não é uma realidade predefinida, um lado inelutável, mas uma construção social e política que emerge, em relações de forças e conflitos, a partir da diversidade de situações e de economias locais, marcada pela diversidade e até pela concorrência entre várias vias possíveis.

Enfocando também os efeitos externos, Rolnik (1997) considera que a globalização tem levado a um enfraquecimento progressivo dos Estados Nacionais e ao desmantelamento das políticas desenvolvimentistas. Logo, a estrutura dos mercados – e, principalmente, os urbanos – ultrapassa uma escala nacional e não se limita mais ao espaço hierarquizado do Estado Nacional. Do ponto de vista social, a globalização tem motivado o aparecimento de novas formas de organização da produção, configurada com parcelas cada vez maiores de trabalhadores excluídos das garantias trabalhistas. O resultado dessa situação foi a supremacia da informalidade nas relações de trabalho e nas formas de inserção urbana. A autora verifica nesse processo duas tendências. A primeira delas é a busca por um novo Estado, redefinindo-lhe o papel tradicional, objetivando reduzir seu tamanho e o seu protagonismo. A segunda via é a política, visando a delegar mais competência aos governos locais, o que implica num aumento da responsabilidade das cidades na solução da problemática social. Para ela, o quadro atual impõe aos governos locais uma nova perspectiva:

> [...] se por um lado sobrou para as cidades ter que administrar o produto polarizado e desestruturado dessas transformações, por outro é possível hoje para a cidade assumir o papel de protagonista político-econômico nesse processo” (ROLNIK, 1997, p. 356).

Especificamente no caso brasileiro, Rolnik (1997) ainda se pergunta como será o papel das cidades frente à nova divisão internacional do trabalho, e, principalmente, que características terão as políticas urbano-sociais nesse campo.

Como as cidades se articulariam para produzir mais solidariedade e equilíbrio numa conjuntura que se mostra crescentemente segregada e polarizada? Para a autora, o modelo de planejamento urbano atual não atende aos requisitos de supressão dessa situação. O futuro das cidades perpassa pela capacidade de defesa e auto-gestão da cidadania. O governo local deverá articular e mobilizar a comunidade, elevando a participação desta no processo decisório das ações sociais e urbanas. Por conseguinte, estará redesenhando-se o Estado sobre as lógicas de solidariedade, autonomia e distribuição de renda e de poder.

2.4.2 Espaço e meio-ambiente

A exaustão de recursos naturais (matérias-primas, fontes energéticas, potenciais de solo, reservas hídricas etc.) suscita a necessidade de administrar, concomitantemente ao aumento da produção econômica, o uso e a conservação desses. Por causa disso, torna-se extremamente relevante abordar o impacto da dinâmica econômica, local e regional, a partir da perspectiva do meio-ambiente. Ainda que este tipo de temática venha a ser tratada com mais vagar no próximo capítulo, cabe anteciparem-se algumas considerações.

Haddad (1989), citando Cumberland, indica cinco aspetos que justificam a adoção de políticas públicas na administração de questões ambientais *vis-à-vis* os efeitos do crescimento econômico regional. O primeiro deles é o controle da taxa de crescimento econômico, de forma a identificar se esse processo está criando algum tipo de desvio de equilíbrio ambiental. Em se constatando a ocorrência de desequilíbrio, a tática seria desacelerar o ritmo da produção e do consumo. O segundo focaliza a internalização das externalidades, tanto dos produtores como dos consumidores, através do estímulo do uso de métodos de controle de poluentes e reciclagem de resíduos e dejetos. O terceiro prioriza a disseminação de adoção de critérios de custo-benefício, possibilitando a comparação de programas e projetos de desenvolvimento, voltados para maximizar o bem-estar coletivo, dando ênfase aos custos de poluição ambiental. O quarto contempla o uso de penalidades, como taxas e multas, sobre a emissão de poluentes, visando a desencorajar tais ações e, ao mesmo tempo, gerar uma receita específica para financiar o policiamento e controle da poluição e análises técnicas de avaliação de impacto e formas alternativas de minimizar os efeitos poluentes. Finalmente, o quinto aspecto trata da construção de

modelos de planejamento econômico-ambiental, que possibilitem a elaboração de estudos mais abrangentes (além daqueles de custo-benefício).

Especificamente, quanto ao quinto aspecto, Haddad (1989) apresenta alguns modelos de referência, os quais exploram as dimensões econômicas e ecológicas. São eles: Cumberland, Isard-Daly, Leontieff e Victor. Todos eles têm em comum a utilização da sistemática da matriz de insumo-produto, aprimorando suas informações com dados de caráter ambiental.

O primeiro deles foi Cumberland, que adicionou às informações da matriz de insumo-produto os elementos para identificar os benefícios e custos ambientais envolvidos nas atividades econômicas, que estariam distribuídos na Agricultura, na Indústria e nos Serviços. O modelo de Leontieff contemplou três setores econômicos e mais duas atividades específicas que eliminavam ou reduziam o nível de poluição ambiental. Seu modelo possibilitou encontrar os níveis desejáveis e indesejáveis, relacionando na produção a eliminação da poluição ambiental verificada nas trocas interindustriais.

O modelo de Isard-Daly se destaca em relação aos anteriores por apresentar novos conceitos, haja vista que seu estudo contemplava características próprias do sistema ecológico, como: o impacto interno, a sistemática e a dinâmica de evolução. Os três conceitos orientadores dessa análise são, segundo HADADD (1989, p. 391): produtos ecológicos ("são poluentes e outros resíduos indesejados, que também são transferidos a preço zero, mas que têm valor negativo bastante significativo"); insumos ecológicos ("são recursos ambientais escassos que são transferidos a um preço zero ma que têm valor positivo"); e processos ecológicos("envolvem insumos e produtos de mercadorias econômicas e ecológicas[20], mas sem que haja uma unidade - agentes econômicos de produção, grupos de consumidores, instituições governamentais - com o intuito comportamental de maximizar ou minimizar os resultados"). Esses três conceitos são admitidos nas relações interindustrial da matriz-insumo produto[21].

---

[20] Isard (*apud* HADDAD, 1989) ainda classifica as mercadorias ecológicas em dois tipos: abióticas (meteorológicas, geológicas, fisiográficas, hidrológicas e solos) e bióticas (vida vegetal e vida animal).

[21] O próprio Isard (*apud* HADDAD, 1989) admite que existem dificuldades na coleta de informações estatísticas para aplicar o modelo. Para ele, a aplicação deverá contar com uma coleta sistemática e processamento das informações ao longo do tempo.

Por último, o modelo de Victor, criado posteriormente aos recém citados, é o mais simplificado, porém aplicável a partir das informações econômicas e ecológicas existentes. Em sua sistemática, considera apenas dois fluxos. O primeiro é constituído por mercadorias livres do sistema ecológico para o sistema econômico, ao passo que o segundo diz respeito ao fluxo dos poluentes do sistema econômico para o sistema ecológico. Para Haddad (1989), o modelo de Victor, dentre todos os quatro, é o mais indicado para estudos que envolvem a questão de impacto ambiental, uma vez que pode ser aplicado. Cabe salientar que os demais, embora mais completos, necessitam de informações, que, até o presente, são incompletas ou inexistentes.

Atualmente, o enfoque sobre a disponibilidade dos recursos naturais tem possibilitado um leque bastante diversificado de modelos e novos estudos, que discutem o impacto da utilização desses recursos no presente *vis-à-vis* seu uso no futuro. Uma das novas áreas que surgiu a partir dessa preocupação foi à chamada Economia Ecológica. Segundo seu conceito, trata-se de uma economia que preservará a renovação e a diversidade biológica, tanto do uso dos recursos renováveis (água, pesca, madeira e produção agrícola) como do uso dos recursos esgotáveis (minerais em geral). Ademais, ela também se preocupará com a reciclagem e a geração de resíduos que não são neutralizáveis pelo meio ambiente.

Conforme Alier (1998), os objetivos principais da economia ecológica são a diminuição de contaminantes e a administração do uso de recursos naturais–energéticos. As formas mais indicadas para alcançar tais objetivos seriam a adoção de leis e sanções legais (proibitivas ou restritivas) e penalidades econômicas (impostos e multas). Segundo Anuatti Neto (2001), o sistema de proteção ao meio ambiente deve reunir instrumentos de avaliação e fiscalização, que seriam: estudos e relatórios de impacto ambiental, licenças de funcionamento (principalmente através de concessões) e fiscalização das emissões dos poluentes.

Finalizando, um outro ponto fundamental é o papel que exerce a sociedade (entidades de classes, sindicados, associações de bairro, ONGs etc.), no sentido de policiar e conscientizar os demais membros da importância da administração dos recursos naturais.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro atual, em que se processam as estratégias e os planos de desenvolvimento regional e local, se mostra extremamente demarcado. São ações externas e internas que precisam caminhar sobre a mesma lógica, a lógica da globalização. Essa constatação pode ser confirmada pela sumarização de Kon (1998, p. 67) sobre as principais mudanças verificadas nas economias recentemente. São elas: elevação da internacionalização das atividades econômicas; reorganização das firmas dominantes; crescente integração entre o Setor Secundário e o Terciário; incremento da utilização da tecnologia e da microeletrônica; crescente complexidade e volatilidade do consumo; alteração no papel da intervenção governamental; terceirização das atividades e subcontratação de novos serviços resultantes do processo de modernização produtiva.

Diante disso, deve-se estabelecer uma linha política condizente com as presentes potencialidades de crescimento e desenvolvimento econômico. Conforme Madoery (1998), a nova política regional deve surgir como um mecanismo de apoio ao ajuste produtivo e territorial que se produz em conseqüência das trocas tecnológicas e do aumento da competitividade dos mercados. Assim, o desenvolvimento local ou regional dever ser interpretado muito mais em função de diferenças qualitativas que quantitativas. O desenho da nova dinâmica econômica permite a existência de uma diversidade de modelos espaciais de crescimento, ampliando a possibilidade de desenvolvimento além do espaço das grandes aglomerações urbanas. Nesse sentido, frisa o autor, as cidades médias ganham uma posição importante como novo espaço potencial, livre das desvantagens que ocorrem nos grandes centros, especialmente aquelas de cunho social e ambiental. Ademais, os ganhos de economias de escala ou de aglomeração, verificados nas grandes cidades, tenderão a ser mitigados, o que pode ser uma desvantagem para as estratégias de desenvolvimento voltadas para maior industrialização requerida pelo mercado globalizado. Uma alternativa seria trabalhar com um plano de desenvolvimento que permitisse, ao mesmo tempo, situações de especialização, complementaridade e de cooperação.

Hevia (2003) acredita que as novas formas de organização produtiva - representadas através dos distritos industriais e dos novos conceitos de espaços

industriais e de aglomeração de atividades especializadas – favorecem um melhor entendimento para a elaboração de novas políticas públicas de desenvolvimento local. Segundo ele, esses modelos privilegiam a organização de redes e o desenvolvimento de sistemas de integração com base na cooperação, solidariedade, coesão e na valoração do esforço coletivo. As políticas regionais, desta forma, centralizam suas ações para a criação de um ambiente favorável, onde se busca, principalmente, a atração de investimentos e a promoção de inovações tecnológicas.

De acordo com Llisterri (*apud* HEVIA, 2003), uma política de desenvolvimento local deve contar com: formação de instituições ou agências de desenvolvimento econômico local; ações que estimulem o empreendedorismo; infra-estrutura física local mínima; iniciativas locais de geração de emprego; melhoria na qualidade dos fatores de produção (capital e trabalho).

Para Hevia (2003), a ação de apoio ao desenvolvimento local tem como elemento-chave elevar a competitividade da Indústria, possibilitando uma melhor inserção nos mercados nacionais e internacionais. O autor sugere que isso seja alcançado mediante: fomento e apoio à realização de negócios corporativos por meio de associações e alianças estratégicas, direcionamento dos investimentos para os fatores que elevam as vantagens comparativas da região, modelagem das empresas locais, a partir das exigências globais e estímulo, na produção, às práticas de ecoeficiência.

Em suma, uma política de desenvolvimento local deve sustentar-se num conjunto de iniciativas que visem tornar mais competitivas as cidades e as regiões, através da melhoria de seus fatores produtivos, combinados com os investimentos e as intenções dos agentes locais e externos.

3 A GEOGRAFIA E O MEIO AMBIENTE

Jorge Alberto Villwock
Regis Alexandre Lahm
Roberto Naime

O conhecimento dos aspectos geográficos e ambientais do território é fundamental para o planejamento municipal, pois fornece subsídios para a elaboração de planos diretores que envolvam ocupação, uso e parcelamento do solo de forma ordenada e ecologicamente correta.

É com o objetivo de aumentar este conhecimento que são apresentados, neste capítulo, os principais elementos que definem a posição geográfica de Uruguaiana e as principais características abióticas e bióticas do sítio onde o município se instalou. Trata-se de reunir informações básicas retiradas de trabalhos preexistentes, na forma de mapas e de textos, organizando-as e utilizando-as para comentar alguns aspectos relacionados com o impacto ambiental decorrente da ocupação deste sítio pelo homem.

3.1 POSIÇÃO GEOGRÁFICA

A sede administrativa do município de Uruguaiana localiza-se a uma altitude média de 74 metros, tendo como coordenadas geográficas a latitude 29º46'55"S e a longitude 57º02'18"W. O território municipal está representado nas cartas topográficas do acervo cartográfico do Exército Brasileiro na escala de 1:250.000 sob a nomenclatura de SH. 21 XCD. Nas cartas com escala de 1:50.000 apresenta a nomenclatura de SH21 VD VI 4. No material elaborado pela D.S.G, o município está representado pelas seguintes cartas: MI-2954/4, MI-2955/3, MI-2954/2, MI-2955/1, MI-2938/3 e MI-2937/4.

Uruguaiana encontra-se localizada na extremidade meridional do Brasil,

fazendo parte da zona fisiográfica do Rio Grande do Sul denominada Campanha, onde ocupa uma área de 5.452 km^2 e onde residem mais de 120 mil habitantes, sendo 93% concentrados na zona urbana.

O município de Uruguaiana possui a seguinte composição distrital:

1° Distrito: Sede - Uruguaiana

2° Distrito: Plano Alto

3° Distrito: João Arregui

4° Distrito: São Marcos

5° Distrito: Vertentes

Uruguaiana limita-se ao Norte com o município de Itaqui, quando da junção, no rio Uruguai, das águas de seu afluente, o rio Ibicuí, seguindo-se até a confluência de seu tributário, o rio Ibirocaí. Ainda ao Norte, limita-se com o município de Alegrete, cuja linha divisória começa na confluência do arroio Ibirocaí com o rio Ibicuí, seguindo por esta em direção a sua nascente, na coxilha do Japeju. O limite ao Leste, com o município de Alegrete e Quaraí, começa na nascente do arroio Ibirocaí, na coxilha de Japeju, seguindo, através de uma linha reta e seca, até a nascente da Sanga Itanhantin, anteriormente denominada de Lajeado até a sua confluência com o arroio Garupá, descendo, então, até confluir com o rio Quaraí. Ao Sul, limita-se com a República Oriental do Uruguai e com o município da Barra do Quaraí. A Oeste, limita-se com a República Argentina, na confluência do rio Quaraí com o rio Uruguai, seguindo através deste em direção a sua nascente pela margem esquerda, observando a linha Internacional, até à desembocadura do rio Ibicuí. O município é servido pelas rodovias federais BR 290 e BR 472, interligando-se com a Argentina através da ponte internacional rodo-ferroviária sobre o rio Uruguai, com 2,4 Km de extensão. Uruguaiana é a principal entrada de turistas chilenos e argentinos no Estado, distando 634 km da capital.

Uruguaiana tem como sua principal atividade econômica a agropecuária, com extensa lavoura de arroz e bovinocultura de corte e reprodução.

FIGURA 1 - MAPA REPRESENTATIVO DOS PRINCIPAIS RIOS E RODOVIAS DO RS



Fonte: www.riogrande.com.br/clipart/mapasbr/mapasbr.html.

3.2 O SÍTIO

3.2.1 Geologia

A área de estudo é caracterizada geologicamente por rochas vulcânicas básicas enquadradas dentro da Bacia do Paraná, especificamente na Formação Serra Geral que recobre uma área significativa do território gaúcho, pertencente ao grupo São Bento. Esta litologia foi gerada em um amplo intervalo de tempo geológico, estendendo-se do Mesozóico até o Cenozóico, mais especificamente, do Triássico - Jurássico até os dias atuais.

O município de Uruguaiana está assentado sobre um derrame basáltico, sendo a rocha vulcânica, porfirítica ou vítrea, constituída principalmente por plagioclásio e augita. O subsolo mais profundo é de uma rocha sedimentar (arenito-grés-metamórfico) proveniente da consolidação da areia, chamado de arenito Botucatu.

A Bacia do Paraná foi uma grande bacia intracratônica que se desenvolveu em uma área de 1.700.000 km^2, resultando em um pacote litológico de 5000m,

caracterizado por um empilhamento, da base para o topo, de rochas sedimentares e, por fim, de uma espessa sucessão de rochas vulcânicas de aproximadamente 1000m.

Em função das suas condições de formação, as rochas apresentam diferentes tipos de estruturas primárias, que, juntamente com a composição mineral, representam um conjunto importante de informações que permitem inferir-se sobre a avaliação da resistência da rocha aos processos de alteração intempérica. A esses fatores estruturais primários, intrínsecos aos processos de formação das rochas, se associam os produtos gerados pela atuação dos esforços tectônicos, responsáveis, nesta região, pelo aparecimento de estruturas frágeis como fraturas e zonas de falhas. O desenvolvimento de estruturas tectônicas contribui muito para o desgaste físico das rochas e, conseqüentemente, é um catalisador dos processos intempéricos.

A ação integrada dos fatores primários e secundários (agentes hidrológicos, comportamento do solo e as condições climáticas) conduziu a atuação dos processos intempéricos que conformaram os diferentes tipos de relevo encontrados na região. Na descrição geológica da região estudada, permite-se avaliar o conjunto de fatores responsáveis pelo modelamento do relevo desta região, resultando na forma geomorfológica identificada a seguir.

- **Formação Serra Geral**

As lavas básicas da Formação Serra Geral representam o grupo litológico dominante do território gaúcho, apresentando exposições significativas na totalidade da região estudada. Os afloramentos de rochas basálticas são freqüentes, ocorrendo extensos lajeados em drenagens, em áreas de campo, em alguns cortes da BR 290 e da BR 472 e em estradas vicinais que ligam os municípios de Quaraí, Uruguaiana e Barra do Quaraí. As melhores exposições estão a norte da cidade de Quaraí, a sudeste da cidade de Uruguaiana e a leste da cidade da Barra do Quaraí.

As fraturas primárias do basalto mostram uma disposição sub-horizontal nas porções de topo e base dos derrames vulcânicos e uma disposição vertical na porção central. Este padrão de fraturamento intersecciona a rocha, delimitando pequenos blocos rochosos que são separados por ação dos processos erosivos.

Estes blocos acumulam-se gerando depósitos de cascalhos que comumente têm formas aproximadamente equidimensionais ou podem até mesmo constituir lajotas ou lascas irregulares. Um grande depósito deste material pode ser encontrado a nordeste da cidade de Quaraí. Em áreas mais próximas de Uruguaiana ocorre uma boa jazida de cascalho e saibro grosseiro, localizada nas nascentes da Sanga Feia, a sudeste da barra do Arroio Caiboaté. A presença de um significativo fraturamento sub-horizontal, encontrado em todos os derrames de rochas vulcânicas observados, tem como conseqüência direta a formação de um relevo com uma disposição plana. Vales estreitos e pouco profundos estão relacionados a falhamentos de extensão e/ou a zonas muito fraturadas, propiciando um acelerado desgaste erosivo ao longo das direções. Neste contexto, as principais formas de relevo associadas são do tipo mesas e morros testemunhos de rochas basálticas. As mesas representam porções planas de grande extensão, indicando a preservação parcial de um mesmo derrame vulcânico. Os morros testemunhos marcam a presença de restos de derrame superior, isolados e sotopostos aos derrames subjacentes que constituem o nível base dominante da erosão regional.

A seqüência de derrames efusivos da Formação Serra Geral na região investigada é constituída por basaltos de coloração cinza, cinza escuro a preto, adquirindo tons castanho avermelhados com o aumento do grau de alteração intempérica. Os aspectos texturais estão diretamente relacionados com a posição espacial observada em cada derrame. Os derrames apresentam espessuras da ordem de 40 a 60 metros, mostrando um padrão característico de fragmento, com fraturas sub-horizontais no topo e na base, e fraturamento vertical com formação de disjunções poligonais no centro dos derrames. As disjunções mostram formas poligonais irregulares, com diâmetro variável entre 15 e 30 cm. No geral, as porções superiores dos derrames apresentam uma textura afanítica marcada por uma matriz de minerais, com grão de pequeno tamanho e proporções variáveis de amígdalas e vesículas. Estas estruturas amígdalo-vesiculares apresentam tamanhos da ordem de 1 a 5mm, estando preenchidas de modo dominante por quartzo, ocorrendo ainda calcita e ágata. É freqüente, também, a presença de uma pequena quantidade de fenocristais de 1 a 2mm de plagioclásio de coloração esbranquiçada. Os derrames em geral apresentam um padrão de estruturas primárias característico, marcando os processos de resfriamento de lava em superfície. Desta maneira, as porções de topo

dos derrames são definidas pela intensa quantidade de amígdalas e vesículas, de diversos tamanhos, associados com um fraturamento sub-horizontal pouco espaçado e com a presença de uma matriz com certa quantidade de material vítreo. As amígdalas são preenchidas normalmente por quartzo de variedade ágata e calcedônia, menos freqüente, por calcita e também por zeolitas. As porções centrais dos derrames são maciças ou marcadas por um forte diaclasamento vertical, caracterizando o fraturamento de resfriamento magmático gerador de disjunções colunares. As porções de base dos derrames podem apresentar matriz vítrea e normalmente mostram um padrão de fraturas sub-horizontais característico, com formas marcadamente curvilíneas e com espaçamento variável de 1 a 10cm.

Em regiões situadas ao norte da cidade de Quaraí é freqüente a presença de arenitos intertrápicos, com espessura da ordem de 40cm a 1,5 m, intercalados por derrames basálticos, atestando uma relativa contemporaneidade na deposição de ambas as unidades. Estas delgadas camadas de arenitos se caracterizam por um notável endurecimento associado a uma intensa silicificação.

3.2.2 Geomorfologia

O município de Uruguaiana é integrante da região fisiográfica da Campanha, uma das regiões mais conhecidas e situadas de nosso estado; no entanto, uma das mais difíceis de ser definida, pois a mesma não apresenta uma unidade estrutural. Uruguaiana, assim como a Campanha, apresenta uma individualidade no seu aspecto morfológico, isto é, a presença sempre constante das coxilhas onduladas e recobertas de campos limpos, entre as quais destacam-se: a de Santana, atravessando o município de oeste a leste, e a de Japeju, que se localiza abaixo da foz do Ibicuí, nas proximidades do rio Uruguai, na porção noroeste a sudeste. Merecem, ainda, destaque as coxilhas do Pai-passo, localizada de sudoeste a nordeste, e da Santana Velha.

A região em estudo localiza-se na porção mais avançada para oeste e para sul do domínio morfo-estrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares, região geomorfológica Planalto da Campanha e unidade geomorfológica Planalto de Uruguaiana, representando, no Estado, uma superfície de aproximadamente 30.395 km^2, eqüivalendo a 12% do Estado do RS.

Os limites ao Oeste desta unidade estão definidos pelos rios Uruguai e Quaraí. O Leste está limitado pela Depressão Central Gaúcha e o Norte faz contato com o Planalto das Missões. Os contatos com as regiões geomorfológicas situadas a leste e norte estão caracterizados por formas de relevo resultantes da dissecação do Planalto da Campanha, representadas, respectivamente, pela Coxilha da Cruz, a leste, e pela Coxilha do Espinilho, a norte. No contato leste, o Planalto da Campanha mostra um acentuado desnível de até 200m, marcado por um rebordo fortemente escarpado e residual denominado Coxilha da Cruz.

As principais formas geomorfológicas encontradas no Planalto da Campanha são as superfícies de aplanamento retocadas e desnudas e as superfícies aplainadas indiferenciadas. Mais localizadas, as áreas de dissecação homogêneas estão associadas à predominância de uma mesma condição geológica, ocorrendo, ainda, áreas onde o controle estrutural conduz o processo de dissecação diferencial. O escalonamento de níveis topográficos, através da ruptura de declives, é uma característica marcante desta região geomorfológica, ocorrendo como uma relação direta da erosão acentuada que ocorre na região de contato entre os derrames de rochas vulcânicas. Este fator é responsável pelo aparecimento freqüente de morros testemunhos, demarcando áreas ainda preservadas de um derrame basáltico sotoposto. Os fenômenos de erosão e movimentos de massa são identificados de maneira generalizada e definidos pela presença de sulcos, ravinas e, menos freqüente, de voçorocas. Uma característica importante do Planalto da Campanha são os expressivos depósitos aluvionares holocênicos, marcados por terraços fluviais dos rios Uruguai e Quaraí. Os depósitos estão compostos por cascalheiras, areias, sedimentos síltico-argilosos das planícies de inundação e depósitos atuais e subatuais.

A região geomorfológica Planalto da Campanha é dividida na Unidade Geomorfológica Planalto de Uruguaiana, sendo que esta unidade é constituída por vários setores com formas de relevo e aspectos evolutivos característicos.

- **Planalto de Uruguaiana**

Esta unidade geomorfológica localiza-se na porção centro-oeste e sudeste de Uruguaiana, fato que se relacionou a sua denominação. Ocupa a mesma área do

Planalto da Campanha, estando limitada ao norte pelo Planalto de Santo Ângelo; ao sul e oeste, pelos rios Uruguai e Quarai; na porção leste, faz contatos com o Planalto dos Campos Gerais e com a Depressão rio Ibicuí – Negro. As áreas interfluviais mais significativas, que ainda permanecem preservadas da erosão, constituem extensas áreas planas, denominadas regionalmente de Coxilhas de Santana, de São Rafael, da Cruz, do Espinilho, entre outras.

O relevo desta unidade geomorfológica é caracterizado por áreas planas com suave caimento para oeste, em direção ao rio Uruguai. Este tipo de relevo, denominado regionalmente de Coxilha de Santana, constitui uma superfície plana e elevada, correspondendo ao interflúvio que separa a bacia hidrográfica do rio Quaraí e do rio Ibicuí. A dissecação desta coxilha pela erosão fluvial é responsável pelo aparecimento de coxilhas menores e residuais e, também, pelo desenvolvimento de morros testemunhos. Os morros testemunhos representam porções residuais dos derrames que não conseguiram ser totalmente erodidas. O processo principal de degradação das formas do relevo é a erosão fluvial, comandada pelo rio Uruguai, representando este o nível de base da erosão da região.

A seguir, será enfocado o principal setor geomorfológico encontrado no Planalto de Uruguaiana, em que se encontra a área de estudo.

- **Coxilha de Santana**

A Coxilha de Santana apresenta relevo plano, situa-se entre as cotas de 40 a 400m, estendendo-se desde Uruguaiana até Santana do Livramento, passando por Quaraí e Alegrete. Sua disposição espacial é aproximadamente NW-SE, constituindo a área interfluvial entre as bacias dos rios Quaraí e Ibicuí e, também, do próprio rio Uruguai, nas proximidades de Uruguaiana, a partir das nascentes do arroio Touro Passo. Sua disposição plana mostra altitudes mais elevadas a leste, decrescendo de maneira gradativa para oeste em direção ao rio Uruguai.

A Coxilha de Santana apresenta uma configuração em forma de semi-arco e corresponde ao reverso da "*Cuesta de Haedo*", mostrando-se dissecada pela ação dos principais afluentes do rio Quaraí e do rio Ibicuí. A erosão desta grande feição geomorfológica conferiu o aparecimento de feições tabulares com dimensões reduzidas, denominadas regionalmente como Coxilha do Pai Passo, Coxilha

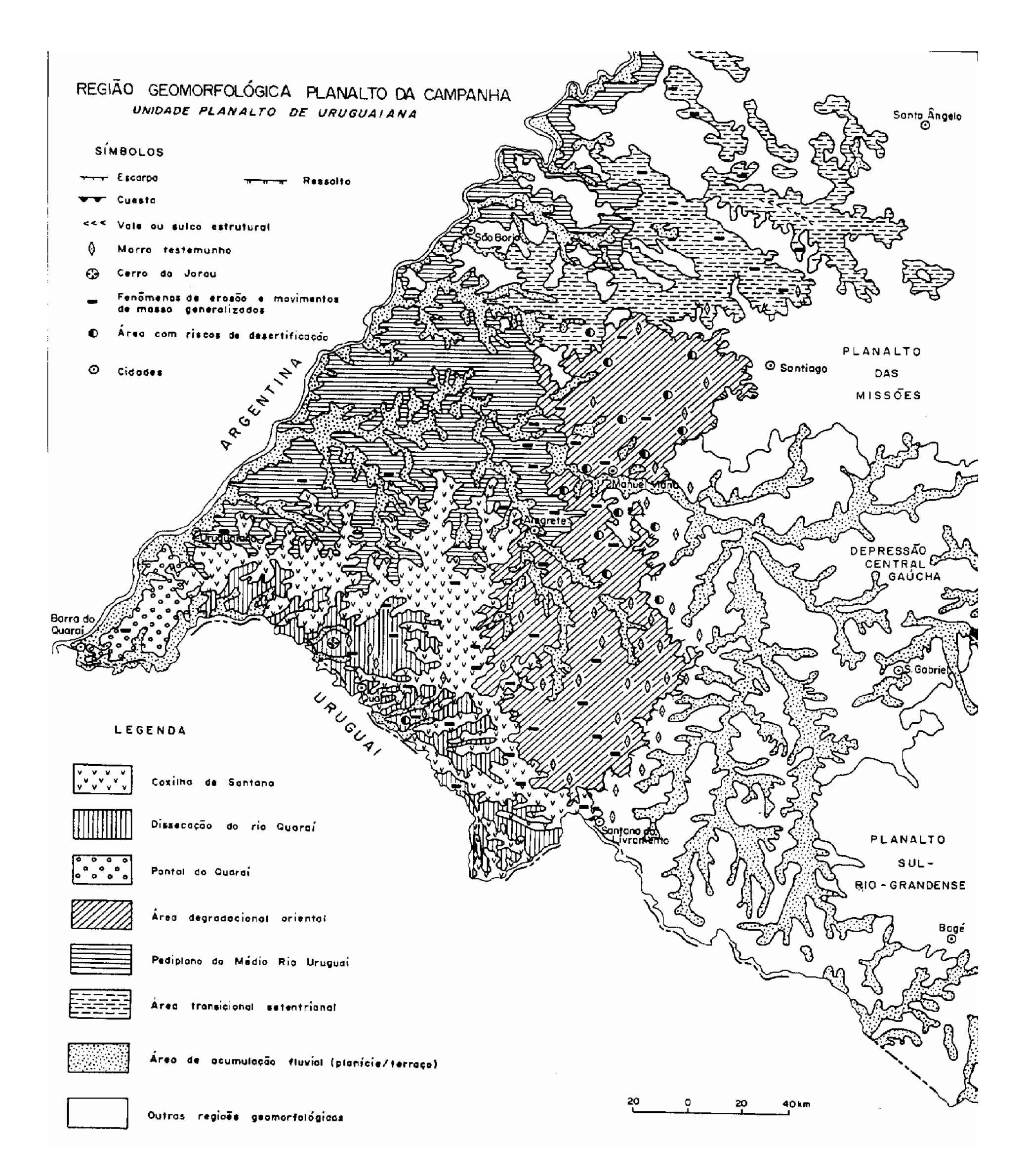
Vertente, Coxilha Santana, Coxilha de São Rafael, Coxilha Seca e, ainda, Cerro do Carvão e Cerro Chato. Estas denominações se caracterizam por designar feições locais, correspondendo a uma setorização mais detalhada da coxilha principal.

O relevo da Coxilha de Santana é sustentado dominantemente pelas rochas efusivas básicas da Formação Serra Geral, mas ocorrem de modo restrito intercalações com rochas areníticas da Formação Botucatu. Estas intercalações podem estar associadas a dois processos distintos: intercalações de tipo arenitos “intertrápicos” correspondem a feições localizadas onde os arenitos são envolvidos pelas lavas básicas, caracterizando, assim, um período de contemporaneidade entre a deposição sedimentar e a erupção dos basaltos. Os afloramentos destes arenitos são descontínuos, ocorrendo exposições nas vertentes da Coxilha de Santana. A disposição espacial dos arenitos representa uma superfície monoclinal, definida por um mergulho baixo e regular das camadas sedimentares em direção ao rio Uruguai. Outra forma de contato está definida por relações bruscas, caracterizando um contato tectônico relacionado a falhas extensionais.

Como os derrames na Coxilha de Santana desenvolvem um fraturamento sub-horizontal muito forte nas porções de topo e base dos mesmos, o escoamento superficial tende a ser grande pela pouca profundidade e pela baixa permeabilidade provocada pela falta de conexão do fraturamento.

A Coxilha de Santana se estende para leste até próximo da cidade de Livramento, onde termina de maneira abrupta, caracterizando uma frente denominada de “*Cuesta de Haedo*”. A partir das nascentes do rio Ibirapuitã, em direção N e NW, essa forma geomorfológica se encontra bastante arrasada, com porções descontínuas geradas a partir da erosão fluvial e identificadas por um conjunto de relevos residuais com o topo plano e horizontal. O limite oeste desta coxilha está próximo da cidade da Barra do Quaraí, ocorrendo uma progressiva diminuição das cotas em direção ao rio Uruguai, onde os níveis altimétricos atingem 40m.

FIGURA 2 -MAPA GEOLÓGICO E DISTRIBUIÇÃO GEOMORFOLÓGICA DO PLANALTO DA CAMPANHA DO RS



Fonte: RADAMBRASIL (1986).

3.2.3 Clima

Localizada a 29º45’ de latitude Sul e 57º05’ de longitude Oeste, Uruguaiana apresenta, segundo o Sistema Universal de Classificação Climática de Koppen, um clima Temperado Úmido, na variedade de Clima Subtropical ou Virginiano, do tipo “Cfa”.

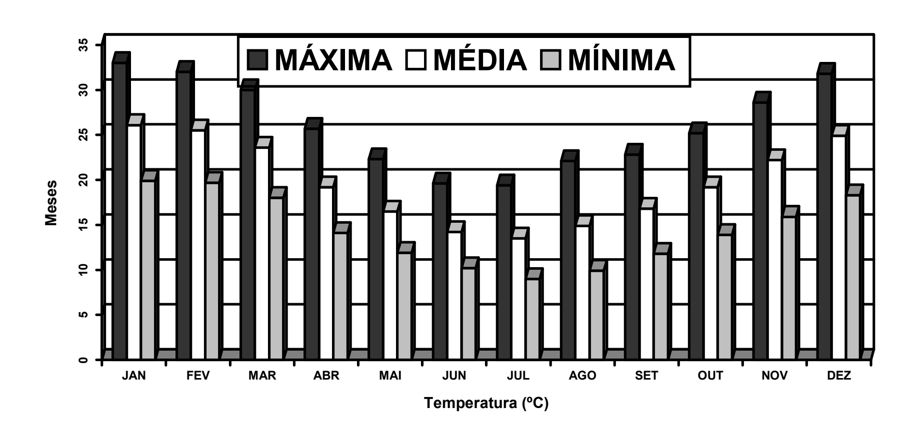
De acordo com essa classificação, a subcategoria “f” corresponde a chuvas distribuídas ao longo do ano, não existindo uma estação seca (o mês mais seco

apresenta uma precipitação de, no mínimo, 60 mm). A variação tipo “a” é relativa a verões muito quentes, quando a temperatura média do mês mais quente supera os 22 °C.

Situada na porção Sudoeste da região do Planalto da Campanha – limitada pelo Planalto das Missões (N-NE), Planalto das Araucárias (E) e Depressão Central (E-SE) em território brasileiro, e pelas fronteiras internacionais Brasil - Uruguai (S-SW) e Brasil - Argentina (N-NW), a área de estudo apresenta cotas altimétricas de 74m e um relevo predominantemente aplainado com algumas áreas dissecadas em coxilhas e outras com terraços e planícies fluviais.

Devido à presença de um substrato rochoso, em geral muito próximo à superfície, com grandes áreas de solos rasos e pedregosos, e à ampla predominância de pastagens, com escassa cobertura florestal (quase adstritas às matas nativas ciliares e bosques de eucalipto), a incidência solar leva a um rápido aquecimento de um lado e, de outro, ocorre também um rápido resfriamento em razão da perda de calor por radiação, favorecida pela tênue cobertura vegetal; assim, ocorrem grandes amplitudes diárias e anuais de temperaturas, como mostrado no Gráfico 1, indicando-se que tais dados referem-se à Estação de Uruguaiana (Atlas Agroclimático do Estado do Rio Grande do Sul - IPAGRO, 1989), observando-se oscilações da ordem de 5% para o restante da região de estudo.

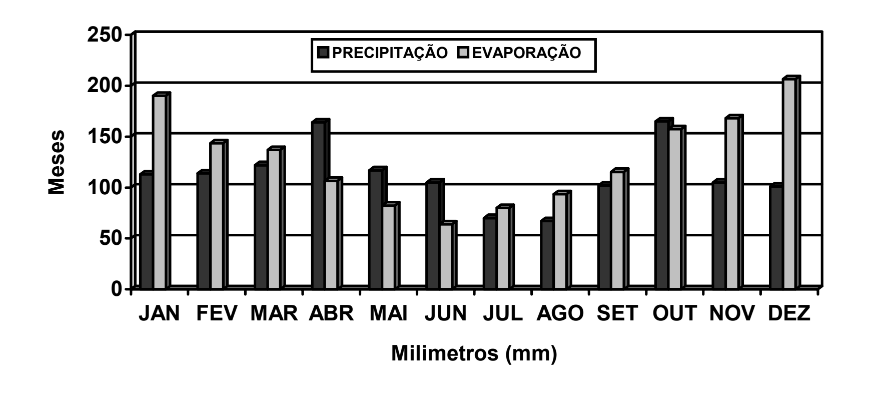
GRÁFICO 1 - TEMPERATURAS MÉDIAS MENSAIS MÁXIMAS, MÉDIAS E MÍNIMAS - ESTAÇÃO URUGUAIANA



Fonte: Atlas agroclimático do Estado do Rio Grande do Sul, IPAGRO (1989).

Para entender o clima da região, é necessário considerar, além dos fatores locais estáticos, os mecanismos atmosféricos de maior abrangência e amplitude. Assim, a precipitação pluviométrica é devida, em quase sua totalidade, aos sistemas frontais que atingem a área, quando o deslocamento de massas de ar com temperaturas diferentes provocam instabilidades convectivas e, por conseqüência, formação de nuvens e ocorrência de chuvas.

GRÁFICO 2 - MÉDIAS MENSAIS: PRECIPITAÇÃO E EVAPORAÇÃO (TANQUE CLASSE A) - ESTAÇÃO URUGUAIANA



Fonte: Atlas agroclimático do Estado do Rio Grande do Sul, IPAGRO (1989) e registros DNAEE – período de 1943 a 1954 e 1959 a 1976.

Dos seis sistemas frontais, em média, que penetram a cada mês no Continente Sul-Americano, quatro a cinco deles atingem a Fronteira Oeste. As frentes mais comuns ocorrem ao longo de todo o ano, penetrando pelo Oeste e Sul do Estado e provocando chuvas variáveis, dependendo do gradiente térmico da região. As frentes quentes são outro sistema frontal importante e ocorrem, preferencialmente, nos meses de inverno. Essas frentes formam-se entre o Norte da Argentina e do Paraguai e penetram pelo Norte e o Noroeste do Estado, deslocando-se para o litoral, ocasionando chuvas em pancadas intensas.

Os seguintes dados são representativos da região:

- chuvas médias anuais superiores a 1300mm e inferiores a 1500mm;

- de 69 a 94 dias com chuvas no ano;

- apenas cerca de 23% das chuvas ocorrem no inverno, sendo o outono a estação mais chuvosa (aproximadamente 27% do total anual).

Observa-se que as frentes, nos períodos de inverno, passam na região com pouca atividade. Isto se deve ao fato de os ventos dominantes de Oeste e Sudoeste serem bastante secos e, também, de as baixas temperaturas da época não favorecerem a formação de correntes ascendentes para transporte e mistura do ar.

3.2.3.1 Descritores ambientais

Afora os parâmetros anteriormente referidos, vale considerar os seguintes indicadores para a melhor caracterização climática da região:

Ventos: as diferenças de temperatura entre o sul do Continente Sul-Americano e os Oceanos Atlântico e Pacífico ocasionam deslocamentos das massas de ar, dando origem aos ventos que atingem a região de estudo, os quais, por esta razão, são predominantemente dos quadrantes Sul e Sudoeste, com velocidades médias anuais da ordem de 2 m/s (aproximadamente 7 km/h). No inverno, predominam os ventos do quadrante Oeste, muito frios e secos. Esses ventos são, geralmente, de fracos a moderados (velocidade média de 3,8 m/s), aumentando durante os períodos da frente fria.

Umidade Relativa do Ar: a continentalidade da região não enseja condições para a ocorrência de umidades relativas muito elevadas. Assim, os valores médios mensais variam de 66 a 79%.

Precipitação: a região possui chuvas médias anuais superiores a 1300 mm e inferiores a 1500 mm, de 69 a 94 dias por ano. No inverno ocorrem somente 23% das chuvas (em média 239 mm), sendo o outono a estação mais chuvosa, com 27% do total anual (com 417 mm). Porém, as chuvas são muito variáveis e esta variação é verificada não só entre os anos, mas também na distribuição durante o ano. Segundo informações fornecidas pelo setor de meteorologia do Aeroporto Rubem Berta de Uruguaiana, essa variação vem ocorrendo no município nos últimos anos. Em 1996, o regime pluviométrico caracterizou-se pela irregularidade das chuvas e por um déficit hídrico marcante, totalizando 1132,2 mm, quando a média histórica anual dos últimos quarenta anos é de 1560,6 mm.

Temperatura: a região é caracterizada por verões quentes e invernos não rigorosos. As temperaturas médias mensais durante o verão variam de 23ºC a 27ºC e, no inverno, de 14º C a 15º C. Durante os meses de inverno (junho a agosto), a região apresenta períodos alternados de clima quente com intrusões de massa polar vindas do Sul, com ventos de velocidade moderada (minuano), ocorrendo chuvas frontais e tempestades. Após a passagem de uma frente fria, as temperaturas durante o dia ficam entre 10º C e 15º C e, à noite, podem cair de 0º C a 5º C.

Radiação Solar Global: pela posição geográfica da região e pela variação da inclinação solar, a média mensal da radiação solar varia entre 191 cal/cm^2/dia, em junho, e 502 cal/cm^2/dia, em dezembro, com média anual de 355 cal/cm^2/dia.

Insolação: a insolação varia entre um mínimo de 148 horas no mês de junho e um máximo de 283 horas no mês de dezembro, alcançando um valor total de 2514 horas de brilho solar.

Nevoeiros: é pouco comum na região a ocorrência de nevoeiros devido à distância dos oceanos (mais de 500 km).

Geadas: ocorrem comumente na região, de maio a setembro, com maior freqüência nos meses de junho e julho.

Granizo: fenômeno pouco freqüente e, quando ocorre, restringe-se a áreas reduzidas, sendo, desta forma, poucos os registros existentes. Ocorrem com maior freqüências de julho a outubro.

Evaporação e evapo-transpiração: normalmente a precipitação supera a evapo-transpiração na maioria dos anos: porém, devido à continentalidade e aos ventos do oeste, à circulação geral da atmosfera e às condições edáficas particulares de seu solo extremamente raso, apresenta evaporação elevada (total anual maior que 1500mm), evidenciando, em certos períodos, a ocorrência de um déficit de água para a vegetação.

3.2.4 Recursos hídricos

Uruguaiana é banhada pelo rio Uruguai, que forma o vigamento mestre da Bacia do Uruguai. O rio Uruguai é classificado como de regime subtropical, com

duas estações de altas águas, enquanto sua bacia hidrográfica possui um regime fluvial com dois máximos e dois mínimos, ligados à irregular e complexa distribuição pluviométrica da região. A rede hidrográfica no município apresenta-se da seguinte forma: no rio Uruguai desemboca o rio Ibicuí e, neste, o Arroio Ibirocaí, separando Uruguaiana e Alegrete; no arroio Ibirocaí despejam suas águas os arroios Ijiquiquá e Saiá, além de outros menores de cursos intermitentes e de menor importância. O rio Quaraí também deságua no rio Uruguai, depois de receber as águas do Arroio Garupá entre os municípios de Uruguaiana e Quaraí. Existem no rio Uruguai, dentro dos limites do município de Uruguaiana, varias formações aluvionais originadas pelo acúmulo de sedimentos transportados pelo rio. Essas formações insulares, denominadas Ilha de Japeju, Ilha Brasileira e Ilha Grande, situam-se: a primeira abaixo da foz do Ibicuí, a segunda junto à foz do rio Quaraí e a terceira junto à foz do rio Touro- Passo. Além dessas, há outras formações menores.

O rio Uruguai tem suas nascentes na escarpa do Planalto Meridional, nas serras do Mar e Geral, a leste dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Desenvolve-se para Oeste, dividindo esses dois estados brasileiros e, quando toma a direção Sul, serve como limite territorial entre o Brasil e a Argentina.

O rio Uruguai no Tratado da Bacia do Prata contribui, em território brasileiro, com a área de drenagem correspondente a 176.000 km^2, possuindo uma vazão média anual de 3600 m^3/s e escoando um volume médio anual de 114 km^3. O rio Uruguai corresponde a 46% do total da bacia nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, sendo que, especificamente para a Barragem de Salto Grande, operada por uma comissão mista Argentina–Uruguai, a contribuição das águas brasileiras é de 65% do total da drenagem para a represa. A Barragem de Salto Grande, localizada a jusante da fronteira sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, é uma importante fonte de geração hidroelétrica dos dois países vizinhos e corresponde a 20% da demanda argentina e a 28% da rede uruguaia. Não sendo certamente esse o único e importante fator que suscita a necessidade de um compartilhamento internacional de informações hidrológicas, da preocupação com a quantidade e qualidade das águas para seus diversos usos pelo Brasil e a Argentina, serve, entretanto, para bem caracterizar sua importância no contexto do Tratado da Bacia do Prata.

A bacia do rio Uruguai estende-se entre os paralelos 27º e 34º S e os meridianos de 49°30' e 58°15' W, em território nacional, e se encontra integralmente na Região Sul do Brasil. Seus limites são definidos ao norte pela Serra Geral, a oeste pelo território argentino, a noroeste pela reserva de Aparados da Serra, a leste pela depressão Central e ao sul pelo Uruguai, que inclui uma parte seca, de pequena altitude, e o rio Quaraí.

O rio Uruguai nasce com o nome de Pelotas e, após percorrer 450km e receber a contribuição do rio do Peixe, na cidade de Marcelino Ramos, passa a ter a denominação de Uruguai até a foz no rio da Prata. O rio Pelotas nasce nas vertentes ocidentais da Serra Geral, próximo ao pico da Igreja, em altitudes próximas a 1800m. O rio Canoas, seu principal afluente, tem seus formadores na serra da Anta Gorda. A direção geral nesse trecho é de leste para oeste, continuando até a confluência do rio Peperi-Guaçu, após dividir os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Nesse ponto, toma a direção sudoeste, servindo de fronteira entre Brasil e Argentina.

Após receber a afluência do rio Quaraí, que limita o Brasil e o Uruguai na região sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, toma a direção geral sul, passando a dividir a Argentina e o Uruguai até sua foz no rio da Prata, a aproximadamente 30km a montante da cidade de Buenos Aires, sendo que seu percurso total é de aproximadamente 2.200km.

O perfil do rio Uruguai é escalonado e, devido à formação geológica, apresenta alguns estreitamentos significativos em seu leito principal, bem como em alguns de seus afluentes do alto curso. Seus principais afluentes pela margem direita são os rios Canoas, do Peixe, Chapecó, Irani e, pela margem esquerda, encontram-se o Passo Fundo, o Ligeiro, o da Várzea, o Ijuí, o Piratinim, o Ibicuí e o Quaraí.

O rio Uruguai e seus afluentes formam um grande arco com a concavidade voltada para leste, apresentando um sistema de drenagem denso, dendrítico e, em parte, com cursos d'água paralelos, principalmente nas proximidades das cabeceiras, onde as declividades são muito acentuadas, oscilando entre 20% e 40% nos relevos ondulados, superando estes valores nas zonas montanhosas. No curso

médio e inferior, as declividades são suavizadas.

Dentro de sua bacia são consideradas três seções, sendo a superior correspondente ao trecho de montante até Garruchos. A seção média estende-se até Salto Grande, já no trecho divisório com a Argentina e com o Uruguai, seguindo para jusante até sua confluência com o rio Paraná Bravo. A largura da bacia na seção superior é de aproximadamente 200km, passando para 300km na seção média e 360km na inferior.

Os estudos hidrológicos do rio Uruguai em território brasileiro baseiam-se numa rede de estações de entidades que apresentam finalidades de controle de uso da água para diversos fins. A situação atual na região hidrográfica do rio Uruguai, em relação à disponibilidade e demanda total de água, é de 177,7m³/s, representando 4,3% da vazão média da região. A demanda está concentrada nas sub-regiões Piratini-Ijuí-Icamaquã e Ibicuí-Quarai-Negro. A demanda por irrigação na região hidrográfica do rio Uruguai vem do cultivo do arroz por inundação, no oeste do Rio Grande do Sul, ocupando uma área na bacia com aproximadamente 3.440 km^2. Nas sub-regiões Pelotas, Canoas, Peixe, Chapecó e Várzea predominam o uso humano e animal. A demanda industrial da região hidrográfica é de 4,7 m^3/s (2,6 % da demanda total), sendo representada principalmente pela agroindústria, associada ao abate de animais, serrarias, madeireiras e indústria de celulose, que se concentram na região do Alto Uruguai.

As enchentes ocorrem com freqüência na região e atingem, principalmente, as populações ao longo do rio principal e de alguns dos seus afluentes. Elas podem ocorrer em qualquer mês do ano nos trechos inferior, médio e superior do rio Uruguai. As áreas urbanas mais impactadas são Marcelino Ramos, Itaqui, Itá, São Borja, Iraí e Uruguaiana, ao longo do rio Uruguai, e Alegrete, ao longo do rio Ibirapuitã. No rio Uruguai, os reservatórios, apesar da grande quantidade, de forma geral operam com pequenos volumes de espera, quando comparados aos grandes volumes afluentes, resultando em pequena capacidade de amortecimento de cheias.

A região da bacia apresenta baixo nível de tratamento de esgotos, sendo estimado o lançamento *in natura* de efluentes em 5,3 m^3/s, sendo 64% de efluentes domésticos urbanos, 19% de drenagem pluvial urbana e 17% de efluentes

domésticos rurais.

No contexto do uso múltiplo dos recursos hídricos, a região hidrográfica do Uruguai, considerando os lados brasileiro e argentino, apresenta um grande potencial hidrelétrico com uma capacidade total de produção de 40,5KW/km^2, uma das maiores relações energia/km^2 do mundo e potencial absoluto de 16.500 MW. Cabe ressaltar que apenas 6% da energia produzida no país são explorados, considerando os aproveitamentos dos dois países. Atualmente, existe no Brasil um potencial hidro-energético instalado de 1.536 MW, com destaque para as usinas de Passo Fundo (221 MW) e Itá (1.315 MW). Este valor representa 38% do potencial total instalado na região hidrográfica do lado brasileiro e apenas 9% do potencial total da bacia. Além disso, a região apresenta várias pequenas centrais hidrelétricas instaladas com até 7 MW. Merece destaque a Barragem Sanchuri, localizada no distrito de São Marcos, a maior obra hidráulica existente para irrigação.

A navegação fluvial, de modo geral, não existe na região, em virtude do relevo acidentado, das variações significativas de vazão dos rios e dos problemas de assoreamento. O rio Uruguai é navegável em corrente livre no trecho da fronteira Uruguai-Argentina até a Barragem de Salto Grande, seguindo a montante, pelo lago desta barragem, até a fronteira tríplice Uruguai-Argentina-Brasil, junto à foz do rio Quaraí. A Barragem de Salto Grande dispõe de eclusa, o que vale a dizer que a navegação poderá ser feita até a fronteira do Brasil. A montante, estão previstas barragens hidroelétricas em São Pedro, Garabi, Machadinho e, quando providas de eclusas, poderão levar a navegação até as proximidades da Barragem de Itá. A Barragem de São Pedro, a mais jusante do trecho e logo acima de Uruguaiana, inundará o baixo curso do rio Ibicuí, integrando a planejada ligação hidroviária do rio Uruguai ao porto de Porto Alegre pelos rios Ibicuí e Jacuí.

No contexto do uso das águas da bacia, torna-se claro que a situação atual dos recursos hídricos na região hidrográfica do Uruguai apresenta importantes desafios. Em particular, a regularização da vazão, através de barramentos, e a racionalização da demanda nos municípios localizados na cabeceira do rio Uruguai, evitando os freqüentes períodos de racionamento. Também se faz necessária a criação de programas de tratamento de esgotos domésticos e industriais, especialmente nas áreas mais urbanizadas da região.

Nas áreas urbanas afetadas pelas enchentes, são necessários o estabelecimento e a aplicação de planos para disciplinamento do uso e ocupação do solo, com a implantação de sistema de alerta em tempo real, para redução de riscos. Para fins de controle e futuros aproveitamentos, há necessidade de serem instalados postos de controle em vários pontos da bacia, tanto devido à necessidade de fiscalização das hidrelétricas, como para a solução de conflitos existentes ou emergentes, em função da disputa da água para fins de produção de energia e outros usos.

3.2.4.1 Hidrogeologia

A região sul do continente americano é privilegiada quanto à disponibilidade de recursos hídricos, compreendendo as províncias hidrogeológicas do Paraná, Pantanal e Chaco, constituindo a primeira uma das maiores reservas da América do Sul. A Província Hidrogeológica do Paraná, em que se insere a área de estudo, ocorre em uma área que extrapola os limites territoriais nacionais, cobrindo uma área superior a 839.000 km^2.

A Província Hidrogeológica do Paraná compreende uma espessa associação de rochas sedimentares cobertas por derrames de rochas vulcânicas. No Rio Grande do Sul, este aqüífero está vinculado principalmente à formação Botucatu, sendo a porção superior deste aqüífero limitada fisicamente pelos derrames basálticos da formação Serra Geral. A Formação Serra Geral é representada na região da área do projeto, correspondendo à bacia hidrográfica do rio Uruguai por quatro derrames de rochas vulcânicas básicas com espessura individuais em torno de 50 a 70m, com baixas vazões de poços, na ordem de 4 m^3/h. Esta associação de rochas efusivas possui uma baixa porosidade, vinculada diretamente com a pouca presença de fraturas conectadas, determinando para estas litologias um baixo potencial na exploração de águas subterrâneas.

Na área de ocorrência do aqüífero Guarani, as vazões podem ultrapassar 200 m^3/h. Os aqüíferos aluvionares estão restritos a trechos de alguns rios e apresentam grande variabilidade de vazões. As águas subterrâneas atendem às comunidades com menos de 5.000 habitantes da região.

3.2.5 Solos

O levantamento das unidades de mapeamento e o conhecimento dos recursos naturais que ocorrem na área do sítio em estudo procura fornecer parâmetros de solos e de uso das terras em níveis suficientes para que as proposições de planejamento de uma agricultura moderna possam conduzir o processo produtivo sem a degradação do meio ambiente, priorizando o uso nas áreas mais adequadas a cada cultura.

Os solos que ocorrem no município de Uruguaiana têm sua origem, em sua maioria, na decomposição da rocha matriz: basalto. Estes são solos jovens na escala evolutiva de tempo e, portanto, guardam as características da rocha matriz. Uma das características comuns dos solos que ocorrem no Município é a pouca espessura do perfil, podendo, em alguns lugares, aflorar à superfície a rocha basáltica. A pouca profundidade do solo representa um fator limitante para as culturas cujas raízes atingem maiores profundidades; porém, nas localidades de Guterres, Jõao Arregui, Imbaá e parte de Caiboaté existem manchas de solo mais profundos que permitem a diversificação com culturas perenes.

Os solos que ocorrem no município de Uruguaiana, com suas respectivas unidades de mapeamento (U.M.), são os seguintes:

Vertissolo (U.M. Escobar): esta classe compreende os solos desenvolvidos do basalto, pouco profundos, hidromórficos, de textura argilosa, coloração preta ou bruno-acinzentado-escura. Apresentam alta fertilidade evidenciada pela elevada CTC e saturação de bases (cálcio, magnésio e potássio) e possuem médios teores de matéria orgânica e de fósforo. Ocorrem no relevo plano ou suave ondulado nas áreas deprimidas ou ao longo dos cursos d’água. Fisicamente são solos que, devido às propriedades de contração e expansão dos argilominerais (esmectitas), tornam-se difíceis de serem trabalhados, pois são muito duros quando secos, e muito plásticos e pegajosos quando úmidos. São moderadamente suscetíveis à erosão e requerem manejo conservacionista quando cultivados, pois devem ser trabalhados com teor de umidade adequada; caso contrário, formam torrões compactos ou aderem aos implementos agrícolas. O uso atual é com pastagem natural de ótima qualidade e com o cultivo do arroz irrigado, podendo ser usado com milho e sorgo

nas áreas com boa drenagem natural. As maiores limitações ao desenvolvimento agrícola em sistemas de culturas de sequeiro anuais são a má drenagem (falta de ar moderada), a dificuldade de mecanização devido às características físicas e a falta de água severa no verão pela baixa disponibilidade hídrica do solo.

Neossolo Litólico (U.M. Pedregal): esta classe compreende os solos de formação recente da rocha basáltica. São muito rasos e o horizonte superficial (A) está assentado sobre a rocha ou sobre um pequeno horizonte C, geralmente com muito material de rocha em decomposição (cascalhos). São solos bem drenados, com textura franco-argilosa, coloração bruno-escura, fertilidade média a alta caracterizada pela saturação de bases (cálcio, magnésio e potássio) e matéria orgânica elevada, mas com baixos teores de fósforo. São encontrados em relevo suave ondulado a ondulado. Os Neossolos ocorrem associados ao Chernossolo vértico ou ao Vertissolo em toda a extensão da área do município, desde áreas planas até suave onduladas. O principal uso atual destes solos é com pastagem natural, pois a pequena espessura do perfil, em geral associada com pedregosidade e/ou afloramento de rocha e com baixo armazenamento de água, confere forte restrição para culturas anuais. Apresentam limitações ao uso de implementos agrícolas, pois são rasos e sofrem com o estresse hídrico no verão pelo pouco armazenamento de água no perfil. Apresentam suscetibilidade à erosão, por isso necessitam de cuidados conservacionistas.

Plintissolo (U.M. Virgínia): são solos formados de sedimentos do basalto, hidromórficos, medianamente profundos, com textura argilosa, coloração bruno-escura na superfície e variegada (vermelho, alaranjado, cinza) em subsuperfície (gleização). Caracterizam-se por apresentar horizonte plíntico (segregação de ferro) em mais de 40% do volume dos sub-horizontes. Ocorrem em áreas de relevo plano ou suave ondulado nas porções de transição entre a várzea e o sopé das coxilhas. Apresentam fertilidade natural baixa, evidenciada pela acidez tóxica e pelos baixos valores de saturação em bases, matéria orgânica e fósforo. As maiores limitações ao desenvolvimento agrícola com culturas de sequeiro anuais e perenes são devidas à drenagem (falta de ar moderada) e à baixa fertilidade. Apresentam alta capacidade de retenção de água, mas no verão ocorre déficit hídrico nas plantas. Os usos atuais desses solos são com pastagens natural, arroz irrigado e sorgo. Apresentam baixa suscetibilidade à erosão e não têm restrição ao uso de implementos agrícolas.

Afloramento de rocha: refere-se à exposição de rochas basálticas do embasamento que ocorrem como afloramentos rochosos, na forma de lajeado, com delgadas camadas de solos sobrejacente ou ainda como presença significativa de matacões, em geral com mais de 1m de diâmetro. Ocorrem como componentes secundários nas associações com solos Neossolos e situam-se nos mais variados tipos de relevo.

Planossolo Solódico (U.M. Vacacaí): são solos originados de depósitos aluvionares mal drenados, de textura arenosa e coloração clara, na superfície, e de textura argilosa com seixos rolados e coloração acinzentada, na subsuperfície, em decorrência da redução dos compostos de ferro pela baixa permeabilidade do solo. A fertilidade é de média a baixa, com saturação em bases, matéria orgânica e fósforo situados em nível crítico e com presença de caráter solódico em profundidade. A má drenagem e os valores relativamente baixos da soma de bases na superfície constituem os principais fatores limitantes ao uso agrícola destes solos. O uso atual é com arroz irrigado em rotação com pastagem natural ou cultivada. São solos suscetíveis à erosão e requerem práticas de manejo conservacionista para a manutenção da sua produtividade. Com sistemas de drenagem eficientes, também podem ser cultivados com milho e soja.

Chernossolo Vértico (U.M. Uruguaiana): esta classe compreende os solos desenvolvidos de basalto, hidromórficos, de textura argilosa, medianamente profundos, de coloração escura com tonalidade bruna e acinzentada. São solos de ótima fertilidade, com CTC e saturação em bases (cálcio, magnésio e potássio) e matéria orgânica alta, mas pobre em fósforo. São solos encontrados em áreas de relevo plano ou suave ondulado, ocorrendo como unidade simples ou em associação com Neossolos e Vertissolos. Nas partes com relevo mais ondulado, os solos estão sujeito à erosão pela facilidade de dispersão das argilas, necessitando do uso de práticas conservacionistas. Os usos principais desse solo são com pastagens, com a cultura do arroz irrigado, e, em pequena escala, com cultura do sorgo. São solos que apresentam restrição ao desenvolvimento agrícola em sistemas de culturas de sequeiro anuais devido à má drenagem e permeabilidade (falta de ar moderada) e, embora com boa capacidade de retenção de água, apresentam no verão déficit hídrico nas plantas.

Solos Aluviais: solos minerais, pouco desenvolvidos, com sub-horizontes sem relação pedogenética entre si, de composições químicas, mineralógicas e granulométricas bastante variadas. Normalmente, são de textura argilosa e de coloração bruno-avermelhada, localizados nas áreas de várzea (planície aluvial), férteis e profundos. Localizam-se nas áreas planas, constituindo as planícies de inundação dos rios. São solos formados de depósitos de sedimentos aluviais, sofrendo freqüente acréscimo por ocasião das periódicas inundações. As condições de má drenagem e as freqüentes inundações limitam a utilização agrícola desses solos, podendo ser utilizados com pastagem natural ou com agricultura anual de risco como arroz, milho e sorgo.

Podzólico Vermelho-escuro (U.M. São Borja): esta classe compreende os solos originários de rochas sedimentares (afloramentos areníticos - intertrápico), de textura arenosa e coloração clara, na superície, e de textura argilosa e coloração vermelho-escuro, na subsuperfície. São solos pobres em fertilidade, ácidos, com baixos valores de matéria orgânica, saturação em bases e fósforo. Localizam-se em relevo suave ondulado e são suscetíveis à erosão, necessitando de práticas de conservação do solo. O uso atual é com culturas hortícolas e milho.

3.2.6 Vegetação

O município de Uruguaiana situa-se fitogeograficamente na Região da Campanha do sudoeste do Rio Grande do Sul, apresentando uma formação vegetal do tipo estepe, caracterizada por uma flora xerofítica com predominância de vegetação campestre. Os cursos de água são sombreados por uma vegetação marginal e apresentam esparsos capões para abrigo animal. As características de solo e clima influenciam na vegetação natural de Uruguaiana, sendo considerados uns dos melhores campos finos do Estado pela diversidade específica e pelo alto valor forrageiro, haja vista a ótima qualidade dos rebanhos bovinos e ovinos neles criados.

Esta formação vegetal do tipo estepe, considerada a fisionomia dos campos da Campanha, está submetida a um clima de dupla estacionalidade provocada por um período frio com geadas (inverno) e alternada por um período subúmido e quente (verão), com déficit hídrico de chuva.

Na formação Campanha, onde predomina a maior parte da região de Uruguaiana, sob os mais diversos tipos de relevo, a cobertura vegetal é formada por um tapete gramíneo-lenhoso contínuo, geralmente baixo, desprovido de estratos arbóreos, com dominância de geófitos e gramíneas rizomatosas. A vegetação campestre é essencialmente caracterizada por gramíneas prostradas ou de touceiras baixas de estação quente, dos gêneros *Paspalum* e *Axonopus*, e por certas gramíneas de estação fria, dos gêneros *Agrotis*, *Stipa*, *Piptochaetium, Briza e Bromus*, por raras gramíneas anuais e oxalidáceas e compostas, além de uma erva tóxica chamada mio-mio (*Bacharis coridifolia*). Os campos finos de Uruguaiana também possuem muitas espécies leguminosas dos gêneros *Trifolium, Desmodium, Adesmia*; porém, onde o solo é mais profundo, úmido e bem drenado ocorre a presença do capim-caninha (*Andropogum lateralis*). De modo geral, a pressão exercida pelo pisoteio do gado e pelas queimadas periódicas tem gerado alterações na estrutura original da região campestre. Com isso, ocorre a diminuição de espécies de gramínea que, por outro lado, amplia o crescimento de outras coberturas mais resistentes e adaptadas ao fogo e à pressão do gado.

Na formação Parque, que corresponderia a pequenas formações junto ao rio Quaraí e formações do Espinilho, a área sofreu grande ação antrópica com a erradicação parcial do estrato arbóreo-arbustivo perenifólios, para possibilitar um melhor aproveitamento da pastagem natural e/ou para a implantação de culturas. As espécies espinhosas e decíduas são representadas pelos gêneros *Acacia, Prosopis alganobilla* (espinilho), *Acanthosyris, Parkinsonia aculeata* (sina-sina) e outras que ocupam as formações Parque e Gramíneo-lenhosa nos solos litólicos.

FIGURA 3 - MAPA DA VEGETAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

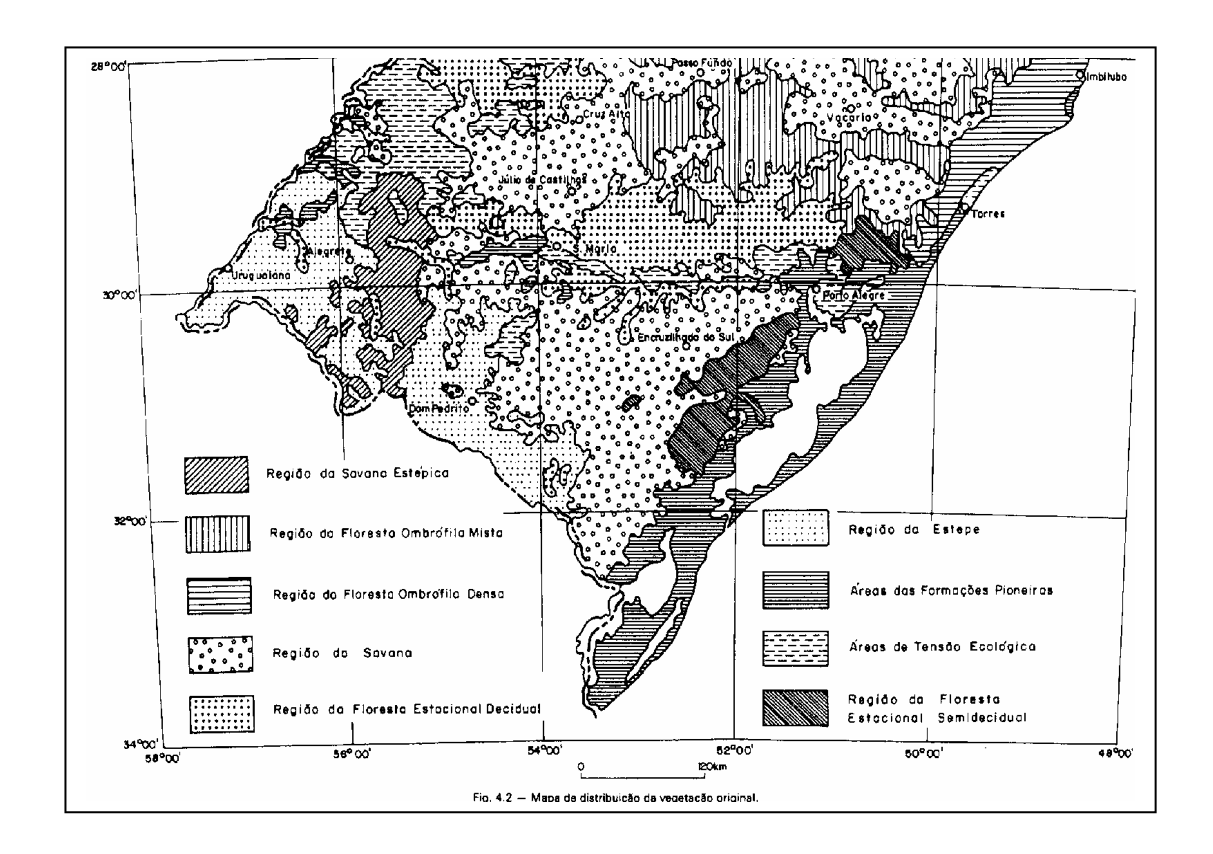


Fig. 4.2 — Mapa de distribuição da vegetação original.

Fonte: RADAMBRASIL

3.3 CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS

3.3.1 Problemas ambientais

Sjöstrom (1992) define desenvolvimento sustentável como “o emprego de recursos naturais e do meio-ambiente não apenas em benefício do presente, mas também de gerações futuras”. Discutido de forma mais ampla e pragmática, o conceito de desenvolvimento sustentável envolve saneamento ambiental e reciclagem industrial.

O saneamento ambiental engloba captação e tratamento de água para consumo, com a eficiente coleta, e tratamento de esgotos para destinação aos corpos efluentes. Na indústria, o conceito implica tratamento de efluentes e correto manejo dos resíduos sólidos industriais.

O gerenciamento da relação entre o uso econômico dos recursos e a sustentabilidade ambiental implica redução da geração de resíduos nas indústrias,

segregação na origem, reaproveitamento, reciclagem e reprocessamento de materiais. Estes princípios ainda não são adotados pelas forças econômicas operantes em Uruguaiana de forma conjunta e articulada.

O planejamento do desenvolvimento sustentado, que promove o uso racional dos recursos naturais, com a justa repartição dos benefícios alcançados, enfrenta quatro desafios para a solução dos problemas ambientais.

Os maiores desafios na região integrante do planalto sul-brasileiro envolvem os seguintes temas: erosão, uso de insumos químicos, introdução descontrolada de transgênicos e o comprometimento das bacias hidrográficas pela suinocultura e avinocultura.

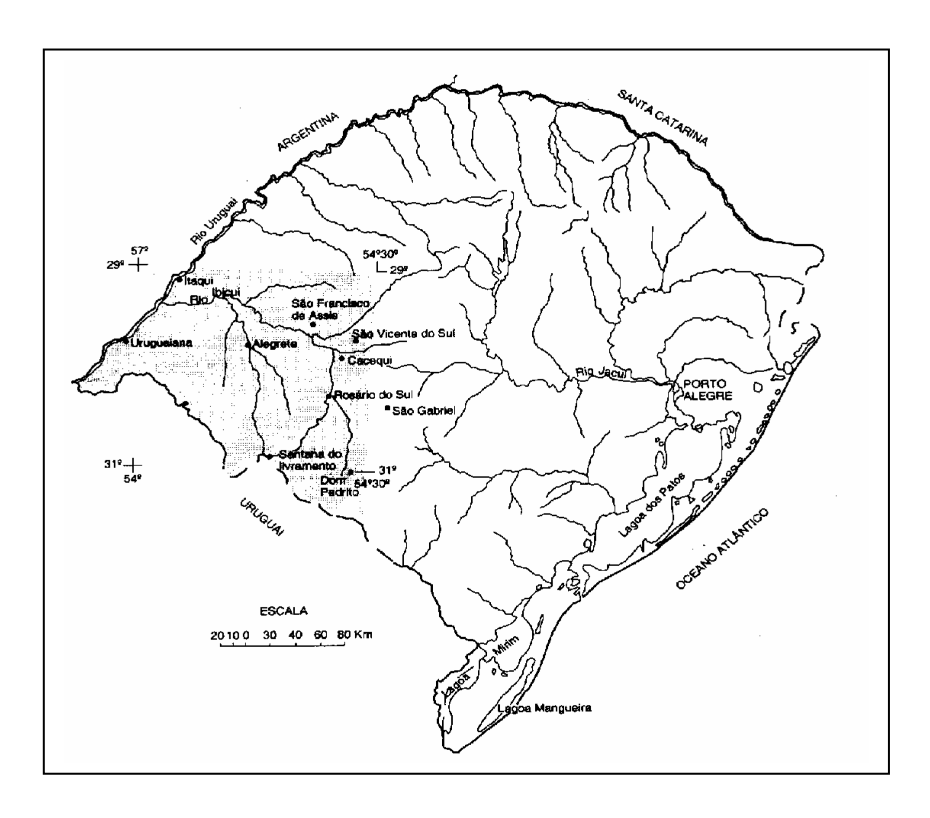
No que diz respeito à erosão, cabe salientar que a destruição do equilíbrio ecológico leva a profundas transformações na cobertura da vegetação, na variedade e quantidade de vida animal e, particularmente, na degradação do solo. Muitos estudos já identificaram um núcleo de arenização em áreas próximas a Uruguaiana, conforme é ilustrado na Figura 4. Isto se deve ao afloramento de formações arenosas que ocorrem em maior escala em Alegrete e Quaraí. Contribuem para a manutenção deste quadro os métodos convencionais de exploração da lavoura, baseados na monocultura do arroz, e a prática de pastoreio excessivo. Deste modo, a vegetação de campo de Uruguaiana, associada à monocultura e ao intenso pastoreio de gado, se torna um alerta para a questão ambiental, já que no Município não existem reservas ou parques ambientais.

Existindo uma área de arenização próxima de Uruguaiana, há necessidade de se implantarem projetos para deter sua expansão, identificando possíveis áreas suscetíveis de desertificação. Algumas medidas possíveis de serem tomadas são o reflorestamento para o restabelecimento da vegetação, a rotação das pastagens e a irrigação. Sob a orientação de um planejamento ambiental sustentável podem-se criar mecanismos que, não interferindo na degradação de outras áreas, ainda recuperem as áreas cujo potencial produtivo encontra-se reduzido em virtude do atual padrão de manejo do solo. Essas medidas implicam a alteração de paradigmas de exploração econômica, principalmente na área agro-industrial. Tal quebra de paradigma, ao invés de representar quebra na lucratividade no agronegócio local,

pode contribuir para um relançamento produtivo e sustentável da economia do Município.

O segundo tema, representado pelo uso de insumos químicos, tem implicações importantes derivadas de sua continuidade. Com efeito, o uso indiscriminado e maciço de agrotóxicos durante longo tempo caracteriza a possibilidade de ocorrência de importantes contaminações das bacias hidrográficas superficiais e dos lençóis de água freático e subterrâneo. O uso desbalanceado de defensivos agrícolas, pesticidas, herbicidas e fungicidas, alguns deles organo-clorados e ricos em metais pesados, tem levado ao enriquecimento de metais nas aves e suínos alimentados com grãos produzidos nestas regiões. Uma vez que estas práticas têm criado novas barreiras sanitárias para as exportações, torna-se necessária e conveniente uma ação sinérgica entre o arcabouço institucional, o poder público e os agentes privados.

FIGURA 4 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE OCORRÊNCIA DE AREAIS NO RIO GRANDE DO SUL – REGIÃO SUDOESTE



Fonte: Deserto Grande do Sul; controvérsia.

O terceiro tema associado às conseqüências econômicas do uso do meio-ambiente diz respeito à introdução descontrolada de transgênicos. Sua presença guarda hoje um caráter de inevitabilidade, cabendo à comunidade envolvida apenas o gerenciamento da situação.

Os transgênicos, tanto no Brasil quanto no restante do mundo, carecem de políticas institucionais e públicas de monitoramento de seus efeitos. Coloca-se a necessidade de avaliação desses efeitos não apenas sobre os consumidores finais, mas, principalmente, sobre os ecossistemas afetados pela sua introdução descontrolada.

Não existem registros das influências da simples introdução de organismos geneticamente modificados nas cadeias tróficas, tanto da fauna quanto da flora. Dada a novidade do problema, o dilema associa-se à dúvida sobre a possibilidade de impactos significativos poderem ou não ocorrer. No caso da ocorrência de modificações com conseqüências danosas aos ecossistemas, pode-se esperar, no futuro, a ocorrência de impactos econômicos com elevados custos para serem revertidos.

O comprometimento das bacias hidrográficas pela suinocultura e avicultura constitui-se no quarto tema de preocupação associada ao uso do meio-ambiente

Os dejetos produzidos por suínos e aves, quando não são tratados e manejados através de técnicas de Gerenciamento Ambiental Integrado (GAI), podem causar contaminações muito importantes nas bacias de drenagem da região. Considerando as interrelações entre os processos efluentes e influentes verificadas entre os lençóis superficiais e os lençóis subterrâneos, as elevadas taxas de Digestão Biológica de Oxigênio – DBO produzidas pelos dejetos podem levar a extensivas contaminações hidrográficas. Outro problema associado ao gerenciamento dos resíduos da suinocultura e avicultura são os níveis elevados de fosfato e nitrogênio que produzem eutrofização, principalmente nas águas superficiais. Este fenômeno interfere na captação e tratamento de água para o consumo das populações, e também causa dificuldades nos demais usos agrícolas e nas atividades industriais. A ação integrada entre o poder público e os agentes produtores é a única possibilidade de criação de um programa de incentivos

destinado a solucionar o problema.

Na verdade, dadas as características de bem público exibido pelo meio-ambiente, a ação pública, embasada nos requerimentos da comunidade local, pode impulsionar a implantação de um programa de desenvolvimento sustentado. Cabe alinhar, além dos já mencionados indicativamente, dois caminhos a serem seguidos. Primeiramente, cabe observar que, no município de Uruguaiana, não existem reservas biológicas ou parques de preservação ambiental. Dada a necessidade de deter a arenização próxima, a criação desses instrumentos de gestão ambiental podem contribuir decisivamente para a recuperação dessas áreas.

Em segundo lugar, convém que seja feita uma referência explícita ao potencial ecológico-econômico do município. As atividades de turismo ecológico têm-se tornado importantes em várias regiões do Estado, e a região conhecida como pampa gaúcho pode desenvolver sua infra-estrutura mínima para potencializar a expansão desta atividade. As características geológicas regionais permitem a integração turismo-indústria, por exemplo, pela extração de pedras semipreciosas. Com efeito, a extração de ametista em algumas zonas entre Uruguaiana e Quarai também poderia tornar-se foco de ações de fomento.

3.3.2 Unidades de conservação dos recursos naturais

O Rio Grande do Sul apresenta uma variedade de ecossistemas: lagoas, campos, dunas, banhados e florestas, e por ser a região mais meridional do país, possui ambientes únicos. Muitos destes ambientes estão em áreas protegidas, chamadas unidades de conservação, que são porções do território com características naturais relevantes, criadas pelo poder público com os objetivos de: preservar a biodiversidade; proteger as espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção; preservar e restaurar a diversidade de ecossistemas naturais; incentivar o uso sustentável os recursos naturais; manejar os recursos de fauna e flora; proteger paisagens naturais ou pouco alteradas, de beleza cênica notável; proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; incentivar atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento de natureza ambiental; favorecer condições para educação ambiental e recreação em contato com a natureza, conforme sua categoria de manejo: parque, reserva biológica, estação ecológica, APA e horto.

As unidades de conservação estaduais são administradas pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), que coordena o Sistema Estadual de Unidades de Conservação. As áreas de proteção ambiental (APA) pertencem ao grupo de unidades de conservação de uso sustentável, constituídas por áreas públicas (federal, estadual ou municipal) e/ou privadas. As APA têm o objetivo de disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes. São áreas terrestres e/ou aquáticas, de configuração e tamanho variáveis, submetidas a modalidades de manejo diversas, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais, seminaturais, ou alteradas, com características notáveis e dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais ou proteger paisagens e atributos naturais e culturais importantes. Podem prestar-se, também, à experimentação de novas técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra com a manutenção dos processos ecológicos.

O município de Uruguaiana não possui área de proteção ambiental (APA): porém, no município de Alegrete está localizada a APA do Ibirapuitã, às margens do rio de mesmo nome, criada em 1992, com extensão de mais de 300.000 ha.

Os parques são áreas delimitadas com a finalidade de preservar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora e fauna e das belezas naturais, com a utilização para fins educacionais, recreativos ou científicos, sendo nelas proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais. O município de Uruguaiana não conta com áreas de parque, mas, próximo aos seus limites, foi criado (28/02/2002) o Parque do Espinilho com área de 1.617 ha. O parque possui um ecossistema único do país e mantém espécies endêmicas e vulneráveis, constituindo um habitat significativo para espécies migratórias. Possui uma espécie de espinilho, de ocorrência restrita a esta formação, e outras quatro arbóreoarbustiva: inhanduvá, algarrobo, cinacina e quebrancho. Entre os animais típicos estão o pássaro-lenheiro, o cochicho, a coruja-do-campo, o graxaim e os preás.

4 OCUPAÇÃO HUMANA

Édison Gonzague Brito da Silva
Flamarion Freire da Fontoura Gomes
Francisco Carlos Silveira de Barros Coelho
Josiane Lopes Farias

4.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A ARQUEOLOGIA EM URUGUAIANA/RS

4.1.1 Introdução

Neste trabalho, apresentam-se algumas considerações a respeito das atividades arqueológicas desenvolvidas no município de Uruguaiana. Registra-se o histórico das pesquisas, um perfil dos primórdios da ocupação humana na região, apontando para o desenvolvimento social e econômico das populações indígenas nativas. Considera-se, ainda, os aspectos históricos associados à perspectiva arqueológica. Finaliza-se com um panorama sobre a Arqueologia local e sua vinculação com a sociedade atual, a partir de exemplos de trabalhos e experiências que podem servir de subsídio para propostas de alternativa econômica, através do incremento do turismo histórico-cultural (paleo-arqueológico).

4.1.2 O que é arqueologia?

O termo “Arqueologia” tem origem grega. Segundo Souza (1991, p. 15), trata-se da “Ciência do Antigo” (archaios = antigo; logos = ciência, tratado, conhecimento). O sentido etimológico da palavra não é o suficiente para a exata compreensão desta ciência que parece tão distante da realidade e do cotidiano dos uruguaianenses. A Arqueologia estuda os vestígios materiais de sociedades antigas, conhecidas ou não pela História.

Trata-se de localizar, identificar e compreender os hábitos, usos e costumes,

tanto dos primeiros colonizadores europeus, quanto das populações nativas, os índios, que já habitavam estas regiões desde 12.000 anos antes do presente. Os vestígios deixados são chamados de “cultura material”. O arqueólogo estuda a cultura material, que pode ser artefatos, ou seja, objetos confeccionados a partir de pedra (lítico) e cerâmica, quando se tratar da chamada Arqueologia Pré-histórica. A Arqueologia Histórica estuda os acontecimentos históricos com base em vestígios como louças antigas (faianças), metal de armas, ferramentas e utensílios variados; vidraria de bebidas alcoólicas, remédios, perfumes e quaisquer outros tipos de vasilhames; remanescentes arquitetônicos como casas, pontes, cemitérios, fortificações, estâncias, bem como toda e qualquer alteração da paisagem decorrente de atividade humana como caminhos, estradas, aterros etc.

No caso da Arqueologia Pré-histórica, o estudo da cultura material é a única fonte para a obtenção de informações a respeito das populações nativas de um período mais antigo. Com a chegada do homem branco, inicia-se um período de registros escritos, que serviram de documento para compreender uma determinada época. Trata-se, na maioria dos casos, da História oficial, aquela estudada nas escolas e aceita de um modo geral como sendo a “verdadeira história”. A História é escrita pelos vencedores, pelos letrados e eruditos, que vão enaltecer as façanhas dos heróis, as lutas aguerridas de batalhas e revoluções. A escrita é tendenciosa. Quem escreve pretende passar uma mensagem para quem vai ler, ou seja, é necessário uma permanente crítica às fontes, pois uma história sempre tem os dois lados, o dos vencedores e o dos vencidos.

A Arqueologia pode ser entendida como uma ciência democrática devido à ênfase sobre as questões do cotidiano, recuperando a presença daqueles que, na maioria dos casos, não são enaltecidos na historiografia tradicional. Quando o arqueólogo estuda o sítio arqueológico e a cultura material, tem em suas mãos o registro espontâneo e involuntário daqueles que deixaram como vestígio de sua existência objetos pessoais como uma simples adaga, os grilhões que lhe prenderam mãos e pés, o brinco, o vidro de remédio, os restos da fogueira em que se aqueceram, a bomba de chimarrão perdida e nunca mais encontrada, ou a ponta de lança do índio que caçava nestas paragens. Veja que a Arqueologia escreve a história das mulheres, dos escravos, dos peões e das crianças, pois é seu modo de vida que pode dizer realmente como viveram “de verdade”, sem serem heróis, mas

que tiveram sua história, como cada um de nós, professores, advogados, comerciantes e comerciários, taxistas, donas-de-casa, ambulantes. Enfim, todos somos parte da História.

4.1.3 Onde se trabalha com arqueologia em Uruguaiana?

Inaugurado oficialmente no dia 22 de novembro de 2002, o NUPA (Núcleo de Pesquisas Paleontológicas e Arqueológicas) passou a funcionar como um setor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Câmpus Uruguaiana da PUCRS. Destinado a suprir uma lacuna institucional, o NUPA desenvolve suas atividades junto ao Museu de Ciências e aos cursos de Ciências Biológicas e História Licenciatura Plena. Localizado na sala 509, ao lado do Museu de Ciências, engloba os laboratórios de Paleontologia, coordenado pelo Prof. Dr. Paleontólogo Édison Vicente Oliveira, e o Laboratório de Arqueologia, coordenado pelo Prof. Ms Arqueólogo Flamarion F. da F. Gomes. Atividades relacionadas à Antropologia são desenvolvidas pelo Prof. Ms. Édison Brito, Vice-diretor da FAFIUR.

O NUPA tem por finalidade realizar pesquisas nas áreas específicas, localizando e identificando tanto jazidas paleontológicas quanto sítios arqueológicos da região e de qualquer parte do território nacional. As pesquisas desenvolvidas oferecem aos alunos a oportunidade de aprender a “fazer ciência”, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica. Os alunos dos referidos cursos podem participar das atividades do NUPA como estagiários, monitores e bolsistas.

Além dos trabalhos de “pesquisa”, algumas iniciativas na área de “extensão universitária” já foram tomadas. Neste sentido, ressalta-se os trabalhos do projeto "Arqueologia na Escola". Foram realizadas duas experiências no município, tendo participação do Instituto Metodista União, em 2001, e da Escola Liliam Guimarães, em 2002. O objetivo do projeto é desenvolver a educação patrimonial, incentivando no ensino fundamental e médio um compromisso das gerações futuras com a memória cultural, valorizando a história e, sobretudo, a pré-história local. Neste projeto os alunos assistem a uma palestra sobre o tema, sendo em seguida realizado um trabalho de campo experimental, onde os mesmos praticam as etapas do trabalho arqueológico dentro do próprio ambiente escolar.

4.1.4 Arqueologia pré-histórica. Índios em Uruguaiana?

As atividades arqueológicas no município não são recentes, retrocedem há pelo menos trinta anos. As primeiras pesquisas arqueológicas de que se tem conhecimento em Uruguaiana datam de meados de 1960, com a implantação do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas). Tratava-se de uma iniciativa norte-americana, através do *Smithsonian Institution (*Washington), em parceria com a FAPERGS. O objetivo do PRONAPA era sistematizar a pesquisa sobre a Pré-história do Brasil, considerada até o momento uma grande incógnita.

4.1.4.1 Índio Velho... e caçador (paleoíndio)

Desde estas atividades iniciais até hoje, foi possível produzir um esboço sobre a Pré-história brasileira e, também, do Rio Grande do Sul. Um dos resultados é a indiscutível presença de indígenas na área que corresponde hoje ao atual município de Uruguaiana. Os vestígios arqueológicos atestam que aqui se fixaram caçadores-coletores do período mais antigo da Pré-história americana e, posteriormente, horticultores da etnia guarani. No caso dos primeiros, são conhecidos pela literatura especializada como Paleoíndios, "ìndio-velhos". O termo é de uso corrente, uma expressão local que tem fundamento científico, pois se refere aos ancestrais dos índios conhecidos pelo homem branco. A denominação de "paleoíndio" aparece em Leroi-Gourhan (1981, p.191) como uma necessidade inicial de ordenar o esboço inicial de pré-história americana, segundo expressa:

> Durante muito tempo seria adotada a expressão um pouco vaga de "paleo-índio" para tudo o que dizia respeito aos mais antigos caçadores da América, sem consignar a esse termo limites cronológicos precisos. Ao estádio paleo-índio, na classificação de Wormington, sucede um estádio "arcaico", caracterizado pelo desaparecimento das grandes espécies quaternárias (mamute e mastodonte, bisão fóssil, cavalo, etc) e pela intensificação da pesca e da coleta, cujo início se situa por volta do VI milênio a. C., desenrolando-se depois estádios mais recentes com o aparecimento da agricultura e da cerâmica.

O paleoíndio pode ser também entendido como um período histórico e um estágio social e tecnológico evolutivo característico da pré-história americana de forma mais abrangente, correspondendo ao período paleolítico da pré-história universal. Sobre as características da cultura relativa ao paleoíndio, encontra-se, em Schmitz (1999, p. 56), o seguinte comentário:

> O conceito de cultura do paleoíndio contém, entre outros, os seguintes elementos: populações que teriam vivido predominantemente de caça grande, também chamada megafauna; sítios principalmente de matança, não de acampamentos residenciais; artefatos identificadores, pontas bifaciais, especializadas, de projétil, geralmente acompanhadas de lascas usadas como facas, raspadores e raspadeiras; o ambiente, um período frio e seco; população, pouco numerosa, dispersa e nômade, organizada em bandos frouxos.

A dieta alimentar dos antigos caçadores-coletores do paleoíndio consistiria no consumo desta megafauna, composta por exemplares de bisontes, cervídeos, camelídios, tatus-gigantes, antas, tigres-dente-de-sabre, preguiças, elefantes e cavalos, conforme Schmitz (1999, p. 56). Outros autores propõem rotas migratórias das populações paleoindígenas, como Ribeiro (1999, p. 75):

> [...]. Surgem no sudeste do Rio Grande do Sul e seguem ao oeste pela encosta do planalto até o litoral, ocupando principalmente os abrigos sob rocha; outra rota para o norte teria sido o rio Uruguai, atingindo o rio Paraná e afluentes.

Para Ribeiro (*op. cit.*, p. 77), O período mais antigo da ocupação humana ocorreu no sudoeste e na encosta do planalto sul, ambos no Rio Grande do Sul, e os outros dois, no sudeste e noroeste do Paraná. Neste sentido, encontra-se em Kern (1997, p. 21) a seguinte referência:

> O Rio Grande do Sul já estava povoado [...] desde o final da última glaciação, [...] Desde o início do Holoceno, as populações pré-históricas parecem já firmemente estabelecidas no território riograndense e uma ocupação animal e vegetal já existe há milhões de anos. A chegada do homem é, portanto, contemporânea das enormes alterações climáticas da transição do Pleistoceno-Holoceno, estando datada de 12.770-220 A.P.

Ressaltando a antiguidade da presença humana no Estado do Rio Grande do Sul, destacando-se a região oeste, comenta Schimtz (1991, p. 01):

> O Rio Grande do Sul foi povoado antes do que a maior parte das pessoas imagina. O ambiente seco e frio da última glaciação, com ventos gelados varrendo paisagens de pouca vegetação, foi o cenário dos primeiros humanos que, a uns 10.000 anos a.C., acamparam a beira do rio Uruguai e nos abrigos rochosos do Caí.

Através de uma descoberta feita por Eurico Miller, pesquisador do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), no sítio arqueológico Lajeado dos Fósseis RS I-50, deu-se início ao programa Paleoíndigena (PROPA), patrocinado pelo *Smithsonian Institution* (Washington), mesma fonte de financiamento do PRONAPA. O Programa Paleoindígena foi um desdobramanto do Programa

Nacional de Pesquisas Arqueológicas, tendo em vista a inusitada antigüidade das datações obtidas. A região escolhida para o PROPA concentrava-se entre o rio Uruguai e seus afluentes, os rios Ibicuí e Quaraí e o Arroio Touro-passo. É possível encontrar nos relatórios de Miller (MARSUL) referências sobre o cotidiano do homem pré-histórico, da tradição cultural paleoindígena. Para o pesquisador ocorre na região a presença de fogões circulares, encontrados junto aos aglomerados de carvão sobre argila queimada. Nos dizeres do próprio Miller (*apud* Milder, *op. cit.*, p. 45),

> Há consistência suficiente, através de datações obtidas [...] para poder-se afirmar que às margens do rio Uruguai, em **Uruguaiana,** o homem, aqui denominado Paleoindígena, já exercia suas atividades quotidianas, tomando posse das terras de onde extraía o necessário para o sustento pelo menos individual. Pelo conjunto de fogões, haveria a constituição de pequenos grupos que formariam pequenas famílias. Seriam caçadores, coletores, pescadores, pelos restos de artefatos, flora e fauna (terrestre e aquícola).

No município de Uruguaiana, o primeiro sinal da presença efetiva do paleoindígena na região foi no sítio Milton Almeida, segundo consta na tese de Milder (*op. cit.*, p. 52),

> Este sítio situado à margem direita do rio Touro Passo, junto a uma corredeira, em terras de Milton Almeida, foi o primeiro sítio arqueológico do Programa de Pesquisas Paleoindígenas a apresentar características cronológicas sem dúvida pleistocênicas, no município de Uruguaiana.

Ao que consta no desenvolvimento do relatório, os trabalhos realizados no sítio Milton Almeida foram exaustivos, sendo a chuva e o frio aliados a estafa dos trabalhadores, cerca de 14 operários, um dos motivos da finalização das atividades em 12 de maio de 1974.

Outro importante sítio em Uruguaiana é o I-96 Fagundes. Localizado na estância do Imbaá, assenta-se sob um afloramento rochoso e junto à barranca, a cerca de 1,5 Km da confluência do rio Uruguai com o arroio Touro-Passo. A cronologia do sítio o situa em um vasto período, desde o pré-pontas até uma ocupação tupiguarani.

A origem destes antigos caçadores ainda é indefinida. Sobre a rota de chegada do homem pré-histórico na região, uma vez “estabelecidos” no Rio Grande do Sul, Ribeiro (1990, p. 134-35) comenta,

> Resumindo, teríamos a chegada do grupo no sudoeste do Rio Grande do Sul há mais ou menos 11.500 anos A. P. e daí, uns partindo na direção do centro do Estado e outros, em torno do 7 ou 8 milênio A. P., subindo ao alto Paraná, invadindo planalto e litoral. Vivendo inicialmente numa vegetação mais rarefeita do que a atual, deveriam buscar refúgio em vegetação mais densa, seja junto aos cursos d´água, seja em pequenos vales encaixados onde se manteria uma certa umidade.

4.1.4.2 Os índios caçadores ‘recentes’ e a cerâmica

Não se deve confundir os índios antes estudados (ou referidos) com os índios atuais. Considera-se ‘índios recentes’, neste trabalho, as populações descendentes dos paleoíndios estudados, bem como dos guaranis, a quem será destinada uma atenção especial na continuidade deste trabalho. Com a chegada dos ceramistas horticultores guaranis, os caçadores dos campos conheceram e absorveram a tecnologia de confecção de artefatos em cerâmica. A incorporação da cerâmica pelos caçadores foi provavelmente resultado dos contatos entre as duas culturas, verificando-se um verdadeiro processo de aculturação. Porém, a confecção da cerâmica produzida pelos caçadores originou um padrão distinto da cerâmica guarani. A cerâmica dos caçadores que ocuparam a metade sul do Estado ficou denominada como Tradição Ceramista Vieira.

Os sítios da Tradição Vieira se localizam numa área que corresponde às regiões do litoral e Campanha, estendendo-se pela porção leste da República Oriental do Uruguai até a embocadura da foz do rio da Prata (NOELLI, 2000). Para Noelli (*op. cit.*, p. 236), o que caracteriza a Tradição Vieira é,

> [...] a cerâmica com vasilhas de bases planas ou convexas, tamanhos pequenos, com formas de contorno simples, infletidos, ou uma combinação de ambas, com os maiores diâmetro alcançando até 42 cm.

Sua economia parece baseada na caça, pesca e coleta, sem grandes progressos na horticultura, mesmo com a aquisição da cerâmica, devido à ausência de restos vegetais cultiváveis, predominando o butiá nativo (NOELLI, *op. cit.*). Os sítios podem ser caracterizados como pré-cerâmicos e/ou cerâmicos, no entanto não se tem notícias de sítios totalmente pré-cerâmicos. A diferença dos sítios da Tradição Vieira está nos vasilhames diferenciados dos ceramistas originais. Além da cerâmica Vieira, nos sítios mais recentes é possível encontrar também a cerâmica da tradição tupiguarani. As principais diferenças entre os dois tipos de cerâmica são verificadas na pasta, na forma e na decoração.

A introdução da cerâmica no contexto do médio rio Uruguai provavelmente tenha sido por volta dos 2.000 anos A.P. Assim, é possível destacar os principais períodos do desenvolvimento da ocupação humana na região. Os grupos de caçadores-coletores se estabeleceram durante a transição pleistoceno-holoceno, sempre acompanhando a costa das lagoas. A cerâmica Vieira mais antiga data de 2.000 A.P. , sendo que os vestígios podem aparecer na superfície de alguns sítios, caracterizando-se pelo mal cozimento e acabamento e por possuir restos de palha.

Entre os artefatos líticos pode-se encontrar pedras com facetas polidas, polidores e percutores provavelmente utilizados para o esmagamento de cocos, para trituração de alimento e preparo do couro. As lascas de furadores toscos poderiam ter várias utilidades e os escassos machados seriam usados para trabalhar a madeira e até fazer roças. Há indícios de que antes do contato com o tupiguarani já havia um cultivo incipiente perto das choupanas. A periferia das matas pode ter sido um local de cultivo do grupo vinculado à Tradição Vieira. A cerâmica Vieira assemelha-se a dos grupos que viveram sobre o rio Uruguai. Historicamente sabe-se que os minuanos ocuparam as áreas da Tradição Vieira e deram continuidade às populações indígenas históricas, mas diferentes dos Kaingáng e dos guaranis, existindo a possibilidade de serem os ancestrais diretos de Minuanos e/ou Charruas. Referendando a informação anterior, encontra-se em Noelli (2000, p. 235) o seguinte comentário,

> Na região da Campanha, no Rio Grande do Sul e Uruguai, encontramos populações historicamente conhecidas como Charrua, Minuano, Guenoas, Bohanes e Yaros que parecem ser descendentes da tradição Umbu, uma vez que existe similaridade notável entre seus registros arqueológicos.

A Tradição Vieira parece situar-se em um momento intermediário no desenvolvimento das sociedades indígenas locais, mesclando elementos tecnológicos e culturais tanto de caçadores-coletores quanto de horticultores incipintes. Na seqüência, comentar-se-á a respeito do grupo que parece ter atingido um maior grau de complexidade social, os guaranis.

4.1.4.3 A guerra dos índios em Uruguaiana: predadores x produtores

Classifica-se, na Pré-história européia, o estágio cultural relativo ao período dos caçadores-coletores como “Predadores”, ou seja, equivale ao período em que as

populações indígenas baseiam suas atividades econômicas essencialmente em atividades extrativistas. Por “Produtores”, considera-se um nível tecnológico mais desenvolvido, com o incremento da horticultura. Trata-se de uma alteração na estrutura econômica que acarretará novas relações de produção, refletindo uma organização social mais complexa e uma cultura mais elaborada.

Os horticultores que vão disputar espaço com os caçadores ao longo dos principais rios da região pertencem a um grupo étnico-cultural conhecido. Inferências sobre este grupo, denominado “guarani”, podem ser encontradas em Prous (1991, p. 371), como segue:

> Com efeito, existe um conjunto de tribos no Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru, cujas línguas são aparentadas, formando o que se chama o “tronco” lingüístico Tupi, dividido em “famílias”, uma das quais dita “tupi-guarani” (com hífen) reúne os grupos guaranis da bacia do Prata (vales dos rios Uruguai e Paraná) e os grupos Tupis do litoral carioca ou maranhense (Tupiniquins, Tupinambás), além de outros localizados na bacia amazônica.

As origens dos guaranis são imprecisas, uma vez que as maiores referências para seu estudo partem da cerâmica, tornando o período anterior ao desenvolvimento desta técnica praticamente desconhecido quanto à cultura das populações proto-guaranis. Com base em dados lingüísticos e tecnológicos, acredita-se que a origem dos que chegaram ao sul seria de múltiplas migrações da Amazônia desde o século 500 a.C. Seria o início das suas maiores migrações em busca de novas matas, expandindo sua colonização. Os primeiros grupos Tupi-guarani fixaram-se ao longo do Alto Paraná e do Alto Uruguai e ao noroeste da Argentina. Ocorre uma divisão: um grupo, denominado Tupi, coloniza de São Paulo ao litoral Pernambucano; outro, chamado guarani, coloniza as margens ao longo do rio Uruguai, do Paraná e do Jacuí.

A distribuição espacial das populações guaranis no sul do Brasil, na época da chegada dos europeus, é encontrada em Machado (1999, p. 16)

> Habitantes das matas ao longo dos rios da encosta do Planalto Meridional e do litoral atlântico, os guaranis viviam nas selvas subtropicais do Alto rio Paraná, do rio Paraguai e do rio Uruguai e em terras próximas ao rio Jacuí, ao rio Ibicuí e seus afluentes.

A ocupação das matas do Rio Grande do Sul se deu ao longo do rio

Uruguai, no noroeste do Estado. Ao tempo da colonização européia, todas as áreas da mata subtropical ao longo da costa, a borda do planalto, na Serra do sudeste e ao longo dos rios, estavam ocupadas pelos guaranis. As aldeias se desenvolveram seguindo o curso médio dos rios, principalmente do Jacuí e do Uruguai.

Primeiramente, as terras preferidas para colonização eram longe dos rios e onde a mata e os campos se entrelaçam, mas o lugar deveria ser abundante de caça e de fácil locomoção e também afastado dos caçadores e coletores da margem do rio. Com a expansão, as aldeias passaram a ocupar as várzeas, pois eram mais férteis e possuíam caça, pesca e moluscos. Com o tempo, passaram a competir com os índios caçadores e coletores, uns foram exterminados, outros foram embora e o restante teve que incorporar a nova cultura, tornando as aldeias maiores e mais fortes. Com o povoamento das terras aluviais, passaram a ocupar terras menos adequadas, onde não havia peixes nem moluscos e a comunicação era mais difícil. Começa aí o empobrecimento e, conseqüentemente, o enfraquecimento das aldeias.

Quando o colonizador europeu chegou, os guaranis ocupavam a mata subtropical, isto é, ao longo do rio Uruguai e seus afluentes, ao longo do rio Jacuí e seus tributários e ao longo da costa marítima e suas lagoas. Ao norte, faziam fronteira com os Guaianás e ao sul com os Charruas e Minuanos. Estima-se que a língua guarani, na época da conquista, fosse falada no Rio Grande do Sul por cerca de 200.000 indivíduos. Considerando as populações localizadas onde hoje é Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Paraguai e Argentina, o número de falantes guarani estaria em torno de 600.000 a 800.000 indivíduos.

Sua economia e sua cultura era baseada na horticultura, praticada em florestas tropicais, mediante pequenas roças e hortas, abertas nas matas utilizando a queima. Para Noelli (2000, p. 249), acrescenta-se ao entendimento da questão do expansionismo guarani uma importante característica, segundo o autor

> Um aspecto importante a ser considerado para explicar o sucesso conquistador dos guaranis é a tendência a incorporar o 'outro', o 'não-guarani'. Por meio de alianças ou assimilação à custa das contínuas guerras de conquista, tendiam a 'guaranizar' pessoas de outras etnias, incorporando-as.

A procura por condições ecológicas conhecidas influenciou uma provável manutenção, ou pouca alteração, dos padrões culturais tradicionais. Ocuparam

sempre as partes dos territórios que convinham às suas necessidades. Predominaram nas regiões mais quentes, pois sua presença no sul buscou sempre locais onde ocorria pouca geada, com terrenos de altitude baixa, pouco acidentados. Povoaram as matas tropicais e subtropicais, estendendo-se pelas matas de galeria ou ciliares que margeiam os rios. A presença dos cursos d´água nas proximidades dos aldeamentos provavelmente auxiliou na locomoção dos guaranis por grandes extensões, fazendo com que Prous (1992) chegue a fazer referência a uma cultura "pan-brasileira" possível, já que eram navegadores fluviais. Os sítios arqueológicos guaranis, de habitação, refletem a relação desta sociedade com a água. Distam aproximadamente um quilômetro de um rio navegável, procurando um veio, braço ou afluente do mesmo para a fixação ainda mais próxima, buscando sempre as partes mais elevadas do terreno, podendo ser vales.

Os guaranis ocuparam as terras desta região que, sucessivamente, foram sendo incorporadas aos seus domínios. A "história" destes grupos pode ser recuperada não só pela Arqueologia, mas também a partir dos dados etnográficos, que indicam uma organização a partir de aglomerados chamados aldeias e de casas coletivas, utilizando troncos e palhas para a construção. As aldeias eram levantadas a partir de uma clareira aberta na mata. Pelo tipo de economia e pelo material usado na construção das aldeias, elas não permaneciam no mesmo lugar durante muito tempo, vez que a espessura das camadas arqueológicas encontradas dificilmente chegam a 30 ou 40cm.

Construíam suas aldeias nas matas, segundo as quais, de acordo com Schmitz (1999, p. 288),

> As aldeias não duravam mais do que alguns anos em um mesmo local porque a palha do telhado apodrecia rápido, o piso se enchia de lixo e os terrenos ao redor viravam capoeira imprestável. A construção de uma nova aldeia na floresta virgem era mais favorável e menos custosa do que a manutenção da antiga.

Para se comunicarem, abriam caminhos na mata, cortavam desde o interior até o litoral.

As aldeias poderiam contar com um líder local, chamado cacique, que dirigia um pequeno grupo familiar. Os caciques ocupavam posições privilegiadas dentro da sociedade. Eram responsáveis pela tomada de decisões junto de seus povos,

comumente eram lideranças no campo da política, da guerra e das crenças religiosas (SCHMITZ, 1997). Pode-se conceber que o poder na sociedade guarani centrava-se em um sistema hierárquico de indivíduos que detinham "*status*" diferenciado dentro de cada casa, que abrigava uma família extensa. Schmitz (1997, p. 297) comenta que cada cacique chefiava uma casa, existindo um cacique responsável por toda a aldeia. Quanto à família, o "*status*" de um homem era avaliado pelo número de mulheres que o cacique poderia ter. O casamento geralmente era com uma sobrinha, o homem dominava a mulher e toda família. O pajé também era uma figura-chave na sociedade guarani, exercendo atividades relacionadas a práticas de curandeirismo e magia, para as quais buscava auxílio em danças ritualísticas e em bebidas alcoólicas. Tornaram-se um problema à parte para a proposta evangelizadora dos missionários cristãos do período da conquista européia.

A ausência de um sistema estatal não conferia um sistema definido de sucessão para o poder local, fazendo com que a retórica se tornasse um importante instrumento para a manutenção do poder político local, aliando-se à tendência em se manter uma mesma família na dita função. Os guaranis mantinham relações de auxílio entre as populações. Como exemplo, cita-se Schmitz (1997, p. 310),

> Assim, apesar da falta de mecanismos políticos formais, a população guarani do sul do Brasil mantinha laços de solidariedade, que a uniam aos membros da mesma cultura e a opunham aos caçadores dos campos do sul e aos coletores-caçadores do planalto, contra os quais mantinham lutas permanentes.

A alimentação era baseada no cultivo do milho, aipim, abóbora, batata-doce, amendoim, feijão, fumo, algodão e outros, sob os cuidados da mulher, sendo que os homens caçavam e pescavam. Pode-se considerar que os hábitos alimentares dos guaranis permitem sua classificação como "generalistas", salvo casos excepcionais relacionados aos ritos de puberdade, pajelança, entre outros (NOELLI, 2000). Eles também aproveitavam as matas para produção de inúmeros gêneros materiais, de uso no cotidiano, cerimonial e guerras, como canoas, tecelagem, arte plumária, cestaria, armas, móveis e material para construção (SCHMITZ ,1997).

Uma das explicações para o aumento das populações é o esgotamento do solo e a busca de novos rios cobertos de matas, a chamada "Terra sem Males",

onde a vida se reproduziria sem grandes preocupações. Todas as populações mantinham ligações, até mesmo em tempos de conflitos e guerras, pois mesmo embrenhados nas matas não estavam livres das guerras. Depois da guerra os prisioneiros poderiam ser devorados em rituais.

Supõe-se que tenham mantido, ao longo das migrações, padrões culturais senão idênticos, muito preservados, se for levado em consideração a manutenção e a reprodução do estilo cerâmico. Nesse sentido, comenta Soares (1997, p. 206)

> Em primeiro lugar, afirmo a continuidade inegável entre a cultura material e a organização social, partindo do pressuposto de que, se a cultura material permaneceu sem transformações significativas até os primeiros contatos com o europeu, o mesmo deve ter ocorrido com a organização social.

Havendo a diferenciação entre o sentido étnico-cultural e a filiação em Fase e Tradições ("mais de 170 sítios de oito fases" (PROUS, 1992, p. 379) estipulada pela Arqueologia, os pesquisadores do PRONAPA definiram os achados vinculados a estes grupos historicamente reconhecidos como tupiguarani, sem hífen, conforme comenta Prous *et. al.* (p. 371). Ficou definido que a cerâmica reconhecidamente de filiação Tupi corresponderia a que apresentasse pintura policrômica. Esta definição foi atribuída por Laming e Emperaire, no Paraná, e Menghin, na Argentina, por volta da década de 50. A cerâmica pintada mais aprimorada seria mais recente. B. Meggers e C. Evans observaram que, no Brasil meridional, a cerâmica policrômica apresentava motivos geométricos, lineares, sobre fundo branco, característicos do estilo amazônico. Pela perspectiva difusionista, os pesquisadores acreditaram que os tupiguaranis teriam tido uma origem amazônica, desconsiderando a possibilidade de criação de um estilo local, convergente aleatoriamente ao estilo amazônico.

Observou-se uma tendência mais recente, na qual predominava a decoração corrugada, coexistindo com a pintada, originando-se a "subtradição corrugada". O período relacionado a esta subtradição corresponde ao século IX, principalmente no interior, momento de grande fluxo migratório indicado por uma grande quantidade de sítios que compõem trinta e uma (31) fases (1973). No período pós-contato, passou a predominar o estilo escovado, criando-se uma nova subtradição, a "subtradição escovada". A cerâmica escovada deveria ser resultado de trabalho com espigas de milho, em recipientes sem pintura. O estilo desta subtradição se concentra nos

Estados do Paraná, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul[22], onde se estima que esta técnica seja de um período posterior ao século XIV, perdurando mais tardiamente na região das Missões (PROUS, 1992, p. 390). A cerâmica simples escovada passa a substituir progressivamente a cerâmica simples convencional. A crítica sobre o modelo em questão, apresentada na seqüência, é retirada de Prous (*op. cit.*, p. 372),

> Este quadro foi aceito quase sem discussão na década de 70, apesar de colocado em dúvida por Pallestrini e por nós (PROUS e PIAZZA, 1997). Nos últimos anos, novas datações e pesquisas feitas em outras áreas fizeram com que se começasse a retocar o esquema anterior: aceita-se o fato de que a separação entre as duas primeiras 'subtradições' não é muito nítida no sul, enquanto a subtradição Escovada tem uma ocorrência limitada a um território muito pequeno. Aos poucos, passou-se a considerar que as subtradições representam tais aspectos regionais do que sucessão cronológica.

As críticas ao modelo de fases e tradições, de influência do PRONAPA, também são encontradas em outros autores como Soares (1997, p. 207),

> A forma de coleta superficial, os níveis artificiais das prospecções, a validade de um ou dois poços-teste em sítios de centenas de metros quadrados, a seriação sobre um número reduzido de cacos, oferecendo porcentagens incompatíveis com o binômio utilização/durabilidade das mesmas, entre outras críticas, seriam suficientes para rejeitar a utilização das fases propostas pelo PRONAPA.

Após a apresentação e crítica do modelo inicial estipulado para a cerâmica pelo PRONAPA, J. Brochado revisa o sistema e altera a idéia de seqüência ou sucessão temporal relativo às duas primeiras subtradições, considerando a possibilidade de ocorrências simultâneas ou alternadas, dependendo de casos regionais, permanecendo apenas a subtradição escovada fora de alterações sobre o que foi apresentado.

A cerâmica é, portanto, uma das referências mais precisas sobre a cultura dos guaranis, caracterizando-se, segundo Prous (*op. cit.* p. 390),

---

[22] Podem ocorrer 'fácies' regionais dentro de cada subtradição, como é no caso apresentado por Prous (1992, p. 412) "Segundo informações fornecidas por P.I. Schmitz (comunicação pessoal), os sítios tupiguaranis instalados na margem do rio Uruguai têm a particularidade de apresentar o banho ou engobo vermelho como decoração dominante, enquanto os sítios distantes alguns quilômetros do grande rio apresentam a clássica decoração plástica ou policroma. Isto poderia justificar uma subdivisão regional. É possível que esta 'fácies' do rio Uruguai tenha influenciado outras regiões [...].

> [...] pela presença de uma decoração policrômica com traços lineares sobre um fundo engobado, a cerâmica foi basicamente utilizada para fabricar recipientes, mas também para outros instrumentos.

Segundo o autor, os sítios guaranis são predominantemente compostos pelos tipos de cerâmica, normalmente encontrados a céu aberto, ainda que fossem reconhecidamente habitantes das florestas[23] e matas. Os recipientes cerâmicos caracterizam-se por serem fundos e conformados como os da subtradição corrugada. Ao redor de 700 a 800 d.C. a subtradição já está totalmente desenvolvida no Alto Uruguai e no Médio Jacuí e mostra uma grande força colonizadora.

Além da decoração, possível de se verificar a partir das superfícies externas dos recipientes, outra característica da cerâmica guarani é a presença na pasta de um antiplástico de areia adicionada de fragmentos moídos de cacos cerâmicos. A ausência dos cacos cerâmicos moídos no antiplástico das vasilhas chega a ser considerada por alguns arqueólogos como resultado de aculturação de povos não guarani. Outros elementos podem ser encontrados no antiplástico da cerâmica, porém, de outras regiões do Brasil, que se localizam fora da área delimitada na proposta deste trabalho. Para as regiões do sul do Brasil, parece que a decoração é bastante importante, não se excetuando a possibilidade de se encontrar cerâmica simples, ou sem decoração. A cerâmica simples caracteriza-se pela superfície alisada e o antiplástico não aparece com clareza.

Um tipo de artefato que pode ser considerado relativamente comum de ser encontrado do Rio Grande do Sul até no Paraná são os cachimbos. Feitos em cerâmica e de diferentes modelos, as formas mais comuns são a tubular e a angular. Também de freqüente ocorrência no Rio Grande do Sul, porém dominantes no Paraná, são os afiadores de canaletas ou calibradores. Segundo Prous (*op. cit.*), serviam para a calibragem de varas para setas.

Com relação ao material lítico, já foi mencionado que a grande maioria de material proveniente de sítios guaranis são de fragmentos cerâmicos, fazendo com que o lítico apareça em menor proporção. Os artefatos de pedras são extremamente raros, mas nas antigas aldeias podem ser encontradas cunhas polidas ou lascadas.

---

[23] De acordo com comunicação pessoal do Professor arqueólogo Dr. José J. P. Brochado, os sítios guaranis localizam-se nos interfaces de áreas fechadas com abertas. Esta comunicação pode esclarecer qualquer aparente contradição na afirmação apresentada.

No Rio Grande do Sul, encontram-se lascas de calcedônia ou ágata cortantes, apresentando sinais de utilização para cortar materiais moles como couro ou carnes. A baixa ocorrência do lítico nos sítios guaranis reflete diretamente na ausência de estudos, bibliografia e nomenclatura para as peças, entretanto sua presença não pode ser negligenciada. Os artefatos líticos dos guaranis tendem a ser confeccionados com matéria-prima local. Visto que ocuparam grandes extensões de terra, não existe uma especialização em determinado tipo de rocha. O tipo de trabalho no lítico é semelhante à técnica dos caçadores, variando entre o lascado e o polido.

Dentre os artefatos líticos confeccionados pelos guaranis, os mais característicos do Rio Grande do Sul são itaiçás e boleadeiras. Segundo Prous (*op. cit.*, p. 402), o itaiçá é um rompe cabeças ou machado circular que apresenta um orifício central que servia para o encabamento. Específica do Estado, a técnica de encabamento seria a colocação da peça em um galho, que tempos depois ter-se-ia prendido no itaiçá, tornam-se mais freqüentes nos momentos anteriores à conquista européia. Confeccionavam, também, bolas de boleadeiras, que variavam entre ovóides/esféricas e mamilares. As boleadeiras são instrumento característicos do Estado, podendo ser encontradas, ainda, em Santa Catarina. Freqüentemente aparecem perdidas pelos campos, não raro encontram-se fragmentadas. Um terceiro tipo de artefato lítico característico da Campanha sul-riograndense são as lenticulares, ou pedras de funda. Não se encontram relacionadas diretamente a nenhuma tradição ou fase lítica ou cerâmica. Permanece incerta sua filiação cultural. Pode-se ainda encontrar, mas com raridade, mão-de-pilão nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Os artefatos líticos lascados aparecem mais nos estados do sul. Trata-se, na maioria dos casos, de *choppers* e *chopping-tools*, que, segundo E. Miller, referido em Prous (1992), tratar-se-iam de influências culturais não tupiguarani, decorrentes de prováveis contatos com grupos de caçadores-coletores. As conclusões de Prous (*op. cit.*, p. 405) sobre o lítico e os guaranis se resumem da seguinte forma,

> Para concluir, acreditamos que se pode conservar a idéia de que os tupiguaranis eram medíocres lascadores de pedra, mas que tribos ‘guaranizadas’ podem ter conservado, por algum tempo, técnicas tradicionais que explicam a riqueza de alguns sítios. O polimento não era aplicado somente como técnica para se obter gumes biconvexos, mas tinha também artefatos, particularmente machados, pouco numerosos mas

> cuidadosamente elaborados e conservados pelo proprietário até depois da morte.

Com a ocupação européia do território brasileiro, os grupos indígenas passaram a ser empecilhos para o desenvolvimento, pois começava uma nova cultura imposta pelo conquistador, que dispunha de tecnologia mais desenvolvida, organização e objetivos econômicos e políticos definidos, e não estava particularmente preocupado com a situação dos povos indígenas, entre os quais, os guaranis. Os guaranis se tornam os novos senhores no rio Uruguai, ocupando suas matas de galeria. Mas sua hegemonia, que resultou na "expulsão" dos antigos habitantes da região, não se manteve após a implantação das bases do sistema colonial ibérico. Os séculos XVII e XVIII significam o momento de degeneração dos guaranis na região. A retração da população guarani, mediante a atuação do branco, significou, segundo Noelli (*op. cit.*, p. 237)

> [...] uma redução da pressão demográfica, liberando as áreas próximas do litoral e das margens do rio Uruguai. Isso permitiu que as populações Minuano e Charrua reocupassem áreas de seus 'ascendentes' Umbu e Vieira.

A ocupação humana pré-histórica de Uruguaiana deve ser compreendida dentro do contexto platino, pois as populações do período bem provavelmente migravam entre ambas as margens do rio Uruguai e Quaraí. As fronteiras hoje conhecidas são convenções geo-políticas, que dizem respeito à formação dos estados nacionais contemporâneos. Os indígenas não conheciam estas convenções pois ainda não existiam. A presença de uma mesma população transitando e ocupando a região pode ser sugerida tendo em vista um tipo de indústria lítica muito similar entre os sítios arqueológicos da metade sul do Rio Grande do Sul e os sítios localizados nos territórios da Argentina (Missiones, Corrientes e Entre-Rios) e do Uruguai.

Os territórios dos antigos caçadores-coletores acabaram sendo invadidos pelas migrações dos tupiguarani, organizados socialmente de acordo com a descrição anterior. Assim, houve um choque de costumes e culturas, resultando provavelmente em guerras e no desenvolvimento da horticultura e da cerâmica em terras sul-riograndenses. Conseqüentemente, o quadro apresentado indica a possibilidade do desaparecimento de alguns grupos de caçadores-coletores, alguns

foram aculturados, outros ainda subiram para o planalto, onde já viviam populações culturalmente diferenciadas, que juntas buscaram um novo modo de vida, adaptando-se ao ambiente mais frio de florestas de pinheiros e araucária.

O conhecimento arqueológico necessita ser aprofundado, pois é bem provável que existam dezenas de sítios arqueológicos ainda não estudados, que devem ser vistos como páginas de uma história que vai se revelando aos poucos para nos mostrar um passado muito interessante, surpreendente...

4.1.4.4 Arqueologia histórica

A Arqueologia Histórica pode ser entendida como uma aproximação direta entre a Arqueologia e a História. A Arqueologia pode trabalhar em qualquer período histórico, a fim de comprovar ou questionar informações da história oficial. Através de estudo de unidades produtivas ou domésticas, é possível enfocar tanto as questões do desenvolvimento econômico quanto os aspectos de usos e costumes do cotidiano das pessoas em uma determinada época. Do que se tem conhecimento, apenas um projeto institucional foi desenvolvido neste sentido no município. A iniciativa particular, se existe, serve para demonstrar como essas questões são tratadas ainda informalmente, sem um plano institucional, como ocorre no município de Porto Alegre.

Neste sentido, a pesquisa intitulada “Resgate histórico-cultural dos remanescentes arqueológicos do município de Uruguaiana” foi desenvolvida pelo NUPA do Câmpus Uruguaiana-PUCRS, com o objetivo de traçar um perfil das potencialidades arqueológicas do município. Os trabalhos em Arqueologia Histórica abrangem dois ambientes distintos, o urbano (antigos casarões residenciais, públicos ou comerciais) e o rural (estâncias e saladeiros). No caso da Arqueologia Histórica, verificou-se a existência de edificações do século XIX e do início do século XX, em pontos alternados da cidade, que poderiam servir para pesquisas em Arqueologia Histórica Urbana. Particularmente na rua XV de Novembro, nas proximidades da ponte internacional, verifica-se a ocorrência deste tipo de construção, infelizmente muito mal preservadas, algumas praticamente em ruínas.

Para um trabalho em Arqueologia Histórica, além das edificações, os antigos pátios das casas podem conter fragmentos de micro evidências, a partir da abertura

de antigos depósitos de refugos domésticos (lixeiras). A preservação deste patrimônio, a recuperação da cultura material extraída dos fundos dos quintais, a localização de exemplares das antigas charretes que formavam as diligências, bem como de embarcações como a “Chata Alagoa”, que naufragou entre a confluência dos rio Uruguai e Ibicuí em 1933, poderiam manter preservada um pouco da História e da Cultura de Uruguaiana.

Sobre estas áreas mais antigas da cidade, a preservação de um “bairro histórico” poderia tornar-se um atrativo cultural e de aproveitamento econômico alternativo.

No tocante aos estabelecimentos rurais, destacou-se, no primeiro trabalho realizado, a Estância São Pedro, o Saladero na Barra do Quaraí e os remanescentes da antiga estância missioneira de Yapeju. O trabalho de Fonntes e Duarte (2002) pode ser considerado um bom exemplo da memória social recuperada a partir de vestígios materiais.

Alguns exemplos bem sucedidos podem ser referidos como modelos de pesquisa a serem desenvolvidos em Uruguaiana. Como exemplo, é possível apresentar algumas experiências pessoais de atividades em Arqueologia Histórica como os trabalhos realizados no Município de São Martinho da Serra, na região central do Estado, próximo a Santa Maria. Como integrante da equipe de pesquisadores do LEPA-UFSM[24], participamos de escavações na área central da cidade. Milhares de fragmentos de faianças, vidraria e metal foram recuperados dos remanescentes arquitetônicos de uma antiga fortificação espanhola do século XVIII. Os resultados da pesquisa foram apresentados em vários artigos científicos e em uma dissertação de mestrado defendida na PUCRS, em 1999. Atualmente, a riqueza histórico-arqueológica do município está servindo de fonte para tese de doutorado a ser defendida na USP, pela Profa. Neli Galarce da UNIVATES – Lajeado, sobre a “Casa dos Melo”.

O mais importante referencial para a Arqueologia Histórica do Rio Grande do Sul é, sem dúvida, as ruínas de São Miguel das Missões. A temática missioneira

[24] LEPA-UFSM, Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria.

bem como o local das ruínas têm servido de base para uma vasta produção acadêmica apresentada em artigos de revistas especializadas, em monografias, dissertações e teses. Fora do aspecto acadêmico, o município de São Miguel das Missões parece saber explorar muito bem este forte apelo histórico com o incremento do turismo que deve ser parte significativa de suas receitas.

O estudo dos remanescentes arquitetônicos das ruínas de São Miguel serviram de modelo para uma iniciativa pioneira, o estudo de uma estância como sítio arqueológico. A Estância Velha do Jarau, em Quaraí, foi estudada nos moldes de enfoque até então direcionados para o caso das Missões. Como resultado desta pesquisa, concluiu-se a dissertação de mestrado intitulada “Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828-1905). Um Estudo de caso em Arqueologia Histórica Rural” (GOMES, 2000). Esse trabalho foi o primeiro realizado em uma estância e, atualmente, serve de referência para iniciativas semelhantes, em nível de mestrado e doutorado. Outros exemplos bem sucedidos podem ser mencionados, como as pesquisas desenvolvidas no Solar Lopo Gonçalves e no Mercado Público, em Porto Alegre, por pesquisadores da cidade como Carle, Symanski e Tochetto.

4.1.4.5 O futuro da arqueologia em Uruguaiana: ciência, cultura, educação, turismo e economia

A história não se restringe a olhar para o passado. Procura, a partir da origem, a explicação para a sociedade em que vivemos, buscando apontar os caminhos que devem ser seguidos. Estes caminhos podem ser os mais variados, e não são exatos nem precisos. Trata-se de ‘modelos’, que sempre nos reservam um certo grau de imprevisibilidade segundo Hobsbawm (1998). É devido a esta imprevisibilidade do futuro que não se torna possível prever com exatidão o desfecho das atividades arqueológicas em Uruguaiana. A partir do que foi apresentado, torna-se evidente a existência de um imenso potencial arqueológico e paleontológico, que tem servido de fonte de pesquisa há mais de trinta anos para pesquisadores de todas as regiões do Estado. Pelo desconhecimento de seu potencial pela comunidade uruguaianense, são décadas de espoliação de um patrimônio nacional, extraído de Uruguaiana.

Existem coleções provenientes deste município sendo estudadas, expostas ou simplesmente armazenadas em outras instituições. Da nossa parte, realizamos um programa para pesquisas arqueológicas no município, de caráter eminentemente científico-educativo. O objetivo maior é manter em Uruguaiana o que é extraído do solo de Uruguaiana, para que estas informações enriqueçam o conhecimento da cidade sobre o seu próprio passado, tornando-se um caminho para a profissionalização de nossos acadêmicos do Câmpus Uruguaiana da PUCRS.

Com a crescente estruturação do NUPA, bem como com a inserção da disciplina de Arqueologia no currículo do Curso de História, e ainda com o novo pós-graduação em Ciências Ambientais, que, entre outras áreas, destina-se a aprimorar profissionais graduados em Arqueologia e Paleontologia, indica-se um caminho crescente rumo ao desenvolvimento da Arqueologia acadêmica.

A prática arqueológica pode e deve ser desenvolvida em conjunto com as mais variadas instituições, primordialmente com as ligadas ao setor público. O compromisso institucional é regido por lei, que impõe responsabilidades jurídicas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece como competência dos municípios "promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a ação fiscalizadora federal e estadual".

As informações obtidas a partir das pesquisas devem ser divulgadas para a comunidade em geral. Quando divulgados, não raramente os achados despertam uma certa curiosidade positiva da imprensa, que acaba por refletir nas pessoas de uma maneira em geral. As coleções recolhidas podem incrementar os museus e os sítios arqueológicos podem servir de pontos turísticos. No âmbito da iniciativa privada, pode-se explorar o tema com a confecção e comércio dos mais variados artigos (bonés, camisetas, chaveiros etc.), além de passeio pelos sítios arqueológicos e paleontológicos e visita aos museus da Prefeitura Municipal e do Câmpus Uruguaiana da PUCRS.

Conjugando-se o conhecimento universitário, a participação do poder público e a iniciativa privada, é possível um aproveitamento ético e racional do potencial arqueo-paleontológico do município de Uruguaiana, terminando ou diminuindo o espólio sofrido por décadas de ignorância e omissão acerca de uma das maiores

riquezas da cidade: suas remotas origens.

A comunidade em geral pode se envolver nos trabalhos, inicialmente indicando locais onde se encontram vestígios arqueológicos, posteriormente, procurando esclarecer aos demais que todo o patrimômio arqueológico é parte da memória nacional e que qualquer ato de destruição ou comércio destas peças constitui crime federal. Preservar o patrimônio é preservar nossa história, nossa cultura, nossa identidade, sem a qual não somos ninguém...

4.2 O HOMEM E SUA HISTÓRIA

4.2.1 Introdução

O presente relatório tem como objetivo indicar elementos históricos da formação do município de Uruguaiana e a influência de tais elementos no imaginário social.

O relatório está estruturado em três tópicos, que procuram detalhar questões relacionadas à história da ocupação econômica da região, à formação e desenvolvimento econômico do município e à influência do modelo sócio econômico de ocupação no imaginário social. No primeiro tópico, será indicada uma síntese da ocupação humana da região; no segundo serão indicados dados referentes ao desenvolvimento sócio-econômico do município e, finalmente, no terceiro, uma análise da influência do modelo de desenvolvimento sócio-econômico na formação do imaginário social.

Para a realização do presente estudo, foram empregados métodos de análise baseados em pesquisa bibliográfica, a partir de uma abordagem antropológica.

4.2.2 A ocupação humana da região

O descobrimento da América, em 1492, possibilitou um implemento muito grande no desenvolvimento do Capitalismo Mercantilista Europeu. Aos poucos, o Novo Continente foi colonizado e constituiu-se numa grande fonte de metais, pedras preciosas e de matérias-primas necessárias para o crescimento de um incipiente processo de industrialização. Neste contexto é que tem de ser entendidos os

processos de ocupação humana de origem européia na América Latina, qual seja, dentro do processo de expansão do capitalismo europeu. A América Latina surge como colônia, portanto, dependente das Coroas Portuguesa e Espanhola.

A ocupação humana européia no Rio Grande do Sul, no entanto, está ligada ao seu passado espanhol e teve início com as incursões jesuíticas em 1605:

> A primeira redução foi a de São Nicolau, entre os rios Ijuí e Piratinim, no ano de 1626. [...] A partir de São Nicolau, as reduções jesuíticas espanholas desenvolveram-se rapidamente, atingindo, em 1634, 18 núcleos organizados [...]. Entre 1635 e 1636, foram realizadas incursões bandeirantes, visando à escravização de índios, que trouxeram o caos à organização produtiva das reduções, levando as populações indígenas ao êxodo e os jesuítas espanhóis a voltarem à margem direita, rio Uruguai. Em decorrência, boa parte do rebanho bovino dispersou-se pela falta de dono e de cuidados e, procriando, gerou uma riqueza - o gado chamado de “chimarrão” (sem dono).
>
> O ano de 1682 marcou o retorno dos jesuítas ao Rio Grande do Sul e o reerguimento das Missões, com a fundação de novas reduções, que vieram a ficar conhecidas como os Sete Povos das Missões, com suas enormes estâncias. Em 1732, os Sete Povos das Missões chegaram ao seu auge, com 141.242 habitantes (C. LUGON), mais de um milhão de cabeças de gado e fundições de ferro e bronze.
>
> A estância de Japejú foi a maior delas, e ocupava a região da Campanha do Sudoeste - onde se insere, hoje, o município de Uruguaiana. Prosperou até meados do século XVIII quando, em decorrência do tratado de Madrid de 1750, as Missões da margem esquerda do rio Uruguai passaram para o domínio português. Iniciou-se, então, a chamada Guerra Guarani (1754-56), ordenada pelo Marquês do Pombal, juntamente com a política de extermínio dos indígenas que, além de objetivar a conquista do território, visava, à expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses. Sua expulsão também dos domínios espanhóis foi decretada em 1767, levando à destruição as reduções da margem direita do rio Uruguai, que se completou no ano de 1817, ficando extinta a nação guarani no extremo Sul (EIA-RIMA do gasoduto Argentina-Brasil).

Referência encontrada em Pont (1984) comprova a ligação da história de Uruguaiana com o passado missioneiro. Trata-se da descoberta, no município, de uma construção de pedra pertencente à Estância de Yapeju, estância esta que abrangia os municípios de Itaqui, São Borja, Uruguaiana, algumas cidades da Argentina e do Uruguai, e fazia parte do complexo das Missões Jesuíticas. A construção possivelmente tratava-se de um Rancho Posteiro. Da construção, visitada pelo historiador Raul Pont no início da década de 80, hoje nada resta, devido, pelo que se sabe, ao medo dos proprietários, na época, de possível desapropriação do local. As pedras que compunham as mangueiras e casas foram retiradas e algumas usadas na construção de barragens. A literatura especializada não registra nenhum estudo que se tenha feito no local. A construção, no entanto,

remonta à mais antiga ocupação humana de origem européia na região e constitui-se numa comprovação material da “vocação” regional de criação de gado. Estudos arqueológicos futuros poderão revelar alguns dos hábitos desses antigos moradores.

Comparado com as demais áreas do território de domínio português, o Rio Grande do Sul demorou para integrar-se no processo de colonização. Pimentel (1942, p. 24) cita motivos desta ocupação tardia:

> [...] a falta de portos e ancoradouros que incentivassem a aproximação de navegadores e o fato de que a região não se apresentava como alvo de investimentos para os grupos econômicos interessados na exploração que se fazia em torno da extração de riquezas metálicas ou do cultivo de gêneros tropicais que pudessem ser comercializados na Europa.

Conforme Portella (2001):

> Ao longo do Século XVI, quando no restante do Brasil Colônia propagavam-se os engenhos, com vistas ao comércio com a Europa, a região extremo-meridional permaneceu praticamente inexplorada. Dentro da lógica da exploração colonial e das necessidades de acumulação primitiva de capitais, o dinamismo da ocupação e povoamento se verificava naquelas regiões nas quais os investimentos se mostrariam rentáveis.
>
> A expansão colonizadora portuguesa rumo ao Sul foi especial, configurando-se uma formação histórica balizada, por um lado, pelo caráter militar-fronteiriço da área e, por outro, pela presença de interesses econômicos desvinculados da lavoura de exportação. Tais interesses tinham em vista um ativo comércio informal existente na região banhada pelos rios que formavam a Bacia Platina, por onde escoavam vários produtos, como prata, erva paraguaia, lã de vicunha de Tucumán, cobre chileno, couros, selos e carnes salgadas. Foi somente no decorrer do Século XVII que, então, verificaram-se as primeiras correntes de penetração no território rio-grandense.

Conforme Wiederspahn (1979, p. 39), desde 1801, pelo Tratado de Badajós, havia uma paz relativa nessa região chamada, então, “terra de ninguém” pelo fato de ser quase desabitada, não fosse ocupada por pequenos postos militares de controle e cobrança de direitos alfandegários, por fazendas e pequenos povoados, onde já se evidenciava um processo de trocas por intermédio de tropeiros portugueses (paulistas e riograndenses) com regiões uruguaias.

A concessão mais antiga de terras no município foi feita, em 1814, por D. Diogo de Souza, Presidente da Província, a Antonio Silveira de Souza, terras essas entre os rios Ibicuí e Ibirocaí (IBGE, 1950, p. 3), quase 15 anos após o Tratado de Badajós.

Entre os anos de 1815 e 1816, outras 29 sesmarias foram concedidas pelo Marques de Alegrete. A área entre o Imbaá e o Itapitocai, onde hoje se situa o município, foi comprada, junto com outras três sesmarias, por Manuel Joaquim do Couto (COUTO RICO). A Presidência da Província ainda concedeu outras três sesmarias entre 1823 e 1824 (IBGE, 1950, p. 4).

O botânico francês Saint-Hilaire, durante passagem por estas terras em 1821, apontava a existência de uma guarda no Passo de Santana, acerca de 30 km de onde encontra-se a cidade atualmente.

Com o início da Revolução Farroupilha em 1835, o governo republicano tratou de formar uma povoação à margem esquerda do Uruguai, por ser esta uma linha de fronteira, onde o contrabando penetrava livremente em território brasileiro. Nessa margem, próximo à confluência do arroio Guarapuitã, a duas léguas (13 Km) da margem esquerda do arroio Itapitocaí, junto ao Vau ou Passo de Santana sobre o Uruguai, já havia um acampamento militar, um posto fiscal e um povoado chamado Sant'ana. Pode-se dizer que ali originou-se o município. Entretanto, as enchentes do Uruguai e do arroio Guarapuitã determinaram que se buscasse, através de comissão designada pelo governo provincial, local mais adequado para a nova povoação.

> Após as análises dos terrenos em questão, a decisão da comissão foi pelas terras do extremo Oeste da sesmaria de Manoel Joaquim do Couto. A comissão também fez um levantamento topográfico e demarcou ruas e praças. Foi feita uma ata acompanhada de um ofício, os quais foram dirigidos ao General Canabarro em 28 de outubro de 1841.
> [...] O Governo Farroupilha submeteu essa última medida à Assembléia Legislativa, para votação. Após analisadas outras informações sobre o local a ser erguida a nova povoação, o Presidente da República Riograndense, Bento Gonçalves da Silva, por resolução da Assembléia Constituinte e Legislativa (13 de janeiro de 1842), declarava de Alegrete, (24 de fevereiro de 1843) que a povoação fosse criada junto ao lugar denominado "Capão do Tigre", na sesmaria pertencente a Joaquim Pereira do Couto e a Antonio Pereira do Couto, estabelecendo seus limites e que também fosse instalada no local uma capela curada com a denominação de Capela do Uruguai.
> Depois de 03 anos como capela curada, o Governo Imperial reconhece o desenvolvimento do povoado, e através da Lei Provincial nº 58, de 29 de maio de 1846, a então Capela do Uruguai foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Uruguaiana. Esta denominação é de origem indígena, e o significado, na língua Tupi, é: *Uruguá*: significa caracol, concha; *Y*: quer dizer rio, água. Portanto *Uruguay* significa rio do Caracol, e Ana: vem de San'Anna, padroeira da cidade (PORTELLA, 2001).

No dia 29 de maio de 1846, a povoação constituída nas margens do rio Uruguai, denominada de Capela Curada do Uruguai (PIMENTEL, 1942), é elevada à

categoria de Vila pela Lei Provincial n.º 259 e sede do novo município, passando a chamar-se Uruguaiana.

> A 6 de abril de 1874, a Lei Provincial nº 808 elevou Uruguaiana à categoria de cidade. A 28 de março de 1875, passou à sede de comarca, separando-se da comarca de Missões a que pertencera até então. Em 1887, fundou-se a Charqueada Barra do Quaraí, no distrito de mesmo nome, empresa esta que, em 1894, já acusava o abate de 78.000 cabeças anuais.
> [...] Em 1895, a região era servida por duas companhias de navegação que faziam percurso regular nos rios Uruguai e Ibicuí, cidades vizinhas e portos argentinos. O transporte intermunicipal fazia-se por diligências. As longas distâncias entre as cidades, e destas à Capital, foi determinante para que se cogitasse a construção, pelo Governo Provincial, de uma ferrovia. As obras tiveram começo em 1877, a partir das margens do rio Taquari, e, em 1890, chegaram a Cacequi; suspensas em 1897, só foram retomadas em 1901. O trecho Uruguaiana - Alegrete foi provisoriamente entregue ao tráfego em 1902, mas, somente em 1907, com a conclusão do ramal Cacequi a Alegrete, é que Uruguaiana ficou ligada via estrada de ferro à Capital.
> Em 1912, tinha em sua zona rural 279.690 bovinos e 455.420 ovinos. Em 1920, a população atingia 23.813 almas e havia 22 escolas em funcionamento.
> Dados de 1942 evidenciam a importância de Uruguaiana na pecuária nacional: 600.000 bovinos e 800.000 ovinos, tendo o maior rebanho de ovelhas do país. (EIA-RIMA, Gasoduto Argentina-Brasil)

A forma de ocupação do município, através da concessão de sesmarias, determinou sua “vocação” para a exploração da pecuária extensiva. Este fato é de fundamental importância para a compreensão da mentalidade social que surgirá historicamente, como se verá na seqüência. Por outro lado, sendo cidade de fronteira, Uruguaiana foi estrategicamente planejada para ocupação do território e para a viabilização do comércio com os países vizinhos.

4.2.3 Desenvolvimento econômico do município

Uruguaiana surgiu como município, no século XIX, por necessidade de ocupação e controle de fronteira. A produção econômica era decorrente da concessão de sesmarias, onde ocorria a criação extensiva de gado, e do comércio, principalmente o informal, incluindo-se aí o contrabando com o Uruguai e com a Argentina.

Somente no início do século XX, a cidade é ligada à capital através da construção de uma ferrovia, fato que possibilitará uma troca comercial maior com o estado e com o país.

4.2.3.1 Processo de industrialização na república velha

Para Singer (1985, p. 212-213), com a abolição da escravatura

> se inicia o processo de industrialização no Brasil. Até então, o consumo de artigos industrializados era privilégio da classe senhorial e da minúscula classe média urbana.

Nessa fase, as indústrias eram pequenos estabelecimentos de caráter local, "[...] exceto a indústria têxtil, que aparentemente era o único ramo no qual se expandia o capitalismo". Segundo ele (1985, p. 214),

> [...] num país retardatário como o Brasil, a industrialização é sempre substitutiva: ou ela avança mediante a implantação de ramos inexistentes, nos quais se fabricam novos produtos, até então importados, ou ela se reorganiza nos ramos manufatureiros pré-existentes, inseridos na produção simples de mercadorias.

No período da República Velha, essas duas vias de industrialização estavam severamente restringidas no Brasil. A substituição de importações se limitava aos ramos em que o custo do transporte onerava a tal ponto o custo do produto importado que a produção nacional se tornava nitidamente mais barata. Nos demais, a margem de proteção oferecida pelas tarifas aduaneiras era, em geral, insuficiente para garantir ao produto nacional uma vantagem competitiva decisiva, mesmo porque em iguais condições, o consumidor brasileiro sempre dava preferência ao artigo estrangeiro, atitude que prevalece até hoje.

O Rio Grande do Sul, nesse período, acompanhou as tendências gerais do processo industrial do Brasil.

> Dentro desta perspectiva, a indústria gaúcha se caracterizou por incrementar uma produção voltada para atender a expansão do mercado interno, que procurava substituir, da pauta das importações, manufaturados da indústria tradicional, e que como tal exigiam pequeno volume de capital e possibilitavam a importação de tecnologia obsoleta existentes nos países mais industrializados (GUILHERMINO, 1979, p. 286).

O foco irradiador da economia gaúcha era o gado e as charqueadas, abrangendo a zona de Pelotas, que influenciaram não apenas o crescimento da pecuária, mas a diversidade de estabelecimentos industriais, distribuídos nas cidades de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas. A primeira fábrica de chocolates no sul do país foi instalada em Porto Alegre, a Neugebauer e Genhardt, fundada por

imigrantes alemães.

Conforme Bene (2002), a economia, em Uruguaiana, no período da República Velha, estava alicerçada na produção agro-pastoril. Apesar de estar localizada numa região caracterizada pela ocorrência de baixas temperaturas, que ocasionavam a gradativa queima das gramíneas, o gado aqui criado mantinha-se num bom patamar de qualidade em relação a outras regiões do país e constituía-se na única fonte de riqueza nesse território.

O Saladeiro Quaraí, fundado em 1887, na Barra do Quaraí, então distrito de Uruguaiana, muito contribuiu para o desenvolvimento da indústria do charque e do couro. Sua instalação na fronteira com o Uruguai e Argentina era estratégica, pois além de receberem o gado uruguaio para o abate, todo o escoamento da produção era feito por ferrovias até Montevidéu, de onde seguia para o exterior. O bom desenvolvimento dessa empresa condicionou a construção da ferrovia Uruguaiana a Montevidéu e favoreceu a instalação de mais setores industriais como as indústrias de velas e sabão, que passaram a aproveitar partes do abate do gado antes desperdiçadas.

> No início do século, Uruguaiana presenciou a organização de diversas empresas comerciais e industriais, como uma medida de prevenção ao contrabando que ocorria nas fronteiras do Uruguai e Argentina; a organização dessas empresas esteve votada para o comércio de importações e exportações. No ramo de exportações, eram artigos oriundos da matéria prima local, como o próprio gado, charque, couro de todas as espécies, lãs e cabelos, assim como os demais resíduos das matanças que eram aqui industrializadas. Os importados eram produtos adquiridos em outras regiões do país e no estrangeiro, como máquinas, ferragens, carvão, óleos, cimento, tintas, vidros, louças, armas e munições e miudezas em geral.
> [...] Além dessas empresas, contribuíram para o desenvolvimento econômico dessa região a instalação de vários estabelecimentos industriais de pequeno porte, como a fábrica de Cigarros Caburé, a Fábrica de Móveis dos Irmãos Kramer, que produzia todos os tipos de móveis com o auxílio das mais modernas máquinas e operários com total especialidades no setor, e a Usina de Energia Elétrica de propriedade da firma Barbará Filho Cia. (BENE, 2002, p. 6-7).

Cabe destacar, no estudo realizado por Bene (2002), o caso da fábrica de tecidos Progresso da Fronteira, empresa de médio porte, idealizada pelo seu fundador, o Sr. Francisco Cardoso Jr. A construção da fábrica teve início no dia 16 de janeiro de 1914 e sua conclusão em junho do mesmo ano, quando começou a instalação das máquinas. A inauguração ocorreu no dia 16 de novembro.

Nesse meio tempo, o Sr. Francisco Cardoso Jr. viajou para a Europa com o propósito de comprar as máquinas necessárias para o funcionamento da fábrica. No entanto, parte do equipamento ficou detido no Porto de Antuérpia, ao estourar a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Diante desse fato, a saída encontrada para a produção de tecido, foi a compra de fios manufaturados no mercado interno e externo. Conforme registros do Jornal a Nação de 1914, inicialmente trabalhavam na fábrica 55 tecelões, número que passou a 95 operários no ano seguinte, o que demonstra bom desempenho na produção de tecidos.

Conforme o estudo de Bene, alguns problemas inibiram o processo de desenvolvimento dessa companhia (e, talvez, do município):

- impossibilidade, devido à I Guerra, de importação de máquinas para a instalação de uma seção de fiação cardada. Sem poder produzir os fios para a tecelagem, a empresa foi obriga a comprá-los de fábricas de Porto Alegre e São Paulo, ou importá-los;
- falta de mão-de-obra especializada;
- distância do município dos centros produtores ou importadores e precariedade do transporte;
- aumento, com a guerra, do preço do fio penteado importado da Espanha (mais de 400% no período);
- irregularidade no fornecimento de energia elétrica, o que descontrolava o horário de trabalho e diminuía a produção.

Esses fatores, somados, sobrecarregavam o preço final do produto, diminuíam a margem de lucro e, conseqüentemente, tornavam inviável a concorrência. Devido aos problemas econômicos daí decorrentes, a fábrica foi vendida ao Grupo Rhengantz, de Porto Alegre, que decidiu pela sua transferência e instalação na cidade de Rio Grande, no dia 2 de agosto de 1920.

Pode-se inferir, pelo exposto acima, que os fatores decisivos para o não desenvolvimento desta fábrica e, possivelmente, do município, nesse período, foram quase todos de ordem estrutural: a falta de tecnologia para a produção (maquinaria),

a distância do município dos grandes centros, a precaridade dos meios de transporte e, também, a falta de energia elétrica. Soma-se, ainda, um problema que pode ser tanto estrutural como conjuntural, dependendo da interpretação que se faça: a qualificação da mão-de-obra.

4.2.3.2 Viticultura

Conforme pesquisa de Daer (2001), a notícia mais antiga sobre a produção vitícola e vinícola, no município, data de 1871, em citação de Hemetério José Veloso da Silveira na obra "As missões orientais e seus antigos domínios" e se destinava, provavelmente, ao uso doméstico. O autor relata, no entanto, que, nos anos seguintes, surgiram nove viticultores, que também fabricavam excelentes vinhos.

A pesquisa de Daer (2001) revela, ainda, que, em face da variedade e qualidade da produção, na primeira Exposição Estadual de Comércio, Indústria e Artes, realizada na capital do Estado, de 24 de fevereiro a 02 de junho de 1901, compareceram e foram premiados os seguintes expositores: José Telechêa, medalha de prata, com vinho tinto; Domingos Telechêa e André Demarchio, medalha de ouro, também com vinho tinto. Já na Exposição Nacional e Feira realizada em 1908, no Rio de Janeiro, destacaram-se os vinhos e licores de Luis Berttinelli, José Telechêa e Francisco Gugliermone.

Daer destaca os resultados obtidos pelos Srs. Telechea, Demarchi e Bettinelli. Esse último, na quinta "Favorita do Imbahá", produzia com as melhores e mais modernas máquinas da época, com grande contingente de pessoal, importando as melhores cepas da Europa e de Mendonza (Argentina).

Segundo Daer, essa especialização da produção necessitava de investimentos e incentivos fiscais para acompanhar o crescimento da procura. No entanto, o afastamento da região do centro industrial e do novo mercado interno que surgiu no centro-norte do Estado, com a inserção do imigrante na economia gaúcha, constitui-se em um dos fatores

> que tentarão apontar algumas hipóteses para que essa primeira produção de uva e de vinho, aparentemente tão solidificada na fronteira, possa ser marginalizada de todo um processo político e econômico da região e do Estado. (DAER, 2001)

Conforme Daer, entre 1910 e 1950, a área de colonização italiana consolida a produção de uva e vinho e a comercialização de excedentes começa a se especializar com a instalação de cooperativas e empresas de industrialização, que aproveitaram a produção local e redefiniram agricultura de subsistência. Esta modificação na estrutura econômica aniquilou o processo de produção artesanal. A continuidade do desenvolvimento da viticultura em Uruguaiana dependia de modificações na infra-estrutura de produção que garantisse maior produtividade e comercialização do produto, o que não ocorreu.

A região, no entanto, tem um grande potencial para o desenvolvimento deste tipo de atividade econômica, o que depende da organização de cooperativas para o fortalecimento da produção, visto que as condições do solo (em algumas áreas do município) e climáticas são bastante favoráveis para a produção de uva.

4.2.3.3 Anos 30: a destilaria rio-grandense de petróleo

A principal fonte econômica dos anos 30 continuava sendo a pecuária, destacando-se, ainda, a criação de ovinos.

> Foi dentro desses condicionantes econômicos e, provavelmente devido à proximidade com a Argentina, que os comerciantes Eustáquio Ormazabal, João Francisco Tellechea, Francisco Martins Bastos (engenheiro-mecânico) e outros projetaram a instalação, em nossa cidade, de uma destilaria de petróleo e a distribuição de seus derivados para as demais cidades da fronteira.
> Naquele momento, em todo o Brasil, o petróleo era um negócio que vinha fascinando muita gente, pela necessidade de energia para os transportes que evoluíam.
> Esse grupo de uruguaianenses, por razões comerciais, estava ligado aos Srs. Raul Aguiar e Manoel Moralez, este último acionista de uma pequena refinaria de Topping, localizada em Avellaneda, Província de Buenos Aires. Os acionistas argentinos já eram conhecedores do negócio de refino de petróleo e, juntamente com o grupo de uruguaianenses, resolveram implantar uma refinaria similar a de Avellaneda (FIORIO; FREITAS, 2001, p. 36).

O equipamento necessário para implantação da destilaria foi importado da Europa e era de “segunda-mão”. A tecnologia mais avançada tornava-os obsoletos e eram, então, vendidos a países da América do Sul e Ásia.

Conforme a pesquisa de Fiorio e Freitas (2001, p. 37), os trabalhos para implantação da destilaria se iniciaram em 1933 e o refino de petróleo em 1934.

> A matéria-prima utilizada na destilaria era de origem equatoriana, adquirida da *Lobitos Oil Field Limited* e era trazida do terminal equatoriano até o porto de Buenos Aires. Lá, era armazenada em tanques da própria companhia, a Companhia General de Combustíveis, vindo por via férrea até Paso de Los Libres. Da vizinha cidade argentina era baldeada para uma 'chata-tanque' da qual seria, finalmente, descarregada nos tanques da refinaria.

No entanto,

> em 1937, quando mal começara a funcionar efetivamente a destilaria, o governo argentino, através de um Decreto-Lei, proibiu a passagem ou reexportação de petróleo por seu território e causou um problema para o funcionamento da destilaria, pois esta teria de encontrar uma solução para suprir a carência de petróleo.
>
> A única solução encontrada foi a instalação de um tanque de 80.000 barris no porto de Rio Grande. Através desse porto, o petróleo bruto era recebido e despachado em vagões-tanque para Uruguaiana. O transporte era difícil e demorado. Perdia-se tempo e capital com o petróleo cru sem utilização no refino.
>
> Nesse momento, um grupo de capitalistas uruguaios entrava em entendimento com elementos brasileiros para a montagem de uma pequena refinaria na cidade fronteira de Santana do Livramento [...] Os acionistas da Destilaria Rio-grandense de Uruguaiana e da projetada refinaria de Santana do Livramento mantinham entre si relações de amizade e assim não foi difícil achar um denominador comum que, indo ao encontro aos interesses de ambos os grupos, resultou na montagem de uma pequena destilaria na cidade de Rio Grande, em vez de seguir cada grupo com seus projetos iniciais. Dos contratos estabelecidos entre os dois grupos, constituiu-se uma sociedade com a denominação de Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleo (FIORIO; FREITAS, p. 37-38).

Com a criação desta nova empresa conseguiu-se suprir de petróleo cru a Destilaria Rio-grandense Petróleo S/A em Uruguaiana. Porém,

> quando a empresa de refino de petróleo começava a frutificar, o governo brasileiro, na pessoa do Presidente Getúlio Vargas, assinou o Decreto-Lei 395, de 29 de abril de 1938, nacionalizando a indústria de refinação do petróleo. Concedia-se um prazo de seis meses a contar da data de publicação do referido Decreto-Lei para que a Companhia se enquadrasse nos termos da legislação que então entrara em vigor (FIORIO; FREITAS, p. 38).

Só poderiam ser acionistas de refinarias de petróleo brasileiros natos ou estrangeiros casados com brasileiras natas em regime de Comunhão de Bens. Com isso, os acionistas uruguaios e argentinos ficaram excluídos.

A importância histórica da Destilaria Rio-grandense de Petróleo decorre do fato de ter sido a primeira destilaria instalada no país e de concorrer com os *trusts* do petróleo, que entravam e instalavam-se por toda a América do Sul. Em 1975, a Ipiranga S/A, por motivos técnicos, decidiu fechar a Destilaria de Uruguaiana, pois

começava a usar outro tipo de instalação na refinação, o *CRACKE* catalisador. Portanto, seria necessário mexer na estrutura, decorrendo em um custo muito alto.

4.2.3.4 Década de 40: Ponte Internacional Augustin Justo - Getúlio Vargas

Conforme Martins e Serres (2001, p. 54):

> A idealização da Ponte Internacional entrou para a história como obra de um grupo de uruguaianenses, em conversas informais e descompromissadas por esquinas ociosas ocupadas pela aristocracia local. '*Los cinco soñadores de la luna*', como escreveu o periódico de Buenos Aires El Clarín, (14/05/1945), muito pelo contrário de viverem no mundo da lua, eram perfeitamente cônscios das vantagens que uma ponte ligando Uruguaiana e Paso de los Libres representaria.
> Dos cinco "sonhadores da lua", todos tinham alguma relação com o comércio, três de forma mais direta: o argentino Eustáquio Ormazabal era comerciante de renome, como também era Edelmiro Jacques. Naor Lopez Pereira era jornalista e Presidente da Associação Comercial de Uruguaiana.

Conforme Martins e Serres (2001), de acordo com os jornais da época, os uruguaienanses engajaram-se na causa da construção da ponte e, junto com os "*libreños*", aproveitaram-se do encontro dos Presidentes Justo e Vargas, no Rio de Janeiro, em 1933, para reivindicarem sua construção, que se concretizou na nomeação de uma comissão pró-ponte, chefiada por Flores da Cunha, que funcionou até a formação da Comissão Mista, em outubro de 1934, então encarregada de escolher o local.

Teoricamente, a ponte teria duas vantagens:

- facilitaria o comércio e o transporte de passageiros;
- auxiliaria na fiscalização e no controle do comércio, detendo o contrabando.

> O 'mercantilismo' e as 'visões de guerra' conseguiram atrasar a obra o tempo suficiente para que se alterasse a conjuntura inicial - que já foi apresentada .
> Contrariando as expectativas mais otimistas, o projeto da ponte só foi aprovado em novembro de 1941.
> O início das obras se deu em 18 de janeiro de 1943. Por razões mais econômicas do que por simbolismo integracionista, em junho de 1943 os dois países assumiram um convênio para que todo o ferro e madeira utilizados fossem brasileiros e todo o cimento, argentino.
> As obras andaram rapidamente, e em 12 de outubro de 1945 a Ponte Internacional foi aberta ao tráfego. Devido às turbulências políticas, como a saída de Vargas do poder via golpe de Estado, a inauguração oficial só ocorreu dois anos após, em 21 de maio de 1947, em uma pomposa

> cerimônia que contou com a presença dos presidentes Perón e Dutra, além da primeira-dama argentina Eva Perón (MARTINS; SERRES, 2001, p. 55).

Conforme o estudo de Martins e Serres (2001), a obra que deveria aproximar as duas cidades acabou, no entanto, submetida a um rígido controle aduaneiro que gerou alguns transtornos e muitas queixas. Tanto que, em 1948, devido ao crescente tráfego de pessoas e mercadorias e aos freqüentes transtornos que o novo aparelho aduaneiro causava, Brasil e Argentina decidiram pela criação de uma comissão incumbida de estudar o tráfego na ponte.

A construção da ponte viabilizou o comércio entre as duas cidades e, principalmente, entre os dois países. Comércio este que intensificou-se com o passar dos anos. Como conseqüência do aumento de tráfego comercial (que incluiu posteriormente o Chile e o Uruguai), Uruguaiana transformou-se no maior porto seco da América Latina.

Dois projetos da década de 70 poderiam ter resultado em uma canalização maior deste tráfego internacional para o desenvolvimento do município: a construção do distrito rodoviário de Uruguaiana e a criação da AGEUSA (Armazéns Gerais e Entrepostos de Uruguaiana S.A).

- **Distrito rodoviário de Uruguaiana**

O projeto para a construção do Distrito Rodoviário de Uruguaiana foi elaborado pela empresa PLANISUL S.A. - Planejamento e Projetos, vencedora da carta-convite para concurso privado de 16/08/71, conforme Ata de Julgamento dos Trabalhos, de 29/12/71, e financiado com recursos do FINEP, através do BRDES (Processo RS-DEOE 004/72).

O distrito rodoviário foi idealizado para agrupar, em um único local, as empresas e toda a infra-estrutura necessária para o transporte internacional de cargas, evitando a destruição do sistema viário urbano e racionalizando o fluxo de transporte. Consistia, pois, numa solução urbanística para o município e, ao mesmo tempo, numa reengenharia do "Porto Seco" de Uruguaiana que, à época, já movimentava 200.000 t/ano de carga.

O projeto previa a construção da infra-estrutura, a seguir descrita, numa área

de 40 hectares, localizada a 3 km do centro da cidade, ao sul do Bairro Santo Inácio:

- sistema viário interno, interligado com a BR-290;
- setor de empresas transportadoras, distribuído em cinco grandes quarteirões;
- setor de estacionamento, abastecimento e reparações dos caminhões;
- setor para repouso, alimentação, recreação e atendimento dos motoristas e funcionários;
- setor administrativo para orientação, proteção e efetivação normativa do funcionamento do complexo;
- setor rodoferroviário, para transbordo vagão-caminhão;
- serviços de abastecimento de água, esgoto, transmissão e iluminação elétrica e telefonia.

O complexo foi planejado para funcionamento harmônico e elevado grau de produtividade, considerando os aspectos humanos, estéticos e paisagísticos.

A concentração da infra-estrutura no mesmo local possibilitaria agilidade e economia de tempo, tornando o transporte mais eficiente. Os veículos que realizavam o tráfego de mercadorias poderiam receber os reparos mecânicos necessários, ser inspecionados e vistoriados. Da mesma forma, poder-se-ia realizar o transbordo e a liberação de documentação alfandegária. Enfim, todos os procedimentos necessários à agilização do transporte.

A construção da obra iniciou em 1974, tendo sido construída toda infra-estrutura básica: instalação de dutos para esgoto, sanitários, caixa d'água, cascalhamento e aplainamento das vias. Contudo, a obra foi interrompida em 1975 e todo o investimento inicial foi perdido. Hoje a área foi invadida, mas ainda podem ser vistos no local as construções de alvernaria que deveriam servir de sanitários.

- **Criação da AGEUSA**

Paralelamente à construção do Distrito Rodoviário, foi planejada para Uruguaiana uma empresa estatal que pudesse canalizar para a cidade parte do desenvolvimento que "passava" pelo município, através da entrepostagem de mercadorias, para que Uruguaiana não fosse apenas um corredor de passagem.

O Projeto de Lei 14/75, do Executivo Municipal, que solicitava autorização para a criação da empresa, enviado ao presidente da Câmara Municipal, previa que a mesma seria de economia mista (S.A.) e que criaria, implantaria e administraria o "Recinto Alfandegário", situado dentro do Distrito Rodoviário de Uruguaiana, constituído de um entreposto aduaneiro, armazéns gerais, pátios alfandegados e estacionamento para veículos de carga.

A empresa recebeu o nome de AGEUSA (Armazéns Gerais e Entrepostos de Uruguaiana S.A). Era uma empresa de capital misto com participação do Governo Municipal, do Governo Estadual, através da CAGERGS (Companhia de Armazéns Gerais e Entrepostos do Rio Grande do Sul), do Governo Federal, através da COBEC (Companhia Brasileira e Entrepostos Comerciais), da AGESBC (Armazéns Gerais e Entrepostos de São Bernardo do Campo) e da empresa Roberto Nascimento S.A., de São Paulo. Estas últimas, ofereceriam o "*know how*" necessário para a montagem e funcionamento.

A criação da empresa tinha por objetivos: solucionar o problema do porto seco de Uruguaiana, com a instalação do entreposto aduaneiro, armazéns e pátios algandegados; maximizar o uso do distrito rodoviário; incentivar empresas importadoras e exportadoras a estabelecerem suas filiais no município, gerando empregos e ICM (hoje ICMS); nacionalizar o ICM das mercadorias importadas do Uruguai, da Argentina e do Chile, aumentando o retorno de arrecadação para o município.

A empresa, no entanto, assim como o Distrito Rodoviário, não foi levada adiante e, em 1976, foi arrendada para a COBEC, sendo extinta em 1987.

- **Avenida Beira-Rio**

Outro projeto arquitetônico importante, da mesma época, que também

poderia resultar numa reengenharia da área urbana da cidade e sua exploração turística foi o da construção da Avenida Beira-Rio.

O projeto visava recuperar a área ribeirinha, através do remanejamento das áreas habitacionais, suprindo-as com equipamentos até então inexistentes ou insuficientes, o que ensejaria uma valorização global em termos urbanos e mudaria a fisionomia por meio de pólos de atração: diversificação de opções de vida urbana; utilização, por distribuição racional, de áreas para uso público e coletivo, melhor aproveitando as áreas dos quarteirões.

A proposta não era uma simples expansão da área urbanizada, mas uma ocupação racional do solo, que liberaria extensas áreas para o uso público. O Projeto da Avenida Beira-Rio previa que ela teria dupla função: proteger a área urbana contra cheias e induzir a cidade a uma maior vinculação com o rio.

É de se reconhecer que, nesses tempos,Uruguaiana estava voltada para outras áreas, como a Praça Barão do Rio Branco, por ser central, e à zona leste, por ser a área de expansão urbana natural. Dessas tendências resultam o afastamento e a interrupção de ligações com o rio, já que o único elo a vinculá-lo com a cidade é a Ponte Internacional e esta impossibilita, pelas suas finalidades, um perfeito entrosamento.

Através da caracterização da Avenida Beira-Rio, formar-se-ia uma *RAMBLA*, a exemplo das que existem na Argentina e Uruguai, com um sucesso muito grande em termos de urbanização e aproveitamento de caráter turístico e utilitário. Junto à Avenida Beira-Rio, estava prevista a localização de áreas públicas e de uso coletivo, com um parque de 85 hectares, nele sendo inseridos clubes recreativos, centro comercial, restaurantes panorâmicos, quadras de esportes etc.

Concluída a obra, existiria, em decorrência, um anel viário externo à área urbanizada, que serviria de vínculo entre rio Uruguai e a própria área da cidade. A proposta abrangia aproximadamente 25% da área urbana da cidade na época, com recuperação da ponte até a Baixada do Cacaréu, o que possibilitaria prever e prover uma situação de enchentes, para que não tivessem a influência que até, então, tinham sobre Uruguaiana. Em realidade, a obra era, de certa forma, gigantesca, porque propiciaria uma fisionomia totalmente diferente daquela que hoje tem nossa

cidade, tornando-a uma das cidades melhores aparelhadas, urbanamente falando.

Turisticamente, com os equipamentos públicos que se projetaram implantar na área, Uruguaiana cresceria muito, já que pela sua localização é ponto de passagem obrigatório para quem vem do sul do continente. Por outro lado, a área total de abrangência do projeto pode ser dividida em duas: a primeira, a área do projeto propriamente dita, ocupando 290 hectares, e a segunda, aquela em que o projeto influenciaria, com uma dimensão de aproximadamente 195 hectares beneficiados pela obra. Seria oportuno a criação de uma Zona Industrial, utilizando a Avenida Beira-Rio como ponto de referência, localizando-a a noroeste da Ponte Internacional, logo após o término da Avenida em pauta.

Em 1976, a população existente na área, era de 5.780 pessoas, somando àquelas que adviriam da implantação do projeto, aproximadamente 14.685, teríamos uma população de 20.465 pessoas, correspondendo a 4.308 economias. Seriam destinados à área residencial 223,8 ha ou 44% da área total do projeto, sendo de 125 hectares a área destinada a espaços verdes no projeto, que ficariam assim divididos: praças internas 5,1 ha; parque 95,3 ha; museu, esportes e outros com 19,3 ha, totalizando 125 hectares.

O projeto previa um lago de grande extensão formado pelos três braços do Arroio Cacaréu, com utilização ampla para esportes e lazer. As margens do lago seriam loteadas para residências de elevado padrão arquitetônico.

Assim como o projeto do Distrito Rodoviário e da AGEUSA, o projeto da Avenida Beira-Rio foi abandonado.

4.2.3.5 Década de 50: a produção de arroz

A orizicultura é um dos produtos básicos da economia do Rio Grande do Sul. Seu cultivo teve origem nas Colônias, com o “arroz do seco ou de sequeiro“, para atender às necessidades de consumo.

Em Uruguaiana, conforme Soares (1943, p.185), as principais empresas que cultivavam arroz antes da instalação do IRGA eram as seguintes: Empresa Arrozeira Ltda., cuja área cultivada era de 240 quadras; Lino Barzone & Cia., 90 quadras;

João Rossi, 140 quadras; Peró, Kramer & Cia Ltda., 200 quadras; Deocleciano Fagundes, 160 quadras e Flores & Martini, 40 quadras.

Em 7 de agosto de 1943, o IRGA comprou a primeira fração de campo em Uruguaiana, para a instalação de uma colônia de produtores de arroz. Conforme pesquisa de Garcia (2001), o propósito do IRGA, ao criar as Colônias Rizícolas, era difundir o plantio do arroz, utilizando áreas situadas acima das várzeas, pois as dificuldades climáticas naturais (enchentes) sempre colocavam em risco o trabalho dos produtores com perdas de grandes extensões plantadas nas várzeas. Objetivava, ainda, testar novas variedades, com ciclos mais curtos, produzindo mais no menor tempo de manejo (plantação, irrigação e colheita), substituindo as importações, e assentar o homem no campo, evitando, assim, o êxodo rural. Estes objetivos começaram a ser alcançados a partir do início da construção da Barragem do Sanchuri, em 1946.

Dados do IBGE (1950, p. 20) revelam que, de 1944 a 1948, o município cultivava, em média, mais de 3,5 mil hectares, com uma produção entre 150 e 200 mil sc de 60 kg.

Assim, pode-se dizer que a consolidação da lavoura orizícola, a partir da década de 50, constitui-se numa das mais importantes inovações na estrutura econômica do município, no século passado. Junto com a pecuária de corte, a lavoura orizícola hoje responde por um terço da produção econômica da cidade, tendo apresentado os seguintes índices nos últimos anos:

TABELA 1 - CULTIVO DE ARROZ NO MUNICÍPIO

Ano	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)	Produção (R$ mil)
1996	70.000	70.000	5.400	378.000	83.791
1997	40.000	40.000	6.300	252.000	64.832
1998	57.500	59.200	5.400	310.500	103.154
1999	72.100	72.100	6.740	485.954	140.217
2000	53.627	58.290	5.700	305.674	71.729

Fonte: FEE, Anuário RS, 2001.

Recentemente, no final da década de 90, a instalação no município da Usina Termelétrica da AES e a implantação do Gasoduto Argentina-Brasil foram importantes empreendimentos, que proporcionam duas fontes baratas e não

poluidoras de energia: gás natural e energia elétrica. Contudo, devido, principalmente, à crise econômica vivida pela Argentina, que fez diminuir as relações comerciais do MERCOSUL, tais empreendimentos ainda não provocaram os resultados esperados de implementação do parque industrial.

O modelo de ocupação econômica do município foi, portanto, o de grandes propriedades e pouca concentração demográfica. Com isso, predominou a organização produtiva, com vocação para a criação extensiva de gado e de ovinos de corte, e, mais recentemente, a monocultura de arroz irrigado.

A industrialização do município, mesmo para beneficiamento dos produtos primários aqui produzidos, o que possibilitaria uma agregação de valor aos mesmos, não teve muito sucesso. Várias empresas que realizavam tal empreendimento quebraram ou mudaram seu parque industrial para outras regiões. Do mesmo modo, as cooperativas dos produtores de arroz, de carne e de lãs sucumbiram, em decorrência, possivelmente, de problemas de gestão administrativa e dos sucessivos planos econômicos das décadas de 80 e 90.

4.2.4 Aspectos sócio-econômico-culturais

O modelo de ocupação econômica baseado na grande propriedade para criação extensiva de bovinos de corte predominou, na região, até meados da segunda metade do século XX, sendo que, somente a partir da década de 70, a monocultura de arroz irrigado teve um grande impulso. Esse modelo trouxe conseqüências para o imaginário social da região.

Muito se tem falado da pobreza da Metade Sul do Estado. No pensamento popular, muitas vezes, tal pobreza é explicada pela diferença de mentalidade entre os habitantes da Campanha e os imigrantes da Metade Norte. A matriz antropológica local, no entanto, formada pela penetração do bandeirante, do português e do espanhol, que faz o município apresentar fortes traços culturais, em que o linguajar do povo está crivado por vocábulos “castelhanos”, por si só não explica as diferenças de desenvolvimento entre essas regiões.

Estudo da Secretaria da Coordenação e do Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul (2002) aponta como grandes entraves para o desenvolvimento da

região (Fronteira-Oeste) dois problemas culturais (conjunturais): ausência de uma consciência comunitária e ausência de uma cultura voltada para o empreendedorismo.

Weber explica que a mentalidade das pessoas constitui-se num dos elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico. Em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, o autor indica dados estatísticos que justificam a importância da ética protestante na formação do “espírito” capitalista e, ao mesmo tempo, explica por que o capitalismo fracassou na Índia: a cultura do povo indiano, baseada na sociedade de castas, não estava preparada para uma sociedade de mobilidade social e de competição.

A literatura antropológica, por sua vez, indica que a “mentalidade” das etnias (e pessoas) está relacionada à estrutura social. Num ambiente onde há mobilidade social, as pessoas são mais competitivas e empreendedoras; numa sociedade imobilista, as pessoas são mais “acomodadas” (WERNER, 1987).

Parece-nos ser esta a chave para entender a relação entre os dois elementos (conjunturais) indicados como impeditivos do desenvolvimento da região e os dois elementos estruturais, também indicados. Conforme o referido estudo, os fatores estruturais relevantes são a concentração da propriedade e, como conseqüência, a concentração de renda, pois estes fatores limitam o mercado interno e inibem novos investimentos. Parece-nos, no entanto, que a questão mais relevante está na conseqüência deste modelo econômico no imaginário.

A estrutura econômica dividia a sociedade, por mais de século, em duas “classes”: os donos da terra e os peões, e não possibilitava a mobilidade social. Não era possível ascender e não havia “descida”: a condição social era “dada” pelo nascimento. Portanto, não adiantava “ser melhor”, pois a situação social não mudaria, ela estava solidificada para os dois grupos.

Estes elementos explicam, por um lado, a ausência do empreendedorismo, pois não era preciso ou não adiantava nada “ser melhor” e buscar outras alternativas e, por outro, a ausência do espírito comunitário, pois cada unidade econômica (sesmaria) era auto-suficiente, não necessitando da cooperação dos demais. Explicam, também, a crise econômica enfrentada pelo setor primário da região, com

a implementação, a partir de meados da década de 80, de um modelo agrícola muito mais orientado pelas leis de mercado (“mais capitalista”), que exige a formação de parcerias, de cadeias produtivas, de aumento de competitividade e de produtividade.

Assim, o ambiente cultural que se formou em torno das ricas sesmarias de outrora pode ser apontado como um fator extremamente determinante para o atraso econômico atual.

4.2.5 Considerações finais

O município de Uruguaiana tem, como se viu, uma história econômica definida a partir de grandes propriedades rurais, destinadas à criação extensiva de grandes e médios animais de corte (bovinos e ovinos). Recentemente, a modernização econômica do setor primário foi estabelecida a partir da monocultura do arroz irrigado.

A estrutura econômica baseada na produção extensiva em grandes propriedades, além das dificuldades propriamente econômicas, acima indicadas, gera, também, problemas conjunturais, relacionados, principalmente, a uma mentalidade cultural imobilista e individualista, que se manifesta na ausência de uma consciência comunitária e na ausência de uma cultura voltada para o empreendedorismo. Estas questões relacionadas à mentalidade dificultam mais ainda a reversão do já caótico quadro econômico.

A grande dificuldade econômica somada aos problemas de baixos índices de escolaridade dificultam, em muito, qualquer programa de desenvolvimento econômico.

Os dados indicados no presente relatório revelaram alguns aspectos interessantes sobre a cidade:

O incipiente processo de industrialização sucumbiu frente à falta de tecnologia e de mão-de-obra especializada, frente à distância do município dos centros produtores ou importadores e precariedade do transporte, e, ainda, frente à irregularidade no fornecimento de energia elétrica. Esses fatores, somados, sobrecarregavam o preço final do produto, diminuíam a margem de lucro e, conseqüentemente, tornavam inviável a concorrência.

Pode-se, portanto, dizer que os fatores decisivos para o não desenvolvimento industrial foram estruturais: a falta de tecnologia para a produção (maquinaria), a distância do município dos grandes centros e a precaridade dos meios de transporte e a falta de energia elétrica; e conjuntural: a qualificação da mão-de-obra.

Outro exemplo em que fica clara a dificuldade do município em inserir-se na economia de grande escala é o da vitivinicultura, na qual a especialização da produção impunha/necessitava de investimentos e incentivos fiscais para acompanhar o crescimento da procura. A incapacidade de se especializar, de instalar cooperativas e empresas de industrialização para redefinir a produção local, levou a um aniquilamento do processo de produção artesanal. A continuidade do desenvolvimento da viticultura em Uruguaiana dependia de modificações na infra-estrutura de produção que garantisse maior produtividade e comercialização do produto, o que não ocorreu.

A construção da Ponte Internacional, teoricamente, traria duas grandes vantagens econômicas: facilitaria o comércio e o transporte de passageiros e auxiliaria na fiscalização, detendo o contrabando.

A construção da ponte, sem dúvida, intensificou o comércio entre as duas cidades e, principalmente, entre os dois países. No entanto, dois projetos da década de 70 poderiam ter resultado em uma canalização maior deste tráfego internacional para o desenvolvimento do município: a construção do Distrito Rodoviário de Uruguaiana e a criação da AGEUSA (Agência de Entreposto Comercial de Uruguaiana SA).

Estes projetos, no entanto, não foram implementados e o município perdeu uma grande oportunidade de alavancar o seu desenvolvimento a partir do comércio internacional de cargas.

Como aspecto positivo do desenvolvimento econômico local está a implementação da orizicultura, que se constituiu, a partir da década de 50, na mais importante inovação na estrutura econômica do município. Junto com a pecuária de corte, a lavoura orizícola hoje responde por um terço da produção econômica da cidade.

A região, no entanto, tem um grande potencial para o desenvolvimento da vitivinicultura, o que depende da organização de cooperativas para o fortalecimento da produção, pois as condições do solo (em algumas áreas do município) e do clima são bastante favoráveis para a produção de uva.

Conforme relatório da Secretaria de Agricultura, a qualidade dos solos e as grandes extensões de terra disponíveis possibilitam uma produção agrícola com capacidade de alavancar o desenvolvimento regional. Para isto, no entanto, deve-se buscar a diversificação da estrutura produtiva, através de projetos, como por exemplo, na área da fruticultura, uma vez que as condições climáticas são extremamente propícias. Outros caminhos na direção da diversificação são a piscicultura em açudes, a avicultura, o florestamento etc.

Por outro lado, pode-se pensar no incremento da atividade pastoril, através da disseminação de padrões de produção com qualidade e produtividade: melhoria do rebanho bovino e ampliação e aprimoramento da pecuária leiteira. Por que não pensar, por exemplo, na criação de um selo de qualidade da carne aqui produzida?

Dessa maneira, torna-se urgente pensar em um novo modelo educacional para o município, voltado para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da mentalidade empreendedora, visando superar o círculo imobilista que se instaurou com o modelo de ocupação econômica da região.

4.3 DOCUMENTOS, SÍMBOLOS E DISTINÇÕES HONORÍFICAS

Esta seção tem o propósito de divulgar alguns documentos relevantes na história do município de Uruguaiana, através de sua simples transcrição, obtidos junto à bibliografia citada. Tais documentos referem-se à fundação de Uruguaiana, à instituição de seus símbolos (o Brasão, o Hino e a Bandeira) e à criação das distinções honoríficas com que são homenageadas “pessoas ilustres e personalidades em reconhecimento por seus serviços prestados à comunidade”. Ressalta-se que os documentos foram transcritos mantendo-se a fidelidade ao original.

4.3.1 Primeiras sesmarias de Uruguaiana: 1814 a 1824

A primeira sesmaria concedida na região onde hoje está o município, segundo o IBGE (1950), “situada entre o Ibicuí e o Ibirocaí, coube a Antônio Silveira de Souza, tendo-lhe sido atribuída a posse por Dom Diogo de Souza, [...] em 1814”.

> Seguiram-se as concedidas pelo Marquês de Alegrete a Manoel Pereira Viana, Gaspar Rodrigues, José da Rosa Lemes, Inácio Rodrigues Lopes da Cruz, Francisco Dias de Menezes, Rogério Lopes Lencina, Jacinto José Goulart, nas coxilhas de Japejú e Touro-Passo, Antônio Francisco Viana em Ibirocaí, Joaquim de Souza Nunes Senior entre o Ibirocaí e o Ibirapuitã-Mirim, Tristão Ribeiro de Faria, Tenente Coronel Tomaz Ferreira Vale à margem esquerda do Ibicuí, Tristão José Ribeiro a sesmaria chamada a “Casa Branca”, Francisco Chavier Domingues, à margem do Ibicuí, Manoel Inácio Flores, a sesmaria do Ipané (hoje Ipané), Joaquim Antônio de Alencastro, Francisco Luiz de Magalhães, Antônio Alves Gavião, José da Câmara e Canto em Guapitanguí, José Rufino dos Santos Menezes no Rincão de Santana, à viúva Maria Gomes Jardim, idem, Leonardo D’Ávila Rodrigues em Touro-Passo, Inácio Alves de Castro, idem, todas em 1815; Matias José de Vargas, em Touro-Passo, Serafim José Goulart, a sesmaria do Vevé, Francisco da Costa Leiria, Sebastião de Bulhões Leite, Francisco Xavier de Vieira, em Itapororó, Claudio de Almeida Lara e Joaquim Mascarenhas Corrêa e Silva, em 1816. Foram posteriormente, concedidas a diversos três sesmarias compradas pelo opulento fazendeiro Antônio José de Oliveira, em Três Capões, Inhanduí, Ibirapuitã, Itapororó, quatro outras compradas por Manoel Joaquim do Couto (COUTO RICO), entre o Itapitocí e o Imbaá, e uma concedida a Luiz de Souza Nunes. Foram concedidas pela Presidência da Província uma sesmaria ao Coronel Gabriel Gomes Lisboa, em 1823 e Joaquim Francisco de Moura em 1824 e ainda sobrou terreno para Félix de Barros Leite firmar posse posteriormente sujeita a legitimação, em 3 e ½ léguas de campos à margem do Inhanduí.

4.3.2 Capela curada: 1843

A seguir, estão transcritos, de acordo com Pimentel (1942), numerados de 1 a 21, os documentos organizados, em 1901, pela então Intendência Municipal de Uruguaiana, relativos às tratativas para a localização e a criação da Capela Curada do Uruguai, durante o Governo Farroupilha, entre 1840 e 1843.

> Nº 01 – Illmo. e Exmo. Snr. – Tendo investigado a margem do Uruguay, achei ser lugar apropriado para formar-se a Capella; e cituar-se a collectoria que V. Exa. aspira, a collina que forma centro ao arroio Imbaá e Salçal, a qual hé ellevada até a distancia de huma quadra ao leito do referido Uruguay, com seguro ancoradouro. Hé quanto me cumpre manifestar em rreferencia aos anteriores officios de V. Exa.
> Deus Guarde a V. Exa.
> Alegrete, 30 de janeiro de 1840
> Ao cidadão Domingos José de Almeida.
> Joaquim dos Santos Prado Lima
>
> Nº 02 – Illmo. e Exmo. Snr. – Com quanto manifestasse a V. Exa. em 30 de janeiro do corrente anno, o logar que mais aproposito e proximo suppunha

para a formação da Capella, toda via por informação que tive do Exmo. General Bento Manuel Ribeiro dum lugar mais apto, alli foi onde em comparei e acho ser de mais utilidade no Rincão de Santa Anna da collina proxima a foz do Itapitucay. A achar V. Exa. mais conveniente o estabelecimento da referia Capella dezignar-se à ordenar seo começo afim de demarcar-se, visto que alguns indeviduos se propoem a estabelecer-se no logar que se destina.
Deus Guarde a V. Exa.
Alegrete, 13 de abril de 1840.
Ao cidadão Domingos José de Almeida.
Joaquim dos Santos Prado Lima

Nº 03 – Exmo. Amigo e Snr. Almeida.
Alegrete, 14 de abril de 1840.
Em cumprimento ao que enunciei a V. Exa. na Cruz Alta passei a examinar o logar que mais aproposito oferecesse commodo para a formação da Capella, como se exigia. Escolhi o logar no Rincão de Santa Anna, proximo a barra de Itapitucay, tendo minha escolha geral approvação dos visinhos, a excepção do dono do campo, a quem por seu interesse não convem. As vantagens que offerece aquelle logar são immensas sendo hua dellas o bom fundiadouro de mais de legoa no ditto arroio Itapitucay. Fica mui perto do passo de váo de Santa Anna, donde hé penoso virem satisfazer na Collectoria os direitos quem os tenhão de pagar, bem como os andantes apresentarem seus passaportes. O chefe de Policia Prado nesta ocasião escreve a V. Exa. atal respeito e quando mereça sua approvação digne-se ordenar seu comesso.
Sou como sabe de V. Exa.
Amigo e obrigado.
Bento Manoel

Nº 04 – Ilmo. e Exmo. Snr. – Logo que as operações do Exercito permittão ao Governo voltar suas attenções para as mais partes da Administração do Estado, rapidas e proficuas providencias tomara para a creação de hua povoação no lugar por V. Exa. escolhido sobre o Uruguay, e na Barra do Itapitucay; o que me cumpre communicar a V. Exa. em resposta ao seu officio de 14 do passado.
Deus guarde V. Exa.
Secretaria da Fazenda em Caçapava, 23 de maio de 1840.
Domingos José de Almeida
Illmo. e Exmo. Snr. General Bento Manoel Ribeiro.

Nº 05 – Illmo Snr. – A maioria dos habitantes deste ponto continuamente me apurão a hir-mos para o logar já destinado para Capella em razão da crescente ter inundado metade das propriedades; e como está V. S. incumbido para tal deliberará sobre este objecto, na intelligencia de que providenciará o mais breve possivel, a bem de não retirarem-se alguns dos mesmos representantes a Itaquy ou S. Borja como a mim fizerão ver; se bem que tenha ordem não subir nada durante a estada dos legaes, porem acontece que presentemente não posso obstar por não ter força armada; e por este sentido convem a bem de não ser projudicial ao nosso Estado, com os direitos para aquelle.
Deus Guarde V. S.
Santa Anna, 18 de outubro de 1840.
Illmo. Snr. Theodolino Fagundes – Juiz de Paz.
José Pinto Cezimbra – Inspector

Nº 06 – Illmo e Exmo. Snr. – Levo ao conhecimento de V.Exa. o officio junto (doc.n° 5) do Inspector de Quarteirão e Collector deste 2º Destrito do Passo de Santa Anna do Uruguay, assim levo a presença de V.Exa. o quanto se torna prejudicial não só ao interesse do Estado como ao commercio

estacionado em ditto Passo como agora acontece, que a inundação levou parte dos effeitos commerciais importados e exportaveis , como por perigo de vida como agora aconteceu, que se avança mais a crescente decerto morriam não só homens como familias que alli se achão refugiadas dos grupos que costumão apparecer, e como já há neste Destrito logar destinado para a formação da capella que hé entre o Arroio Sujo e Imbaá, logar onde já foi elleito pelos moradores deste mesmo Destrito para fundação da dita capella, e mesmo por me parecer o ponto mais adequado que há no Destrito que de cujo ponto até Alegrete dista de vinte e oito a trinta legoas. Eu, attendendo a necessidade de fazer mudar os habitantes do Passo, determinei que fossem para o ditto lugar athe que participasse a V.Exa. para dar as ordens que julgar conveniente a tal respeito.
Deus Guarde a V. Exa.
2º Destrito em Capivari, 21 de outubro de 1840.
Ao Illmo. e Exmo. Snr. José Mariano de Matos – Prezidente

Nº 07 – Illmo. Snr. – Sendo presente a S. Exa. o Snr. Vice- Prezidente da República o officio de 21 do passado e aquelle que a dezoito do mesmo o Inspector do Destrito de Santa Anna do Uruguay, no qual narrando o prejuizo proximamente soffrido naquella povoação por causa da grande enchente do Uruguay, insta para que a mesma se transfira para o logar a muito designado como livre dos insultos daquelle Rio; e com proporções de ancouradouro seguro e de materiaes para estabelecimento de todas as classes, de ordem do mesmo Exmo.Snr. tenho a dizer-lhe em resposta, que anuindo elle na transferencia referida cumpre que V.S. proceda:
1º, ao ajuste de meia legoa de campo para a nova Povoação que se intenta estabelecer e seu logradouro; 2º, que sendo exorbitante o preço pedido pelo proprietario da meia legoa de campo, V.S. de accordo com elle e dos homens mais probos do Destrito nomeará três para em sua consciencia arbitrarem o valor do ditto campo e mandando lavrar termo de louvação e todas as mais occurrencias que houverem, o enviará a esta Repartição; 3º, concluindo o ajuste quer amigavel quer arbitral, mandará V.S. levantar a planta da povoação no lugar para ella mais apto, e estaqueará as ruas e travessas que não deverão ser de menos de oitenta palmos e as quadras de quarenta braças, feito o que, rezervadas as praças precisas, passará então a destribui-las para quem pretende-las edificar sob a condição de serem as propriedades de dezenove palmos de pé direito de terem os terrenos vinte braças de fundo e de pagarem ao Estado o foro que a Assembléia Nacional arbitrar.
Deus Guarde a V.S.
Secretaria do Interior em Vaccacuá, 10 de Novembro de 1840.
Domingos José de Almeida
Illmo. Snr. Theodolino Francisco de Oliveira Fagundes - Juiz de Paz do 2º Destrito de Alegrete.

Nº 08 – Illmo Srn. – Constando que o terreno entre Barra do Ibicuhy e Uruguay offerece proporções muito mais vantajosas para o estabelecimento da Povoação que o Governo mandou delinear por Aviso de 10 de Novembro do anno passado a esse juizo expedido manda S. Exa. o Snr. Prezidente que em quanto lhe não chega o resultado do exame que vai mandar proceder sobre um e outro local, suste V.S. a execução do Aviso que citei; o que cumprirá.
Secretaria do Interior em Bagé . 15 de Julho de 1841.
Domingos José de Almeida
Ao cidadão Juiz de Paz de 2º Destrito de Alegrete.

Nº 09 – Illmo e Exmo. Snr. – Inteirado de quanto V.Exa. me diz em seu officio de 14 do corrente respondo. Exigindo o Juiz de Paz do 2º destrito de Alegrete a transferencia da Povoação de Santa Anna do Uruguay, em consequencia da extraordinária cheia que alli houvera em Outubro do anno

ultimo, promptamente tomei a providencia que V, Exa. verá do Avizo expedido a 10 de Novembro seguinte, em copia authentica sob nº 1; mas sendo informado em São Gabriel que o logar mais apto e vantajoso para o estabelecimento da nova povoação era o da esquerda o Ibicuhy em sua Barra no Uruguay, expedi com urgencia ordem para sustar a transferencia da Povoação referida, athe que examinados hum e outro local podesse decidir com proveito a precipitada transferencia (Avizo de 15 de Julho proximo passado por copia authentica sob nº 8). A vista pois do exposto e da instancia do Juiz de Paz Fagundes no officio a V. Exa. inderessado a 5 do corrente que devolvo , determina que V. Exa., por pessoa aptas, desenteressadas sobre o assumpto, e integras mande examinar bem hum e outro local, e que com promptidão informe qual o preferível ao commercio, com mor abundancia de madeiras e materiais para a Povoação projectada, para a vista della deliberar o que convier a nação, e na ditta commissão pode ser empregado o Cidadão Capitão Antonio Leite de Oliveira. Não só a Joaquim da Rosa encommendei lombilhos e fixei o negocio por V. Exa. principiado, como ainda os pedi, e solla, vaquetas, e cavallinhos a Jeronymo Teixeira d'Almeida, Pedro Rodrigues de Quevedo, e José Manoel da Silva; e logo que venhão chegando taes artigos os hirei entregando ao Tenente Coronel Marcos d'Oliveira Soares, como me indica.
Deus Guarde a V.Exa.
Secretaria do Interior e Fazenda em Bagé, 27 de Agosto de 1841.
Illmo e Exmo. Snr. General David Canabarro.
José Domingos de Almeida

Nº 10 – Ilmo. Exmo. Snr. – Junto achará V.Exa. o parecer da Commissão, a que prezedi pelo officio de V.Exa. de 13 do corrente, relativo ao local mais conveniente para a fundação da nova Capella que se intenta crear, depois do exame dos dois pontos indicados no officio do Exmo. Ministro do Interior e Fazenda dactado de 27 de Agosto, que manda crear a referida commissão. O cidadão Luiz Pereira de Souza não podendo assistir ao exame d'aquelles dous locaes, e nem podendo ser substituido por ser da nomeação de V. Exa. resolveo a commissão proseguir na sua tarefa apezar d'aquella falta.
Deua Guarde V.Exa. muitos annos.
Campo em Santa Anna do Uruguay, 28 de Outubro de 1841.
Ao Cidadão General David Canabarro.
Manoel Ribeiro de Moraes

Em observancia ao officio e ordens do Exmo. Snr. General David Canabarro, commandante do 2º corpo do Exercito e Fronteiras de Missões e Alegrete, que foi-me transmittido com dacta de 13 de outubro do corrente, acompanhado do officio do Exmo. Srn. Ministro do Interior e Fazenda, dactado de 27 de Agosto do corrente, officio do Juiz de Paz do 2º Destrito de 5 de Agosto ditto junto com os avizos nº 1 e 2 dactados de 10 de Novembro do anno proximo passado, e 15 de Julho do corrente; cujos anexo a este, passamos a dar inteira execução. Depois de reunidos os cidadãos Luiz Ignacio Jacques, o capitão Manoel Joaquim Boeno, Manoel Alvares dos Santos, João Gomes, José Ruffino dos Santos, Leonardo D'Avila, Francisco José Dias, José Pinto Cezimbra; sendo estes cinco últimos da nomeação do Juiz de Paz do Destrito e os tres primeiros mandados de ordem do Exmo. Srn. General vindos da Villa do Alegrete, faltando o Tenente Luiz Pereira de Souza, com motivo justificado em casa do cidadão Janoario Ferreira da Fonseca, ponto da reunião dos individuos acima mencionados, que compõem a presente commissão, foi lido todos os officios e ordens pozetivas e reconhecido como Prezidente da mesma Cidadão Tenente Coronel o Snr. Manoel Ribeiro de Moraes, Chefe de Policia do Municipio de Alegrete.
Que a vista das instruções a bem de que definitivamente a mesma commissão deveria decidir sobre os locaes dos dous pontos indicados o

melhor e mais preferivel ao commercio. Passamos todos reunidos ao ponto da esquerda do Ibicuhy em sua barra no Uruguay acompanhados do cidadão Cerino de Carvalho como parte interessada junto com o cidadão Manoel Joaquim do Couto, com os quaes juntos todos corremos toda a extensão de hum e outro Rio, explorando o terreno as mais escrupulosas averiguações necessárias a dezempenho dos diversos da commissão e mesmo por parte de cada um dos individuos que a compoem, retirou se esta e passemos ao campo do ditto Couto, lugar a muito dezignado (formaes palavras do Avizo nº 11) e alli parando a commissão novamente explorando o terreno indicado e seos contornos na maior extensão possivel com todas as averiguações necessárias. Declararam unanimemente (sobre a falta do Prezidente sobre suas opiniões e vottos) que este terreno é o preferivel pelo melhor local e ponto de commercio; o que visto e decezivamente reconhecido pela commissão que não deixa a menor dúvida sobre as ordens e recomendações do mesmo Exmo. Snr. Ordenou o Prezidente nomeando a Manoel Alves dos Santos que servindo de Escrivão, passasse a escrever esta Acta em prezença da commissão que depois de lida e bem intelligenciada de seo contexto axando conformes suas declarações. Assignarão commigo Manoel Alvares dos Santos que escreve:
Manoel Ribeiro Moraes
Tenente- Coronel Prezidente da commissão
Luiz Ignacio Jacques
Manoel Joaquim Boeno
Manoel Alves dos Santos
João Gomes Jardim
José Ruffino dos Santos de Menezes
Leonardo D'Avila
Francisco José Dias
José Pinto Cezimbra

Nº 11 – Ilmo. Snr. Tenente Coronel Commandante.
Diz Manoel Joaquim do Couto que tendo requerido o suppte, a V. S. depois do exame da commissão que foi nomeada para expecção dos dois locaes indicados pelo Governo para o estabelecimento da nova Capella que se pretende criar, V. S. passasse a examinar hum outro local que offerece igualmente excellentes commodidades e meios para aquelle effeito, cito sobre a margem esquerda do Itapitocay onde este conflue no Uruguay o que hera conforme as Instruções e ordens que V.S. teve a tal respeito nas quaes autorizava ao suppte para requerer naquelle acto quanto fosse a bem de seu direito, precisava agora o suppte para prosseguir no mesmo que V. S. se sirva attestar lhe as Propriedades que tem o ditto Terreno, sua elevação nos Portos e Ancouradoros, Pedreiras com as propriedades que nele se encontrão, e pelo que pede a V.S. se sirva defferir ao suppte. Com justiça que costuma. E.R. Mce.
O cidadão Manoel Ribeiro de Moraes, Tenente Coronel Chefe Geral de Policia do Municipio de Alegrete e Commandante das Forças que guarnecem o Ponto de Santa Anna sobre o Uruguay.
Attesto que passando por requisição do suppte. A examinar o rincão de S Joaquim, situado na margem esquerda do Arroio Itapitocay a onde este faz a sua confluencia no Uruguay (lugar em que já por vezes tinha collocado o meu acampamento) encontrei sobre o angulo que faz a confluencia dos dois citados rios, hua elevada Coxilha, que em sua maior exrenção sempre fica izempta das inundações do Uruguay, e aonde apenas ghegão as maiores crescentes pelos seos dois flancos, direito e esquerdo, ficando livre hum extenso e elevado plano que se prolonga e segue até a coxilha geral para hua parte, e pela outra se avança e termina perpendicularmente sobre o Uruguay; este plano goza de hua boa vista, que domina o curso daquelle rio, quer para onde correm as sua agoas, quer para a parte de sua nascente, por um longo expaço. O ponto da junção daquelles dois rios, offerece um seguro e amplo ancoradouro nas aguas de Itapitocay e alem

deste para o lado esquerdo, olhando-se para o Uruguay, há outro regular ancoradouro na barra do ArroiomBonito em distancia de maia legoa, tendo ao mesmo tempo duas boas praias de terreno sollido para desembarque. Quanto as pedreiras, pela flarda da Coxilha tem abundancia dellas, mas não posso certificar se a pedra é de qualidade própria para construcção de edeficios. Madeiras não abundão,, como sucede em quasi toda a costa do Uruguay, tendo para construção as que se achão na ilha, denominada Ilha Grande, e noutra mais pequena donde podem descer aguas abaixo. Nas quebradas, que se prolongão pela flarda esquerda da Coxilha, tem alguns mananciaes permanentes. Hé o quanto tenho que informar a respeito.
Campo em o Passo de Santa Anna, 25 de Outubro de l841.
Manoel Ribeiro de Moraes

Nº 12 – Illmo. e Exmo. Snr. – Passo a dar conta dos Avizos que por V. Excia. Me tem sido dirigidos, com officio de 23 de Outubro e parecer junto, do mesmo, fica satisfeito o de V. Exa. de 27 de Agosto proximo passado, em que mandou examinar o lugar mais apropriado para se estabelecer a povoação na margem do Uruguay. Satisfiz o de 25 de 7bro ultimpo remettendo pelo Tenente Antonio Pedro Ruivo os Olios Sagrados vindos de Montevidéo a pedido de V. Exa. Havendo feito as indagações a meu alcance para puder dar cumprimento ao Avizo de 26 de Agosto ultimo relativamente ao Tenente Claro Antonio das Chagas, quando ao mando de hua partida passou ao Estado Oriental em 7 de Junho proximo passado, e commeteu o crime de roubo, segundo se diz, em casa de Dionisio Porto, nada se poude obter que podesse provar o roubo, nem ao menos indicios que pudessem dar algua intelligencia. Em consequencia do Avizo de 12 de 8bro ultimo expedi as convenientes ordens para fazer constar que para São Paulo estava fraca a exportação do gado muar, cavallar e vaccum.
Deus Guarde a V.Exa.
Inhanduhy, 8 de Novembro de 1841.
Ao cidadão Domingos José de Almeida.
Ministro do Interior e Fazenda.
David Canabarro

Nº 13 – Illmo. e Exmo. Snr. – Para definitivamente ultimar-se a designação do logar para a Povoação projectada na margem do Uruguay vae o Engenheiro Major José Maria Pereira de Campos, visto que a designação feita pela commissão por V. .Exa. nomeada referindo ao local destinado deixa o Governo em dúvida por serem dous para tal fim indicados, como V. Exa. verá das Instrucções que lhe serão appresentadas pelo ditto Major, S.Exa. o Snr. Prezidente, pensa que a ser desafrontado de enchentes o terreno a esquerda da Barra do Ibicuhy e tendo capacidade para edificação da Povoação e seu logradouro será esse o preferido, por isso recebendo o incremento de tres conductos navegáveis, offerece hua excellente posição militar que para o futuro grande peso poderá fazer na balança politica e commercial com nossos visinhos; consideração que sumette ao juizo de V. Exia. para cooperar com quanto esteja de sua parte, a fim de obter-se, a ser possível, a combinação do interesse geral com o particular dos moradores de Santa Anna; e por isso V. Exa. obrará com discernimento que tanto o caracterisa. Os olios sagrados forão entregues não pelo Tenente Antonio Pedro mas por hum prezo por elle conduzido e depois de sua retirada. Muito estima S.Exa. não ser veridica a accuzação feita ao Tenente Claro Antonio das Chagas; e a cerca do mais que expoem em esse ditto officio fica inteirado.
Deus Guarde a V. Exa.
Secretaria do Interior e Fazenda encarregada do Expediente da Guerra em Bagé, l8 de Novembro de 1841.
Domingos José de Almeida
Illmo. e Exmo. Snr. General Commandante do 2º Corpo de Exercito, David Canabarro.

Nº 14 – Desta para a margem do Uruguay segue em commissão importante o Cidadão Major José Maria Pereira de Campos e em sua companhia o Cidadão Capitão José Pacífico Ribeiro: as authoridades da República a quem esta for apresentada lhes prestarão todos os auxilios de que necessitarem para o bom desempenho da Commissão a que se dirigem, tanto na sua hida como no regresso: o que cumprirão:
Secretaria do Interior e Fazenda encarregada do Expediente da Guerra em Bagé, 18 de Novembro de 1841.
Domingos José de Almeida
Nº 15 – Instrucções – Illmo. Snr. Reclamando os interesses da República, que em hum só ponto do Uruguay se fundão as Colectorias de Santa Anna, Itaqui e São Borja e nelle se lançassem os fundamentos para huma cidade que as riquezas naturaes daquella importante parte do Estado commanda, em 1839 se determinou ao Cidadão Joaquim dos Santos Prado Lima, o exame desse ponto, que pela resposta em copia sob nº 1 (doc. nº 1) foi designado entre o Imbahá e Sobral. Para mais se firmar o Governo acerca da bondade daquelle local ordenou ao General Bento Manoel Ribeiro, que delle informasse o que sentia, e marcando-lhe este a esquerda da barra de Tapitocay, adiasse tal negocio paras tempo oportuno; copia nº 2 (doc. Nº 4). Recebendo depois do Juiz de Paz do Destrito onde se projectava a Povoação de que se trata, o officio em copia sob nº 3 (doc. nº 5), expedio o Avizo em nº 5 (doc. nº 8), que produzindo nova reclamação do Juiz de Paz indicado, motivou esta o Aviso nº 6 (doc. nº 9) , em consequencia do qual veio a presença do Governo o que consta do documento em nº 7 e por elle o de nº 8(docs. Nºs 10 e seguinte). Pela leitura dessas peças
Verá V. Exa. que tendo o Cidadão Prado Lima marcado hum local para a Povoação projectada, e outro distincto General Bento Manoel, e que não designando a commissão quel delles preferio, tendo alem disso contra si o voto do seu Prezidente continua o Governo na incerteza da preferencia que deve dar ao terreno mais apropriado para a Povoação indicada. Desejando pois S. Exa. o Sr. Prezidente acertar um assumpo tão importante, encarrega a V.S. como Engenheiro do exame do local controverso, e de, naquelle apropriado demarcar meia legoa para logradouro publico; levantar a Planta da nova Povoação, abalizar suas ruas e praças pela maneira que recomenda no Avizo em nº 4 (doc.nº 7), e avizar depois ao Juiz de Paz respectivo, para por editaes convidar o publico e moradores de Santa Anna a estabelecerem-se na referida Povoação. Antes porem de dirigir-se ao ponto onde tem de desenvolver aquelles trabalhos se apresentará a S.Exa. o Snr. General Canabarro, lhe confiará estas instrucções, conferenciará com elle acerca do que melhor convier fazer-se, e lhe requisitará os auxilios que para o desempenho de tão util commissão julgar indispensaveis. A precitada Povoação terá o nome de Uruguayana, e V.S. regressará sem perda de momento logo que ultime taes trabalhos.
Deus Guarde a V.S.
Secretaria do Interior em Bagé, l8 de Novembro de 1841.
Domingos José de Almeida
Ao Cidadão Major José Maria Pereira de Campos.

Nº 16 – Illmo. Snr.- Tendo vindo em Commissão do Exmo. Governo a este logar, a fim de examinar a Costa deste Rio, entre este Passo e Barra do Ibicuhy, e no lugar mais apropriado della para edificação de hua Povoação maritima, demarcar meia legoa quadrada de terreno e nelle levantar o estaquiamento das Ruas e Praças da dita Povoação- tirando de tudo isto hua Planta Thopografica para ser apresentada a V.S.; tenho de communicar a V.S. que o ponto mais apropriado que tenho escolhido para a mencionada Povoação é a margem esquerda do Tapitocay em confluencia com o Uruguay, o que participo a V.S. para sua intelligencia; esperando de V.S. toda a coadjuvação nestes trabalhos.
Deus Guarde a V.S.
Passo de Santa Anna do Uruguay, em 10 de Outubro, de 1842.

Illmo. Snr. Theodolino Francisco Fagundes Juiz de Paz do 2º destrito.
José Maria Pereira de Campos
Major de Artilharia em Commissão d'Engenheiros.

Nº 17 – Aqui recebi hum Oficio de V.S. de data de 10 do corrente o que immediatamente respondo, não sigo immediatamente a esse logar por me achar doente e logo que me ache milhor lá irei receber as ordens de V.S. e coadjuvar com tudo a beneficio de minha Patria
Deus Guarde a V.S.
Capivari 12 de Dezembro de 1841
Illmo. Snr. José Maria Pereira Campos
Major de Artilharia em Commissão.
Theodolino Francisco Fagundes, Juiz de Paz.

Nº 18 – Illmo. Snr. – Accuzo a recepção do Officio de V.S. dactado de 12 do corrente em resposta ao que em 10 do mesmo dirigi a V.S. participando ter escolhido o local sobre as margens esquerdas dos Rios Uruguay e Tapitocay para a demarcação de meia legoa quadrada de terreno que tem de servir de logradouro Público a nova Povoação denominada Uruguayana, em consequencia das Instruções do Exmo. Governo que para isso trago Agora porem cumpre-me participar a V.S. que não comparecendo V.S. no mencionado logar por se achar doente então, como me fez sciente seu officio, prosegui nos trabalhos de que venho commissionando, demarcando não só a meia legoa quadrada no precitado terreno, como tãobem as Ruas e Praças na nova Povoaçãon ,a presença do Snr. Tenente Coronel Commandante da Fronteira d'este municipio e do commandante da Policia deste Passo, e do Cidadão Casemiro Berard, que para isso o convidei; tirando de todos esses trabalhos hua Planta Thopografica que junto remetto a V.S. para que V.S. por meio de Editaes convide ao público e moradores deste Passo a estabelecerem-se na citada Povoação destribuindo-lhes os terrenos das quadras que se achão demarcadas para a edificação de cazas, as quaes deverão ter dezenove palmos de pé direito, e de fundo metade do comprimento de quadra, pagando os proprietários ao Estado o fôro que para o fucturo a Assembléa Nacional arbitrará; o que tudo faço sciente a V.S. em virtude das referidas Instruções, e mais pessas officiaes anexas a ellas.
Deus Guarde a V.S.
Passo de Santa Anna do Uruguay, 29 de 0bro. de 1841.
Illmo Snr. Theodolino Francisco Fagundes, Juiz de Paz do 2º destrito
José Maria Pereira de Campos
Major de Artilharia em Commissão de Engenheiros.

Recebi o Officio do Senhor Major José Maria Pereira de Campos no dia vinte e nove de Dezembro de 1841.
Fagundes.

Nº 19 – Participo a V.Exa. que tendo percorrido a costa do rio Uruguay entre o Passo de Santa Anna e barra do Ibicuhy, , a fim de escolher sobre ella o local mais apropriado para edificação de hua nova Povoação, conforme as Instrucções do Exmo. Governo de que V.Exa. se acha sciente, e nelle demarcar meia legoa quadrada de terreno para logradouro publico da mencionada Povoação, levantando depois hua Planta Thopografica ; tenho que communicar a V.Exa. que o local mais apropriado que encontrei na ditta costa para a edificação de hua Povoação maritima é a margem esquerda do rio Tapitocay em confluência com o Uruguay, em cujo terreno demarquei não só meia legoa quadrada, como tãobem as Ruas e Praças da sobreditta Povoação excluindo nesta demarcação os terrenos alagadissos em tempo de inverno; tudo isso em prezença do Snr. Tenente Coronel Commandante da Fronteira deste municipio, e do Commandante de Policia do Passo de Santa Anna, não comparecendo o Juiz de Paz do lugar por me partecipar

achar-se doente; de cujos trabalhos tirei hua Planta Fhotografica, que junto tenho a honra de enviar a V.Exa., ficando o Juiz de Paz do Destrito de posse de hua igual Planta.
Deus Guarde a V.Exa.
Villa do Alegrete em 4 de Janeiro de 1842.
Illmo. Exmo. Snr. General David Canabarro.
Commandante do 2º Corpo d'Exercito.
José Maria Pereira de Campos.
Major de Artilharia em Commissão de Engenheiros.
Nº 20 – Illmo. Exmo. Snr. – Tendo me retirado a esta capital em consequencia de ter concluido os trabalhos da commissão de que fui encarregado por V.Exa. sobre a costa do rio Uruguay na escolha de hum logar apropriado para a edificação de hua Povoação maritima, e nella demarcar não só meia legoa quadrada de terreno para servir de Logradouro Publico, como tãobem o estaquiamento da Ruas e Praças da ditta Povoação: é de meo dever agora levar ao conhecimento de V.Exa. a discripção dos trabalhos que em consequencia das Instrucções de V. Exa. tive de seguir nesta commissão. Partindo desta Capital directamente ao Passo do Inhanduhy onde se achava o Exmo. Snr. General Canabarro e apresentando-me a elle lhe fiz entrega da Instrucções que levava, não só para o seo conhecimento, como para conferenciar acerca da materia à que se referia as dittas instrucções; depois do que achando-se imbuido do que nella se continha, me disse que nada podia dizer sobre a escolha do logar, por nunca lá ter hido; porém que ouvia dizer por hum grande numero de pessoas, tanto moradores da costa do Uruguay, com da Villa de Alegrete, que o milhor logar éra aquelle denominado Capão do Tigre na Estancia do Couto, mas que como eu passava a examinar toda a costa, entre o Passo de Santa Anna e Barra do Ibicuhy, podia milhor me por ao facto do lugar mais conveniente, e então assentaria a Povoação. Concorde nisso marchei com portaria do mesmo Exmo. General ao Passo de Santa Anna a apresentar-me ao Tenente coronel Commandante da Fronteira de Allegrewte que alli se achava afim de me coadjuvar nos trabalhos de que hia encarregado, e chegando ao ditto Passo fiz sciente ao mesmo Tenente Coronel da Commissão a que hia, o que lhe digo e que elle promptamente me coadjuvou com hua escolta de hum official, no transito que tive a fazer sobre a costa até a Barra do Ibicuhy; e depois de bem Ter examinado a ditta costa ; e informado-me sobre a bondade de seos Portos, dos Patrões da Embarcações que navegão naquelle Rio, e de alguns moradores da mesma costa assentei que a ponta da Coxilha Geral que vai terminar sobre a margem esquerda do rio Uruguai por hum Recife de pedra ao nivel do terreno, tendo por seu flanco direito o Arroio Tapitocay com cincoenta braças de largura e fundo suficiente para ser navegavel até de quasi hua legoa, pelas mesmas Embarcações que navegão no Uruguay, apresentando por isso hum Porto abrigado para fundeadouro de todas as Embarcações que alli navegão, hera o logar mais apropriado para a edificação de hua Povoação maritima e tornando ao sobreditto Passo de Santa Anna fiz sciente ao Commandante da Fronteira que inda alli se achava da escolha que tinha feito do local, assentando o mesmo Commandante da Fronteira mudar o acampamento da força para o mencionado logar afim de milhor poder me coadjuvar, levando consigo o Commandante de Policia do ditto Passo para assistir aos trabalhos que hia a executar-se , e nesta occazião officiei ao Juiz de Paz respectivo, fazendo-lhe sciente da Commissão de que vinha encarregado , e da escolha do local npara a edificação da Povoação , esperando d'elle toda a coadjuvação nestes trabalhos em o mencionado lugar (doc.nº16). Depois marchando para o lugar escolhido, levando comigo o Cidadão Cazemiro Berard que o convidei para assistir aos mencionados trabalhos por saber que era pessôa entendida na materia, dando logo comesso às minhas operações Thopograficas, e só passados quatro ou cinco dias, é que tive resposta do Juiz de Paz (doc. nº 17) , em consequencia do que me foi precizo proseguir

nos sobredittos trabalhos até sua final concluzão sem sua presença.de cujos trabalhos levantei hua Planta Thopografica, que remetti ao mencionado Juiz de Paz, acompanhada de hum officio (doc. nº 18); dando-me resposta (doc. nº 1) ; remettendo tão bem hua igual Planta ao Exmo. General Canabasrro acompanhada de hum officio (doc.. nº 19) e outra igual que tenho a honra de levar a presença de V.Exa. Hé quanto me cumpre participar a V.Exa. acerca da discripção das operações que tive de executar na Commissão de que fui encarregado.
Deus Guarde a V.Exa.
Illmo. Exmo. Snr. Domingos José de Almeida
Ministro da Fazenda encarregado dos negocios do Interior.
José Maria Pereira de Campos
Major de Artilharia em Commissão

Nº 21 – Decreto nº 21 – Alegrete 24 de fevereiro de 1843, 8º da Independencia e da Republica.
Sendo o local immediato ao Capão do Tigre sobre as margens esquerdas do Arroio Salso, e do rio Uruguay na Fazenda do Cidadão Manoel Joaquim do Couto, preferivel para a creação da Povoação a muito projectada na costa daquelle rio comparativamente ao terreno a esquerda do Itapitocay junto a sua barra no mesmo Uruguay, segundo o parecer unanime da commissão creada para examinar ambos os logares, na conformidade da Resolução da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa communicada em officio de 13 de Janeiro proximo findo, o Prezidente Constitucional da República Rio Grandense, authorisado pela mencionada Resolução, decreta o seguinte:
Art. 1º - Fica creada junto ao Capão do Tigre na margem esquerda do Uruguay uma Capella curada com a denominação de Capella do Uruguay.
Art. 2º - A Capella do Uruguay terá por limites o Ibirocahy da sua barra no Ibicuhy até a barra do Jiguinquá, por este acima seguirá a vertente a rumo do Sul, que confronta com outra ao mesmo rumo, que vai ao Garopá e por este abaixo até Quarahyn, seguindo este até o Uruguay, e dahi por este acima a feixar na referida Barra do Ibirocahy, e gosará de todas as vantagens attribuidas por lei as demais Capellas curadas da Republica.
Francisco de Sá Brito, Ministro e Secretario dos Negocios da Justiça e interinamente dos do Interior o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios.
Bento Gonçalves da Silva.
Francisco de Sá Brito.

4.3.3 Vila de Uruguaiana: 1946

Em 1946, finda a Revolução Farroupilha, o Vice-Presidente da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Corrêa da Câmara, sancionou, em 29 de maio, a Lei que elevou a “Capela Curada de Sant’Anna do Uruguay” à categoria de “VIla de Uruguayana” (PIMENTEL, 1942, p. 74).

Ley n. 58 de 29 de Maio de 1846.
Patricio Correa da Camara, Vice-Prezidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Ley seguinte:

Art. 1º - Fica ellevada á cathegoria de Villa a nova Povoação de Sant’ Anna, á margem do Uruguay; e gozará de todos os foros e previlegios que por Ley tem as Villas.

Art. 2º - Esta Villa se chamará Uruguayana, e n´ella haverá desde já hua parochia, sendo o seu Orago aquella mesma Santa.
Art. 3º - O Presidente da Provincia marcará provisoriamente os limites do Municipio e da Freguezia, submettendo-os a esta Assembléa, na sua primeira reunião, a fim de definitivamente serem affixados.
Art. 4º - Os Habitantes do Municipio farão á sua custa a Casa da Camara e Cadêa para cuja construcção a Camara Municipal promoverá subscripção.
Art. 5º - Ficão consignados quatro contos de réis para a continuação das obras da Igreja da Villa, devendo o Presidente da Provincia dal-os por prestações á media que o andamento da obra o exigir, ao Paracho ou á pessoa a cujo cargo ellas estiverem.
Art. 6º - Ficão revogadas as Leis e dispozições em contrario.
Mando por tanto a todas as Authoridades a quem o conhecimento e execução da referida Ley pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.
O primeiro Official que interinamente serve de Secretario desta Provincia a fassa imprimir, publicar e correr.
Palacio do Governo na leal e vallorosa Cidade de Porto Alegre aos vinte e nove dias do mez de Maio de mil e oitocentos e quarenta e seis, vigesimo quinto da Independencia e do Imperio.
Patricio Corrêa da Camara.
N'esta Secretaroa da Presidencia foi sellada e publicada a presente lei aos 30 de Maio de 1846.

João da Cunha Lobo Barreto

4.3.4 Instalação e primeira sessão da câmara municipal de vereadores: 1847

No dia 24 de abril de 1847, foi instalada a Câmara Municipal da Vila de Uruguaiana e realizada a sua primeira sessão (PIMENTEL, 1942, p. 74-76).

AUTO DE INSTALAÇÃO
DA CAMARA MUNICIPAL DE VILLA DE URUGUAYANA

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocento quarenta e sete, vigesimo sexto da Independencia e do Imperio, nesta Villa Urugayana, Comarca de Missões, Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, aos vinte e quatro dias do mez de Abril de ditto ano, onde foi vindo o Vereador Presidente da Camara Municipal da Villa de Alegrete Zeferino Coelho Netto, commigo Secretario da mesma ao diante nomeado, para as conformidades do Artigo Terceiro do Decreto de treze de Novembro de mil oitocentos trinta e dous deferir juramento e dár posse aos Vereadores Eleitos e convocados em virtude do Artigo Segundo do mesmo Decreto para comparecerem neste dia na casa que fora designada pelo Cidadão Juiz de Paz em exercicio para solenidade, cuja Villa foi creada pela Ley Provincial do theor seguinte [...]. Senhores Presidente e mais Vereadores da Camara Municipal da Villa de Alegrete. Comparecendo as dez horas do dia de hoje os Vereadores assim convocados os Cidadãos Venancio José Pereira, Manoel Thomaz do Prado Lima, Manoel Doria da Luz, Narcizo Antonio de Oliveira, Francisco José Dias, Theodolino de Oliveira Fagundes e José Pereira da Silva, a estes foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos em hum livro d'elles em que pozerão suas mãos direitas e pronunciarão o juramento pela forma seguinte: - Juro aos Santos Evangelhos dezempenhar as obrigações de Vereador da Villa Uruguayana, e de promover quanto em mim couber os meios de sustentar a felicidade publica, tomarão immediatamente posse dos logares que lhe competião. Do que para constar lavrei o presente Auto que assinarão perante mim José Evaristo dos Anjos,

Secretario da Camara Municipal da Villa de Alegrete que o escrevy. Zeferino Coelho Netto, Venancio José Pereira, Manoel Thomaz do Prado Lima, Manoel Doria da Luz, Narciso Antonio de Oliveira, Francisco José Dias, Theodolino de Oliveira Fagundes, José Pereira da Silva.

ATA DA SESSÃO DE 24 DE ABRIL DE 1847

Aos 24 dias do mez de Abril de 1847, 26º da Independencia e do Imperio, na salla das sessões da Camara Municipal d'esta Villa Uruguayana; juramentados, e empossados os seguintes sete Snrs. Vereadores, Venancio José Pereira (presidente), Manoel Thomaz do Prado Lima, Manoel Doria da Luz, Narciso Antonio de Oliveira, Francisco José Dias, Theodolino de Oliveira Fagundes e José Pereira da Silva, como consta do respectivo Auto de installação d'esta dacta, o Snr. Presidente abrio a presente 1ª Sessão, e pronunciou um discurso analogo a solemnidade d'este acto, que findou dando vivas a Nação Brasileira, a S. M. o Imperador e sua Imperial Familia, a Constituição Politica do Imperio, a Relegião Catholica Apostolica Romana e aos intrepidos defensores da Integridade do Imperio! Propondo-me o Snr. Vereador Fagundes, para Secretario interino, a Camara resolveo pela affirmativa, e convidou-me a prestar juramento, o que compri, por achar-me presente, e tomei assento juncto a meza. O Snr. Prezidente apresentou um projecto de felicitação dirigido ao Exmº. Sr. Presidente da Provincia, que lido, foi approvado, e assignado pelo Srs. Vereadores. Officiou-se ao Exmº. Snr. Presidente da Provincia, remetendo por copia o Auto de installação désta Camara na conformidade da ultima parte do Art. 4 do Decreto de 13 de Novembro de 1832, e, convidando o Snr. Presidente aos mais Snrs. Vereadores para continuarem as sessões em todos os dias uteis, por assim convir ao desempenho das attribuições da Camara, feixou a sessão. Eu João Gonçalves d'Oliveira Vianna, Secretário Interino, lavrei a presente acta que, lida, foi approvada. Venancio José Pereira, Manoel Thomaz do Prado Lima, Manoel Doria da Luz, Narcizo Antonio de Oliveira, Theodolino de Oliveira Fagundes, José Pereira da Silva, Francisco José Dias.

4.3.5 Cidade de Uruguaiana: 1874

Ainda de acordo com Pimentel (1942), segue transcrita a Lei nº 808, de 6 de abril de 1874, que elevou a então Vila de Uruguaiana à categoria de cidade.

Ley n. 808 de 6 de abril de 1874.

O Bacharel João Pedro Carvalho de Moraes, Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º - Fica elevada á cathegoria de cidade a villa de Uruguayana, conservando a sua actual denominação.

Art. 2º - Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretário desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo na leal e valorosa cidade de Porto Alegre, aos seis dias do mês de Abril de mil oitocentos e setenta e quatro, quinquagesimo terceiro da independencia e do Imperio. (L. S.).

João Pedro Carvalho de Moraes

N'esta Secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente lei aos 6 de Abril de 1874.

O Secretário do Governo.

Arthur Teixeira de Macedo

4.3.6 Comarca de Uruguaiana: 1875

Quase um ano depois de ser elevada a cidade, foi criada a Comarca de Uruguaiana, através de Lei a seguir transcrita. (PIMENTEL, 1942)

> Lei n. 865, de 29 de Março de 1875.
> O Bacharel José Antonio de Azevedo Castro, Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, etc.
> Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembéa Legialativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:
>
> Art. 1º - Ficão creadas mais tres comarcas: de São Leopoldo, de Santo Angelo e de Uruguayana.
> Art. 2º - A comarca de São Leopoldo comprehenderá o antigo termo de São Leopoldo, a de Santo Angelo os termos da Palmeira e Santo Angelo, a de Uruguayana o termo da Uruguayana.
> Art. 3º - Ficão revogadas as disposições em contrario.
> Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.
> O Secretário desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.
> Palacio do Governo na leal e valorosa cidade de Porto Alegre, aos vinte e nove dias do mez de Março de mil oitocentos e setenta e cinco, quinquagesimo quarto da Independencia e do Imperio. (L. S.).
> José Antonio de Azevedo Castro
>
> N'esta Secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente lei aos 29 de Março de 1875.
> O Secretário do Governo.
> *Bento Antonio Barroso*

4.3.7 Primeira lei orgânica: 1892

Em 27 de outubro de 1892, quase três anos depois da Proclamação da República, o município teve aprovada, pelo Conselho Constituinte, sua primeira Lei Orgânica, sendo em seguida nomeado o primeiro Intendente de Uruguaiana, Gabriel Rodrigues Portugal, que, em 1896, foi eleito para o quatriênio seguinte. (PIMENTEL, 1942). Por questão de espaço, decidiu-se não transcrevê-la.

4.3.8 Símbolos do município

São símbolos do município de Uruguaiana, por ordem de criação, o Brasão, o Hino e a Bandeira.

4.3.8.1 O brasão do município: 1965

Como parte das comemorações do Centenário de Retomada de Uruguaiana, em 1965, o Vice-Prefeito em exercício, Homero Tarragó, sancionou a Lei que criou o

Brasão do Município.

LEI Nº 811 / 65
Caracteriza o Brasão do Município de Uruguaiana e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Uruguaiana:
Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 57, item II, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica caracterizado por esta Lei o Brasão do Município de Uruguaiana, abaixo descrito, cujo desenho anexo à presente passa a fazer parte integrante deste autógrafo: "Escudo português esquartelado. No primeiro quartel, em campo de blau, duas lanças de ouro cruzadas, significando a fundação da cidade durante o período farroupilha; no segundo, em campo de goles, a Medalha da Rendição de Uruguaiana, de ouro; no terceiro, em campo de goles, uma corrente de prata, partida, significando a libertação dos escravos, em Uruguaiana, quatro anos antes da Lei Áurea e no quarto, em campo de blau, três faixas ondeadas de prata, simbolizando o rio Uruguai, que deu nome à cidade. Coroa mural de cidade, com quatro torres de prata. Como suportes, dois Leões de prata, armados e lampassados de goles, significando a situação excepcional do Município, lindando com dois países americanos. Listel de prata com o nome da cidade em blau e a data de sua fundação – 24.02.1843".
§ 1º. Nas reproduções monocrômicas ou em relevo, deverão ser respeitadas as regras de heráldica, de modo a permitir uma fiel interpretação da simbologia adotada.
§ 2º. O Brasão acima descrito será de uso privativo da Prefeitura de Uruguaiana e figurará obrigatoriamente em todos os papéis, carimbos, selos e timbres oficiais, bem como nas placas indicativas das repartições e órgãos autárquicos do Município.
Art. 2º. As placas existentes nos próprios municipais e que exibem as armas da República e do Estado, serão substituídas no prazo de seis meses, a contar da data da publicação da presente Lei.
Art. 3º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA, em 18 de agosto de 1965.

HOMERO TARRAGÓ
Vice-Prefeito em exercício

4.3.8.2 Hino de Uruguaiana: 1971

No ano de 1941, chegou em Uruguaiana para uma temporada artística, a Companhia de Teatro Lison Gaster, instalando-se no, então, Cine Variedades, na rua Vasco Alves, frente ao atual prédio da Delegacia da Receita Federal (GOVERNO MUNICIPAL, 199_).

Naquele ano, ocorreu uma grande enchente que assolou todo o Estado do Rio Grande do Sul, deixando vários municípios praticamente isolados, o que obrigou a Companhia a uma permanência maior que a prevista em Uruguaiana. Seus atores foram, assim, naturalmente levados a um convívio maior com a sociedade local.

Um deles, Silvio Rocha, talvez por seu temperamento mais extrovertido, conquistou inúmeros amigos, freqüentando quase todas as rodas sociais da cidade. Cativado pelo tratamento cordial que recebia, decidiu compor uma música, cuja letra homenageava Uruguaiana.

Na noite de despedida da Companhia, ao final do espetáculo, Silvio Rocha convidou um grupo de jovens com os quais mais convivia a subirem ao palco para, juntos, cantarem, pela primeira vez em público, a música "Uruguaiana" que, trinta anos depois, seria consagrada como Hino de Uruguaiana, nos termos da Lei nº 1.064, de 4 de agosto de 1971.

LEI Nº 1.064 / 71

Oficializa o Hino de Uruguaiana

O Prefeito Municipal de Uruguaiana:
Faço saber, em cumprimento ao disposto no Artigo 31, item III, da Lei Orgânica do Município que a Câmara Municipal Decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. É declarado como Hino Oficial do Município, a música intitulada "URUGUAIANA" de autoria de Silvio Rocha, cujo texto anexo faz parte integrante desta Lei.
Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNCIPAL DE URUGUAIANA, em 04 de agosto de 1.971.

GILBERTO OSCAR MIRANDA SCMITT
Prefeito Municipal
NEWTON LUZARDO ULRICH
Secretário do Governo

URUGUAIANA

Letra e música de Silvio Rocha.

Uruguaiana
Feliz tu nascestes
À beira de um rio
Sorrindo ao luar.

Uruguaiana
Cidade alegria
Ouve a melodia
Deste meu cantar.

É um canto modesto
Em que eu manifesto
O meu coração
Ele quer adorar-te
Pois tu fazes parte
Do nosso torrão.

No jardim do meu país
És também uma flor
O teu povo é feliz
Vivendo neste esplendor.

Cidade fronteira
És toda coberta
De um céu cor de anil
Tens a honra mais bela
De ser sentinela
Do nosso Brasil.

No dia 13 de dezembro de 1975, Silvio Rocha foi homenageado em solenidade realizada na Câmara Municipal, quando, ao som do Hino que compôs, recebeu do Prefeito Municipal, Gilberto Oscar Miranda Schmitt, o Título de Cidadão de Uruguaiana.

4.3.8.3 Bandeira de Uruguaiana: 1975

Em 29 de maio de 1975, em plena comemoração dos 129 anos da elevação da então Capela Curada de Sant”Anna do rio Uruguai à Vila de Uruguaiana, no mesmo dia e mês de 1846, o Prefeito Municipal, Gilberto Oscar Miranda Schmitt, sancionou a Lei que criou a Bandeira do Município.

LEI Nº 1.284 / 75

Cria a Bandeira do Município de Uruguaiana.

O Prefeito Municipal de Urugianana:
Faço saber, em cumprimento ao disposto no Artigo 52, item III, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica caracterizada por esta Lei a Bandeira do Município de Uruguaiana, cujo desenho e esquema geométrico anexo passam a fazer parte integrante deste Diploma.
§ 1º. A Bandeira Municipal deve manter os “esmaltes” do Brasão, caracterizado pela Lei Municipal nº 811 / 65, de 18.08.65, em suas cores fundamentais: o encarnado e o azul, isto é, a representação de seus campos de “goles” e de “blau”.
§ 2º. Na disposição das cores, o encarnado tomará a parte superior da Bandeira e o azul, a parte inferior, no sentido horizontal, separadas por uma faixa central branca, correspondente a prata dos metais do Brasão.
§ 3º. Sobre o campo médio, ocupando o centro da Bandeira, a reprodução do Brasão Municipal em seus metais originais (coroa mural da cidade, escudo esquartelado, listel de prata e dois suportes representados por leões armados).
§ 4º. Como ornamento de inspiração vegetal, usado como símbolo da abundância, se abrem, em hastes, duas espigas de arroz, abaixo do listel e cujos ramos entrecruzados, invadem a faixa azul, mantendo essa coroa de espigas, a cor amarelo ouro.
§ 5º. A ligação das duas hastes, sobre o azul, simbolizado por uma laçada estilizada, com o símbolo universal do velo de lã, bordado em lã natural ou pintado em branco, inscrito em um círculo imaginário de raio igual 0,7 módulo.
§ 6º. As proporções que devem guardar os símbolos e a Bandeira em suas dimensões totais, obedecerão ao que determinam os módulos (medida já consagrada na disposição das bandeiras).
§ 7º. A Bandeira Municipal se apresentará em um retângulo, dividido em três faixas conforme o parágrafo 2º deste Artigo, na proporção de 20 (vinte)

por 14 (catorze) módulos, correspondendo à faixa encarnada superior 4 (quatro) módulos verticalmente, à faixa central branca 6 (seis) módulos e à faixa azul inferior 4 (quatro) módulos.
§ 8º. A reprodução do Brasão, colocado como expressão central da Bandeira, caberá num quadrilátero imaginário, de 5 (cinco) por 4 (quatro) módulos.
§ 9º. Os ramos da coroa de espigas, definirão suas proporções obedecendo os raios de 6,5 (seis vírgula cinco) e 7,2 (sete vírgula dois) módulos, cujo centro será o vértice oposto superior respectivo do quadrilátero traçando-se um arco até encontrar o prolongamento do quadrilátero do Brasão, limitando-se em sua parte superior (as pontas das hastes) por uma reta que parte de 1 (um) módulo abaixo do ângulo superior da figura.
§ 10. A signa heráldica municipal, terá ainda, sobre o reforço lateral esquerdo, uma fita vertical, como cadarço da haste, na proporção de 1 (um) módulo de largura cobrindo os 14 (catorze) módulos da Bandeira, em três cores: uma listra amarelo ouro, ladeada por duas listras encarnadas, no sentido vertical da haste.
§ 11. O Brasão Municipal, sobre o tecido da Bandeira, poderá ser aplicado, pintado e, de preferência, bordado, mas sempre obedecendo os metais heráldicos dos campos e figuras simbolizadas, do original já existente.
§ 12. A simbologia das cores da signa Municipal, obedece o Brasão em vigor, neles influindo as pedras preciosas da mesma cor: rubi, diamante e safira. A faixa encarnada marca o período belicoso e sangrento da história regional em duzentos anos de luta, para definir nestes campos realengos, a expressão limítrofe da Pátria. A faixa branca, maior e central, suportando o escudo, define o pensamento superior de paz, como garantia de amizade entre as nações vizinhas, as aspirações de seu povo e a brancura sem par de seus imensos rebanhos, enfeixados no símbolo universal que realça as duas hastes (coroa de espigas) de arroz, onde se apoia uma das principais expressões econômicas da região. O azul do céu que se reflete nas águas mansas do Uruguai, já representadas pelas três faixas de prata de nosso Brasão, completam a trilogia marcante aqui deixada pelos primeiros moradores da povoação nascente, de origem gaulesa, cujos nomes das cem famílias existentes, lembram ainda sua influência.
§ 13. Definida no § 10, deste Artigo, a fita de três listras, em sentido vertical, estendida à sinistra do quadrilátero, como reforçando a haste que mantém o pendão, com duas cores encarnadas laterais e uma amarela no centro, vem simbolizar a grande influência espanhola na genealogia uruguaianense.
Art. 2º. A signa municipal heráldica de Uruguaiana será a “Bandeira-Real” das forças vivas de sua coletividade e o pendão simbólico que a retrata, tal como o seu Brasão.
Art. 3º. Como acessório da Bandeira Municipal de Uruguaiana, ficam sendo uma roseta feita do mesmo tecido da Bandeira, em tamanho proporcional ao Pavilhão, nos moldes convencionais de outras bandeiras, composta de 5 (cinco) partes, em pano pregueado, convergindo para o centro, em forma de flor ornamental, começando pela maior circunferência que será de cor encarnada, a segunda em cor branca, a terceira em cor azul e a quarta em cor amarela, com um botão forrado em tecido de cor encarnada. Pendente desta, duas fitas de comprimento de 4 (quatro) módulos, em cores de listras encarnadas laterais e, a central, amarelo-ouro, iguais ao modelo anexo.
Art. 4º. Nas reproduções monocromicas ou em relevo, deverão ser respeitadas as regras de heráldica, de modo a permitir uma fiel interpretação da simbologia adotada.
Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA, em 29 de maio de 1975.

GILBERTO OSCAR MIRANDA SCHMITT
Prefeito Municipal

Em solenidade realizada pelo Governo Municipal naquela data, a Bandeira do Município de Uruguaiana foi entronizada e saudada em discurso proferido pelo então Secretário Municipal do Governo, Newton Luzardo Ulrich.

4.3.9 Distinções honoríficas

Com o propósito de homenagear pessoas ilustres e/ou com relevantes serviços prestados ao Município, foram instituídas as Distinções Honoríficas Municipais. São distinções honoríficas municipais, por ordem de criação, o Título Honorífico de Cidadão de Uruguaiana, a Medalha Comemorativa da Retomada de Uruguaiana, a Medalha de Ouro e o Distintivo de Ouro. Este último, em 1977, foi substituído pela Medalha de Bronze.

4.3.9.1 Título Honorífico de Cidadão de Uruguaiana: 1961

A Lei Municipal nº 550, de 03 de abril de 1961, sancionada pelo Prefeito Municipal Antônio Chiarello, criou o Título de Cidadão de Uruguaiana, conforme segue:

> LEI Nº 550 / 61
> Cria o Título Honorífico de Cidadão de Uruguaiana.
>
> O Prefeito Municipal de Uruguaiana:
> Faço saber, em cumprimento ao disposto no Artigo 57, item II, da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal Decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
> Art. 1º. É instituído o título honorífico de Cidadão de Uruguaiana, que será conferido à pessoas que se tenham distinguido em qualquer dos ramos do saber humano ou que, por sua ação, se hajam tornado merecedores do reconhecimento da cidade.
> Art. 2º. O título será concedido mediante Lei, de iniciativa de qualquer dos poderes, aprovada, no mínimo, por dois terços da Câmara, em votação secreta.
> § 1º. Sancionada a Lei, o Prefeito Municipal fará entrega do título, em sessão solene da Câmara Municipal, convocada por seu presidente.
> § 2º. O título constará de um diploma em pergaminho.
> § 3º. O Prefeito Municipal, para outorga do título à pessoas residentes em país estrangeiro, credenciará, se necessário, os diplomatas brasileiros acreditados junto ao governo respectivo.
> Art. 3º. Conferido o título, será aberto registro em livro especial no qual constem, detalhadamente, as causas que deram origem à homenagem, bem como uma síntese biográfica da personalidade homenageada.
> Art. 4º. Será cessado o título quando o homenageado:
> cometer atos contra a soberania da Nação;
> atentar contra o regime democrático;
> investir, por atos ou palavras, contra o País ou o Município, ou seus interesses;
> for condenado por crime infamante, em grau irrecorrível;
> conduzir-se de forma a propiciar mau exemplo ou mover escândalo público.

Art. 5º. Anualmente não poderá ser conferido mais de um título para cada ramo do saber humano.
Parágrafo Único – Haverá exceção ao disposto neste Artigo somente quando o homenageado for personalidade estrangeira ou quando um acontecimento extraordinário justificar a homenagem.
Art. 6º. Ficam revigorados os títulos concedidos em data anterior à aprovação desta Lei.
Art. 7º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA, em 3 de abril de 1961.

ANTÔNIO CHIARELLO
Prefeito Municipal

Em 1983, foi alterada a Lei acima, conforme consta a seguir nos termos da Lei nº 1.648/83, de 01 de junho de 1983:

LEI Nº 1.648/83

Acrescenta § Único no Art. 1º, altera o § 1º do Art. 2º e o Art. 5º da Lei nº 550/61.

O Prefeito Municipal de Uruguaiana:
Faço saber, em cumprimento ao disposto no Artigo 52, item III, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. A Lei nº 550/61, em seu § Único do Artigo 1º, § 1º do Artigo 2º e Artigo 5º, passará a ter a seguinte redação:
Art. 1º. ....
Parágrafo Único – Sancionada a Lei, o Prefeito Municipal fará a entrega do título em Sessão Solene da Câmara Municipal, convocada por seu Presidente.
Art. 2º. ....
§ 1º - O nome do homenageado com o respectivo currículo, deverá ser apresentado por escrito, preliminarmente, em Sessão secreta da Câmara e somente depois de aprovado, com a maioria de dois terços, por votação também secreta, é que poderá ter sua tramitação legal.
Art. 5º. [...], não podendo, em qualquer hipótese, exceder de 3 (três) o número de títulos outorgados no período de uma ano legislativo.
Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA, em 01 de junho de 1983.

ANTONIO AUGUSTO BRASIL CARÚS
Prefeito Municipal

Novamente, em 1989, foi alterada a Lei 550/61, conforme a Lei nº 2.057/89, de 31 de outubro de 1989, como segue:

LEI Nº 2.057/89

Acrescenta § 4º ao Art. 2º da Lei nº 550/61 e altera a redação do Art. 5º da mesma Lei, com alteração realizada pela Lei nº 1.648/83.

O Prefeito Municipal de Uruguaiana:
Faço saber, em cumprimento ao disposto no Artigo 52, item III, da Lei Orgãnica do Município e de proposição do Vereador Salvador Faraco, que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Acrescenta § 4º ao Art. 2º da Lei nº 550/61.
Art. 2º. ....
§ 1º. ....
§ 2º. ....
§ 3º. ....
§ 4º. Cada Vereador poderá apresentar um projeto de Cidadania por Legislatura.
Art. 2º. Altera a redação do Art. 5º da Lei nº 550/61, com a alteração realizada pela Lei nº 1.648/83.
Art. 5º. Anualmente poderá ser conferido cinco (5) Títulos Honoríficos.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA, em 31 de outubro de 1989.

ANTONIO AUGUSTO BRASIL CARÚS
Prefeito Municipal

4.3.9.2 Medalha comemorativa do centenário da retomada de Uruguaiana – grande condecoração municipal: 1965

Como parte dos atos comemorativos do centenário da Retomada de Uruguaiana, foi criada condecoração alusiva no governo de Homero Tarragó, Vice-Prefeito em exercício.

LEI Nº 818 / 65
Cria a medalha comemorativa da Retomada de Uruguaiana.

O Prefeito Municipal de Uruguaiana:

Faço saber, em cumprimento ao disposto no Artigo 57, item II, da Lei Orgãnica do Município, que a Câmara Municipal Decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. É criada a medalha comemorativa do Centenário da Retomada de Uruguaiana, em semelhança à Medalha Imperial instituída por Sua Majestade Dom Pedro II, Imperador do Brasil, através do Decreto nº 3515, de 20 de setembro de 1865 e em regozijo pela reconquista da Cidade.
Art. 2º. A medalha referida no Artigo 1º desta Lei será conferida, como Grande Condecoração Municipal, à altas autoridades e personalidades nacionais e estrangeiras, em atenção a serviços prestados ao Município, à Pátria e à Humanidade.
Art. 3º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a conferir a distinção à altas autoridades presentes às comemorações daquele centenário.
Parágrafo Único – A distinção será conferida também aos sobreviventes que por acaso existam ou às suas respectivas famílias.
Art. 4º. Para atendimento das despesas decorrentes da presente Lei, será, oportunamente aberto um crédito especial.
Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA, em 24 de setembro de 1965.

HOMERO TARRAGÓ
Vice-Prefeito em exercício

4.3.9.3 Medalha de ouro - grande condecoração municipal e o distintivo de ouro: 1971

No governo do Prefeito Municipal Gilberto Oscar Miranda Schmitt, foram criados a Medalha de Ouro – Grande Condecoração Municipal, idêntica à medalha alusiva ao centenário da Retomada de Uruguaiana, e o Distintivo de Ouro, conforme a Lei 1.054 / 71.

LEI Nº 1.054 / 71

Cria Distinção Honorífica.

O Prefeito Municipal de Uruguaiana:

Faço saber, em cumprimento ao disposto no Artigo 31, item III, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal Decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São criadas as seguintes distinções honoríficas no Município de Uruguaiana:

Medalha de Ouro;

Distintivo de Ouro.

Art. 2º. A Medalha de Ouro é idêntica a criada pela Lei Municipal nº 818, de 24.09.65, e será conferida à personalidades nacionais ou estrangeiras em reconhecimento a serviços prestados ou Município.

Parágrafo Único – A distinção de que trata este Artigo poderá ser conferida a uruguaianense.

Art. 3º. O Distintivo de Ouro conterá o Brasão do Município e será concedido:

a uruguaianense ou não que se tenham distinguido em qualquer dos ramos do saber humano;

a uruguaianense ou não que por sua ação se ajam tornado merecedores do reconhecimento da cidade.

Art. 4º. A Medalha de Ouro será concedida mediante Lei de iniciativa de ambos os Poderes.

§ 1º. A Medalha de Ouro é considerada como Grande Condecoração Municipal, sendo aberto um livro de registro especial no qual constem, detalhadamente, os motivos que determinaram a homenagem, bem como uma síntese biográfica da personalidade homenageada.

§ 2º. A Medalha será entregue pelo Prefeito Municipal em Sessão Solene da Câmara.

§ 3º. Anualmente serão concedidas, no máximo, três Medalhas.

Art. 5º. O Distintivo de Ouro será concedido pelo Prefeito Municipal, através de Decreto.

Art. 6º. Para atendimento das despesas de que trata esta Lei no presente exercício será aberto, oportunamente, crédito especial.

Art. 7º. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA, em 02 de abril de 1.971.

GILBERTO OSCAR MIRANDA SCHMITT
Prefeito Municipal

Em 1973, ainda no Governo Gilberto Oscar Miranda Schmitt, foi alterada a Lei nº 1.054/71, conforme segue:

LEI Nº 1.176 / 73

Altera redação do § 3º do Art. 4º da Lei nº 1.054 e acrescenta parágrafo.

O Prefeito Municipal de Uruguaiana:

Faço saber, em cumprimento ao disposto no Artigo 52, item III, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Parágrafo 3º do Art. 4º da Lei nº 1.054, de 02.04.71, passará a ter a seguinte redação:

Art. 4º. ....

§ 3º. Anualmente serão concedidas três Medalhas no máximo, entretanto, a outorga inicial poderá ultrapassar esse limite, a fim de que personalidades ilustres de Uruguaiana já merecedoras da condecoração sejam agraciadas."

Art. 2º. É acrescentado mais um parágrafo no Art. 4º da Lei nº 1.054, de 02.04.71, que será o 4º com a seguinte redação:

Art. 4º. ....

§ 4º. No decurso de três anos, a partir desta data, o Executivo Municipal providenciará na indicação dos que fizerem jus à distinção.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNCIPAL DE URUGUAIANA, em 04 de junho de 1973.

GILBERTO OSCAR MIRANDA SCHMITT
Prefeito Municipal

4.3.9.4 Medalha de Bronze: 1977

No Governo de Prefeito Municipal Antônio Augusto Brasil Carús, foi extinto o Distintivo de Ouro e criada, em seu lugar, a Medalha de Bronze, nos termos da Lei º 1.380/77:

LEI Nº 1.380/77

Modifica a Lei que cria distinções honoríficas.

O Prefeito Municipal de Uruguaiana:

Faço saber, em cumprimento no disposto no Artigo 32, item III, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Continua em vigor a Lei nº 1.054/71, de 02 de abril de 1971, alterada pela Lei nº 1.176/73, de 04 de junho de 1973, com as alterações que se seguem:

Art.1º. ....

I. ....

II. MEDALHA DE BRONZE.

Art. 2º. ....

Art. 3º. A Medalha de Bronze conterá o Brasão do Município e será conferida:

Art. 4º. ... .

Art. 5º. A Medalha de Bronze será concedida pelo Prefeito Municipal, através de Decreto.

§ 1º . A Medalha de Bronze é considerada como Condecoração do Mérito Muncipal, sendo aberto um livro de registro especial, no qual constem os motivos que determinaram a homenagem e os dados biográficos (data do nascimento, naturalidade, descendência e ascendência) da personalidade homenageada.

§ 2º. A Medalha será entregue pelo Prefeito Municipal em ato público, em datas a serem previamente determinadas.

Art. 6º. Nas cerimônias cívicas, os agraciados com as Medalhas de Ouro e de Bronze poderão usá-las do lado esquerdo do peito; no traja diário, os agraciados poderão usar, na lapela do lado esquerdo, uma roseta com as cores da Bandeira do Município de Uruguaiana, com 12mm de diâmetro, tendo a correspondente a de Ouro um núcleo dourado.

Art. 2º. Os Artigos 6º e 7º da Lei nº 1.054/71 são renumerados para 7º e 8º, respectivamente.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA, em.25 de julho de 1977.

ANTONIO AUGUSTO BRASIL CARÚS
Prefeito Municipal

5 DEMOGRAFIA E MÃO-DE-OBRA

Adalmir Marquetti
Duilio de Avila Bêrni
Luiz Antonio Vieira Queiróz Filho
Mauro Barcellos Sopeña

5.1 DINÂMICA DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

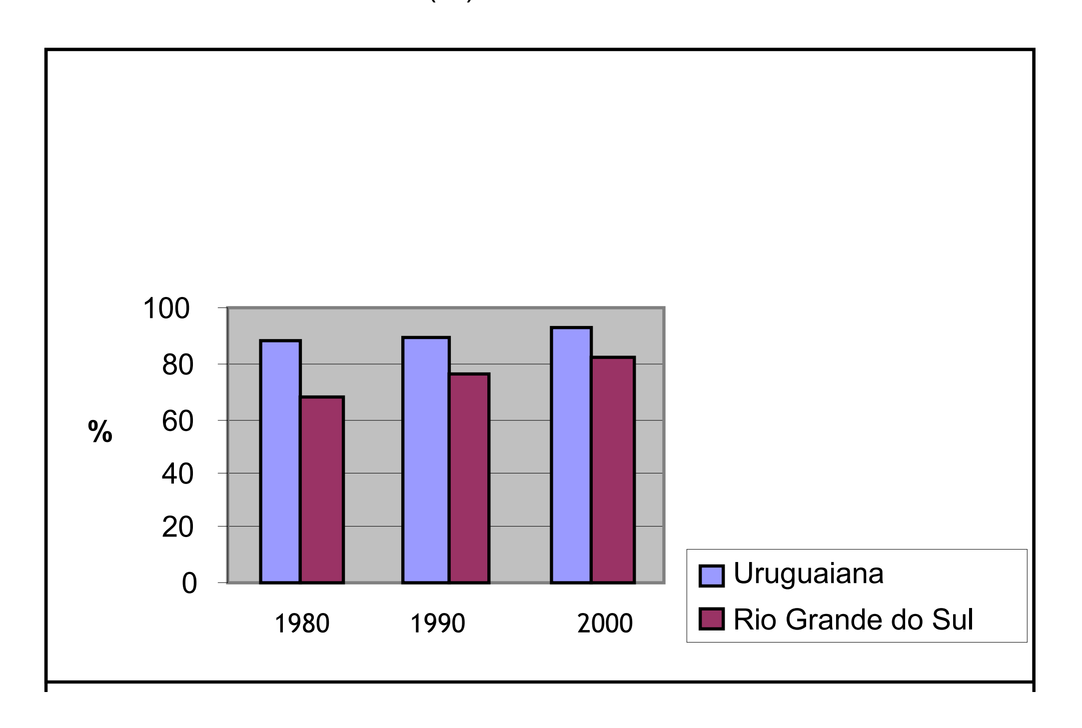
A relação estabelecida entre a população e o território que ela ocupa é o traço marcante da vida societária. O padrão de uso do território definirá, em última instância, a relação entre a utilização de todos os recursos econômicos que nele se localizam e o montante das necessidades humanas real ou potencialmente assim atendidas. Das três questões fundamentais da economia, duas ("o que, quanto produzir" e "como produzir") dizem respeito, precipuamente, à apropriação da natureza, ao passo que a terceira ("para quem produzir") relaciona-se à apropriação dos resultados do esforço produtivo feito pela população.

Durante o período abrangido neste relatório, Uruguaiana enfrentou enormes transformações. Mesmo sob o ponto de vista político, a criação do município da Barra do Quaraí reduziu-lhe a área geográfica, provocando o deslocamento de parte da população municipal. Todavia, entre 1980 e 2000, o contingente populacional passou de 91,5 mil pessoas para 126,9 mil. Elevando-se em 38,7%, estas cifras contemplam as mudanças devidas ao desdobramento municipal: o crescimento vegetativo populacional e o saldo dos fluxos migratórios. Ainda que acossado por enormes pressões sobre sua atividade econômica, o município viu sua taxa de urbanização elevar-se de 88,8% no início do período citado para 93,4% em seu final, conforme aponta a Figura 5.

Particularmente nos capítulos 5 e 6 deste relatório, ver-se-á o desdobramento das dificuldades vividas por Uruguaiana, tal como apontadas pelas

cifras que recortam suas tendências demográficas. Primeiramente, cabe contrastar o grau de urbanização municipal com a média do Rio Grande do Sul, que era de 67,6%, em 1980, elevando-se para 81,2%, no ano 2000. Em outras palavras, o meio rural do município acomoda relativamente menos população do que um estado no qual um dos esteios da riqueza sustenta-se precisamente na atividade agropecuária. Em segundo lugar, considerando que a renda municipal oscilou nesses 20 anos em torno das cifras de 1985, e, ainda mais, que a atividade industrial foi drasticamente reduzida, deve-se concluir que a comunidade local enfrenta desafios inauditos para trilhar uma trajetória econômica que lhe ofereça certo grau de dinamismo capaz de promover a paz social. Com efeito, a secular pressão demográfica sobre o meio urbano, como os indicadores sociais examinados no Capítulo 6 permitem observar, tem trazido modestas conquistas, contribuindo para aprofundar o contexto de desestruturação das condições de vida urbana observadas em todo o Brasil.

FIGURA 5 - COEFICIENTES DE URBANIZAÇÃO EM URUGUAIANA E NA MÉDIA DO RS - 1980/2000 (%)



Para uma análise ampliada, percebe-se que a população absoluta de Uruguaiana cresceu a uma taxa anual média de 1,71% (últimos 100 anos). Em 1900, era de apenas 23,2 mil habitantes e, em 2000, alcançou os 126,6 mil. A mesma análise, relacionada ao estado gaúcho, apresenta uma taxa anual média de crescimento superior: 2,21% para o mesmo período, como demonstrado:

$Pi = Po\ (1 + r)^n$, onde Pi = população num dado período, Po = população inicial, r = taxa de crescimento e n = período.

TABELA 2 - POPULAÇÃO ABSOLUTA POR SEXO DO RS E DE URUGUAIANA - 1900/2000

Ano	RS	Homens	Mulheres	Uruguaiana	Homens	Mulheres
1900	1.149.070	584.208	564.862	23.194	11.580	11.614
1920	2.182.713	1.103.986	1.078.727	32.642	16.249	16.393
1940	3.320.689	1.664.058	1.656.631	34.818	17.252	17.566
1950	4.164.821	2.081.249	2.083.572	48.773	24.340	24.433
1960	5.388.659	2.691.391	2.697.268	62.634	31.136	31.498
1970	6.664.891	3.316.707	3.348.184	74.613	37.564	37.049
1980	7.773.837	3.850.746	3.923.091	91.497	45.970	45.527
1991	9.138.670	4.496.045	4.642.625	117.456	58.363	59.093
1996	9.634.688	4.737.859	4.896.829	124.881	62.220	62.661
2000	10.181.749	4.991.660	5.190.089	126.654	62.528	64.126

Fonte de Dados Brutos - FEE/RS: Um Século de População do RS. Porto Alegre: 2001

A projeção, a partir da taxa anual média observada (1,71%) nestes últimos 100 anos e contando com a Po = 126.654, é a seguinte: para o ano de 2010, a população chegaria aos 150.087 habitantes; em 2020, aos 177.856; em 2050, a população de Uruguaiana seria de 295.965 pessoas, *ceteris paribus*.

Observa-se a evolução da participação (taxa) percentual da população uruguaianense no total do Estado, com o registro de queda deste percentual para os três primeiros períodos e, a partir de 1950, com uma taxa de participação (%T) crescente na maioria dos anos. A tabela 3 expressa essa evolução.

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE URUGUAIANA NO TOTAL DO RS - 1900/00

Ano	%T Uruguaiana/RS	Ano	%T Uruguaiana/RS
1900	2,02%	1970	1,12%
1920	1,50%	1980	1,18%
1940	1,05%	1991	1,29%
1950	1,17%	1996	1,30%
1960	1,16%	2000	1,24%
Média: 1,30%			

5.2 A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Disponibilidade de mão-de-obra qualificada é o requisito fundamental do sucesso de qualquer projeto de desenvolvimento sócio-econômico. Por seu turno, disponibilidade de população é uma *conditio sine qua non*: sem ela, projetos de desenvolvimento humano podem ser levados ao fracasso. As tabelas seguintes apresentam uma radiografia da composição etária e sexual das populações uruguaianense e gaúcha, por faixa etária.

A concentração dos indivíduos em áreas urbanas é crescente no período. O grau de urbanização, tanto no Estado, como também em Uruguaiana, como consta na tabela 4, é fruto do quociente entre a população urbana e a população total, multiplicado por 100 e, por conseqüência, demonstra qual taxa da população total vive na cidade. Observa-se que o grau de urbanização é crescente nas duas regiões, com maior ênfase no município. Da população atual de 126.654 habitantes, 93,38% (118.274) vivem na área urbana, enquanto na zona rural o percentual é de apenas 6,62% (8.380). Esta estrutura demográfica registra uma densidade demográfica (número de habitantes por km²) de 22,19 para o ano de 2000, sendo a área total do município é de 5.707 km².

TABELA 4 - GRAU DE URBANIZAÇÃO - URUGUAIANA E RS - 1940 - 2000

Ano	**Rio Grande do Sul**	**Uruguaiana**
1940	31,15%	63,69%
1950	34,14%	68,33%
1960	44,89%	80,62%
1970	53,31%	84,90%
1980	67,55%	88,83%
1991	76,56%	90,10%
2000	81,65%	93,38%

Fonte de Dados Brutos - FEE/RS: Um século de população do RS. Porto Alegre: 2001FEE/RS.

A distribuição da população absoluta por sexo é, em termos demográficos, avaliada por meio de um indicador denominado *Razão de Sexo*. Trata-se da divisão do número total absoluto de homens pelo número total absoluto de mulheres, multiplicado por 100, e seu resultado permite avaliar o número de homens para cada 100 mulheres. Esta razão está representada na tabela 5 e, no período mais recente da pesquisa (2000), nota-se que Uruguaiana possui 97,51 homens para cada 100

mulheres. O mesmo indicador, no Estado, apresenta 96,18 homens para cada 100 mulheres gaúchas.

TABELA 5 - RAZÃO DE SEXO – URUGUAIANA/RS – 1900/2000

Ano	Rio Grande do Sul	Uruguaiana
1900	103,42	99,71
1920	102,34	99,12
1940	100,45	98,21
1950	99,89	99,62
1960	99,78	98,85
1970	99,06	101,39
1980	98,16	100,97
1991	96,84	98,76
1996	96,75	99,30
2000	96,18	97,51

TABELA 6 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E FAIXA ETÁRIA EM URUGUAIANA E NO RIO GRANDE DO SUL, 1980

Faixa Etária	Uruguaiana			Rio Grande do Sul		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 14 anos	16.303	15.666	31.969	1.280.493	1.238.885	2.519.378
15 a 24 anos	9.580	9.577	19.157	836.267	848.533	1.684.800
25 a 64 anos	18.101	17.781	35.882	1.571.079	1.626.894	3.197.973
65 e mais anos	1.913	2.443	4.356	157.912	203.942	361.854
Idade ignorada	73	60	133	4.995	4.837	9.832
TOTAL	45.970	45.527	91.497	3.850.746	3.923.091	7.773.837

A evolução desta série de dados mostra que a participação da população feminina vem aumentando. Tanto em Uruguaiana como no Estado, observa-se um modesto crescimento desta variável. Em 1980, as mulheres representavam 49,8% da população de Uruguaiana e 50,5% da população gaúcha. Em 2000, essas cifras elevaram-se para 50,6% e 51,0%, respectivamente.

A faixa etária populacional mais representativa é a que vai dos 25 aos 64 anos. Por abranger as idades em que a população encontra-se em sua fase economicamente ativa, vê-se que ela, isoladamente, já é numericamente superior à população contida na faixa etária de jovens de até 14 anos de idade. Reunindo as faixas etárias de 15 a menos de 65 anos, tais estruturas populacionais, tanto de Uruguaiana, que é o objeto desta análise, como do Rio Grande do Sul, que é o parâmetro para as comparações, mostram-se majoritárias. No primeiro caso,

encontravam-se 60,2% da população masculina e 60,1% da feminina, em 1980, números ligeiramente inferiores às médias estaduais, respectivamente, de 62,5% e 63,1%.

TABELA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E FAIXA ETÁRIA EM URUGUAIANA E NO RIO GRANDE DO SUL - 1991

Faixa Etária	1991					
	Uruguaiana			Rio Grande do Sul		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 14 anos	19.851	19.435	39.286	1.399.084	1.348.065	2.747.149
15 a 24 anos	10.858	10.800	21.658	796.552	796.523	1.593.075
25 a 64 anos	25.095	25.532	50.627	2.076.923	2.188.030	4.264.953
65 e mais anos	2.559	3.326	5.885	223.486	310.007	533.493
T O T A L	58.363	59.093	117.456	4.496.045	4.642.625	9.138.670

No ano 2000, Uruguaiana viu sua população economicamente ativa masculina crescer para 64,5% do total, acompanhando a elevação da população estadual, que passou para 66,6%. No que diz respeito ao sexo feminino, estas cifras mudaram, respectivamente, de 64,2% para 66,8%. Ainda que um exame mais detido da questão do emprego esteja reservado para o próximo capítulo, cabe aqui assinalar que esta mudança demográfica insere-se nas tendências mais amplas observadas nas taxas de fertilidade do Brasil e do Rio Grande do Sul.

TABELA 8 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E FAIXA ETÁRIA EM URUGUAIANA E NO RIO GRANDE DO SUL - 2000

Faixa Etária	2000					
	Uruguaiana			Rio Grande do Sul		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 14 anos	19.360	18.912	38.272	1.351.741	1.302.986	2.654.727
15 a 24 anos	11.772	11.922	23.694	920.983	901.656	1.822.639
25 a 64 anos	28.664	29.286	57.950	2.421.835	2.555.510	4.977.345
Faixa Etária	2000					
	Uruguaiana			Rio Grande do Sul		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
65 e mais anos	2.959	4.061	7.020	300.160	432.927	733.087
T O T A L	62.755	64.181	126.936	4.994.719	5.193.079	10.187.798

Particularmente evocativos dessas mudanças são os coeficientes obtidos com a agregação das faixas de idade de até 24 anos, uma idade que – de acordo com a Organização Mundial do Trabalho – marca o limite para a vida adulta. Se, em 1980, 55,8% da população total de Uruguaiana encontrava-se nesta faixa etária, a cifra reduzia-se para 51,8%, em 1991, chegando a 48,9%, em 2000. Demarca-se, assim, o cruzamento da linha que deixa para trás a imagem de país jovem, o que é ainda mais ressaltado pelos 44% da média estadual.

O estreitamento da participação da população jovem e o alargamento da população economicamente ativa mostram certa virtuosidade nesses movimentos, quando comparados com a participação da população idosa. De menos de 5% em 1980, essas cifras passaram para 5% e 5,8%, em Uruguaiana e no Rio Grande do Sul, em 1991. Elas chegaram a 7,2% na média estadual do ano 2000, mas apenas 5,5% em Uruguaiana.

Seguindo tendências demográficas mundiais – e quem sabe imperativos biológicos –, a população idosa manteve-se majoritariamente feminina, com 57,8% em Uruguaiana, e 59,1%, no Rio Grande do Sul. Essas cifras mostram curiosa assimetria, favorecendo o idoso de sexo masculino em Uruguaiana, com 42,2% do total, por contraste aos 40,9% da média estadual, no ano 2000. Também se observa o contraste com as proporções observadas em 1980: respectivamente, 43,9% e 43,6% no município e no estado.

A distribuição populacional em termos de idade (por faixas etárias) no período compreendido entre 1920 e 1996, mostra, tanto para o município como para o estado, um fenômeno comum, já registrado/finalizado nos países desenvolvidos: o envelhecimento populacional[25], fruto da transição demográfica.[26]

---

[25] Segundo Moreira, M. (1998), o envelhecimento populacional é entendido como "o crescimento da população considerada idosa em uma dimensão tal que, de forma sustentada, amplia a sua participação relativa no total da população. A ampliação do peso relativo da população idosa pode dever-se a uma redução do grupo etário jovem, em conseqüência da queda da fecundidade, configurando o que se denomina envelhecimento pela base. Alternativamente o aumento do percentual da população idosa pode ocorrer por um crescimento do grupo idoso, independente de eventual redução da população jovem, em razão da queda da mortalidade, definindo o envelhecimento pelo topo. Há uma estrita relação entre os estágios da transição demográfica e o processo de envelhecimento populacional. Desta forma, o período de declínio da fecundidade marca o inicio do processo de envelhecimento populacional pela base, sendo típico daqueles países onde os níveis de fecundidade são relativamente elevados, desempenhando a mesma o papel principal na evolução do envelhecimento. A queda da mortalidade como determinante do envelhecimento pelo topo, define a consolidação do processo de envelhecimento e é próprio das populações que já atingiram a maturidade demográfica, nas quais os níveis de fecundidade já são baixos e os níveis de mortalidade continuam a declinar [...]".

Uma referência do Ministério das Relações Exteriores sobre o envelhecimento da população no país alerta para o fato de que o:

> [...] envelhecimento da população brasileira se evidencia por um aumento da participação do contingente de pessoas maiores de 60 anos de 4% em 1940 para 9% em 2000. Além disto, a proporção da população "mais idosa", ou seja, acima de 80 anos tem aumentado, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, o que significa que a população considerada idosa também está envelhecendo.

A tabela 9 fornece os percentuais de distribuição da população do Estado do Rio Grande do Sul e de Uruguaiana em três grupos. Nota-se que, na medida em que a população mais jovem diminui em termos percentuais sua participação, a população considerada idosa[27] aumenta em termos relativos (T%). A exemplo disto, observa-se que Uruguaiana possuía pouco mais do que 4% de sua população com idade acima dos 60 anos em 1920. Esta mesma taxa cresce de forma consecutiva, ano após ano, de tal forma que, em 1996, a porcentagem de pessoas com 60 anos ou mais atinge o índice de 7,80%. Do mesmo modo, o *peso* do grupo populacional constante na faixa de 0 a 19 anos cai de 53,32%, em 1920, para 41,14%, no ano de 1996.

---

[26] Conforme demonstra o Relatório Nacional Brasileiro sobre o Envelhecimento da População Brasileira, do MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2002), a população brasileira, de acordo com o último censo demográfico realizado em 2000, aproximou-se da marca de 170 milhões de habitantes, dos quais 82% moram em áreas definidas como urbanas. Nos anos setenta, projetava-se que a população brasileira ultrapassaria os 200 milhões de habitantes no ano 2000. A diminuição da fecundidade, no entanto, reduziu o ritmo de crescimento populacional e levou a um envelhecimento dessa população. Como resultado, o Brasil deixou de ser um país predominantemente de jovens, passando a ser um país com uma pirâmide etária mais concentrada na faixa da "meia idade". Este processo foi resultado de elevadas taxas de crescimento vegetativo no passado, seguido de um processo de declínio ainda no final dos anos sessenta. A taxa atual de fecundidade total é de 2,1 filhos por mulher no final do período reprodutivo, enquanto a esperança de vida ao nascer é de 68,6anos.

[27] Algumas ponderações sobre o conceito de idoso são pertinentes em estudos aplicados. A exemplo disto, o critério de análise puramente cronológico, embora amplamente usado, é alvo de algumas críticas teóricas, em especial quanto a questão do meio social e cultural diverso em que os indivíduos estão inseridos.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO: RS E URUGUAIANA - 1920/96 EM %

ANO	**de 0 a 19 anos**		**de 20 a 59 anos**		**de 60 anos ou mais**	
	RS	Uruguaiana	RS	Uruguaiana	RS	Uruguaiana
1920	57,24	53,32	38,59	42,50	4,17	4,18
1940	53,76	47,54	42,09	47,34	4,15	5,12
1960	51,84	50,09	43,02	44,11	5,14	5,80
1970	50,27	50,29	43,95	43,66	5,78	6,05
1980	43,95	46,34	48,88	46,45	7,17	7,21
1991	38,86	42,94	52,22	49,52	8,92	7,54
1996	37,14	41,14	53,16	51,06	9,71	7,80

Fonte de Dados Brutos - FEE/RS: Um Século de População do RS. Porto Alegre: 2001

Quanto ao Estado, o mesmo fenômeno também é registrado, mais acentuadamente, no entanto, como demonstrado na figura 6. Nos primeiros anos da série de dados, Uruguaiana apresenta uma taxa percentual de pessoas idosas semelhante à registrada no Estado. Nos últimos dois períodos, a taxa estadual supera a taxa municipal, marcando igualmente o início do processo (relativo) de envelhecimento irreversível da população gaúcha. Entre outros eventos particulares, o envelhecimento é, também, resultado da "significativa reversão no comportamento reprodutivo da sociedade" brasileira nas últimas décadas, que findou por dinamizar o processo, conforme apontado em Wajnman; Rios-Neto (2002).

FIGURA 6 - PERCENTUAL TOTAL DE POPULAÇÃO IDOSA / POPULAÇÃO TOTAL - RS E URUGUAIANA (EXTRAÍDO DA TABELA 9)

Rio Grande do Sul
Uruguaiana

Wong e Moreira (2000) destacam a oportunidade de planejamento social para regiões que experimentam a fase inicial do processo de envelhecimento populacional, tendo como base a própria evolução que outras sociedades já experimentaram com tal fenômeno. Ao analisar os contornos demográficos anunciados para a América Latina diante do envelhecimento, os autores destacam que:

> [...] o processo ocorre dentro de uma conjuntura de desenvolvimento regional que tem importantes repercussões sobre a formulação de políticas de bem estar social e a futura qualidade de vida dos idosos. São múltiplas as facetas sócio-econômicas e demográficas que se deve destacar, além das mudanças na estrutura familiar e as tensões relativas aos papéis do estado e da família no cuidado do idoso, e que são de particular importância para se antever a futura situação deste segmento populacional.

Neste sentido, por fazer parte deste processo, o estado riograndense está sujeito a sofrer influências demográficas efetivas sobre suas políticas públicas.

Fundamentalmente, a fecundidade é um dos elementos determinantes do envelhecimento populacional. Para Moreira (1998)[28], o persistente declínio dos níveis de fecundidade da mulher brasileira é um dos fatores determinantes do envelhecimento populacional, sendo este um movimento inevitável, irreversível a longo prazo.[29]

Algumas correlações com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho justificam a queda no número de filhos por casal. Para um indicador como este, que sugere uma tendência ao aumento do *peso* da população idosa frente à população total influenciado pela fecundidade, diz-se que o envelhecimento

---

[28] O autor destaca que "as projeções da população brasileira por grupos de idade até 2050 mostram que, entre 2000 e 2050, a participação da população jovem continuará cadente, passando de 28,6% para 17,2%, enquanto ocorrerá um modesto declínio no peso da população adulta (de 66,0 para 64,4%) e todo o aumento concentrará na população idosa que ampliará a sua importância relativa [...] intensificando sobremaneira o envelhecimento demográfico brasileiro".

[29] Sobre o processo de envelhecimento observado no Brasil, duas especificidades são importantes. Segundo Carvalho, J. A. M. (2002), "no Brasil, como recentemente em vários outros países do Terceiro Mundo, o declínio da fecundidade se deu a partir de um nível significativamente maior e a um ritmo incomparavelmente mais rápido. Em termos comparativos, isto tem duas conseqüências: as populações do Primeiro Mundo, antes do declínio sustentado de fecundidade e, portanto, do processo de envelhecimento, já conviviam com um percentual de pessoas idosas maior do que o da população brasileira, ao se iniciar o mesmo processo. Por outro lado, o ritmo de envelhecimento da população brasileira, isto é, o aumento relativo da proporção de idosos, será mais rápido, em conseqüência do ritmo também mais rápido da queda de sua fecundidade". Em Chesnay, J. (2002), o processo demográfico do envelhecimento populacional é "uma mudança total da sociedade que se prepara para o Ocidente; e será necessário adaptar as finanças públicas (aposentadorias, seguro saúde, pensão, etc.)".

ocorre pela base. O contrário determina que a população envelhece a partir de uma efetiva ampliação da porcentagem da população idosa, e é definida pela expressão envelhecimento pelo topo, característico de países desenvolvidos.[30] Um exemplo particular e aplicado da análise do envelhecimento populacional pela base é encontrado nas pesquisas de Moura (1996), que demonstra em seus escritos o declínio da fecundidade como fator que estaria assumindo grande destaque nas mudanças observadas na estrutura etária da população nortista do Brasil.[31]

Vários estudos procuram mostrar a importância da fecundidade para explicar o envelhecimento. Para Pressat (1972),

> El envejecimiento aparece como una evolución ineluctable de la estructura de las poblaciones humanas. En efecto, desde que en una población baja la mortalidad, transitoriamente se produce una considerable expansión demográfica; tarde o temprano se registra una baja de la fecundidad que actúa como un correctivo indispensable: es esta baja lo que provoca el envejecimiento.

Em outro estudo, Carvalho (2002) destaca que,

> [...] em uma população fechada e dados os padrões de queda de mortalidade até agora observados, o processo de envelhecimento populacional, tanto nos países do Primeiro, quanto do Terceiro Mundo, tem sido conseqüência quase exclusiva do declínio da fecundidade. Este declínio faz com que o tamanho original das diversas gerações existentes em uma população (número de nascidos vivos) seja cada vez mais indiferenciado, o que leva a que a diferença do tamanho, em um determinado momento, entre uma geração mais velha e uma mais jovem seja cada vez mais dependente apenas do menor tempo a que esta esteve exposta à mortalidade, vis-à-vis aquela.

Para concluir, cabe assinalar que o perfil demográfico de Uruguaiana experimentou uma lenta, mas importante, transformação qualitativa nos últimos 20 anos do século XX. A população tornou-se crescentemente urbana, reduziu-se seu percentual de jovens, aumentou o de idosos e também aumentou significativamente a população economicamente ativa. Para alcançar o desenvolvimento econômico e social, este perfil demográfico *deve* ser enriquecido com doses crescentes de

---

[30] Entende-se que nos países desenvolvidos, a população ainda apresenta indicadores de envelhecimento populacional, porém, este envelhecimento ocorre não pela base, mas centrado em declinantes níveis de mortalidade no grupo dos idosos.

[31] Esta importante abordagem refuta a crença equivocada de que a redução da mortalidade é o principal fator responsável do envelhecimento populacional. Para Moreira, M. (1988), ao trabalhar com a análise de probabilidade de sobrevivência por idade, *a queda da mortalidade resulta em rejuvenescimento e não em envelhecimento populacional*. Vale ainda salientar o fato de que, estatisticamente, este fenômeno ocorre em todas as regiões brasileiras.

desenvolvimento humano, na forma de nutrição, habitação, saúde e educação. Os recursos territoriais colocados à sua disposição pela natureza, examinados no próximo capítulo, não podem ser plena e sustentadamente explorados sem os requisitos do fator humano.

Em linhas gerais, o que se observa nos dados do período, para a cidade de Uruguaiana, permite concluir que o município está inserido no conjunto de regiões que está experimentando os efeitos dos fenômenos demográficos registrados em países em desenvolvimento. Na região em que está inserida, apresenta uma taxa anual média de crescimento da população da ordem de 1,71%, inferior à taxa estadual (2,21%). Este crescimento populacional garante uma participação anual média de 1,30% da população do Estado do Rio Grande do Sul. A razão de sexo em Uruguaiana, no ano de 2000, é de 97,51 homens para cada 100 mulheres e seu grau de urbanização atinge os 93,38% no ano de 2000; acima do índice estadual, que é de 81,65%, para o mesmo ano.

A distribuição etária da população de Uruguaiana acompanha a evolução estadual. O fenômeno que merece destaque refere-se à tendência de envelhecimento (relativo) populacional e justifica-se claramente pelos crescentes índices percentuais (4,18 – 5,12 – 5,80 – 6,05 – 7,21 – 7,54 e 7,80 no último ano) ligeiramente inferiores à tendência estadual que acusa, para esta população, um índice muito próximo de 10% em 2000.

6 A ECONOMIA MUNICIPAL: VISÃO MACROECONÔMICA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Ronaldo Herrlein Jr.

6.1 RENDA E EMPREGO

Neste capítulo, a visão macroeconômica do município de Uruguaiana é fornecida pela análise dos dados agregados de renda e emprego. A renda é representada pelo Produto Interno Bruto (PIB), pelo PIB *per capita* e também pelo Valor Adicionado Bruto (VAB), cujos dados permitem a avaliação da composição e da evolução setorial do produto na Agropecuária, na Indústria e nos Serviços. O emprego é representado pelo emprego formal, para o qual existem dados mais recentes e cuja composição e evolução setorial é possível analisar em detalhe.

No que concerne à geração da renda e buscando uma avaliação mais geral e de médio prazo sobre a economia de Uruguaiana, foram utilizados os dados produzidos e disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado dos municípios gaúchos.[32] A série não é contínua, mas cobre os anos de 1985 e 1990 e, posteriormente, os anos contínuos de 1996 a 1999.[33]

---

[32] Os dados trabalhados correspondentes a essa análise, bem como os da análise seguinte e setorial (com base no Valor Adicionado Bruto) encontram-se nas Tabelas do Apêndice I.

[33] No momento da redação deste capítulo, tomamos conhecimento que a FEE divulgou, em 20 de maio último os dados relativos ao PIB e ao VAB dos municípios gaúchos em 2000 e 2001. Devido ao estado adiantado deste trabalho, tornou-se impossível utilizar os dados para esses anos do mesmo modo que para os anos anteriores, fazendo-se comparações com outros municípios e o COREDE Fronteira Oeste. Não obstante, incluímos à última hora os dados de variação do PIB, PIB *per capita* e VAB por setor para 2000 e 2001, integrando-os porém apenas parcialmente à análise do período anterior.

Na análise do PIB e do PIB *per capita*, bem como do Valor Adicionado Bruto, optou-se por considerar os dados relativos à Uruguaiana em uma perspectiva comparada com a média do Rio Grande do Sul, como é de praxe, mas também com os dados de outros municípios. Os municípios escolhidos para fins de comparação foram aqueles componentes do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) da Fronteira Oeste e mais oito municípios selecionados segundo alguns critérios descritos a seguir. O levantamento e processamento dos dados dos municípios que compõem o COREDE permitiram uma comparação de Uruguaiana com seus municípios vizinhos e parceiros, bem como do conjunto do COREDE Fronteira Oeste.

Os demais oito municípios foram escolhidos segundo um critério associado à estrutura de sua economia em 1985 e, secundariamente, ao tamanho de sua população em 1985. Os municípios e as razões de sua escolha são os seguintes:

- Arroio Grande, Cacequi e Santa Vitória do Palmar: escolhidos por apresentarem elevada participação da **agropecuária** (setor primário) no PIB (medido pelo Valor Adicionado Bruto) e possuírem um mínimo de 15 mil habitantes;

- Caxias do Sul: escolhido por possuir elevada participação da **Indústria** (setor secundário) no PIB (VAB) e por ser considerado exemplar na sua capacidade de promover o crescimento econômico;

- Porto Alegre e Santa Maria: o primeiro escolhido por tratar-se da capital e, ambos, por terem elevada participação dos **Serviços** (setor terciário, inclusive comércio) no PIB (VAB);

- Cachoeira do Sul e Frederico Westphalen: escolhidos por **possuírem estrutura setorial do PIB (VAB) semelhante à de Uruguaiana** em 1985 e apresentarem contingente demográfico expressivo (mais de 30 mil habitantes), no caso de Cachoeira do Sul equivalente ao de Uruguaiana no mesmo ano.

Na análise do emprego formal, não foi possível manter o mesmo padrão de referências comparativas, que foram limitadas à média estadual e a cinco municípios do COREDE Fronteira Oeste.

Antes de relatar a análise realizada, convém explicitar a natureza das estatísticas utilizadas para representar a geração de renda em Uruguaiana. O PIB municipal representa a melhor medida disponível do fluxo agregado de criação de riquezas, correspondendo ao cálculo criterioso realizado pela FEE, que se distingue da medida fornecida pelo Valor Adicionado Fiscal (VAF). Esta última possui inúmeras limitações, por refletir apenas os recolhimentos tributários, que oscilam acentuadamente a cada ano, além de excluírem importantes segmentos da economia municipal. A série do PIB municipal disponibilizada pela FEE, embora defasada, permite a análise de um período de 14 anos, o que fornece um horizonte para avaliar a década de 90 e os anos mais recentes, quando se dispõe de dados anuais para o PIB (1996 a 1999). Adicionalmente, também são comentados brevemente os dados referentes a mais dois anos (2000 e 2001).

O PIB *per capita*, por sua vez, representa o mesmo fluxo anual de geração de riquezas considerado em relação à dimensão da população municipal. Sendo assim, o PIB *per capita* é uma medida genérica do nível médio de vida, pois constitui uma referência fundamental na determinação desse nível. Por outro lado, a mesma medida representa um indicador genérico de produtividade, pois também evidencia o nível de geração de produto por habitante. A medida do PIB *per capita* também é útil para estabelecer comparações com o Estado e outros municípios, quando as dimensões relativas do PIB são algo distintas. Nesses casos, a comparação dos PIBs em termos *per capita* nivela o indicador do fluxo de geração de riqueza em relação a um denominador comum. Não obstante, tal medida em nada indica como está distribuído o referido fluxo. Além disso, quando se considera alguma comparação dos indicadores de evolução do PIB *per capita* ao longo do tempo, os resultados devem assemelhar-se aos da comparação da evolução do PIB, sendo as diferenças observadas atribuíveis aos distintos comportamentos demográficos entre os municípios em comparação.

6.1.1 Análise do Produto Interno Bruto

6.1.1.1 Evolução do PIB em 14 anos (1985-1999)

Uma primeira observação da evolução da economia de Uruguaiana desde 1985 até o final do século passado revela um quadro preocupante. Conforme a tabela 10, observa-se que nesses 14 anos a economia do município teve um crescimento nulo. Vale dizer que o tamanho da economia de Uruguaiana em 1999, isto é, o montante anual do fluxo produtivo municipal era, em termos reais, o mesmo que o observado em 1985. Mesmo levando-se em conta as dificuldades das economias brasileira e gaúcha no período, o desempenho de Uruguaiana surpreende por denotar uma estagnação de sua economia.

No mesmo período de 14 anos, a economia gaúcha cresceu à taxa de 2,1% a.a., enquanto a economia brasileira cresceu à taxa de 2,3%, resultando num crescimento acumulado de 33,0% e 36,6%, respectivamente, enquanto Uruguaiana não obteve nenhum crescimento. Nenhum dos municípios não pertencentes ao COREDE Fronteira Oeste apresentou desempenho econômico tão inexpressivo quanto Uruguaiana, sendo que os piores desempenhos foram, em geral, daqueles municípios que apresentavam estrutura econômica semelhante à Uruguaiana ou com predomínio do setor primário, em 1985. Dentre esses municípios, os de melhor desempenho foram aqueles em que predominavam e predominam as atividades secundária ou terciária.

TABELA 10 - TAXAS MÉDIAS REAIS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO PIB 1986 - 1999

continua
(em %)

MUNICÍPIOS	1986 a 1990	1991 a 1999	1985 a 1999
Uruguaiana*	-4,1	2,4	0,0
Alegrete	0,4	2,7	1,9
Itaqui*	-0,1	2,9	1,8
Rosário do Sul	-4,5	3,9	0,8
Santana do Livramento	-6,8	2,0	-1,2
São Borja*	0,6	2,0	1,5
São Gabriel	-4,8	4,3	1,0
Quaraí	-5,4	4,4	0,8

(em %)

MUNICÍPIOS	1986 a 1990	1991 a 1999	1985 a 1999
COREDE	**-2,8**	**3,0**	**0,8**
Cachoeira do Sul*	-1,2	1,3	0,4
Frederico Westphalen*	0,0	2,9	1,8
Arroio Grande	-9,7	6,5	0,4
Cacequi	-1,4	2,4	1,1
Santa Vitória do Palmar*	0,1	1,3	0,9
Porto Alegre	-0,2	2,4	1,.5
Caxias do Sul	2,8	3,8	3,4
Santa Maria*	-0,6	4,7	2,8
Rio Grande do Sul	**0,8**	**2,8**	**2,1**
Brasil	**1,9**	**2,5**	**2,3**

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1. Utilizou-se os deflatores do PIB do RS e do PIB BR (ver Nota Técnica Nº 2).
Fonte: FEE e IBGE.

A análise do desempenho econômico dos municípios do COREDE Fronteira Oeste revela alguns aspectos a serem destacados. Em primeiro lugar, o desempenho geral da economia do COREDE também foi muito fraco, acumulando apenas 12,5% em 14 anos. Esse desempenho é bastante influenciado pelo peso de Uruguaiana, que era, e ainda é, a principal economia municipal dessa região (tabela 11), embora seu peso venha decrescendo. Como causa desse decréscimo, observa-se, em segundo lugar, que a maioria dos municípios do COREDE apresentou crescimento do PIB superior ao de Uruguaiana, sendo Santana do Livramento a única exceção, justamente a segunda maior economia municipal em 1985, já ultrapassada por Itaqui e Alegrete nesses 14 anos. Santana do Livramento foi o único município, dentre os analisados, que apresentou um decréscimo de sua economia no período, da ordem de –16,0%. Em terceiro lugar, observa-se que os municípios do COREDE com maior crescimento econômico no período foram Alegrete e Itaqui, com taxas médias anuais de 1,9 e 1,8% a.a., relativamente próximas à média estadual, seguidos dos municípios de São Borja e São Gabriel. Antes de indagar sobre uma explicação possível para os desempenhos diferenciados dentro do COREDE, apresenta-se na tabela 11, a composição do PIB dessa região, segundo seus municípios componentes. Através dessa tabela, pode-se observar a mudança de peso econômico relativo desses municípios, decorrente dos desempenhos diferenciados, bem como o efeito das emancipações em termos de perda de fração do PIB da região para o município-mãe.

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DO PIB DO COREDE FRONTEIRA OESTE ENTRE OS MUNICÍPIOS COMPONENTES - 1985, 1990, 1996, 1999

(%)

MUNICÍPIOS	1985	1990	1996	1999
Uruguaiana	24,1	22,6	21,3	19,4
Barra do Quaraí				2,1
Alegrete	13,2	15,6	15,8	15,3
Itaqui	12,9	14,8	15,7	12,5
Maçambara				2,3
Rosário do Sul	6,6	6,1	6,8	6,6
Santana do Livramento	16,2	13,2	11,1	12,1
São Borja	12,2	13,7	12,6	11,6
Garruchos			0,8	0,8
Itacurubi		0,8	0,9	0,9
São Gabriel	11,1	10,0	10,4	11,3
Quaraí	3,7	3,3	3,4	3,7
Manoel Viana			1,3	1,4
COREDE	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte dos dados brutos: FEE

Pode-se notar claramente o declínio de Uruguaiana, o declínio de Santana do Livramento, bem como o crescente peso econômico de Alegrete e Itaqui (agregando-se os municípios dele emancipados). Todavia, as mudanças mais significativas se concentram no primeiro lustro da série, como será comentado mais adiante, na subseção seguinte.

Com o propósito de buscar algumas pistas na explicação dos desempenhos diferenciados dos municípios do COREDE no período em foco, buscou-se estabelecer algumas relações entre a estrutura econômica dos municípios do COREDE, em 1985 e em 1999, e seus respectivos desempenhos quanto ao crescimento do PIB nesse período. Para tanto, apresenta-se, na tabela 12, essa estrutura econômica, ainda sem o propósito de avaliar mais diretamente as grandes mudanças estruturais ocorridas no período.

TABELA 12 - ESTRUTURA SETORIAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO DE URUGUAIANA, DO COREDE FRONTEIRA OESTE E DE SEUS MUNICÍPIOS – 1985/1999

MUNICÍPIOS	**1985**			**1999**		
	AGR	IND	SER	AGR	IND	SER
Uruguaiana*	35,1	20,6	44,3	34,1	7,7	58,2
Alegrete	36,7	14,8	48,5	31,3	18,3	50,4
Itaqui*	48,3	20,0	31,7	43,3	17,5	39,2
Rosário do Sul	37,2	12,3	50,5	39,8	7,1	53,1
Santana do Livramento	21,5	33,0	45,5	24,9	4,5	70,5
São Borja*	29,3	20,7	49,9	29,2	22,8	48,0
São Gabriel	35,4	22,7	41,9	33,4	18,3	48,3
Quaraí	47,8	2,4	49,8	37,2	2,9	59,9
COREDES	**34,7**	**20,8**	**44,5**	**33,9**	**13,3**	**52,8**

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1.
Fonte dos dados brutos: FEE.

Considerando os dados da tabela 12 e da tabela 10 em conjunto, pode-se observar que a maioria dos municípios do COREDE possuía, em 1985, pelo menos um quinto de seu PIB (VAB) no setor industrial, sendo que o destaque era Santana do Livramento, com cerca de um terço do produto municipal gerado na Indústria. A explicação para o péssimo desempenho econômico desse município parece estar no aniquilamento de sua indústria, que, em 1999, passava a representar apenas 4,5% do PIB (VAB) municipal. Esse também parece ser o caso de Uruguaiana, cujo produto industrial declinou acentuadamente em sua importância para a economia municipal. Ao contrário, os municípios de Alegrete e Itaqui, bem como os que a seguir apresentaram o melhor desempenho quanto ao crescimento do PIB, São Borja e São Gabriel, são municípios que preservaram ou ampliaram o peso de sua Indústria nos respectivos PIBs (VABs) ao longo do período. Nos dois primeiros casos, dos municípios com maior taxa de crescimento no período, a estrutura econômica alterou-se de modo a reduzir pouco ou até mesmo a ampliar o peso da Indústria, enquanto reduziu-se o peso da agropecuária e aumentou o peso dos serviços.

As indicações recolhidas até aqui apontam para a conclusão de que o desempenho dos municípios quanto ao crescimento de seu PIB foi melhor nos municípios em que os setores secundário e terciário detinham maior importância

relativa em 1985 e que, além disso, conseguiram preservar as atividades industriais com algum peso significativo em sua estrutura econômica ao longo do período.

Outro modo de observar os diferenciais de crescimento de Uruguaiana e de outros municípios, ao longo desses 14 anos, é considerar os tamanhos relativos das demais economias municipais em relação à Uruguaiana (tabela 13). Nesse sentido, pode-se observar que as economias municipais de Alegrete e Itaqui, que representavam cerca de 54% da economia de Uruguaiana, em 1985, passaram a representar cerca de 70% depois de 14 anos. Igualmente, o conjunto do PIB do COREDE Fronteira Oeste, que representava 4,1 vezes a economia de Uruguaiana, passou a representar 4,6 vezes. Dois casos notáveis nessa comparação são os de Caxias do Sul e Santa Maria. Esse último município, cuja economia era ligeiramente maior (8%) que a de Uruguaiana, em 1985, alcançou tamanho correspondente a mais de uma vez e meia a do município em estudo. Caxias do Sul, que já possuía uma economia com 3,7 vezes o tamanho da de Uruguaiana, representava, em 1999, cerca de 5,9 vezes.

O crescimento nulo do PIB de Uruguaiana em 14 anos, confrontado ao crescimento acumulado do PIB gaúcho em 33%, determinou a perda de posições do município no *ranking* das economias municipais do Rio Grande do Sul. A tabela 13 mostra a proporção do PIB estadual representada pela economia de Uruguaiana e sua posição no referido *ranking*, indicando também o número de municípios existentes. A maior queda ocorre nos primeiros cinco anos da série, sendo que as perdas de posição ocorridas em 1997 devem-se, principalmente, à emancipação da Barra do Quaraí. Sem ela, Uruguaiana seria a 21ª economia municipal em 1997 e a 20ª em 1999.

TABELA 13 - ÍNDICE DA PROPORÇÃO DO PIB DOS MUNICÍPIOS, RELATIVAMENTE AO PIB DE URUGUAIANA – 1985/1999

		(Uruguaiana = 100)
MUNICÍPIOS	**1985**	**1999**
Uruguaiana*	100,0	100,0
Alegrete	54,9	71,2
Itaqui*	53,4	68,6
Rosário do Sul	27,3	30,5
Santana do Livramento	67,1	56,1
São Borja*	50,5	61,9
São Gabriel	46,1	52,4
Quaraí	15,5	17,1
Manoel Viana		6,4
COREDES	**414,8**	**464,3**
		(Uruguaiana = 100)
MUNICÍPIOS	**1985**	**1999**
Cachoeira do Sul*	66,6	70,1
Frederico Westphalen*	19,2	24,6
Arroio Grande	20,0	21,2
Cacequi	11,3	13,0
Santa Vitória do Palmar*	38,9	43,7
Porto Alegre	1101,3	1349,0
Caxias do Sul	369,0	587,4
Santa Maria*	108,3	158,6

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1.
Fonte dos dados brutos: FEE.

TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO DO PIB DE URUGUAIANA NO PIB DO RIO GRANDE DO SUL E SUA POSIÇÃO NO *RANKING* DOS PIBS MUNICIPAIS DO ESTADO

ANOS	PARTICIPAÇÃO UGN/RS %	POSIÇÃO	Nº TOTAL DE MUNICÍPIOS
1985	1,23	16	244
1990	0,96	21	333
1996	0,91	20	427
1997	0,78	24	467
1998	0,84	23	467
1999	0,84	23	467

Fonte dos dados brutos: FEE

6.1.1.2 Evolução do PIB por subperíodos: final dos anos 80 e década de 90

A tabela 14 acima evidencia novamente que, ao longo dos 14 anos em foco, o comportamento do PIB de Uruguaiana não foi linear. Igualmente, pode-se retornar à tabela 10 para verificar que não ocorreu uma permanente estagnação da

economia municipal. Na verdade, os dados indicam mudanças muito importantes no comportamento do produto municipal ao longo do período em foco. Assim, nota-se que as perdas efetivas ocorreram entre 1985 e 1990, num contexto de muitas dificuldades para o conjunto da economia estadual. Nesse mesmo subperíodo, todos os municípios pertencentes ao COREDE Fronteira Oeste tiveram desempenho econômico muito fraco. O declínio foi geral e cinco dos oito municípios do COREDE tiveram desempenho inferior ao de Uruguaiana.

Observando-se, na tabela 10, o desempenho dos demais municípios utilizados para comparação, percebe-se que Caxias do Sul é a única exceção em um conjunto de desempenhos negativos ou de estagnação das economias municipais. Também no subperíodo inicial da série estatística, observam-se as piores situações para os municípios com grande peso do setor primário, ou com estrutura econômica semelhante à de Uruguaiana em 1985.

Obviamente, para que Uruguaiana, após cinco anos com decréscimo anual médio real de 4,1% do seu PIB, chegasse, em 1999, com o mesmo tamanho de seu produto que em 1985, foi preciso que nos anos 90 transcorresse uma recuperação da economia. Tal recuperação, consubstanciada numa taxa média anual de crescimento real do PIB de 2,4%, parece satisfatória quando comparada às taxas análogas para o Brasil (2,5%) e para o Rio Grande do Sul (2,8%). Entretanto, a comparação com outros municípios, especialmente com aqueles pertencentes ao COREDE, indica que a recuperação da economia de Uruguaiana ainda foi insatisfatória. O crescimento observado, a partir de 1991, foi dos menores dentre os municípios do COREDE e inferior à sua média de crescimento (de 3% a.a.), sendo apenas suficiente para recuperar, em nove anos, a capacidade de geração de produto perdida nos cinco anos anteriores.

Com o que foi visto até aqui, já se pode concluir que a economia de Uruguaiana experimentou dois momentos distintos ao longo dos 14 anos, entre 1985 e 1999. Num primeiro momento, houve uma crise de grandes proporções, ao final dos anos 80. Posteriormente, ao longo dos anos 90, ocorreu uma recuperação, cuja realização ao longo da década pode ser observada com maior detalhe na subseção seguinte. Posteriormente, quando da análise do Valor Adicionado Bruto por setor de

atividade, vai-se avaliar melhor quais setores capitanearam a queda e a retomada da economia de Uruguaiana.

6.1.1.3 Evolução do PIB ao longo dos anos 90

Viu-se, acima, que os anos 90 trouxeram uma recuperação relativa para a economia de Uruguaiana, na qual o PIB municipal recuperou sua dimensão de 1985, crescendo, porém, a uma taxa média anual inferior às médias do COREDE e estadual e equivalente à média nacional. Pode-se, agora, observar como esse desempenho realizou-se ao longo do tempo, tratando de identificar se o ritmo de recuperação foi crescente ou decrescente ao longo do período 1990-99. Na tabela 15, pode-se observar que a economia de Uruguaiana voltou a crescer, após 1990 até 1996, à taxa anual média de 1,9%, inferior às taxas de crescimento do conjunto do COREDE Fronteira Oeste, do Rio Grande do Sul e do Brasil. Nos anos restantes da série, a economia de Uruguaiana passou a crescer mais que a média estadual e que a média nacional, sendo uma das mais dinâmicas do COREDE no triênio 1997-99.

A taxa de expansão média de 3,4% alcançada pelo PIB de Uruguaiana nesses anos foi a maior já observada desde 1985, mas deve-se considerar esse dado com alguma reserva, pois essa medida refere-se agora ao conjunto formado por Uruguaiana mais Barra do Quaraí, que emancipou-se ao final de 1995, passando, de fato, a constituir uma economia municipal independente (para fins da estatística do PIB) a partir de 1997. Por ocasião desse “desmembramento” do território da Barra do Quaraí e suas atividades econômicas, a perda econômica respectiva alcançou cerca de 8,5% do PIB de Uruguaiana antes da emancipação (estatística de 1996), conforme pode ser observado na tabela 16, adiante. Nesse ano, a queda total foi de 9,5%, sendo, portanto, apenas 1% devido a uma efetiva retração econômica (medida para o agregado Uruguaiana mais Barra do Quaraí). Assim, o desempenho específico da economia de Uruguaiana, com seu novo e menor recorte territorial, pode ser precisamente avaliado nos anos de 1998 e 1999, quando cresceu em 7% e 3%, respectivamente, com nível superior às médias estadual e nacional e equivalente à média do COREDE. Porém, nesses mesmos anos, a pequena economia da Barra do Quaraí, desprovida de Indústria e com 73,6% de seu produto baseado no setor primário em 1999, cresceu às elevadas

taxas de 8,6% e 16%. Com isso, aquele desempenho de Uruguaiana assinalado na tabela 15, adiante, está influenciado pelo excepcional crescimento do PIB da Barra do Quaraí.

TABELA 15 - TAXAS MÉDIAS REAIS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO PIB 1991/1996, 1997/1999

(em %)

MUNICÍPIOS	1991 a 1996	1997 a 1999
Uruguaiana*	1,9	3,4
Alegrete	3,2	1,9
Itaqui*	3,9	1,0
Rosário do Sul	4,9	2,0
Santana do Livramento	0,0	6,0
São Borja*	2,7	0,7
São Gabriel	3,6	5,7
Quaraí	3,5	6,2
Manoel Viana		5,1
COREDES	**2,9**	**3,0**

(em %)

MUNICÍPIOS	1991 a 1996	1997 a 1999
Cachoeira do Sul*	2,8	-1,7
Frederico Westphalen*	5,4	-2,0
Arroio Grande	9,4	1,0
Cacequi	-3,3	15,1
Santa Vitória do Palmar*	-2,2	8,6
Porto Alegre	2,3	2,7
Caxias do Sul	3,2	4,9
Santa Maria*	5,3	3,7
Rio Grande do Sul	**2,8**	**2,8**
Brasil	**3,0**	**1,4**

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1. Utilizou-se os deflatores do PIB do RS e do PIB BR (ver Nota Técnica Nº 2).
Fonte: FEE e IBGE.

Observando o ano de 1997, em que o agregado Uruguaiana mais Barra do Quaraí registrou queda de 1% no PIB, nota-se que a queda foi generalizada no COREDE Fronteira Oeste e que o PIB estadual obteve crescimento de 6,1, que teve incidência muito variada em seu território, como se percebe pela diversidade de taxas positivas e negativas elevadas nos municípios considerados para fins de comparação, independentemente de suas características de estrutura econômica predominantemente rural ou urbana. Nos dois últimos anos da série, em que é possível observar separadamente o desempenho de Uruguaiana, as taxas de crescimento são muito boas, acompanhando a boa performance do COREDE e

destacando-se em nível estadual. Ressalta-se que, mesmo considerando as taxas de crescimento especificas da “nova” Uruguaiana, em 1998 e 1999 (inferiores àquelas que incluem o desempenho da Barra do Quaraí), mantém-se a característica assinalada anteriormente de serem as maiores taxas observadas para Uruguaiana ao longo de toda a série de dados para o PIB.

TABELA 16 - TAXAS REAIS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO PIB 1997 A 1999

(em %)

MUNICÍPIOS	1997	1998	1999
Uruguaiana*	-1,0	7,2	4,1
Uruguaiana	-9,5	7,0	3,0
Barra do Quaraí		8,6	16,0
Alegrete	-2,9	9,6	-0,5
Itaqui	-1,3	-5,3	10,4
Rosário do Sul	-3,5	-0,3	10,4

(em %)

MUNICÍPIOS	1997	1998	1999
Santana do Livramento	4,0	4,1	10,0
São Borja*	-2,3	1,7	2,6
São Gabriel	-0,8	-0,6	19,7
Quaraí	1,5	10,6	6,6
Manoel Viana	8,6	1,8	4,9
COREDES	**-0,9**	**3,2**	**6,8**
Cachoeira do Sul*	-8,7	3,3	0,6
Frederico Westphalen*	-14,5	5,6	4,5
Arroio Grande	-9,7	5,3	8,3
Cacequi	35,2	-2,6	15,8
Santa Vitória do Palmar*	12,0	6,8	7,0
Porto Alegre	0,2	1,2	6,8
Caxias do Sul	21,2	-0,5	-4,3
Santa Maria*	8,3	0,9	2,0
Rio Grande do Sul	**6,1**	**-0,5**	**3,0**

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1. Utilizou-se os deflatores do PIB do RS e do PIB BR (ver Nota Técnica Nº 2).
Fonte: FEE e IBGE.

6.1.1.4 Evolução do PIB em 2000 e 2001

Nos dois últimos anos da série do PIB, recentemente divulgados pela FEE, pode-se notar nova queda para Uruguaiana, considerando agora esse município isoladamente. Nestes dois anos, respectivamente, o PIB de Uruguaiana caiu em 14,7% e recuperou-se em 11,7% em termos reais, totalizando uma perda acumulada de –4,6%. O desempenho esteve bem aquém daquele observado para o Rio Grande do Sul nos mesmos anos, que foram de elevações em 4,4% e 3,1%, acumulando

7,7% de crescimento em dois anos. No mesmo biênio, o PIB brasileiro cresceu em 5,8%.

6.1.1.5 Conclusões da análise do PIB

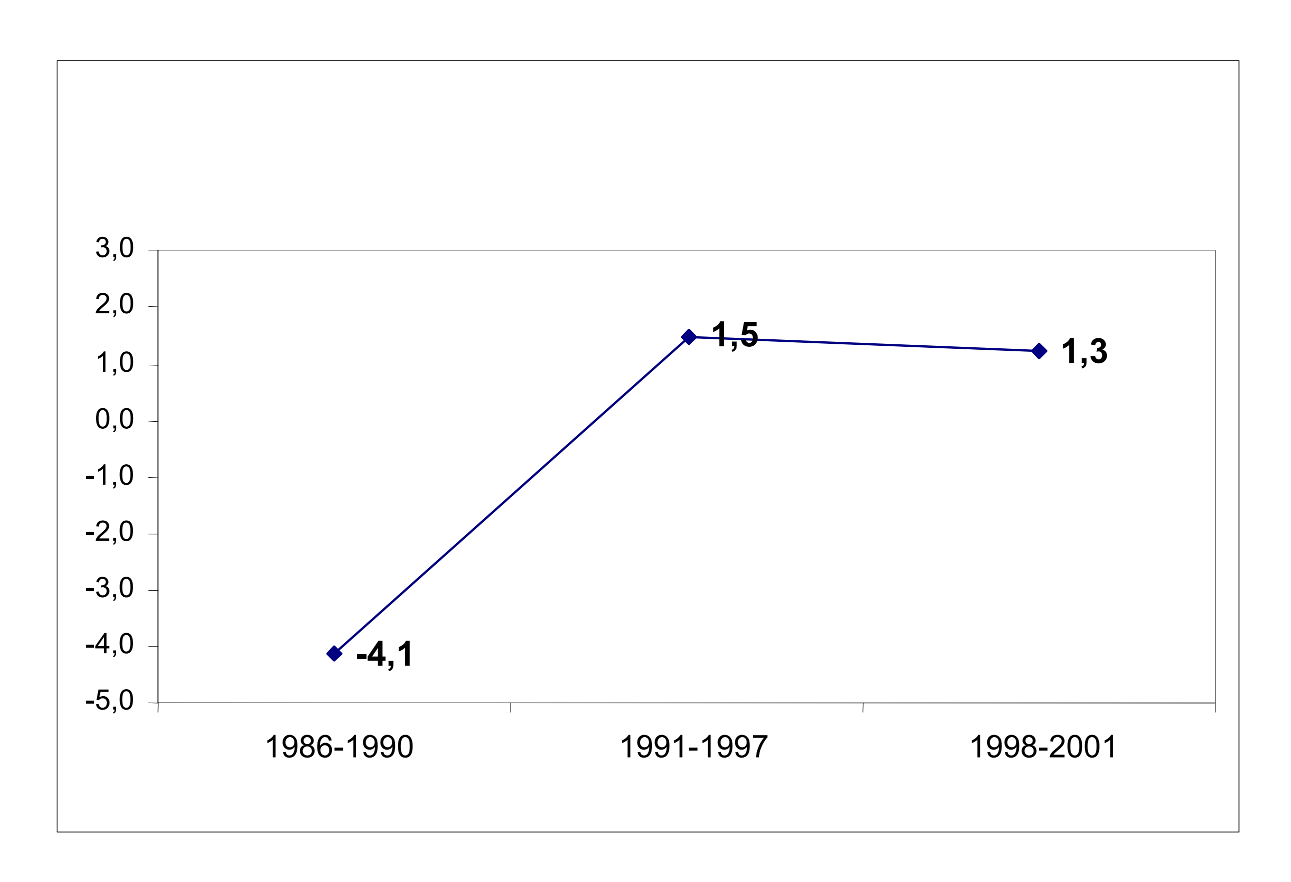
A série do PIB de Uruguaiana evidencia que a economia do município sofreu um grande revés ao final dos anos 80, experimentando uma recuperação a partir de 1991. Tal recuperação transcorreu ainda a taxas inferiores à média estadual, determinando a continuidade da perda de importância econômica do município no Estado. A referida recuperação transcorreu em ritmo crescente até 1999 e, na medida em que se observa o final da década, o crescimento de Uruguaiana ganhou relativo destaque frente às médias estadual, nacional e do COREDE. As taxas de crescimento mais elevadas nos anos 1998-99 ocorreram, a despeito da emancipação da Barra do Quaraí, cuja economia mostrou-se, nos primeiros anos de existência do município, mais dinâmica que a média da economia uruguaianense, antes e depois da emancipação. Entretanto, é certo que a emancipação da Barra do Quaraí determinou uma perda de produto para Uruguaiana, de maneira que o município, em 1999, detinha um PIB 9,3% inferior ao de 1985 exclusivamente por efeito dessa emancipação.[34]

Contudo, no biênio 2000-2001, ocorreu nova queda no PIB de Uruguaiana (um decréscimo de 4,6% em relação a 1999). Com isso, pode-se afirmar que não há indícios de que a economia de Uruguaiana tenha superado seus momentos mais negativos e entrado em um novo ciclo econômico com maior crescimento. Como ilustrado no gráfico 3, que desconsidera o efeito da emancipação da Barra do Quaraí, as maiores taxas de crescimento do biênio 1998-99 e de 2001 foram contrapostas pela queda do PIB em 2000 (-14,6%). Cabe avaliar as causas da recuperação ocorrida ao final dos anos 90, bem como da nova retração do PIB municipal, a partir do comportamento dos produtos setoriais.

---

[34] Como vimos acima, se agregarmos Barra do Quaraí à Uruguaiana para recompor o mesmo agregado territorial dos dados de 1985, verifica-se uma recuperação do PIB em 1999 ao mesmo nível de 1985.

GRÁFICO 3 - TAXAS MÉDIAS REAIS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO PIB DE URUGUAIANA, POR SUBPERÍODOS, 1985-2001



Fonte dos dados brutos: FEE
Notas: a) os subperíodos não são proporcionais; b) o efeito da emancipação da Barra do Quaraí está desconsiderado, pois as taxas até 1997 incluem seu território de Uruguaiana, enquanto no último subperíodo referem-se apenas a Uruguaiana após a emancipação.

6.1.2 Análise do produto Interno bruto *per capita*

6.1.2.1 Evolução do nível relativo do PIB *per capita*: 1985 a 1999

Trata-se agora de averiguar como transcorreu a evolução do mesmo fluxo de geração de riqueza definido pelo PIB, porém agora dividido pela população residente no município. Dessa forma, o PIB *per capita* é uma medida cuja evolução irá expressar os efeitos conjugados da evolução do PIB e da evolução demográfica de Uruguaiana.

A primeira consideração a ser feita com o uso desse indicador será uma comparação com o nível do PIB *per capita* do Rio Grande do Sul, estabelecida para quatro momentos no tempo. Essa comparação fornece um índice relativo do nível médio de vida (ou da geração de produto por habitante) de Uruguaiana em relação

ao Rio Grande do Sul. Esse índice refletirá, portanto, quatro fatores determinantes: as evoluções do PIB e da população nos dois territórios, o municipal e o estadual. A tabela 17 apresenta os resultados encontrados para esse índice relativo do PIB *per capita* de Uruguaiana, de outros municípios e do COREDE em comparação com o PIB *per capita* do Estado, equivalente a 100 em cada ano representado na tabela.

Ao longo de 14 anos, o PIB *per capita* de Uruguaiana sofreu uma perda relativa frente ao do Rio Grande do Sul da ordem de 28%, ou seja, partindo de um PIB *per capita* equivalente ao do Estado, o produto *per capita* do município passou a representar apenas 72,1% da média estadual. Em 1985, o PIB *per capita* de Uruguaiana era superior ao da capital e à média do COREDE e bem superior ao de outros municípios com estrutura econômica semelhante, como Cachoeira do Sul e Frederico Westphalen. Naquele ano, Itaqui possuía o maior PIB *per capita* do COREDE, superior inclusive ao de Caxias do Sul.

TABELA 17 - ÍNDICE DO PIB *PER CAPITA* DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO PIB *PER CAPITA* DO RS - 1985, 1990, 1996 E 1999

(PIB pc RS = 100)

MUNICÍPIOS	**1985**	**1990**	**1996**	**1999**
Uruguaiana*	99,8	74,9	70,3	72,1
Uruguaiana	99,8	74,9	70,3	67,0
Barra do Quaraí				240,7
Alegrete	76,6	76,4	79,1	79,0
Itaqui*	151,2	143,7	150,1	144,0
Rosário do Sul	70,6	57,4	68,3	69,4
Santana do Livramento	93,9	63,6	53,4	58,4
São Borja*	83,2	83,4	83,9	80,6
São Gabriel	82,0	65,2	71,1	79,0
Quaraí	77,1	56,9	59,8	67,0
Manoel Viana			88,5	88,3
COREDE	**91,3**	**76,6**	**76,8**	**78,3**
Cachoeira do Sul*	71,2	67,5	71,2	63,8
Frederico Westphalen*	64,8	65,7	75,8	69,7
Arroio Grande	118,8	71,2	107,5	103,6
Cacequi	74,7	70,8	53,0	78,6
Santa Vitória do Palmar*	131,5	123,0	97,2	108,8
Porto Alegre	95,4	92,9	93,8	93,6
Caxias do Sul	150,7	158,1	151,6	155,6
Santa Maria*	56,1	51,6	57,7	58,5

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1.
Fonte dos dados brutos: FEE.

A queda do PIB *per capita* de Uruguaiana em relação ao nível médio do Estado está concentrada no final dos anos 80. Coincide, portanto, com o já analisado declínio do PIB nesse período. Porém, a queda absoluta e relativa ao Rio Grande do Sul do PIB *per capita* de Uruguaiana é ainda mais acentuada, em vista do crescimento demográfico do município ter ocorrido a uma taxa anual superior em 53% à média estadual.[35] Em cinco anos, a perda relativa do PIB *per capita* de Uruguaiana frente ao do Estado já alcança 25%. Movimento semelhante ocorreu com outros municípios de base agrícola no COREDE e fora dele, sendo Alegrete uma exceção. O próprio COREDE experimentou essa queda, mas em menor proporção. Desde 1990 até 1996, prosseguiu a queda relativa do PIB *per capita* de Uruguaiana. Uma queda já menos acentuada e ainda determinada por um ritmo de incremento demográfico municipal superior ao do Estado em 27%. Enquanto isso, a média do PIB *per capita* no COREDE manteve seu nível relativo ao do Estado. Nesse mesmo período, o nível relativo dos PIBs *per capita* de municípios de base agrícola fora do COREDE sofreu grandes variações, positivas ou negativas, indicando a sensibilidade dessa medida às grandes oscilações que têm o produto em municípios com essa estrutura econômica.

Por fim, a última coluna da tabela 17 mostra uma reversão de tendência da medida relativa do PIB *per capita* de Uruguaiana em comparação com o do Rio Grande do Sul. Em relação a 1996, o PIB *per capita* de Uruguaiana em 1999, tomado em conjunto com Barra do Quaraí, por uma questão de homogeneidade da informação, comparativamente ao do Estado, obteve uma pequena elevação. Já foi visto que, nesse período, a economia de Uruguaiana cresceu mais que a média estadual. Ademais, a recuperação relativa do PIB *per capita* de Uruguaiana foi favorecida pela reversão de tendência em seu ritmo de crescimento demográfico, tanto em termos absolutos como relativamente à média estadual, que passou inclusive a ser superior ao de Uruguaiana. Também no período final representado na série estatística ocorreu uma pequena melhoria no indicador relativo do PIB *per capita* para o COREDE e em quase todos os seus municípios, assim como naqueles outros de base agrícola externos ao COREDE.

---

[35] Os indicadores referentes à evolução demográfica serão comentados brevemente, em subseção seguinte, pois são objeto de outro capítulo deste trabalho.

Pode-se observar, afinal, o efeito da emancipação da Barra do Quaraí sobre o indicador relativo do PIB *per capita* de Uruguaiana. Sem o território do município-filho, suas atividades econômicas e sua população, o PIB *per capita* de Uruguaiana passava a representar, em 1999, apenas 67% da média estadual, o que contrasta ainda mais fortemente com a situação inicial de 1985, quando eram equivalentes.

A perda desse território foi muito mais expressiva em termos de atividade econômica do que em termos de população (10% do produto contra 3% da população do conjunto). Não surpreende, portanto, que o PIB *per capita* do novo município alcançasse mais que o dobro da média estadual em 1999.

Pode-se ampliar a comparação do nível do PIB *per capita* de Uruguaiana em relação à média estadual para o conjunto dos municípios do Rio Grande do Sul, estabelecendo um *ranking*. A posição de Uruguaiana nesse *ranking*, em que foram considerados todos os municípios, inclusive os emancipados, é apresentada na tabela 18.

A tabela 18 evidencia como Uruguaiana perdeu posições relativas no Rio Grande do Sul. Em 1985, o município ocupava uma posição logo ao início do segundo quartil superior da distribuição. Somente um quarto dos municípios gaúchos ocupava posição superior à de Uruguaiana. Logo, em 1990, já era cerca da metade. Sua posição, no final da série de dados, implicava inferioridade frente a três quartos dos municípios gaúchos. Não obstante, a tabela também evidencia uma recuperação relativa do PIB *per capita* de Uruguaiana desde 1997, quando deixa de contar com o território da Barra do Quaraí.

TABELA 18 - PROPORÇÃO DO PIB *PER CAPITA* DE URUGUAIANA EM RELAÇÃO AO PIB *PER CAPITA* DO RS E SUA POSIÇÃO NO *RANKING* DOS PIBS *PER CAPITA* DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

ANOS	PARTICIPAÇÃO UGN/RS %	POSIÇÃO	Nº TOTAL DE MUNICÍPIOS
1985	99,8	76	244
1990	74,9	146	333
1996	72,2	305	427
1997	61,9	361	467
1998	66,8	361	467
1999	67,0	350	467

Fonte dos dados brutos: FEE.

Outra forma, muito eloqüente, de enfocar a mesma evolução dos PIBs *per capita* municipais é compará-los, todos, ao PIB *per capita* de Uruguaiana, considerado então como igual a 100, nos dois anos referidos na tabela 19. Em 1985, Uruguaiana detinha o segundo maior PIB *per capita* do COREDE Fronteira Oeste, superado apenas pelo de Itaqui. Entre os oito municípios tomados para comparação, apenas três detinham PIB *per capita* superior ao de Uruguaiana, dois deles de base agrícola e mais Caxias do Sul, de base industrial. Após 14 anos, o PIB *per capita* de Uruguaiana caiu abaixo da média do COREDE, tornando-se o segundo mais baixo dentre os então 13 municípios dessa região. Em relação aos demais municípios considerados para comparação, apenas três detinham PIB *per capita* inferior ao de Uruguaiana, sendo que todos eles reduziram sua inferioridade ao longo do período.

TABELA 19 - ÍNDICE DO PIB *PER CAPITA* DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO PIB *PER CAPITA* DE URUGUAIANA - 1985, 1990, 1996 E 1999

(PIB pc Uruguaiana = 100)

MUNICÍPIOS	**1985**	**1999**
Uruguaiana*	100,0	100,0
Uruguaiana	100,0	93,0
Barra do Quaraí		333,8
Alegrete	76,7	109,5
Itaqui	151,6	190,1
Maçambara		276,7
Rosário do Sul	70,8	96,2
Santana do Livramento	94,1	81,0
São Borja	83,4	107,6
Garruchos		139,7
Itacurubi		159,0
São Gabriel	82,2	109,5
Quaraí	77,2	93,0
Manoel Viana		122,4
COREDES	**91,5**	**108,7**
Cachoeira do Sul*	71,4	88,5
Frederico Westphalen*	64,9	96,7
Arroio Grande	119,1	143,7
Cacequi	74,9	109,0
Santa Vitória do Palmar*	131,7	150,9
Porto Alegre	95,6	129,8
Caxias do Sul	151,0	215,7
Santa Maria*	56,2	81,1

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1.

Fonte dos dados brutos: FEE

6.1.2.2 Evolução do nível absoluto do PIB *per capita*: 1985 a 1999

Embora a consideração do nível relativo do PIB *per capita*, feita acima, pareça aquela de maior interesse, pode-se também considerar a evolução do nível absoluto dessa medida, em termos reais. Desse modo, elevações e quedas são consideradas diretamente como proporções da dimensão inicial do PIB *per capita* do próprio município. As variações do PIB *per capita* sintetizam diretamente as variações do PIB e da população. A evolução do PIB *per capita* de Uruguaiana, dos demais municípios e do RS é apresentada na tabela 20, que tem como referência o ano inicial da série (1985), equivalente a 100 para cada município ou para o Estado.

TABELA 20 - ÍNDICE DA VARIAÇÃO REAL ACUMULADA DO PIB *PER CAPITA*

(1985 = 100)

MUNICÍPIOS	**1990**	**1999**
Uruguaiana*	72,5	80,2
Alegrete	96,4	114,5
Itaqui*	91,7	105,7
Rosário do Sul	78,5	109,0
Santana do Livramento	65,4	69,0
São Borja*	96,8	107,5
São Gabriel	76,8	106,9
Quaraí	71,3	96,5
COREDES	**81,0**	**95,2**
Cachoeira do Sul*	91,5	99,4
Frederico Westphalen*	98,0	119,5
Arroio Grande	57,8	96,8
Cacequi	91,5	116,6
Santa Vitória do Palmar*	90,3	91,8
Porto Alegre	94,0	108,8
Caxias do Sul	101,3	114,6
Santa Maria*	88,9	115,7
Rio Grande do Sul	**96,5**	**111,0**

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1. Utilizou-se o deflator do PIB do RS (ver Nota Técnica Nº 2).
Fonte dos dados brutos: FEE.

Esse tipo de análise permite considerar que a perda de valor do PIB *per capita* de Uruguaiana alcançou quase 20% nos 14 anos, enquanto que, no Rio Grande do Sul, houve uma elevação acumulada de 11%. Até 1990, Uruguaiana registrava a terceira maior queda no COREDE Fronteira Oeste e apenas Cacequi, dentre os demais, sofreu perda mais significativa. Desde então até 1999, Uruguaiana recuperou parte de sua perda, em cerca de um terço. Porém, dentre todos os municípios observados, a evolução do PIB *per capita* de Uruguaiana

figurava como uma das menores, pois a recuperação experimentada pelos diversos municípios em seu PIB *per capita* foi mais expressiva que a de Uruguaiana. Outro aspecto notável é que, em 1999, a maioria dos municípios observados apresentava um PIB *per capita* próximo ao de 1985 ou superior, contrariamente a Uruguaiana.

TABELA 21 - TAXAS MÉDIAS REAIS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO PIB *PER CAPITA* 1986 -1999

(em %)

MUNICÍPIOS	**1986 a 1990**	**1991 a 1999**	**1997 a 1999**
Uruguaiana*	-6,2	0,6	2,3
Alegrete	-0,7	2,2	1,4
Itaqui*	-1,7	2,4	0,0
Rosário do Sul	-4,7	4,6	1,9
Santana do Livramento	-8,1	-1,3	4,5
São Borja*	-0,6	1,7	0,0
São Gabriel	-5,1	3,1	5,0
Quaraí	-6,5	2,5	5,3
COREDES	**-4,1**	**1,7**	**2,1**
Cachoeira do Sul*	-1,8	2,6	0,0
Frederico Westphalen*	-0,4	4,1	5,1
Arroio Grande	-10,4	8,9	7,4
Cacequi	-1,8	-3,2	16,3
Santa Vitória do Palmar*	-2,0	-2,3	3,8
Porto Alegre	-1,2	1,8	5,4
Caxias do Sul	0,3	0,9	-6,6
Santa Maria*	-2,3	3,5	0,2
Rio Grande do Sul	**-0,7**	**1,6**	**1,6**

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1. Utilizou-se o deflator do PIB do RS (ver Nota Técnica Nº 2).
Fonte dos dados brutos: FEE.

Para observar o ritmo de queda real do PIB *per capita*, ao longo do período em foco, apresenta-se a tabela 21, em que qual a evolução de queda e posterior recuperação registradas para Uruguaiana reproduzem a evolução do PIB, porém mais acentuada na queda e menos pronunciada na recuperação. Da mesma forma que foi observado para a média do COREDE, porém diferentemente da evolução de alguns de seus municípios, bem como da evolução para o Estado, a recuperação do PIB *per capita* de Uruguaiana nos anos 90 foi mais acentuada nos anos mais recentes, após 1996, quando se eleva a taxas superiores à do Estado. Em relação ao seu valor real em 1985, a queda do PIB *per capita* de Uruguaiana transcorreu unicamente ao final dos anos 80.

Completando as informações acerca do PIB *per capita* de Uruguaiana, consideram-se os anos de 2000 e 2001. Refletindo o fraco desempenho do PIB, também o PIB *per capita* declinou no biênio em –6,2%, devido à grande retração de –15,3% ocorrida em 2000, que não foi contrarrestada pelo acréscimo de 10,6% em 2001. Nos mesmos anos, o PIB *per capita* elevou-se no Rio Grande do Sul em 3,4% e 2,1%, acumulando um acréscimo de 5,6%. Em função disso, o nível do PIB *per capita* de Uruguaiana relativamente ao Rio Grande do Sul, que era de 67%, em 1999, declinou para 60,8%, em 2001. Ademais, tomando-se como referência o valor real do PIB *per capita* de Uruguaiana, em 1985, o valor apurado para 1999 representava 74,5% (sem Barra do Quaraí), enquanto que, em 2001, caiu para 69,9% daquele valor original, consolidando uma perda total do nível absoluto do PIB *per capita* de 30% em 15 anos.

6.1.2.3 Comentário sobre a evolução demográfica

Como já transpareceu na análise da evolução do PIB *per capita*, a evolução demográfica de Uruguaiana contrasta com a média do COREDE e do Estado, o que contribuiu para acentuar a perda de posição relativa do PIB *per capita* do município no conjunto do Estado. Convém, portanto, explicitar os dados demográficos que estão implícitos na construção das medidas do PIB *per capita* do Rio Grande do Sul e de seus municípios, conforme constam na tabela 22.

Desde logo chama a atenção a elevada taxa de crescimento demográfico de Uruguaiana ao final dos anos 80, muito superior à taxa estadual e superada apenas por Caxias do Sul. Supondo que sejam pouco relevantes as diferenças inter-municipais quanto à fertilidade, taxas de natalidade e de mortalidade, então as migrações tornam-se o principal fator explicativo das diferentes taxas de crescimento demográfico. Para explicar uma elevada taxa de expansão demográfica para Caxias do Sul, pode-se recorrer à idéia de atração exercida por um município com grande dinamismo econômico, favorecendo as oportunidades de ocupação e negócios. Por outro lado, como entender o elevado crescimento da população de Uruguaiana, justamente no período em que sua economia experimentava uma severa retração? Tem-se aqui um paradoxo, que se reproduz ao inverso no final dos anos 90, quando o crescimento demográfico de Uruguaiana torna-se inferior à média estadual, enquanto sua economia passa a crescer a uma taxa superior.

TABELA 22 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE VARIAÇÃO -1986/1999

(em %)

MUNICÍPIOS	1986 a 1990	1991 a 1999	1997 a 1999
Uruguaiana*	2,3	1,4	1,1
Alegrete	1,2	0,9	0,5
Itaqui*	1,7	1,5	1,0
Rosário do Sul	0,3	0,2	0,1
Santana do Livramento	1,5	1,3	1,5
São Borja*	1,2	0,9	0,6
São Gabriel	0,4	0,5	0,6
Quaraí	1,2	1,0	0,8
COREDES	**1,3**	**1,2**	**0,9**
Cachoeira do Sul*	0,6	0,3	0,6
Frederico Westphalen*	0,4	1,2	-0,6
Arroio Grande	0,8	0,5	0,8
Cacequi	0,4	-0,2	-0,5
Santa Vitória do Palmar*	2,1	0,1	3,1
Porto Alegre	1,1	0,5	1,4
Caxias do Sul	2,5	2,3	2,6
Santa Maria*	1,7	1,7	1,8
Rio Grande do Sul	**1,5**	**1,1**	**1,4**

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1.
Fonte dos dados brutos: FEE.

Pode-se formular algumas hipóteses para explicar esse paradoxo. Nota-se que, em todo o período de 14 anos, as taxas de crescimento demográfico de Uruguaiana são superiores às taxas médias do COREDE Fronteira Oeste, o que sugere ser este município um pólo de atração regional, o que é compatível com sua posição de maior PIB municipal da região, mantida ao longo de todo o período em análise. Assim, durante a fase de crise, que atingiu toda a região, provocando retração ou estagnação dos PIBs municipais (tabela 10), a migração com destino a Uruguaiana deve ter representado uma alternativa para uma parcela da população dos demais municípios, na busca por oportunidades de ocupação e geração de renda. Já nos primeiros anos da década de 90, reduz-se o ritmo de expansão demográfica de Uruguaiana, que se aproxima da média do COREDE e das taxas de Alegrete e Santana do Livramento, cidades que também devem ter exercido atração migratória nesse período. Por fim, no triênio 1997-99, num contexto de retração da expansão demográfica de toda a região, também retrai-se novamente o ritmo dessa expansão em Uruguaiana, numa fase em que seu potencial de atração migratória viu-se certamente reduzido pela recuperação econômica de vários outros municípios da região (tabela 15). Nesse último triênio, a taxa média de crescimento demográfico

de Uruguaiana, bem como a média do COREDE Fronteira Oeste, tornam-se inferiores à média estadual. Por um lado, isso pode bem ser interpretado como sintoma de relativa estagnação econômica regional, frente a outras regiões do Estado que apresentam maior dinamismo demográfico. Por outro lado, uma expansão demográfica menor permite prover mais facilmente a população de oportunidades e emprego e obtenção de renda, o que pode estar prenunciando uma nova fase da economia municipal, de recuperação do nível absoluto de seu PIB *per capita*, bem como em relação à média estadual.

6.1.3 Composição e evolução do valor adicionado bruto

A análise do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Uruguaiana permite qualificar de diversas maneiras a análise anterior acerca do seu PIB. Os dados disponíveis para o VAB são análogos aos do PIB e igualmente elaborados pela FEE. Do ponto de vista contábil, o VAB difere do PIB na medida em que inclui um pequeno valor de serviços de intermediação financeira indiretamente medido e exclui o saldo líquido de impostos e subsídios. Assim, o PIB geralmente é um agregado ligeiramente superior ao VAB em cerca de 3 a 7%. Esquematicamente, tem-se que:

PIB = VAB – Serviços Financeiros + Impostos – Subsídios

A diferença é pouco significativa, de modo que a evolução do VAB coincide precisamente com a do PIB ao longo dos 14 anos da série descontínua. Através do VAB, é possível acompanhar a evolução da estrutura econômica de três setores dos municípios, bem como identificar qual setor ou setores determinaram, de modo decisivo, o desempenho do PIB ao longo dos diversos anos. A evolução do VAB de cada setor, em termos reais, é avaliada com o uso de diferentes deflatores por setor, o que permite também avaliar o impacto sobre a estrutura do VAB (sempre apresentada a preços correntes) de evoluções de preços diferenciadas entre o produto agropecuário, o industrial e o dos Serviços (inclusive comércio).

6.1.3.1 Estrutura do VAB: composição e evolução

Avalia-se, em primeiro lugar, a composição setorial inicial da estrutura econômica de Uruguaiana em 1985 e sua evolução ao longo dos 14 anos até 1999. Na tabela 23, observa-se que o VAB agropecuário representava pouco mais de um

terço do produto/renda total do município em 1985, ocasião em que a Indústria representava um quinto e os Serviços alcançavam 44%.

TABELA 23 - ESTRUTURA SETORIAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO DE URUGUAIANA, DO COREDE FRONTEIRA OESTE E DO RS - 1985, 1990, 1996, 1999

(em %)

MUNICÍPIOS	SETORES	1985	1990	1996	1999
	AGR	35,1	21,3	26,7	34,1
Uruguaiana*	IND	20,6	22,0	11,6	7,7
	SER	44,3	56,7	61,7	58,2
	AGR	34,7	27,5	29,4	33,9
COREDE	IND	20,8	23,7	17,2	13,3
	SER	44,5	48,8	53,4	52,8
	AGR	16,9	12,1	13,8	13,3
RS	IND	41,0	44,0	36,6	37,5
	SER	42,1	43,9	49,6	49,2

* Dados compatibilizados levando-se em conta a emancipação ocorrida no período. Ver Nota Técnica Nº 1.
Fonte: FEE. Obs.: estrutura em preços correntes.

Até 1990, subperíodo de grande retração para a economia municipal, a agropecuária que tem o menor desempenho, sendo o principal setor determinante da crise e tendo seu peso reduzido para 21,3%, enquanto a Indústria, menos afetada pela crise, amplia sua participação para 22%. A maior ampliação ocorreu para o setor Serviços, que chegou a representar mais da metade do produto municipal. Uma mudança estrutural desse tipo, se não estivesse associada à queda de 19% do produto, seria considerada virtuosa, por corresponder à trajetória esperada do processo de desenvolvimento econômico em economias maduras ou à condição de economias municipais com maior nível de agregação de valor, através da redução da importância relativa das atividades rurais e do aumento para Indústria e Serviços. Contudo, essa é uma mudança estrutural que foi provocada pela crise, o que põe em dúvida a qualidade da importância acrescida aos setores Industrial e de Serviços. Observe-se que a ampliação do peso da Indústria não se sustenta no restante do período. Ao contrário, a trajetória da mudança estrutural até 1999 foi de encolhimento do peso da Indústria, que se tornou muito pouco significativa. Por outro lado, nos anos 90, o peso dos Serviços experimentou novo crescimento, acentuado até 1996. A Agricultura recuperou seu peso inicial, portanto, tendo sido,

novamente, o principal setor responsável pelo desempenho do produto municipal ao longo dos anos 90, que recuperou seu nível de 1985.

Embora seja difícil avaliar o significado do grande aumento de importância do setor Serviços, em vista da sua composição muito diversificada, tudo indica que se trata, no caso de Uruguaiana, de um indicador de empobrecimento da população e de deterioração das condições de trabalho. O setor Serviços é um conjunto díspar de atividades econômicas, cujos principais componentes têm, na média estadual, a administração pública com 25%, o comércio e reparação de veículos com 23%, as atividades de locação imobiliária com 19% e a intermediação financeira com 17%. Os restantes 16% repartem-se, em ordem de importância, entre serviços mercantis de saúde e educação, serviços de transporte, serviços de alojamento e alimentação, serviços de comunicação, outros serviços pessoais e sociais e, por fim, os serviços domésticos. Não se sabe a composição específica do Terciário de Uruguaiana, mas supõe-se que sua ampliação, em termos absolutos e relativos, na economia do município, observada ao longo de um período de crescimento total nulo, durante o qual se reduziu o peso da Indústria e se manteve o peso da Agricultura, denota a ampliação de atividades com baixa qualificação e reduzidas remunerações. Tais atividades são muito comuns no setor terciário, em serviços pessoais, no comércio e em escritórios de diversos tipos, e têm crescido em importância devido à tendência de "terceirização" das atividades produtivas observada em anos recentes no Brasil e no exterior.[36]

Resumindo, parece que o processo de mudança estrutural da economia de Uruguaiana desde 1985 até 1999 trouxe resultados negativos. O processo de modernização da estrutura produtiva, significando a urbanização não apenas da população, mas também das atividades econômicas, não avançou. A agropecuária seguiu representando pouco mais de um terço do produto e continua sendo o principal determinante do desempenho econômico geral do município. Por outro lado, transcorreu uma acentuada desindustrialização da economia de Uruguaiana,

---

[36] Com relação a esses aspectos, sugerimos a realização de estudos especiais, justamente porque tratamos aqui de uma primeira avaliação da realidade do município, a qual se presta também a indicar quais aspectos merecem estudo teórico e/ou empírico mais criterioso. A sugestão consiste e realizar um estudo sobre a tendência de terceirização, buscando elucidar como ela pode afetar as economias regionais e locais. Outro tema que deve ser estudado para melhor compreensão da realidade econômica de Uruguaiana é o fenômeno conhecido como "inchaço" do terciário, peculiar a economias em processo de crise em meio à crescente urbanização e que caracterizou diversas áreas urbanas latino-americanas que se modernizaram sem conseguir absorver um contingente excedente de mão-de-obra.

cuja dimensão quantitativa será avaliada adiante. O crescimento do setor de Serviços está provavelmente associado a uma deterioração das condições de ocupação e remuneração da força de trabalho ativa.

Esse desenvolvimento estrutural da economia de Uruguaiana pode ser contrastado com o mesmo processo ao nível do COREDE Fronteira Oeste. A comparação é interessante, pois a estrutura inicial do PIB para o conjunto do território desse COREDE é praticamente a mesma apresentada por Uruguaiana (tabela 23). Pode-se observar que as mudanças estruturais para a média do COREDE transcorrem no mesmo sentido, em todos os setores. Entretanto, as mudanças são menos pronunciadas. A queda inicial da participação da agropecuária é menos acentuada, mas ela retorna ao mesmo patamar de cerca de 1/3 ao final do período de 14 anos. Por outro lado, a diminuição da importância da Indústria no PIB regional foi bem menor e, correspondentemente, o aumento do terciário não atingiu a mesma amplitude que no município investigado. Isso significa que outros municípios do COREDE apresentaram uma evolução estrutural mais positiva, preservando em maior grau suas atividades industriais. Novamente aqui, do ponto de vista da mudança estrutural, o desempenho da economia de Uruguaiana revela-se inferior à média do COREDE em que está inserida.

Uma comparação de Uruguaiana com o Rio Grande do Sul, também resultante do exame da tabela 23, revela uma estrutura econômica bem distinta, assim como sua evolução. Basta dizer que a importância da agropecuária no produto estadual era a metade da observada em Uruguaiana em 1985, enquanto que a da Indústria alcançava o dobro. A importância dos Serviços, por sua vez, era ligeiramente inferior no Estado. A evolução da estrutura do PIB estadual deu-se no mesmo sentido que as mudanças observadas no município, porém com ritmos e intensidades diferentes. A importância da agropecuária caiu logo ao final dos anos 80, sem recuperar-se nos anos 90 e, portanto, mantendo um patamar mais baixo. A Indústria, que cresceu em seu peso no final dos anos 80, cedeu espaço ao longo dos anos 90 para o setor de Serviços, cujo peso experimentou um crescimento contínuo desde 1985 até 1996, estabilizando-se desde então. A estrutura do PIB estadual resultante dessas mudanças é ainda mais discrepante em relação à de Uruguaiana do que era em 1985. O peso da agropecuária tornou-se quase três vezes menor que em Uruguaiana, o peso da Indústria equivale a cerca de cinco

vezes mais, enquanto ampliou-se a diferença quanto à importância dos Serviços de Uruguaiana, relativamente à média estadual.

A evolução da estrutura do PIB de Uruguaiana é também comparada com a mesma evolução nos municípios do COREDE e os demais escolhidos para esse fim, na tabela 24. No caso do COREDE, nota-se que, em 1985, havia, além de Uruguaiana, mais três municípios com cerca de um quinto do produto gerado na Indústria e um município com um peso ainda maior da Indústria, como no caso de Santana do Livramento, com um terço. Os três municípios com peso da Indústria em seu produto semelhante ao existente em Uruguaiana eram Itaqui (com maior peso da agropecuária), São Borja (com menor importância da agropecuária) e São Gabriel (com praticamente a mesma estrutura econômica). Relativamente a Uruguaiana, os três tiveram crescimento econômico superior em 14 anos e também preservaram em maior grau a importância de sua Indústria no produto municipal, ou mesmo a ampliaram, como é o caso de São Borja. Contrariamente, o município relativamente mais industrializado, Santana do Livramento, foi o que apresentou menor desempenho da evolução do PIB, com uma queda acumulada de 16% em 14 anos, enquanto teve sua industria praticamente desativada.

TABELA 24 - ESTRUTURA SETORIAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO DE URUGUAIANA, DO COREDE FRONTEIRA OESTE, DE SEUS MUNICÍPIOS E DOS DEMAIS MUNICÍPIOS – 1985/1999

continua
(em %)

MUNICÍPIOS	**1985**			**1999**		
	AGR	IND	SER	AGR	IND	SER
Uruguaiana*	35,1	20,6	44,3	34,1	7,7	58,2
Uruguaiana	35,1	20,6	44,3	29,8	8,6	61,6
Barra do Quaraí				73,6	0,0	26,4
Alegrete	36,7	14,8	48,5	31,3	18,3	50,4
Itaqui*	48,3	20,0	31,7	43,3	17,5	39,2
Rosário do Sul	37,2	12,3	50,5	39,8	7,1	53,1
Santana do Livramento	21,5	33,0	45,5	24,9	4,5	70,5
São Borja*	29,3	20,7	49,9	29,2	22,8	48,0
São Gabriel	35,4	22,7	41,9	33,4	18,3	48,3
Quaraí	47,8	2,4	49,8	37,2	2,9	59,9

MUNICÍPIOS	(em %)					
	1985			1999		
	AGR	IND	SER	AGR	IND	SER
COREDE	**34,7**	**20,8**	**44,5**	**33,9**	**13,3**	**52,8**
Cachoeira do Sul*	32,4	21,2	46,4	31,0	10,0	58,9
Frederico Westphalen*	35,4	18,0	46,6	36,9	5,2	57,8
Arroio Grande	59,4	4,9	35,6	54,2	7,5	38,2
Cacequi	48,7	8,0	43,3	53,5	0,8	45,7
Santa Vitória do Palmar*	51,9	6,6	41,5	49,8	2,8	47,4
Porto Alegre	0,5	37,8	61,7	0,1	27,9	72,0
Caxias do Sul	2,2	68,4	29,4	3,8	58,2	38,0
Santa Maria*	11,6	12,6	75,8	9,5	9,2	81,3
Rio Grande do Sul	**16,9**	**41,0**	**42,1**	**13,3**	**37,5**	**49,2**

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1.
Fonte: FEE. Obs: estrutura em preços correntes.

A evolução da estrutura setorial do produto desses municípios, assim como de Alegrete, apresentou contornos distintos daquela ocorrida para Uruguaiana. Itaqui, junto com Alegrete, foram os municípios mais bem sucedidos quanto ao crescimento do PIB no período, aproximando-se da média estadual. Alegrete, cuja Indústria era relativamente menos significativa que a de Uruguaiana, viu-a adquirir importância, aproximando-se de um quinto do produto em 1999. Itaqui experimentou pouca mudança estrutural, no sentido do aumento dos Serviços e da redução conjunta da agropecuária e da Indústria, porém preservando uma estrutura setorial equilibrada. São Gabriel experimentou pouca redução na importância da Indústria, crescendo apenas o peso dos Serviços. Já São Borja experimentou também pouca mudança estrutural, que foi porém singular, pois a agropecuária manteve seu peso, enquanto ampliou-se o da Indústria e reduziu-se o dos Serviços. Considerando tais evoluções, destacam-se as exibidas por Alegrete e São Borja por serem as aparentemente mais virtuosas: redução ou manutenção do peso da agropecuária, enquanto se ampliou o peso da Indústria em grau maior que o dos Serviços no produto municipal.

Também na tabela 24 pode-se avaliar o efeito da emancipação da Barra do Quaraí sobre a estrutura do produto municipal de Uruguaiana. Dado que o novo município não possui atividade industrial e seu produto é em três quartos gerado na agropecuária, sua separação de Uruguaiana determinou que neste fosse reduzido o peso da agropecuária e ampliado ligeiramente o da Indústria e um pouco mais o dos Serviços.

Considerando a situação de outros municípios escolhidos para comparação, nota-se que, dentre cinco deles - os que tinham estrutura econômica semelhante à de Uruguaiana em 1985 ou em que, então, predominavam as atividades primárias na geração do produto -, quatro apresentaram o mesmo processo de acentuada queda na importância da Indústria em suas economias.[37] É provável que se esteja diante de um fenômeno comum a vários municípios do interior gaúcho e que transcorreu efetivamente ao longo dos anos 90.[38] Esse fenômeno consiste na crise e eventual desaparecimento da Indústria em municípios de base rural (ou com pelo menos 1/3 do PIB na agropecuária), refletindo prováveis perdas em ramos industriais tradicionais, mais vinculados ao setor primário, como alimentação, bebidas, têxtil e vestuário. Embora aqui se possa apenas enunciar a hipótese da ocorrência de tal processo, pode-se conjeturar que o mesmo seja decorrente da maior abertura comercial da economia brasileira, concomitantemente à apreciação da moeda nacional nos anos 90, o que propiciou o ingresso de importações muito baratas desse tipo de bens industriais.

Especificamente com relação aos municípios incluídos para comparação em virtude de terem uma estrutura do PIB (VAB) semelhante à de Uruguaiana em 1985, Cachoeira do Sul e Frederico Westphalen, nota-se que tiveram uma evolução estrutural no mesmo sentido que o município objeto desse estudo. Uma pequena diferença ocorre, pois em tais municípios o crescimento do terciário não alcançou a mesma proporção que em Uruguaiana, seja porque a Indústria não decaiu tanto ou porque cresceu a importância da agropecuária.

Com relação à composição do setor terciário (Serviços), a única informação disponível refere-se ao sub-setor do comércio. O que se observa para Uruguaiana é um peso do comércio no setor terciário semelhante à média estadual e do COREDE Fronteira Oeste, bem como uma evolução também semelhante do referido peso, no sentido de sua diminuição ao longo do período 1985-1999 (tabela 25).

---

[37] A exceção foi a economia de Arroio Grande, para qual a indústria já não tinha maior importância em 1985, mas experimentou algum aumento ao longo do período, sem chegar a 10% do produto municipal em 1999.

[38] Na tabela 2 não é possível precisar o sub-período em que transcorre a perda de importância da indústria nos produtos municipais. Para tanto, consultar as tabelas 11-A e 11-B no Apêndice I.

TABELA 25 - COMPOSIÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO DE URUGUAIANA, DO COREDE FRONTEIRA OESTE, DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS E DO RS – 1985/1999

MUNICÍPIOS	(em %)			
	1985		1999	
	COMÉRCIO	DEMAIS	COMÉRCIO	DEMAIS
Uruguaiana*	25,7	74,3	17,3	82,7
Uruguaiana	25,7	74,3	17,3	82,7
Barra do Quaraí			16,1	83,9
Alegrete	23,8	76,2	11,7	88,3
Itaqui*	21,4	78,6	22,7	77,3
Rosário do Sul	13,2	86,8	9,8	90,2
Santana do Livramento	23,3	76,7	20,7	79,3
São Borja*	27,2	72,8	14,9	85,1
São Gabriel	21,7	78,3	12,1	87,9
Quaraí	26,2	73,8	14,8	85,2
COREDES	**23,5**	**76,5**	**16,0**	**84,0**
Cachoeira do Sul*	23,9	76,1	13,0	87,0
Frederico Westphalen*	27,3	72,7	16,5	83,5
Arroio Grande	17,3	82,7	5,4	94,6
Cacequi	9,9	90,1	4,9	95,1
Santa Vitória do Palmar*	22,0	78,0	14,1	85,9
Porto Alegre	31,6	68,4	27,5	72,5
Caxias do Sul	25,3	74,7	19,0	81,0
Santa Maria*	34,1	65,9	19,8	80,2
Rio Grande do Sul	**25,2**	**74,8**	**19,9**	**80,1**

* Dados compatibilizados levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica Nº 1.

Fonte dos dados brutos: FEE. Obs.: estrutura em preços correntes.

Na maior parte dos municípios, o comércio possuía um peso entre um quarto e um quinto do terciário em 1985, passando para menos de um quinto em 1999. A conclusão que se impõe é a de que em Uruguaiana, assim como em todos os municípios considerados (com exceção de Itaqui), o sub-setor do comércio cresceu menos que as demais atividades de Serviços, tendo perdido importância ao longo dos 14 anos em foco. Assim, a tendência geral de terciarização das economias municipais e estadual transcorreu pelo maior crescimento de outras atividades terciárias que não o comércio.

Com os novos dados divulgados pela FEE para 2001, pode-se perceber que se aprofundou a tendência de terciarização da economia de Uruguaiana. O peso do setor de Serviços subiu de 61,6% em 1999 para 64,7%, refletindo principalmente o desempenho do comércio, o que será comentado na seção 3 adiante.

TABELA 26 - ESTRUTURA DO VALOR ADICIONADO BRUTO DE URUGUAIANA EM 2001

AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
27,0%	8,3%	64,7%

Fonte: FEE.

6.1.3.2 Evolução do VAB por setor de atividade

Vai-se realizar agora uma análise da evolução dos três grandes setores de atividade, e também do comércio, em termos de sua variação real ao longo dos 14 anos em estudo.O interesse inicial é apresentar a evolução de todos os setores em paralelo, permitindo as comparações inter-setoriais. Também aqui se trata de comparar essas evoluções em Uruguaiana com aquelas ocorridas para a média do COREDE e para o agregado estadual. As comparações com outros municípios serão realizadas para cada setor separadamente.

A tabela 27 apresenta o índice de evolução real do VAB por setor e total para esses três âmbitos territoriais, confirmando que, no caso de Uruguaiana, a perda de quase três quintos do produto industrial foi um fator determinante para o desempenho negativo da economia municipal, medido pelo PIB. Embora seja a agropecuária que experimente a maior perda inicial, até 1990, sua progressiva recuperação, muito acentuada após 1996, determinou um crescimento acumulado de 15,3%, o que reservou à Indústria, cujo produto experimentou uma queda contínua, um papel também determinante para a estagnação do PIB. O setor de Serviços cresceu de forma também contínua, sempre lentamente. Mas ele exerceu o importante papel de sustentar minimamente o baixo crescimento do PIB, até que a agropecuária voltasse a capitanear a expansão nos anos 90 e a recuperação do PIB municipal ao seu nível de 1985. O crescimento dos Serviços, de 12,8%, decorreu de outros sub-setores que não o comercial, que retraiu-se em 5% no mesmo período.[39]

[39] O crescimento acumulado do setor Serviços (12,8%) é inferior ao do setor agropecuário (15%), o que parece contraditório com a evolução estrutural observada anteriormente, na qual somente o peso do setor Serviços cresceu, mantendo-se a agropecuária com a mesma proporção no PIB. A explicação reside no fato de que a estrutura do PIB é calculada a preços correntes, enquanto os índices de variação real dos produtos setoriais foram calculados com deflatores também por setor. Os deflatores distintos revelam um aumento dos preços dos serviços superior em 38% ao aumento de preços do produto agropecuário, como veremos posteriormente.

TABELA 27 - ÍNDICES DA VARIAÇÃO ACUMULADA DO PIB (VAB TOTAL) E DO VAB POR SETORES DE URUGUAIANA, DO COREDE E DO RS - 1990, 1996, 1999

(1985 = 100)

REGIÃO	SETORES	1990	1996	1999
	PIB	81,0	90,9	100,5
Uruguaiana*	AGR	62,6	73,3	115,3
	IND	77,7	56,3	41,1
	SER	104,7	111,1	112,8
	COM	93,9	107,0	95,0
	PIB	86,5	103,0	112,5
COREDE	AGR	87,2	92,4	129,5
	IND	88,7	93,2	78,5
	SER	95,9	108,6	114,2
	COM	86,6	86,5	97,4
	PIB	103,9	122,4	133,0
RS	AGR	94,3	105,5	123,4
	IND	100,3	119,8	132,8
	SER	109,5	126,8	133,0
	COM	114,0	138,3	131,0

* Dados compatibilizados levando-se em conta a emancipação ocorrida no período. Ver Nota Técnica Nº 1. Utilizou-se os deflatores setoriais do VAB do RS (ver Nota Técnica Nº 2).
Fonte: FEE.

Em comparação com o COREDE Fronteira Oeste, observam-se comportamentos setoriais que ocorrem no mesmo sentido que em Uruguaiana. Contudo, o PIB total cresceu 12,5%, principalmente devido ao desempenho da agropecuária, que acumulou um crescimento de 29,5% no período, superior à média estadual. Esse desempenho diferencial da agropecuária no COREDE em 14 anos explica-se pela menor dimensão, em comparação com Uruguaiana, da retração do produto agropecuário no final dos anos 80. A queda inicial do produto agropecuário, ao final dos anos 80, foi acompanhada por uma queda de igual dimensão do produto industrial. Os dois setores voltaram a crescer juntos até 1996 e desde então os movimentos tornaram-se muito divergentes, com a ascensão do produto agropecuário. Enquanto o crescimento dos Serviços foi um pouco superior, a queda do produto industrial, que se deu de forma descontínua, pois houve crescimento entre 1990 e 96, foi bem menos acentuada que em Uruguaiana, atingindo pouco mais de um quinto.

Para o total do Rio Grande do Sul, os índices da evolução dos produtos setoriais apresentam comportamento bem distinto aos de Uruguaiana e do seu

COREDE. O produto agropecuário é o que apresenta o menor desempenho, embora superior ao de Uruguaiana, enquanto a Indústria e os Serviços, com expansão acumulada de 33%, lideraram a expansão do PIB total, que atingiu essa mesma grandeza. Também para o Rio Grande do Sul, o período crítico foi o final dos anos 80, quando o PIB permaneceu praticamente estagnado, tendo a Indústria se comportado de igual modo, enquanto decaía o produto agropecuário. A agropecuária recuperou-se lentamente ao início dos 90, acelerando seu crescimento nos últimos anos da década. O produto industrial teve bom desempenho ao longo de toda a referida década, enquanto o produto do setor de Serviços cresceu desde o período anterior, durante a crise do final dos anos 80.

Uma avaliação mais precisa das evoluções dos produtos setoriais pode ser feita através da análise das taxas médias anuais de variação real por sub-períodos, comparando-se os três âmbitos territoriais em foco, na tabela 28. Nota-se o quanto é acentuada a queda do produto agropecuário de Uruguaiana ao final dos anos 80, atingindo ritmo muito superior à média do COREDE e do Rio Grande do Sul. A queda do produto industrial, embora menos drástica, também é expressiva e em ritmo superior à do COREDE. Nos sub-períodos seguintes, ocorreu a recuperação do produto agropecuário de Uruguaiana, assim como do COREDE e do Estado, recuperação tênue até 1996 e mais forte nos anos seguintes. Ocorre que nesses últimos anos o ritmo de crescimento do produto agropecuário de Uruguaiana é muito superior, alcançando a cifra de 16,3% a.a., que provavelmente se deve ao crescimento formidável nos anos de 1998 e 99, pois em 1997 houve uma queda acentuada.[40] O produto industrial de Uruguaiana, como já foi indicado, apresentou uma queda contínua, que agora pode ser qualificada pela observação de que o ritmo dessa queda acelerou-se ao longo dos 14 anos, sendo muito acentuado no triênio final. O setor de Serviços teve um crescimento modesto em todos os sub-períodos, especialmente nos últimos anos. Esse desempenho pode ser atribuído em larga medida ao desempenho do setor do comércio, cujo produto decaiu nos mesmos anos, contrastando com o bom crescimento do mesmo setor no COREDE.

---

[40] Ver Tabela 15-C-1 no Apêndice I.

TABELA 28 - TAXAS MÉDIAS REAIS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO PIB E DO VAB POR SETORES DE URUGUAIANA, DO COREDE E DO RS – 1986/ 1999

(em %)

REGIÃO	SETORES	1985 a 1990	1991 a 1996	1997 a 1999	1985 a 1999
	PIB	-4,1	1,9	3,4	0,0
Uruguaiana*	AGR	-8,9	2,7	16,3	1,0
	IND	-4,9	-5,2	-9,9	-1,8
	SER	0,9	1,0	0,5	0,9
	COM	-1,3	2,2	-3,9	-0,4
	PIB	-2,8	2,9	3,0	0,8
COREDE	AGR	-2,7	1,0	11,9	1,9
	IND	-2,4	0,8	-5,6	-0,9
	SER	-0,8	2,1	1,7	1,0
	COM	-2,8	0,0	4,0	-0,2
	PIB	0,8	2,8	2,8	2,1
RS	AGR	-1,2	1,9	5,4	1,5
	IND	0,1	3,0	3,5	2,0
	SER	1,8	2,5	1,6	2,1
	COM	2,7	3,3	-1,8	1,9

* Dados compatibilizados levando-se em conta a emancipação ocorrida no período. Ver Nota Técnica Nº 1. Utilizou-se os deflatores setoriais do VAB do RS (ver Nota Técnica Nº 2).
Fonte: FEE.

Também no COREDE o triênio final foi marcado por grande crescimento do produto agropecuário, acentuado declínio do produto industrial e pouco crescimento dos Serviços. A diferença é que, neste mesmo período, há um elevado crescimento do setor comercial, provavelmente refletindo um desempenho excepcional em 1999, ano em que se desvalorizou a moeda nacional, o que deve ter fomentado o comércio na fronteira com a Argentina. Considerações específicas sobre esse desempenho diferencial do comércio ocorrido em outros municípios do COREDE, bem como acerca do impacto da condição fronteiriça sobre o comércio regional na década de implantação do MERCOSUL, serão feitas adiante, quando da análise específica do setor de Serviços, em que o desempenho do comércio será destacado.

No Rio Grande do Sul, o crescimento do produto industrial, após a estagnação do final dos anos 80, é contínuo e em ritmo razoável. Já foi visto que o produto agropecuário, que havia caído relativamente menos, recuperou-se mais fortemente no triênio final da série, embora não tão excepcionalmente como em Uruguaiana e na média do COREDE. O setor de Serviços apresenta um fraco crescimento em todo o período, sendo acompanhado pelo subsetor de comércio,

que cresceu, até 1996, a taxas superiores às do setor, porém caiu nos últimos anos, discrepando do comportamento médio do setor.

Retomando especificamente a consideração dos dados referentes ao produto setorial de Uruguaiana, pode-se concluir que a recuperação do PIB, observada nos anos 90, esteve assentada exclusivamente no setor agropecuário. Mais do que isso, o desempenho desse setor, que garantiu a recuperação do PIB total, transcorreu em larga medida tão-somente nos anos de 1998 e 1999. Não fosse pelo crescimento observado nesses dois anos, da ordem de 55%, Uruguaiana teria, em 1999, um produto agropecuário menor que o de 1985, significando retração em seu PIB total. Se o produto agropecuário tivesse crescido até o final da década à mesma taxa média do subperíodo 1991-96, ele seria, em 1999, inferior em 20% ao de 1985, sendo que o PIB total teria ficado 10% abaixo. Deve-se concluir que a referida recuperação do PIB de Uruguaiana ao mesmo nível de 1985 tem bases frágeis, por estar assentada fortemente no desempenho de apenas um setor em apenas dois anos.

Não será temerário afirmar aqui a necessidade imperiosa, revelada pela análise do PIB e do VAB setorial, de diversificação produtiva e setorial da economia municipal de Uruguaiana, sob pena de comprometer as aspirações de progresso e melhoria da qualidade de vida de sua população. Não se trata aqui de desconsiderar a importância e a força da agropecuária local[41], mas de indicar que a forte dependência da economia de Uruguaiana em relação a esse setor a torna sujeita a bruscas e repetidas oscilações na geração da renda municipal. A situação é ainda mais difícil na medida em que a análise do setor primário revela que o mesmo também se apresenta pouco diversificado, apoiando-se em poucos produtos.

Os dados agora apurados para os anos de 2000 e 2001 corroboram a análise anterior. Em 2000, uma queda acentuada do produto agropecuário associada à queda do produto industrial foram determinantes para a retração do PIB (equivalente à retração do VAB total) em 14,6%.

---

[41] Tal força está bem evidenciada pela capacidade do setor em sustentar a recuperação do conjunto do produto municipal, em meio a uma queda contínua e cada vez mais acentuada da indústria e a um fraco crescimento do setor Serviços.

A recuperação dos dois setores, no ano seguinte, foi insuficiente para compensar a queda, durante um biênio, em que apenas o setor do comércio teve um desempenho satisfatório, como se vê na tabela 29.

TABELA 29 - TAXAS MÉDIAS DE VARIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL E SETORIAL DE URUGUAIANA – 2000/2001

(%)

PERÍODO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	COMÉRCIO	TOTAL DO VAB
2000	-36,3	-19,2	0,3	2,4	-14,6
2001	37,7	12,0	2,4	5,5	11,7
Ac. Biênio	-12,3	-9,6	2,8	8,1	-4,6

Fonte: FEE.

6.1.3.3 Comentário sobre a evolução setorial dos preços do VAB

Como já foi indicado ao longo da análise, a estrutura dos VABs municipais é apresentada a preços correntes, incorporando, portanto, as diferentes evoluções de preços dos produtos agropecuário, industrial e dos serviços. Por outro lado, aplicaram-se deflatores diferentes para estimar o crescimento real de cada setor. Assim, por exemplo, o setor de Serviços, que ampliou largamente sua participação na estrutura econômica de Uruguaiana, não teve um crescimento real compatível com essa mudança estrutural. Isto é, sua ampliação na estrutura econômica decorre, em larga medida, do fato de que os preços dos Serviços cresceram mais do que a média dos preços do PIB total. Vale a pena, portanto, observar esses diferenciais de crescimento de preços, conforme as tabelas 30 e 31.

O movimento dos preços relativos, durante os 14 anos considerados na análise, fez-se em detrimento da agropecuária e da Indústria, beneficiando o setor de Serviços. Isso pode estar refletindo uma mudança de natureza dos Serviços. Em qualquer caso, pode-se presumir que Uruguaiana, assim como outros municípios com forte base agropecuária, tenham sido penalizados em seu processo de crescimento pela redução relativa dos preços dos produtos agropecuários.

TABELA 30 - COMPARAÇÃO DOS DEFLATORES - VARIAÇÃO ACUMULADA

(1985 = 100)

DEFLATORES	VARIAÇÃO ACUMULADA 1986 - 1999*
PIB	151,0
VAB TOTAL	147,3
AGROPECUÁRIA	124,8
INDÚSTRIA	134,8
SERVIÇOS	172,2
COMÉRCIO	137,7

TABELA 31 - RELAÇÕES ENTRE OS DEFLATORES

VAB TOTAL / PIB	97,5%
AGROPEC / VAB TOTAL	84,7%
INDÚSTRIA/ VAB TOTAL	91,5%
SERVIÇOS/ VAB TOTAL	116,9%
COMÉRCIO/ VAB TOTAL	93,5%

* em bilhões
Fonte: FEE.

6.1.4 Estrutura da ocupação e evolução do emprego formal

Para avaliar a ocupação na economia do município de Uruguaiana, foram utilizados os dados fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que cobrem o emprego formal e estão disponíveis para o período 1985-2000. Tendo em vista que não foram ainda divulgados todos os dados do Censo Demográfico de 2000, em particular aqueles referentes à mão-de-obra em nível municipal, não é possível considerar a ocupação total nesta análise. Entretanto, os dados da RAIS permitem uma boa avaliação do emprego, pois uma comparação desses dados em 1990 com os do Censo Demográfico de 1991 indica que a RAIS oferece uma cobertura razoável da ocupação total (49%), insuficiente para a ocupação na agropecuária (16%) e razoável na Indústria (51%) e nos Serviços (55%). Quanto aos setores mais específicos, a cobertura é boa para a Indústria de transformação (72%) e para o comércio (62%), sendo excelente para a administração pública (102%). A

tabela 32 também permite comparar as estruturas ocupacionais nas duas fontes, indicando que a participação da Indústria é praticamente a mesma nas duas fontes, embora figure a Indústria de transformação superestimada na RAIS, o que ocorre também com os Serviços (total) e com comércio e administração pública.

TABELA 32 - COMPARAÇÃO DOS DADOS OCUPACIONAIS DE URUGUAIANA NO CENSO DEMOGRÁFICO (1991) E DA RAIS (1990): COBERTURA RELATIVA DA RAIS/ CENSO E ESTRUTURAS OCUPACIONAIS

SETORES	Censo 1991 (A)	RAIS 1990 (B)	Cobertura (B / A) %	Estrutura ocupacional %	
				Censo	RAIS
Atv. Agropec. Extr.Veg.Pesca	6.713	1.064	15,8	14,29	4,63
Indústria de transformação	3.216	2.332	72,5	6,85	10,15
Indústria da construção	3.146	883	28,1	6,70	3,84
Outras atividades industriais	403	221	54,8	0,86	0,96
Comércio de mercadorias	9.223	5.707	61,9	19,63	24,83
Transportes e comunicações	4.204	2.010	47,8	8,95	8,74
Prestação de serviços	12.522	5.514	44,0	26,65	23,99
Atividades sociais	3.661	212	5,8	7,79	0,92
Administração pública	2.954	3.013	102,0	6,29	13,11
Outras atividades	937	2.030	216,6	1,99	8,83
AGROPECUÁRIA	6.713	1.064	15,8	14,29	4,63
INDÚSTRIA	6.765	3.436	50,8	14,40	14,95
SERVIÇOS	33.501	18.486	55,2	71,31	80,42
TOTAL	**46.979**	**22.986**	**48,9**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE; MTb.

Os últimos dados disponíveis para a população ocupada em Uruguaiana, dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, indicam que a estrutura etária do município e o grau de inserção de sua população no mercado de trabalho apresentam diferenças em comparação à média estadual (tabela 33). Em Uruguaiana, há, proporcionalmente, menos pessoas em idade ativa (10 ou mais anos) que no Rio Grande do Sul, assim como é menor a inserção desse contingente de pessoas na atividade econômica. Resulta que, dentre a população total, 40,6% são ocupados em Uruguaiana, enquanto para o Rio Grande do Sul essa proporção alcança 43,7% (1991). Com isso, em média, para cada pessoa ocupada havia 1,5

inativa, superior ao coeficiente de 1,3 observado para o Estado. Esses dados sugerem uma maior dificuldade relativa de inserção ocupacional em Uruguaiana, bem como a ocorrência de maiores encargos de sustentação econômico-social da população para os que estão ocupados. Dada a menor inserção relativa da população no mercado de trabalho, pode-se presumir maiores dificuldades de obtenção de um dado padrão médio de vida.

TABELA 33 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS E OCUPACIONAIS

INDICADORES	Uruguaiana		Rio Grande do Sul	
	1980	1991	1980	1991
Proporção da PIA na População Total	76,1%	77,4%	78,4%	79,9%
Proporção dos Ocupados na PIA	48,9%	51,7%	51,7%	54,7%
Proporção dos Ocupados na População Total	37,2%	40,0%	40,6%	43,7%

Fonte dos dados brutos: Censos Demográficos (IBGE).

A evolução da estrutura ocupacional relativa ao emprego formal em Uruguaiana, entre 1985 e 2000, indica que houve uma redução da participação dos Serviços até 1996, com posterior elevação, e da Indústria em todo o período. Registra-se, também, uma ampliação da participação da agropecuária, que pode-se atribuir a uma maior formalização do emprego nessas atividades. A participação desse setor na ocupação formal chega a ultrapassar a da Indústria ao longo do período. A redução da participação da Indústria no emprego formal ocorreu nos anos 90, igualmente em 1990-1996 e em 1996-2000, coincidindo com a análise do produto.

TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL EM URUGUAIANA, 1985 / 2000

(%)

SETORES	1985	1990	1996	2000
Agropecuária	2,6	4,6	20,1	18,4
Indústria	14,4	14,9	12,5	9,0
Serviços	83,0	80,4	67,5	72,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS

Essa evolução estrutural é peculiar, pois fica sugerido um retrocesso no grau de complexidade das atividades econômicas do município. Já se observa, na análise

da estrutura setorial do PIB, que transcorreu uma redução acentuada da atividade industrial, enquanto se manteve o peso da agropecuária e cresceu o dos Serviços. Constata-se, agora, que, do ponto de vista do emprego formal, apenas a agropecuária cresceu. Mesmo considerando que tenha ocorrido uma maior formalização nessa atividade, parece nítido que a ocupação deslocou-se em relação ao setor primário devido à crise na Indústria.

Pode-se observar a mudança na estrutura setorial do emprego formal em Uruguaiana comparativamente a outros municípios pertencentes ao COREDE Fronteira Oeste e à média estadual. Nota-se que ocorrem comportamentos bem diversos entre os municípios da região, além da circunstância comum da ocorrência da ampliação do peso da atividade agropecuária no emprego formal. Observa-se, porém, que essa ampliação é bem menos acentuada para a média estadual, reforçando a hipótese de que ocorreu em Uruguaiana, e também em outros municípios da região, um processo específico de regressão no grau de complexidade, provavelmente de agregação de valor, da atividade econômica exercida pelos empregados do setor formal.

TABELA 35 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL EM URUGUAIANA, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO COREDE FRONTEIRA OESTE E NO RIO GRANDE DO SUL - 1985/2000

(%)

SETORES/ANOS	Uruguaiana	Alegrete	Itaqui	Santana do Livramento	São Borja	São Gabriel	Rio Grande do Sul
1985							
Agropecuária	2,6	4,4	29,5	2,3	1,9	1,1	1,4
Indústria	14,4	26,5	17,1	40,4	10,3	11,6	39,3
Serviços	83,0	69,1	53,4	57,3	87,7	87,2	59,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000							
Agropecuária	18,4	25,7	39,1	11,6	24,4	27,9	4,3
Indústria	9,0	17,1	10,1	11,8	17,8	9,6	34,5
Serviços	72,7	57,2	50,8	76,7	57,8	62,5	61,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados brutos: RAIS/MTb.

Dentre os municípios considerados para comparação, nota-se evolução semelhante à de Uruguaiana em Santana do Livramento, onde ocorreu a maior redução da importância do emprego industrial, bem como em Itaqui e Alegrete. Itaqui apresenta a singularidade de já possuir, em 1985, uma expressiva parcela do

emprego formal no setor agropecuário. Esse município e também São Borja foram os únicos em que se reduziu a importância dos Serviços no emprego formal. São Borja apresentou a evolução mais positiva para a estrutura ocupacional, marcada pelo crescimento simultâneo da importância da agropecuária e, caso único, também da Indústria. Em São Gabriel, a redução na Indústria também ocorre, mas é da mesma ordem de grandeza que a redução observada para a média estadual.

Essa análise comparativa pode ser qualificada, caso se considere a evolução do emprego setorial nesses municípios e no Estado, através da tabela 36. Nota-se que o emprego formal total ao longo dos 15 anos apresentou, em Uruguaiana, o maior crescimento entre todos os municípios e superior à média estadual. Esse resultado se deve, exclusivamente, ao desempenho ocorrido até 1990, pois desde então houve uma estagnação do emprego formal, assim como em São Gabriel, onde também o emprego formal apresentara boa performance até 1990. Desde esse ano até 2000, houve decréscimo no emprego formal total para o Estado (-5%), para Alegrete (-7%) e, em grau maior, para Santana do Livramento (-42%). Nesses 10 anos, houve evolução positiva para São Borja (3%) e Itaqui (11%).

TABELA 36 - ÍNDICE DA EVOLUÇÃO SETORIAL E TOTAL DO EMPREGO FORMAL EM URUGUAIANA, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO COREDE FRONTEIRA OESTE E NO RS, 1985/2000

(1985 = 100)

SETORES/ANOS	Uruguaiana	Alegrete	Itaqui	Santana do Livramento	São Borja	São Gabriel	Rio Grande do Sul
1990							
Agropecuária	223,5	106,5	93,5	87,8	325,2	103,8	147,0
Indústria	132,3	70,4	136,6	114,7	149,3	148,4	117,5
Serviços	123,5	125,0	144,5	100,8	108,8	122,9	121,6
Total	127,4	109,7	128,1	106,1	117,1	125,7	120,4
2000							
Agropecuária	880,3	595,8	187,8	306,0	1.547,1	3.049,4	343,6
Indústria	78,6	65,6	83,6	18,0	208,6	102,5	101,1
Serviços	110,6	84,1	134,7	82,7	79,7	89,3	118,5
Total	126,3	101,6	141,6	61,8	121,1	124,6	114,9

Fonte dos dados brutos: RAIS/MTb.

Considerando-se os setores, nota-se que o emprego formal na Indústria cresceu em Uruguaiana, até 1990, em 32%, caindo, desde então, em 41%. Com exceção de Alegrete, nos demais municípios houve também crescimento do

emprego formal na Indústria até 1990, sendo notáveis os casos de São Borja e São Gabriel, com crescimento próximo de 50%. Após 1990, o emprego industrial formal retraiu-se na maioria dos municípios em proporções semelhantes à de Uruguaiana, excetuando-se Alegrete (-7%), Santana do Livramento (-84%) e, também, São Borja Nesse último município, novamente cresceu o emprego industrial formal (40%), consolidando uma evolução positiva para esse setor em 15 anos, mais que dobrando o número de ocupados de 1985. Santana do Livramento encontra-se no pólo oposto, como o desempenho mais negativo, consolidando uma perda de 82% de seu contingente de empregados na Indústria em 15 anos. Na média estadual, também houve queda da Indústria nos anos 90, porém em proporção menor (14%).

No que se refere à evolução da agropecuária, nota-se que, já no segundo lustro dos anos 80, transcorria em Uruguaiana um processo singular de ampliação do emprego formal, que cresceu 123% em cinco anos. Nos 10 anos seguintes, cresceu mais 294%. Apenas em São Borja o emprego formal na agropecuária apresentou comportamento semelhante, inclusive com um crescimento mais acentuado nos dois períodos. Nos anos 90, também os demais municípios experimentaram uma expansão do emprego formal na agropecuária, acompanhando o movimento geral do Estado.

No setor Serviços, em Uruguaiana, o emprego formal expandiu-se, até 1990, em 23,5%, taxa semelhante à do Rio Grande do Sul (22%). Desde então até 2000, houve retração de 10%, totalizando um crescimento em 15 anos de 11%, inferior apenas ao crescimento de 35% observado em Itaqui e à média estadual de 18,5%. A expansão do emprego formal nos Serviços, até 1990, ocorreu para todos os municípios, exceto Santana do Livramento, onde permaneceu estagnado. Com a retração dos anos 90, que ocorreu em todos os municípios, o desempenho de Uruguaiana apresentou-se como o dos mais fracos em 15 anos, juntamente com São Borja. A retração observada em Uruguaiana, nos anos 90, foi uma das menos expressivas, junto com a de Itaqui, em –7%. No Estado, a retração foi mínima (3%), enquanto atingiu –18% em Santana do Livramento, -27% em São Borja e São Gabriel e –33% em Alegrete.

Pode-se concluir que a evolução do emprego formal em Uruguaiana pode ter sido insuficiente diante da expansão da população, mas foi superior à média

estadual e à evolução na maioria dos municípios da região considerados para comparação. Apenas Itaqui apresentou uma evolução mais positiva. Também nos anos 90, a estagnação do emprego formal em Uruguaiana (queda de 1% a.a.) representa um desempenho relativamente positivo, superado apenas pelo de Itaqui e São Borja e superior à média estadual. Foi o emprego no setor agropecuário que sustentou o nível do emprego formal em Uruguaiana ao longo dos 15 anos, multiplicando em 8,8 vezes sua dimensão em 1985. A retração do emprego formal na Indústria, da ordem de 21,4% em 15 anos, foi também compensada pelo setor Serviços, em que o emprego cresceu 10,6%. Nos anos 90, contudo, somente a agropecuária exerceu uma força compensatória, diante das reduções nos outros dois setores.

Tendo em vista a análise anterior do PIB e do VAB, o desempenho do emprego formal apresenta-se mais satisfatório. Ao longo dos 15 (ou 14 anos) considerados, o emprego formal cresceu, enquanto o produto permaneceu estagnado. Considerando os anos 90 e, também, o ano de 2000, há uma retração no produto[42] e uma estagnação no emprego formal. Esses movimentos descompassados sugerem uma redução da produtividade econômica do trabalho, o que é compatível com as mudanças estruturais no sentido da ampliação da parcela do emprego formal na agropecuária. Contudo, somente uma consideração da ocupação total, e não apenas do emprego formal, pode ser adequadamente associada à evolução do PIB, para resultar numa avaliação precisa da evolução da produtividade.

Para uma avaliação mais acurada dos anos 90, pode-se considerar as taxas médias anuais de variação do emprego por subperíodos, conforme a tabela 35.

[42] Cabe lembrar que para o agregado Uruguaiana e Barra do Quaraí ocorre uma estagnação do PIB até 1999, mas o município de Uruguaiana, isoladamente, experimentará uma perda de 9,3% do PIB relativamente a 1985, devido à emancipação. Em 2000-1, registrou-se uma redução de –14,6%.

TABELA 37 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL E SETORIAL EM URUGUAIANA, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO COREDE FRONTEIRA OESTE E NO RS, POR SUBPERÍODOS, 1985-1996-2000

(%)

SETORES / SUBPERÍODOS	Uruguaiana	Alegrete	Itaqui	Santana Livramento	São Borja	São Gabriel	Rio Grande do Sul
1986-1990							
Agropecuária	17,5	1,3	-1,3	-2,6	26,6	0,7	8,0
Indústria	5,8	-6,8	6,4	2,8	8,3	8,2	3,3
Serviços	4,3	4,6	7,6	0,2	1,7	4,2	4,0
TOTAL	5,0	1,9	5,1	1,2	3,2	4,7	3,8
1991-1996							
Agropecuária	24,8	36,2	10,8	25,4	30,0	79,5	14,8
Indústria	-5,2	2,8	4,8	-29,7	2,2	0,4	-3,3
Serviços	-5,1	-6,2	-3,7	-5,2	-7,0	-6,3	-2,2
TOTAL	-2,3	0,1	1,9	-10,2	-1,1	0,6	-2,1
1997-2000							
Agropecuária	1,1	-12,4	8,4	-10,3	-1,4	-12,3	2,4
Indústria	-4,9	-20,8	-53,8	29,9	22,6	-32,5	5,3
Serviços	5,2	-1,3	16,8	13,0	13,0	7,1	11,2
TOTAL	3,3	-8,1	-1,4	11,4	10,6	-4,2	8,7

Fonte dos dados brutos: RAIS/MTb.

Pode-se notar que a estagnação do emprego formal total nos anos 90, em Uruguaiana, deu-se através de uma queda, até 1996, com posterior recuperação à taxa de 3,3% a.a., graças ao desempenho observado nos Serviços. O crescimento do emprego formal na agropecuária, por sua vez, esgotou-se a partir de 1996. O decréscimo na Indústria estendeu-se por toda a década. Comparando-se essas evoluções com as observadas em outros municípios e no Estado, nos subperíodos, a partir de 1990, nota-se alguns contrastes. A retração do emprego total em Uruguaiana até 1996 foi das mais acentuadas, superior à média estadual e inferior apenas a de Santana do Livramento. Isso ocorreu pelo fato de que, na agropecuária, o emprego formal cresceu relativamente menos em Uruguaiana, enquanto a Indústria experimentou a maior retração, só superada por Santana do Livramento. A retração no emprego formal dos Serviços nos primeiros seis anos da década foi mais forte que no Estado, embora seja das menos acentuadas na região.

A partir de 1996, transcorreu a recuperação do emprego formal total, embora em ritmo inferior ao da média estadual e dos municípios de Santana do Livramento e de São Borja, ambos impulsionados não apenas pelos Serviços, como em Uruguaiana, mas, também, pela Indústria. O emprego formal na agropecuária decaiu

em quase todos os municípios e seguiu crescendo a taxas elevadas apenas em Itaqui. Também no Estado a taxa superou à de Uruguaiana. Nesse município, a continuidade da retração do emprego formal na Indústria, após 1996, contrariou a tendência geral do Estado, que foi de recuperação, embora essa retração seja uma das menos acentuadas dentre os municípios da região, onde apenas houve acréscimo, e muito expressivo, em São Borja e Santana do Livramento. No setor Serviços, a recuperação observada em Uruguaiana foi inferior à média estadual e a quase todas ocorridas nos demais municípios.

Para concluir essa análise geral do emprego formal, que será desdobrada adiante, em subsetores para a Indústria e os Serviços, apresentam-se os dados absolutos relativos a Uruguaiana, a fim de que se tenha uma noção de grandeza dos valores cujas variações e relações estão sendo analisadas. A tabela 38 traz os dados de Uruguaiana para três momentos no tempo: os anos de 1985, 1990 e 2000, bem como sua proporção relativa no Rio Grande do Sul.

TABELA 38 - NÚMERO DE OCUPADOS, SEGUNDO O SETOR, EM URUGUAIANA, E SUA PROPORÇÃO RELATIVA NO RIO GRANDE DO SUL, 1985-1990-2000

SETORES	1985		1990		2000	
	Número	Proporção %	Número	Proporção %	Número	Proporção %
Agropecuária	476	1,40	1.064	2,13	4.190	3,58
Indústria	2.597	0,28	3.436	0,31	2.040	0,22
Serviços	14.972	1,07	18.486	1,08	16.552	0,99
TOTAL	18.045	0,76	22.986	0,81	22.782	0,84

Fonte: RAIS (MTb)

6.2 INDÚSTRIA

6.2.1 Análise do Valor Adicionado Bruto da Indústria

A análise dos dados revelou que a queda do produto industrial foi uma das características da evolução da economia de Uruguaiana entre 1985 e 1999. Viu-se, também, que o produto industrial no município sofreu uma perda de três quintos em todo o período, tendo caído de maneira sempre mais intensa a cada sub-período. Pode-se agora considerar esse desempenho da Indústria em uma perspectiva

comparada com outros municípios. Essa comparação pode ser feita através da tabela 39, considerando-se apenas dois subperíodos.[43]

Uma consideração desses dados indica que o desempenho da Indústria de Uruguaiana foi o segundo dentre os mais baixos do COREDE em 14 anos, superado, apenas, pela grande perda industrial de Santana do Livramento. Embora esteja claro que outros municípios da região expandiram seu produto industrial no período, sendo notável o caso de Alegrete, também se evidencia que as perdas de produto industrial atingiram diversos outros municípios, principalmente aqueles de base predominantemente agropecuária, ou com pelo menos um terço de seu produto gerado nesse setor em 1985, ou seja, apresentando estrutura semelhante à de Uruguaiana. O período não foi positivo para o produto industrial do Rio Grande do Sul, que cresceu apenas à taxa de 2% a.a., em 14 anos, enquanto permaneceu estagnado em Porto Alegre. Nesse contexto, não são desprezíveis os desempenhos dos produtos industriais de São Borja e mesmo de Itaqui.

Além disso, é preciso considerar as perdas de produto industrial em muitos municípios gaúchos como indicadoras de um provável processo de (ainda maior) concentração espacial da Indústria gaúcha, devido a perdas referentes aos setores industriais mais vinculados à base primária. Viu-se, na seção 1, que, para vários municípios de base rural ou com pelo menos 1/3 do PIB na agropecuária, ocorreu entre 1985 e 1999 a acentuada redução ou eventual desaparecimento da Indústria. Isso aponta para prováveis perdas em ramos industriais tradicionais, mais vinculados ao setor primário, como alimentação, bebidas, têxtil e vestuário. A hipótese da ocorrência de tal processo foi atribuída acima ao ingresso de importações muito baratas desse tipo de bens industriais, combinando a abertura comercial com a valorização do real. Outra hipótese a ser considerada é a de que as agroindústrias gaúchas tenham se concentrado especialmente nos anos 90, em decorrência de medidas de racionalização produtiva promovidas por grandes empresas estaduais adquiridas por concorrentes estrangeiros.[44]

---

[43] Para uma apreciação da década de 90 em dois subperíodos (1991-96 e 1997-99), consultar a Tabela 15-C-2 do Apêndice I.

[44] As hipóteses não se excluem, embora a primeira seja mais abrangente. É possível que em cada região do estado esses aspectos tenham importância diferenciada, conforme o tipo de indústria que as caracterize.

No que se refere a Uruguaiana, Itaqui e Santana do Livramento, é muito provável que as indústrias locais tenham sofrido os efeitos combinados da valorização cambial e abertura comercial com a criação do MERCOSUL. As importações de produtos industrializados do Uruguai e da Argentina teriam afetado negativamente esses municípios fronteiriços, mormente no caso de Santana do Livramento, em virtude da existência da zona franca em Rivera. Por outro, caberia explicar por que a Indústria de São Borja não foi afetada por esse processo.

Observando a variação dos produtos industriais municipais por subperíodos, nota-se que, para o Estado, para o COREDE e para quase todos os municípios incluídos na tabela 37, o desempenho industrial foi maior nos anos 90. As exceções foram justamente os casos de Uruguaiana e Santana do Livramento, que tiveram perdas ainda mais acentuadas no período.[45] As razões dos diferenciais de crescimento (ou redução) dos produtos industriais municipais, inclusive dentro do COREDE, serão investigadas a seguir, através dos dados do emprego formal da Indústria, distribuído por tipo, fornecidos pela RAIS.[46]

Em vista dos acentuados diferenciais nas evoluções dos produtos industriais dos municípios, ocorreram várias mudanças no peso de cada município no conjunto da Indústria do COREDE Fronteira Oeste e no Estado. No interior do COREDE, foram muito acentuadas as mudanças dos pesos e posições dos municípios no produto industrial regional, como se constata na tabela 38. Uruguaiana e Santana do Livramento, que detinham cerca de um quarto do produto industrial do COREDE em 1985, apresentando respectivamente o segundo e o primeiro VABs industriais municipais da região, caíram para a quinta e sexta posições em 1999, com participações que equivalem à metade da observada 14 anos antes para Uruguaiana e um sexto para Santana do Livramento. São Borja tornou-se a principal Indústria da região em 1999, seguida de perto por Alegrete e Itaqui, os três municípios com cerca de um quinto do produto industrial do COREDE. Itaqui manteve seu terceiro posto neste *ranking* regional, enquanto os outros dois municípios ascenderam, porque tiveram suas participações muito ampliadas no período.

---

[45] A Tabela 15-C-2 do Apêndice I evidencia que o produto industrial de Santana do Livramento recuperou-se a partir de 1997, duplicando desde então até 1999. Infelizmente, o mesmo não ocorreu com Uruguaiana, cujo produto industrial decresceu ainda mais aceleradamente neste subperíodo.

[46] A Relação Anual de Informações Sociais é uma das poucas bases de dados disponíveis com informação em nível municipal.

TABELA 39 - TAXAS MÉDIAS REAIS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO VAB INDUSTRIAL DE URUGUAIANA, DO COREDE FRONTEIRA OESTE, DOS DEMAIS MUNICÍPIOS E DO RS – 1986/99

(em %)

MUNICÍPIOS	1985-1990	1990-1999	1985-1999
Uruguaiana	-4,9	-6,8	-6,1
Alegrete	6,1	3,0	4,1
Itaqui	11,9	-3,9	1,5
Rosário do Sul	-3,5	-1,8	-2,4
Santana do Livramento	-12,5	-14,4	-13,7
São Borja *	2,6	3,0	2,8
São Gabriel	-16,1	10,3	0,0
Quaraí	-3,5	6,5	2,8
COREDES	**-2,4**	**-1,4**	**-1,7**
Cachoeira do Sul *	-5,9	-3,3	-4,2
Frederico Westphalen *	5,0	-11,9	-6,2
Arroio Grande	11,4	0,4	4,2
Cacequi	-30,5	-2,7	-13,7
Santa Vitória do Palmar *	8,1	-10,8	-4,5
Porto Alegre	-5,2	3,0	0,0
Caxias do Sul	-0,9	5,0	2,9
Santa Maria *	0,3	1,7	1,2
Rio Grande do Sul	**0,1**	**3,2**	**2,0**

* Dados compatibilizados, levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Ver Nota Técnica nº 1. Utilizou-se os deflatores setoriais do VAB do RS (ver Nota Técnica nº 2)
Fonte: FEE.

TABELA 40 - DISTRIBUIÇÃO DO VAB DA INDÚSTRIA DO COREDE FRONTEIRA OESTE POR MUNICÍPIO – 1985/1999

(em %)

MUNICÍPIOS	1985	1999
Uruguaiana	23,9	12,5
Barra do Quaraí		0,0
Alegrete	9,4	21,1
Itaqui	12,4	19,5
Maçambará		0,0
Rosário do Sul	3,9	3,5
Santana do Livramento	25,7	4,1
São Borja	12,1	22,2
Garruchos		0,7
Itacurubi		0,0
São Gabriel	12,1	15,5
Quaraí	0,4	0,8
Manoel Viana		0,1
COREDE	**100,0**	**100,0**

Fonte: FEE.

Por fim, na tabela 41, observa-se a participação de alguns municípios selecionados e do COREDE Fronteira Oeste no produto industrial do Rio Grande do Sul, destacando-se, também, na mesma tabela, as posições respectivas no *ranking* estadual.

TABELA 41 - PROPORÇÃO DO VAB DA INDÚSTRIA DOS MUNICÍPIOS E DO COREDE FRONTEIRA OESTE EM RELAÇÃO AO RS E RESPECTIVA POSIÇÃO NO RANKING ESTADUAL – 1985/1999

MUNICÍPIOS	**1985**		**1999**	
	Partic %	**posição**	**Partic %**	**Posição**
Uruguaiana	0,62	31	0,19	73
Alegrete	0,24	66	0,32	54
Itaqui	0,32	54	0,30	55
Santana do Livramento	0,66	28	0,06	111
São Borja	0,31	55	0,34	53
São Gabriel	0,31	56	0,24	66
COREDE	**2,58**	**-**	**1,52**	**-**
Cachoeira do Sul	0,42	42	0,17	82
Santa Vitória do Palmar	0,08	98	0,03	147
Porto Alegre	12,45	1	9,31	2
Caxias do Sul	7,55	3	8,45	3
Santa Maria	0,41	44	0,36	51

* Obs.: 244 municípios existentes em 1985 e 467 em 1999.
Fonte: FEE.

Nota-se que a importância relativa do produto industrial de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, caiu em 1999 para menos de um quinto do que era em 1985. No mesmo período, apenas Alegrete e São Borja, dentre os municípios do COREDE, aumentaram sua importância na geração do produto industrial gaúcho, enquanto o COREDE, em conjunto, perdeu dois quintos de sua importância estadual nesse setor. Em 1985, Uruguaiana situava-se em posição razoável entre os produtos industriais municipais, pois estava à frente de sete oitavos do total de municípios existentes. A proliferação de municípios e a dimensão absoluta do território e correspondentemente da economia de Uruguaiana no contexto estadual determinaram que o posicionamento de Uruguaiana no *ranking* dos produtos industriais municipais, em 1999, não caísse tanto. Embora o município detivesse, então, a posição 73º em produto industrial, ele ainda estava na dianteira de mais de três quartos do total de municípios existentes nesse último ano. O mesmo fenômeno de perda de posições no *ranking* estadual afetou os municípios de Cachoeira do Sul e Santa Vitória do Palmar.

O desempenho do produto industrial de Uruguaiana nos anos de 2000 e 2001 (queda acumulada de 9,6%), diante do crescimento de 10,1% observado para o Estado, determinou novas perdas de posição relativa entre os municípios na geração do VAB industrial estadual. Em 2001, Uruguaiana passou a ocupar o 77º posto.

6.2.2 Composição e evolução do emprego formal na Indústria

Analisou-se, anteriormente, que o emprego formal na Indústria perdeu importância nos anos 90, caindo de 14,9% para 9% do emprego total, declinando à base de 5% a.a. As perdas do emprego industrial acumularam 21% em relação a 1985 e 41% em relação a 1990. É com referência a essa evolução negativa que devem ser considerados os dados da composição do emprego industrial, em que o crescimento de um segmento pode representar apenas um ritmo menos intenso de retração em sua ocupação relativamente a outros segmentos. Convém, portanto, apresentar os dados absolutos do emprego industrial para estabelecer uma noção preliminar das grandezas envolvidas e de suas variações.

A tabela 42 evidencia a perda de 1.400 empregos formais na Indústria desde 1990. Essas perdas localizaram-se, primordialmente, na Indústria de transformação (90%) e, secundariamente, na construção civil (17%), havendo pequenos acréscimos para os dois outros subsetores.

TABELA 42 - Nº DE PESSOAS EMPREGADAS NA INDÚSTRIA EM URUGUAIANA-1985/2000

continua

SUBSETORES INDUSTRIAIS	1985	1990	1996	2000
Extrativa mineral	59	32	50	82
Serv. Ind. Util. Pub.	171	189	314	231
Construção civil	828	883	675	646
Transformação	1.539	2.332	1.452	1.081
Min. não met.	24	32	7	38
Ind. Metalúrg.	68	25	55	56
Ind. Mecânica	124	234		
Elet. e comum.	7	3	14	5
Mat. Transp.	27	25	33	5
Mad. e Mobil.	92	66	8	14
Papel e graf.	147	124	57	60
Bor. Fum. Cour.	122	411	170	20

SUBSETORES INDUSTRIAIS	1985	1990	1996	2000
Ind. Química	27	28	1	2
Ind. Têxtil	13	55	294	166
Ind. Calçados				
Alim. e Beb.	888	1.329	813	715
TOTAL INDÚSTRIA	**2.597**	**3.436**	**2.491**	**2.040**

Fonte: RAIS (MTb).

Cabe, portanto, verificar como os segmentos da indústria de transformação contribuíram para essa perda de 1.251 empregos desde 1990 até 2000. Cerca da metade das perdas ocorreram nas indústrias de alimentação e bebidas, que continuou sendo o segmento mais expressivo. Quase um terço das perdas ocorreu nas indústrias de couros (além de borracha e fumo), que se tornou insignificante. Um pouco menos de um quinto das perdas de emprego na indústria de transformação deve-se ao segmento da mecânica, que simplesmente deixou de existir. No caso dos dois primeiros segmentos, encontram-se evidências em favor das hipóteses esboçadas acima, quando da análise do VAB, quanto ao impacto das importações e possíveis efeitos da reestruturação produtiva em segmentos da agroindústria. O caso da indústria de couros deve suscitar indagações acerca dos seus vínculos com a produção pecuária local, que podem ter se arrefecido no período.

Na mesma tabela, nota-se que, mesmo no subsetor dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, em que houve ampliação das vagas relativamente a 1990, o montante do emprego em 2000 é cerca de um terço inferior ao de 1996.

Na tabela 43, pode-se observar como evoluiu, desde 1985 até 2000, o número médio de pessoas ocupadas por estabelecimentos na Indústria de Uruguaiana, o que representa uma indicação sobre a tendência de evolução dos tamanhos dos estabelecimentos.

TABELA 43 - Nº DE PESSOAS EMPREGADAS POR ESTABELECIMENTO NA INDÚSTRIA EM URUGUAIANA, SEGUNDO OS SEGMENTOS INDUSTRIAIS, 1985/2000

SUBSETORES INDUSTRIAIS	1985	1990	1996	2000
Extrativa mineral	14,8	6,4	10,0	6,8
Serv. Ind. Util. Pub.	21,4	18,9	44,9	21,0
Construção civil	59,1	20,5	10,1	4,6
Transformação	23,3	29,2	14,4	4,8
Min. não met.	6,0	8,0	3,5	4,2
Ind. Metalúrg.	9,7	3,6	4,6	2,1
Ind. Mecânica	20,7	46,8		-
Elet. e comum.	7,0	3,0	7,0	0,8
Mat. Transp.	27,0	25,0	8,3	0,6
Mad. e Mobil.	18,4	16,5	2,0	1,0
Papel e graf.	49,0	20,7	11,4	3,8
Bor. Fum. Cour.	13,6	51,4	28,3	2,2
Ind. Química	13,5	14,0	1,0	0,2
Ind. Têxtil	6,5	6,9	17,3	5,9
Ind. Calçados				-
Alim. e Beb.	34,2	39,1	16,9	7,5
TOTAL INDÚSTRIA	**28,2**	**24,9**	**13,8**	**5,3**

Fonte: RAIS (MTb).

Os dados indicam que, além da queda acentuada do emprego industrial, transcorreu em Uruguaiana uma forte redução do tamanho médio dos estabelecimentos. Isso significa que proliferaram os pequenos estabelecimentos, de modo que o emprego industrial tornou-se menos vinculado a unidades fabris de maior porte, que perderam importância ou deixaram de existir.

Avaliando o conjunto da Indústria, a tabela 42 evidencia a estrutura do emprego industrial desde 1985, assinalando os pesos dos subsetores, em que se destacam a indústria de transformação e a de construção civil. Nota-se que as perdas ocorridas na primeira reduziram sua participação de quase dois terços, em 1990, para pouco mais da metade do emprego industrial em 2000.

TABELA 44 - COMPOSIÇÃO SUBSETORIAL DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE URUGUAIANA, 1985, 1990, 1996, 2000

(%)

SUBSETORES INDUSTRIAIS	1985	1990	1996	2000
Extrativa mineral	2,3	0,9	2,0	4,0
Transformação	59,3	67,9	58,3	53,0
Serv. Ind. Util. Púb.	6,6	5,5	12,6	11,3
Construção civil	31,9	25,7	27,1	31,7
TOTAL INDÚSTRIA	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: RAIS (MTb).

Para considerar o desempenho do emprego industrial de Uruguaiana, de 1985 a 2000, será útil tomar como referência a média estadual, assim como a evolução observada em outros municípios. Sendo assim, cabe inicialmente figurar a dimensão do emprego industrial nesses municípios, que está representada na tabela 45.

TABELA 45 - INDICADORES DA DIMENSÃO RELATIVA DO EMPREGO INDUSTRIAL EM URUGUAIANA, 1985, 2000

SUBSETORES INDUSTRIAIS	Urug / RS %	Alegrete / Urug %	Itaqui / Urug %	Sant. Liv / Urug %	S. Borja / Urug %	S Gabriel / Urug %
1985						
Extrativa mineral	0,700	5,1	1,7	20,3	-	130,5
Transformação	0,188	184,9	36,1	647,6	50,2	31,1
Construção civil	0,752	146,8	21,6	47,4	35,1	37,4
Serv. Ind. Util. Púb.	1,012	21,7	37,0	32,5	0,8	22,5
TOTAL INDÚSTRIA	0,279	126,3	34,6	397,7	32,3	31,0
SUBSETORES INDUSTRIAIS	Urug / RS %	Alegrete / Urug %	Itaqui / Urug %	Sant. Liv / Urug %	S. Borja / Urug %	S Gabriel / Urug %
2000						
Extrativa mineral	1,270	13,4	-	22,0	4,9	1,2
Transformação	0,141	116,2	53,1	125,6	119,2	52,1
Construção civil	1,051	88,7	17,3	13,0	38,1	24,7
Serv. Ind. Util. Púb.	0,452	105,3	21,4	70,1	57,4	31,7
TOTAL INDÚSTRIA	0,217	105,5	36,9	91,1	85,9	40,5

Fonte: RAIS (MTb)

Em termos de participação estadual, nota-se que Uruguaiana ganhou importância relativa no emprego dos subsetores industriais de Construção Civil, Extrativa Mineral e de Serviços Industriais de Utilidade Pública, perdendo, contudo, na Indústria mais significativa, a de Transformação, e para o total do setor secundário. Em relação aos demais municípios da região do COREDE Fronteira Oeste, apenas São Borja e São Gabriel tiveram evolução mais positiva que Uruguaiana para o emprego industrial total nos 15 anos considerados. Ocorre o mesmo, quando se considera apenas a indústria de transformação. O emprego industrial formal total em Uruguaiana, que em 1985 era inferior ao de Alegrete e de Santana do Livramento, tornou-se o segundo mais importante entre os municípios considerados em 2000, inferior apenas ao de Alegrete, visto que a Indústria tendeu a extinguir-se em Santana do Livramento.

Por fim, pode-se comparar a evolução do emprego formal na Indústria em Uruguaiana com o ocorrido nos demais municípios e no Rio Grande do Sul. Para

tanto, será tomado como base o emprego no ano de 1990 (=100), por representar o momento em que foi mais expressivo o contingente do emprego industrial. As perdas em relação a 1990 são avaliadas para o ano de 2000, através de um índice que expressa a evolução do número de empregados na Indústria.

TABELA 46 - ÍNDICES DE EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA EM URUGUAIANA, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO COREDE FRONTEIRA OESTE E NO RS - 1990/2000

(1990 = 100)

SETORES DA INDÚSTRIA	Uruguaiana	Alegrete	Itaqui	Santana do Livramento	São Borja	São Gabriel	Rio Grande do Sul
Extrativa mineral	256,3				133,3	2,4	73,9
Serv. Ind. Util. Pub.	122,2	66,3	87,0	29,4	94,6	81,4	94,5
Construção civil	73,2	116,6	31,5	68,4	201,6	50,7	116,9
Transformação	46,4	88,7	80,3	12,3	132,3	82,8	81,9
Min. não met.	118,8	24,4		1,5	280,0	69,0	76,7
Ind. Metalúrg.	224,0	47,8	100,0	20,6	30,2	7,4	75,5
Ind. Mecânica		24,3			15,2		74,3
Elet. e comum.	166,7	0,0					77,6
Mat. Transp.	20,0	63,6		500,0			97,6
Mad. e Mobil.	21,2	25,9	22,2	19,5	13,2	130,8	98,1
Papel e graf.	48,4	41,9	90,0	37,3	57,4	82,9	102,1
Bor. Fum. Cour.	4,9		200,0	32,0	300,0	1275,0	72,0
Ind. Química	7,1	4,8		53,8			105,9
Ind. Têxtil	301,8	108,3	80,0	4,8	118,2	47,6	62,2
Ind. Calçados		19,0	100,0		133,3	4,3	77,0
Alim. e Beb.	53,8	113,6	120,8	11,8	163,9	86,0	90,5
TOTAL INDÚSTRIA	**59,4**	**93,2**	**61,2**	**15,7**	**139,7**	**69,1**	**86,0**

Fonte: RAIS (MTb)

Uma análise da tabela 46 aponta que, apenas em São Borja, o emprego industrial total expandiu-se desde 1990. Em Uruguaiana, houve a segunda maior queda do emprego total dentre os municípios considerados. Considerando os subsetores, observa-se que, para os Serviços Industriais de Utilidade Pública, houve acréscimos do emprego em Uruguaiana, ao contrário da média estadual e dos demais municípios. Na indústria de transformação, apenas em Santana do Livramento houve perdas mais significativas que em Uruguaiana. E novamente São Borja é o único município em que há crescimento, devido ao segmento de alimentação e bebidas (acréscimo de 64%), o único expressivo dentre os que

cresceram nesse município. Também nos municípios de Itaqui e Alegrete houve aumento do emprego na indústria de transformação, igualmente por efeito da expansão ocorrida nas indústrias de alimentação e bebidas. Em Uruguaiana, houve crescimento no segmento têxtil e em outros menos expressivos na Indústria municipal: Minerais não-Metálicos e Material Elétrico e de Comunicação.

Esses dados indicam que os possíveis impactos negativos da abertura comercial (associada à valorização cambial nos anos de 1994-99), do maior fluxo de importações no contexto do MERCOSUL e da reestruturação produtiva da agroindústria gaúcha não se efetivaram igualmente sobre as Indústrias dos municípios. O segmento de Alimentação e Bebidas logrou expandir seu emprego em alguns dos municípios considerados na análise, o que revela que circunstâncias específicas de cada localidade, como, por exemplo, o tipo de atividade agroindustrial nesse segmento, determinaram também o desempenho do emprego.

6.3 SERVIÇOS

6.3.1 Análise do valor adicionado bruto dos serviços

Com o exame das tabelas da seção 5.1, viu-se que, em Uruguaiana, o setor Serviços, incluindo o Comércio, foi o único que apresentou, entre 1985 e 1999, crescimento contínuo em todos os subperíodos, com taxas muito pequenas, mas positivas. O subsetor Comércio contrariou o movimento geral do setor Serviços, porque apresentou taxas de variação negativas no final dos anos 80 e após 1996. O valor adicionado do setor Serviços atingiu 12,8% de aumento em 14 anos, evolução superior à média de toda a economia de Uruguaiana e semelhante à da agropecuária, que foi o setor com desempenho mais positivo, apesar de apresentar grandes oscilações. Quanto ao Comércio, a evolução foi inferior à do conjunto da economia em 14 anos, o que significou uma perda acumulada de 5%.

As tabelas 47 e 48, apresentadas a seguir, permitem avaliar a evolução do valor adicionado do setor Serviços e do subsetor Comércio em comparação com outros municípios do COREDE Fronteira Oeste e de outras regiões do Estado. Pode-se observar que o setor Serviços apresentou, em Uruguaiana, um desempenho semelhante ao da maioria dos municípios do COREDE. No conjunto dos 14 anos, o setor Serviços apresentou uma evolução modesta em Uruguaiana,

com uma taxa média anual de 0,9% de crescimento, embora o movimento desse crescimento tenha transcorrido em períodos opostos ao dos demais municípios. Ou seja, enquanto o setor Serviços cresceu mais em Uruguaiana no final dos anos 80 do que nos anos 90, nos demais municípios, o período mais favorável foi nos anos 90, havendo, inclusive, queda no período anterior. Dentre todos os municípios da região, apenas Itaqui apresentou um crescimento do produto dos Serviços (2,2% a.a.) no mesmo nível que a média estadual. O modesto desempenho dos Serviços em Uruguaiana não foi o mais fraco da região, pois Rosário do Sul e São Borja apresentaram desempenhos inferiores. Dentre os municípios escolhidos para comparação, deve-se ressaltar o crescimento observado em Frederico Westphalen, pois era um município com estrutura econômica setorial semelhante ao de Uruguaiana, em 1985, e, ao contrário desse, encontrou na expansão dos Serviços uma fonte mais expressiva de crescimento econômico. A tabela 47 revela, além disso, que o desempenho desse setor no COREDE foi inferior à média estadual, assim como o foi em Porto Alegre, enquanto em Caxias do Sul ocorreu a maior expansão dos Serviços dentre todos os municípios considerados, com o dobro da taxa estadual.

TABELA 47 - TAXAS MÉDIAS REAIS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO VAB DOS SERVIÇOS DE URUGUAIANA, DO COREDE FRONTEIRA OESTE, DOS DEMAIS MUNICÍPIOS E DO RS – 1986/99

(em %)

MUNICÍPIOS	1985-1990	1990-1999	1985-1999
Uruguaiana *	0,9	0,8	0,9
Alegrete	0,0	1,7	1,1
Itaqui *	-1,1	4,2	2,2
Rosário do Sul	-3,4	2,0	0,1
Santana do Livramento	-2,4	2,6	0,8
São Borja *	-1,9	1,2	0,1
São Gabriel	0,0	1,4	0,9
Quaraí	-2,0	2,6	1,0
COREDE	**-0,8**	**2,0**	**1,0**
Cachoeira do Sul *	1,3	0,8	1,0
Frederico Westphalen *	2,8	1,9	2,3
Arroio Grande	-2,2	1,0	-0,2
Cacequi	1,1	-0,1	0,3
Santa Vitória do Palmar *	-1,0	1,6	0,7
Porto Alegre	1,6	1,4	1,5
Caxias do Sul	6,0	3,2	4,2
Santa Maria *	-0,7	3,8	2,2
Rio Grande do Sul	**1,8**	**2,2**	**2,1**

* Dados compatibilizados, levando-se em conta as emancipações ocorridas no período. Utilizou-se os deflatores setoriais do VAB do RS (ver Nota Técnica nº 2)
Fonte: FEE.

TABELA 48 - TAXAS MÉDIAS REAIS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO VAB DO COMÉRCIO DE URUGUAIANA, DO COREDE FRONTEIRA OESTE, DOS DEMAIS MUNICÍPIOS E DO RS – 1986/99

(em %)

MUNICÍPIOS	1986-1990	1991-1999	1986-1999
Uruguaiana *	-1,3	0,1	-0,4
Alegrete	-2,4	-2,4	-2,4
Itaqui *	-8,3	12,1	4,3
Rosário do Sul	-0,9	-0,2	-0,5
Santana do Livramento	-0,3	2,5	1,5
São Borja *	-7,4	0,1	-2,6
São Gabriel	-1,2	-2,0	-1,7
Quaraí	-5,6	0,9	-1,5
COREDE	**-2,8**	**1,3**	**-0,2**
Cachoeira do Sul *	-1,8	-1,7	-1,7
Frederico Westphalen *	3,6	-1,6	0,2
Arroio Grande	-15,1	-1,7	-6,7
Cacequi	-3,7	-2,9	-3,1
Santa Vitória do Palmar *	-0,1	-1,3	-0,9

(em %)

MUNICÍPIOS	1986-1990	1991-1999	1986-1999
Porto Alegre	4,5	0,8	2,1
Caxias do Sul	8,2	1,3	3,7
Santa Maria *	-1,0	0,3	-0,1
Rio Grande do Sul	**2,7**	**1,6**	**1,9**

* Obs.: ver tabela 13. Ver Nota Técnica nº 1.
Fonte: FEE.

No que se refere ao subsetor Comércio, pode-se observar que seu desempenho foi inferior ao do conjunto do setor Serviços, principalmente no COREDE. Seria de esperar que as atividades de Comércio em municípios de fronteira, como Uruguaiana, São Borja, Santana do Livramento e Quarai, tivessem um crescimento favorecido pela integração comercial com a Argentina, por meio do MERCOSUL, nos anos 90. Todavia, isso não se verificou para esses municípios, sendo que apenas Itaqui parece ter experimentado um crescimento do valor adicionado do Comércio, que transcorreu, sobretudo, nos últimos anos da década. Além disso, com exceção deste último município e de Santana do Livramento, todos os demais e o conjunto do COREDE apresentaram taxas negativas de variação para o Comércio ao longo dos 14 anos. É certo que a década de 90 foi melhor que o final dos anos 80, mas não está nítida nenhuma influência importante do MERCOSUL. Considerando-se os demais municípios enfocados para comparação, nota-se que o desempenho negativo do Comércio foi generalizado, sendo exceções apenas Porto Alegre e Caxias do Sul.

Em vista da relativa homogeneidade dos desempenhos do produto do setor Serviços nos municípios do COREDE, suas posições relativas, na região, pouco se alteraram em 14 anos, sendo notável apenas o crescimento da parcela referente a Itaqui, como se nota na tabela 49. Também em nível estadual, observaram-se poucas alterações no *ranking* dos valores adicionados do setor Serviços nos municípios gaúchos, cabendo destacar que Uruguaiana perdeu apenas duas posições nesse *ranking* (tabela 50), embora a participação do município no Estado tenha caído de 1,29% para 1,05% (exclusive Barra do Quaraí) de 1985 para 1999.[47]

TABELA 49 - DISTRIBUIÇÃO DO VAB DO SETOR DE SERVIÇOS DO COREDE FRONTEIRA OESTE POR MUNICÍPIO - 1985 /1999

MUNICÍPIOS	1985	1999
Uruguaiana	24,0	22,7
Barra do Quaraí		1,0
Alegrete	14,4	14,6
Itaqui	9,2	9,7
Maçambará		1,2
Rosário do Sul	7,5	6,6
Santana do Livramento	16,6	16,1
São Borja	13,7	10,8
Garruchos		0,6
Itacuruvi		0,7
São Gabriel	10,5	10,3
Quaraí	4,2	4,2
Manoel Viana		1,3
COREDE	**100,0**	**100,0**

Fonte: FEE.

Pode-se concluir que o desempenho do setor Serviços de Uruguaiana foi razoável, em termos comparativos com o Estado e com os demais municípios do COREDE. Por outro lado, o subsetor Comércio teve desempenho aquém do esperado. Possivelmente, nesse grupo de atividades que constituiu o setor Serviços, que ampliou seu peso na estrutura econômica municipal, seria possível alcançar um desempenho mais satisfatório, a exemplo de outros municípios de condição semelhante a Uruguaiana.[48] Cabe avaliar, inclusive, o potencial que tem Uruguaiana para afirmar-se como pólo estadual de serviços, em virtude de sua localização

[47] Para uma informação completa sobre a participação dos municípios enfocados na geração do valor adicionado do setor serviços no Rio Grande do Sul, consultar a Tabela 13-3 do Apêndice I.

[48] Deixa-se, também, de apresentar aqui as tabelas referentes ao subsetor de comércio e o *ranking* estadual dos municípios, porque as participações no Estado e as posições no *ranking* são muito semelhantes àquelas observadas para o setor de serviços.

estratégica. Situado em conexão com vias fluvial, ferroviária e rodoviária, o município poderia desenvolver diversos serviços relacionados a transporte, comercialização, logística e comunicação.

TABELA 50 - RANKING DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO VAB DO SETOR SERVIÇOS DO RS – 1985/1999

MUNICÍPIOS	1985	1999
Uruguaiana	14	16
Alegrete	27	26
Itaqui	44	43
Santana do Livramento	24	21
São Borja	30	39
São Gabriel	37	42
Cachoeira do Sul	21	24
Santa Vitória do Palmar	45	58
Porto Alegre	1	1
Caxias do Sul	4	3
Santa Maria	6	6

Obs.: 244 municípios existentes em 1985 e 467 em 1999.
Fonte: FEE

Já foi visto que, no biênio 2000-2001 o subsetor Comércio foi o único a apresentar crescimento, acumulado em 8,1%, quando o PIB total caiu –12,8%. O setor Serviços como um todo apresentou pequeno acréscimo de 2,3% no biênio, enquanto no Estado cresceu 4,8%. Não obstante, em 2001, Uruguaiana passou a ocupar o 15º posto entre as economias municipais na geração do VAB dos Serviços no Estado.

No que se refere ao comércio, cabe considerar que é um conjunto de atividades com dimensão pequena para impulsionar o conjunto da economia municipal. Indicações recentes, relativas ao movimento no porto seco de Uruguaiana, junto à fronteira com Paso de los Libres, apontam uma perspectiva de continuidade para a expansão das atividades vinculadas ao comércio. No primeiro trimestre de 2003, ampliou-se, em 46%, o valor exportado através do porto seco, em relação a igual período de 2002. Esse movimento pode ser atribuído não apenas aos acordos do MERCOSUL, que já estavam dados para o período anterior. O que vem ocorrendo de diferente é que, depois de períodos de sobrevalorização das moedas de Argentina e Brasil, e também depois da crise argentina de 2001-2002, estabeleceu-se uma fase de maior estabilidade monetária e as duas economias seguem trajetórias de recuperação ou lento crescimento. É provável que o

MERCOSUL ganhe força política e importância econômica nos próximos anos, devido à aproximação dos governos dos dois países principais. Com isso, deve ampliar-se o comércio fronteiriço, com repercussões geralmente favoráveis para a economia da região da fronteira-oeste. Assim, por exemplo, o movimento do porto seco repercute na economia da região, gerando mais trabalho para escritórios de despachos aduaneiros. Note-se que, no mesmo período do primeiro trimestre de 2003, houve crescimento de mais 60% do trabalho dos escritórios em relação a 2002. Essa situação está garantindo as vagas de trabalho e permitindo novas contratações, após um período de recessão com o fechamento de escritórios e demissões.

6.3.2 Composição e evolução do emprego formal nos Serviços

O emprego no setor Serviços, como já foi visto, perdeu importância relativa entre 1985 e 2000, juntamente com o industrial, em vista do maior crescimento do emprego formal na agropecuária. A participação dos Serviços no emprego formal declinou de 83% para 73%. Em todo o período, houve um acréscimo do emprego nos Serviços, da ordem de 10,6%, obtido graças à expansão no final dos anos 80 (23,5%), pois nos anos 90 houve declínio (10,5%). No Rio Grande do Sul, o movimento de expansão e contração também se verificou, mas as quedas foram menores nos anos 90 e o saldo de crescimento em 15 anos atingiu 18,5%. Pode-se, agora, enfocar a composição subsetorial do emprego formal nos Serviços e sua respectiva evolução desde 1985 até 2000. A tabela 47 apresenta os dados básicos do setor, para quatro momentos no tempo, permitindo as mais diversas avaliações.

Os dados evidenciam que, apesar da retração do emprego nos anos 90, o principal subsetor dos Serviços, o comércio varejista, logrou expandir o emprego, embora somente após 1996. Isso ocorreu também para os segmentos de transportes e comunicações, serviços médicos e de ensino. Nota-se, também, o quanto a administração pública diminuiu de tamanho desde 1990.

TABELA 51 - Nº DE PESSOAS EMPREGADAS NOS SERVIÇOS EM URUGUAIANA, 1985 /2000

SUBSETORES DE SERVIÇOS	1985	1990	1996	2000
Com. varej.	4.934	5.165	4.554	6.595
Com. atacado	713	542	445	536
Inst. financeiras	719	520	345	301
Adm. técnicos e prof	2.604	2.745	968	1.163
Transporte e comunicação	1.849	2.010	2.418	2.454
Alojamento, comunicações	1.765	2.249	1.257	1.751
Médicos, odont. e veter.	95	122	787	791
Ensino	77	90	698	768
Adm. pública	2.003	3.013	1.903	2.187
Outros / ignorado	213	2.030	115	6
TOTAL SERVIÇOS	**14.972**	**18.486**	**13.490**	**16.552**

Fonte: RAIS (MTb)

Nas duas tabelas seguintes, é possível avaliar a dimensão do emprego formal no setor Serviços em Uruguaiana, relativamente ao Estado e a outros municípios em 2000, bem como avaliar a evolução do emprego por segmento, entre 1990 e 2000, nos diferentes municípios e no Estado.

Observa-se, na tabela 52, que o emprego formal no setor Serviços em Uruguaiana representava 1% do total estadual, sendo o maior contingente entre os municípios da região do COREDE Fronteira Oeste. No subsetor de comércio, o peso de Uruguaiana era de 1,5% no Estado e também o contingente de empregados era bem superior ao dos demais municípios da região. Isso ocorre para todos os segmentos dos Serviços, com exceção da administração pública, que detinha tamanho superior em Santana do Livramento.

TABELA 52 - INDICADORES DA DIMENSÃO RELATIVA DO EMPREGO NO SETOR DE SERVIÇOS EM URUGUAIANA - 2000

SEGMENTOS DOS SERVIÇOS	Urug / RS %	Alegrete / Urug %	Itaqui / Urug %	Sant. Liv / Urug %	S. Borja / Urug %	S Gabriel / Urug %
Comércio	1,49	35,7	24,2	72,6	35,0	29,1
Inst. financeiras, seguros	0,66	88,0	33,2	66,1	47,5	42,5
Adm. imobiliária, técnicos e prof	0,56	40,8	5,2	59,6	31,8	14,7
Transporte e comunicação	2,01	14,5	5,8	17,8	6,7	6,7
Alojamento, aliment., repar., mnt	0,78	40,0	21,5	83,0	29,9	35,5
SEGMENTOS DOS SERVIÇOS	Urug / RS %	Alegrete / Urug %	Itaqui / Urug %	Sant. Liv / Urug %	S. Borja / Urug %	S Gabriel / Urug %
Serv. médicos, odont. e veter.	0,78	71,6	17,8	88,2	68,3	64,7
Ensino	1,02	50,0	7,8	60,7	28,0	38,9
Adm. Pública	0,54	86.4	53,2	137,3	56,0	65,2
Outros / ignorado	5,45	-	-	-	83,3	16,7
TOTAL SERVIÇOS	**0,99**	**43,4**	**22,8**	**73,3**	**34,3**	**32,**

Fonte: RAIS (MTb)

TABELA 53 - ÍNDICES DE EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA EM URUGUAIANA, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO COREDE FRONTEIRA OESTE E NO RS – 1990/2000

SETORES DA INDÚSTRIA	Uruguaiana	Alegrete	Itaqui	Santana do Livramento	São Borja	São Gabriel	Rio Grande do Sul
Comércio	125,0	79,5	94,3	90,3	92,4	81,5	103,3
Inst. financeiras, seguros	57,9	42,2	57,1	41,2	40,6	42,4	60,5
Adm. imobiliária, técnicos e prof	42,4	19,8	16,7	52,1	41,4	17,0	90,8
Transporte e comunicação	122,1	90,3	117,2	102,3	116,3	137,8	114,3
Alojamento, aliment., repar., mnt	77,9	80,7	198,4	85,5	65,7	55,9	90,0
Serv. médicos, odont. e veter.	648,4	128,3	79,2	271,6	192,9	1.219,0	198,3
Ensino	853,3	387,9		763,9	187,0	269,4	620,8
Adm. pública	72,6	102,1	125,1	111,2	90,5	104,0	110,9
TOTAL SERVIÇOS	**89,5**	**67,3**	**93,2**	**82,1**	**73,3**	**72,7**	**97,4**

Fonte: RAIS (MTb)

A análise da tabela 53, por seu turno, indica que, na década de 90, as perdas de emprego no setor Serviços foram comuns aos vários municípios e, embora em reduzida escala, também para o Estado. Não obstante, o crescimento do emprego no comércio em Uruguaiana não teve paralelo entre os demais municípios, sendo expressivamente superior ao observado para o Estado. Destacam-se os segmentos de transportes e comunicações, em que o crescimento em Uruguaiana superou à média estadual, sendo inferior apenas ao observado em São Gabriel. Também neste município cresceu o emprego nos serviços médicos em proporção superior à de Uruguaiana, onde esse emprego multiplicou-se por 6,5 em 10 anos, superior ao acréscimo observado para a média estadual. No segmento de serviços de ensino, o crescimento do emprego foi notável em Uruguaiana, multiplicando por 8,5 as vagas existentes em 1990 e acompanhando a tendência estadual. Registre-se, também, a queda de 27% no emprego na administração pública, o que não se observou para o Estado, assim como para a maioria dos municípios aqui considerados.